



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

Diana Maria Rodrigues Brandão

O ECOTURISMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM
TERRITÓRIOS DE MONTANHA. ESTUDO DE CASO: CAMPO DO
GERÊS, TERRAS DE BOURO

Nome do Curso de Mestrado

Engenharia do Território e do Ambiente

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Joana Lopes Teixeira Nogueira Santos

Maio de 2024

As doutrinas expressas neste
trabalho são da exclusiva
responsabilidade do autor.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	iv
LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE FIGURAS	ix
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Enquadramento e relevância do tema	1
1.2 Objetivos.....	2
1.3 Estrutura da dissertação	3
2. ESTADO DA ARTE.....	4
2.1 Revisão da literatura	7
2.1.1 Turismo e o desenvolvimento sustentável.....	7
2.1.1.1 Definição de turismo e especificidades do tipo de atividade.....	7
2.1.1.2 Impactos positivos e negativos nos territórios de destino.....	10
2.1.1.3 Turismo sustentável: do conceito à prática	21
2.1.1.3.1. Governança para um turismo sustentável – exemplos à escala regional	31
2.1.2 Turismo de natureza e ecoturismo.....	36
2.1.2.1 Governança do turismo em áreas rurais e naturais	45
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	54
3.1 Técnicas de investigação aplicadas no trabalho de campo	57
4. CASO DE ESTUDO	64
4.1 Enquadramento da área de estudo.....	64
4.1.1 Caracterização biofísica.....	65

4.1.2	Caracterização sociodemográfica e económica.....	69
4.1.3	Caraterização da atividade turística.....	74
4.1.4	Atores e níveis de gestão territorial.....	75
5.	RESULTADOS.....	112
5.1	Procura turística.....	112
5.2	Oferta turística.....	124
5.3	Atitudes e perceções das partes interessadas.....	133
6.	DISCUSSÃO.....	147
7.	CONCLUSÃO.....	154
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160
	ANEXOS.....	A
	ANEXO I.....	A1
	ANEXO II.....	A2
	ANEXO III.....	A3
	ANEXO IV.....	A4
	ANEXO V.....	A5
	ANEXO VI.....	A6
	ANEXO VII.....	A7

AGRADECIMENTOS

O fim desta longa jornada é imperioso agradecer o apoio, a amabilidade, a disponibilidade e o incentivo de todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a concretização deste trabalho.

À Professor Doutora Joana Lopes Teixeira Nogueira Santos por ter aceite o desafio de me orientar. Pelo apoio indispensável, dedicação, paciência e encorajamento.

À Professora Sara Cristina Costa da Silva Militão Simões pela disponibilidade constante e pelo apoio prestado no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Doutor Domingos José Lopes da Silva, pela partilha de informação e apoio.

A todos os meus amigos por me terem apoiado e ajudado ao longo deste grande desafio, em especial à minha colega e amiga Cristina Isabel Dias Rodrigues, a tua presença foi indispensável neste percurso, fez-me sempre acreditar que era possível chegar ao fim.

Uma palavra especial a todos que colaboraram na iniciativa *Acontece in Loco* – Campo do Gerês, nada teria sido possível alcançar sem essa colaboração.

Por último, mas não menos importantes, aos meus amados pais, por serem responsáveis pela pessoa que sou hoje, por estarem sempre ao meu lado, apoiando incondicionalmente, em todos os momentos da vida.

RESUMO

O turismo é uma das opções estratégicas no desenvolvimento de territórios rurais, com o conceito de ecoturismo particularmente adaptado para a sustentabilidade em áreas protegidas e de montanha. A presente dissertação teve como objetivo compreender a especificidade do ecoturismo e analisar o potencial da sua implementação em Campo do Gerês (Terras de Bouro).

A investigação iniciou-se com uma análise sistemática da literatura focando os termos “ecoturismo”, “turismo de natureza”, “desenvolvimento sustentável” e “montanha” (*Scopus* e *Web Of Science*). Clarificados os conceitos e a sua aplicação a casos de estudo internacionais desenvolveu-se o estudo, à escala local, com análise da procura e oferta turística (questionários) e aplicando técnicas de investigação qualitativas (entrevistas e *focus-group*) para analisar as perceções e atitudes dos vários atores locais e supralocais da atividade turística e da sua governança.

Em Campo do Gerês predomina o setor terciário, destacando-se as atividades turísticas, com uma dinâmica continuada de crescimento, sendo a natureza a principal motivação dos visitantes. Os diversos atores reconhecem benefícios do turismo (mais emprego e rendimentos, valorização das comunidades), identificando também aspetos negativos (empregos sazonais, pressão excessiva de visitantes, poluição). Quer a comunidade, quer os visitantes, têm atitudes favoráveis aos princípios do ecoturismo, nomeadamente a interação harmoniosa do turismo com as comunidades e com a natureza, reconhecendo debilidades nas atuais práticas.

Conclui-se por uma dinâmica de crescimento de turismo focado na natureza, na qual os objetivos de sustentabilidade e adequação ao segmento do ecoturismo estão presentes, mas apenas parcialmente alcançados. Está por resolver o desafio da transição entre quantidade e qualidade no perfil de oferta e procura, detetando-se na falta de coordenação entre os empreendedores e na débil articulação entre as instituições públicas e a comunidade um obstáculo ao aprofundamento do ecoturismo. Outra fragilidade é a ausência de um sistema de monitorização e avaliação da atividade. A qualificação do Parque Nacional da Peneda-Gerês como destino de ecoturismo dependerá destes aspetos.

Palavras-chave: governança; turismo de natureza; comunidade local; participação; sustentabilidade.

ABSTRACT

Tourism is one of the strategic options in the development of rural territories, with the concept of ecotourism being particularly suited for sustainability in protected and mountainous areas. The aim of this dissertation was to understand the specificity of ecotourism and analyse the potential for its implementation in Campo do Gerês (Terras de Bouro).

The investigation began with a systematic literature review focusing on the terms "ecotourism", "nature tourism", "sustainable development" and "mountain" (Scopus and Web Of Science). Having clarified the concepts and their application to international case studies, the study was developed at a local scale, with analysis of the tourism demand and supply (questionnaires) and applying qualitative research techniques (interviews and focus-groups) to analyse the perceptions and attitudes of various local and supralocal actors in tourism activity and its governance.

In Campo do Gerês, the tertiary sector predominates, highlighting tourism activities, with a continued dynamic of growth, with nature being the main motivation of visitors. The various actors recognise benefits of tourism (more employment and income, enhancement of communities), identifying negative aspects (seasonal jobs, excessive visitor pressure, pollution). Both the community and visitors have attitudes favourable to the principles of ecotourism, namely the harmonious interaction of tourism with communities and nature, recognising weaknesses in current practices.

We conclude there is a growth trend in tourism focused on nature, in which the objectives of sustainability and adequacy to the ecotourism segment are present, but only partially achieved. The challenge of transitioning between quantity and quality in the supply and demand profile remains unresolved, with the lack of coordination between entrepreneurs and the weak articulation between public institutions and the community being an obstacle to the deepening of ecotourism. Another weakness is the absence of a monitoring and evaluation system of the activity. Qualifying the Peneda-Gerês National Park as an ecotourism destination will depend on these aspects.

Keywords: governance; nature tourism; local community; participation; sustainability.

LISTA DE ABREVIATURAS

AlgSTO	Observatório de Turismo Sustentável do Algarve
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ASTO	Observatório de Turismo Sustentável do Alentejo
CE	Comissão Europeia
CETS	Carta Europeia do Turismo Sustentável
CMTB	Câmara Municipal de Terras de Bouro
CO ₂	Dióxido de Carbono
DGT	Direção-Geral do Território
ERT	Entidades Regionais de Turismo
E-O	Este-Oeste
ET2027	Estratégia Turismo 2027
ETIS	Sistema Europeu de Indicadores de Turismo
EUROPARC	Federação de Parques Nacionais da Europa
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSTO	Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
NE-SO	Nordeste-Sudeste
NNE-SSO	Nor-Nordeste e Sul-Sudoeste
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
OTA	Observatório do Turismo dos Açores
OTSCP	Observatório de Turismo Sustentável do Centro
PNPG	Parque Nacional da Peneda-Gerês
PRE	Programas Regionais de Ecoturismo
PREST	Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo
RNT	Registo Nacional de Turismo
SIC	Sítio de Importância Comunitária

SPI	Índice de Desempenho Sustentável
VTO	Observatório Virtual de Turismo
ZPE	Zona de Proteção Especial

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Palavras-chave e critérios utilizadas na pesquisa	5
Quadro 2.2 - Dados dos artigos analisados.....	6
Quadro 2.3 - Síntese dos impactos positivos produzidos pelo setor do turismo	14
Quadro 2.4 - Sínteses dos impactos negativos produzidos pelo setor do turismo.....	19
Quadro 2.5 - Síntese de questões-chave e indicadores presentes no guia da OMT	25
Quadro 2.6 - Síntese dos 43 indicadores principais do ETIS	26
Quadro 2.7 - Indicadores de sustentabilidade dos destinos turísticos para Portugal.....	29
Quadro 2.8 - Proposta de linhas de atuação regional para orientar as estratégias futuras... 33	
Quadro 2.9 - Proposta de linhas de ação para reforçar a sustentabilidade e a convergência entre destinos	34
Quadro 2.10 - Princípios e orientações da estratégia da CETS	47
Quadro 2.11 - Diretrizes propostas para as políticas de desenvolvimento do turismo sustentável	51
Quadro 2.12 - Composição da Comissão de Cogestão do PNPG	52
Quadro 2.13 - Objetivos estratégicos do Plano de Cogestão para o PNPG.....	53
Quadro 3.1 - Entrevistas a técnicos e/ou dirigentes de entidades chave	58
Quadro 3.2 - Rodas de Conversa	59
Quadro 3.3 - Síntese dos inquéritos por questionário.....	62
Quadro 4.1 - Dados sociodemográficos da freguesia Campo do Gerês	70
Quadro 4.2 - População empregada, nos anos de 2011 e 2021, por atividade económica segundo a 3ª revisão da Classificação Portuguesa de Atividades.....	72
Quadro 4.3 - Património Cultural material mais destacado na freguesia de Campo do Gerês	74
Quadro 4.4 - Empreendimentos do setor do turismo presentes na freguesia de Campo do Gerês.....	75
Quadro 5.1 - Duração da viagem dos visitantes	115

Quadro 5.2 - Meios de transportes utilizados pelos visitantes na viagem a Campo do Gerês	115
Quadro 5.3 - Programa de refeições	117
Quadro 5.4 - Comparação entre o número de visitantes que compram/pretendem comprar ou não compram produtos locais na freguesia de Campo do Gerês em função da duração da sua viagem	118
Quadro 5.5 - Teste de independência qui-quadrado de Pearson (χ^2) das variáveis “compram/pretendem comprar produtos locais” e “duração da viagem”.	118
Quadro 5.6 - Recomendação de visita à freguesia de Campo do Gerês pelos visitantes inquiridos.....	120
Quadro 5.7 - Universo e número de respostas válidas referente aos questionários da oferta turística	124
Quadro 5.8 - Uso anterior do espaço/edifício com atual utilização turística.....	127
Quadro 5.9 - Estado do espaço/edifício anterior à conversão em alojamento turístico.....	127
Quadro 5.10 - Caracterização das atividades principais das empresas de animação turística inquiridas	128
Quadro 5.11 - Atividades com valorização ambiental e social.....	129
Quadro 5.12 - Número de postos de trabalho no setor do turismo.....	131
Quadro 5.13 - Previsão do número de trabalhadores nos próximos 2 anos pelos empresários de animação turística e restauração e/ou bebidas	131
Quadro 5.14 - Perceções dos entrevistados relativamente ao Parque Nacional da Peneda-Gerês como um elemento catalisador de atividades económicas relacionadas com o turismo	134
Quadro 5.15 - Impactos positivos da atividade turística em Campo do Gerês percecionados pelos entrevistados.....	135
Quadro 5.16 - Impactos negativos da atividade turística em Campo do Gerês percecionados pelos entrevistados.....	135
Quadro 5.17 - Perceção das partes interessadas quanto ao modelo atual e o desejável para o turismo em Campo do Gerês	136

Quadro 5.18 - Ações destinadas a entidades e empresas de forma a contribuir para que o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês seja um destino de ecoturismo de excelência	137
Quadro 5.19 - Concordância dos empresários de animação turística e do setor da restauração e/ou bebidas quanto à afirmação “as várias empresas de turismo em Campo do Gerês conhecem-se”.....	140
Quadro 5.20 - Concordância dos empresários de animação turística e do setor da restauração e/ou bebidas quanto à afirmação “as várias empresas de turismo em Campo do Gerês trabalham em conjunto”.....	140
Quadro 5.21 - Perceção das partes interessadas quanto à importância da atividade agrícola e pecuária no turismo	141
Quadro 5.22 - Discursos relativos à intervenção de entidades públicas no território	144
Quadro 5.23 - Perceções relativas à capacidade de ação do ICNF.....	144

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Processo de revisão sistemática da literatura.....	4
Figura 2.2 - Método de avaliação multidimensional (Adaptado de Blancas et al., 2011)...	33
Figura 2.3 - Processo de seleção dos indicadores de sustentabilidade (Adaptado de Castellani & Sala, 2010).....	50
Figura 4.1 - Enquadramento geográfico da área de estudo: Campo do Gerês (DGT, 2023).	64
Figura 4.2 - Área do Parque Nacional da Peneda-Gerês em Campo do Gerês (ICNF, 2020).	65
Figura 4.3 - Zonagem climática em Campo do Gerês (Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1999).....	66
Figura 4.4 - Áreas protegidas e classificadas em Campo do Gerês (ICNF, 2013, 2013, 2018a, 2018b, 2019).....	68
Figura 4.5 - Unidades geológicas em Campo do Gerês (Laboratório Nacional de Energia e Geologia, 2023).	69
Figura 4.6 - Percentagem de residentes em Campo do Gerês, nos anos de 2011 e 2021, por grupo etário (INE, 2022).	70
Figura 4.7 - Percentagem do nível de escolaridade da população residente em Campo do Gerês, nos anos de 2011 e 2021 (INE, 2022).	71
Figura 4.8 - Percentagem de população residente em Campo do Gerês empregada, nos anos de 2011 e 2021, por setor de atividade (INE, 2022).....	72
Figura 4.9 - Número de explorações agrícolas em Campo do Gerês, nos anos 1989-1999-2009-2019 (INE, 2021).	73
Figura 4.10 - Entidades supralocais e locais do sistema de governança de Campo do Gerês.	76
Figura 5.1 - Residência habitual dos visitantes por país (n=151).....	112
Figura 5.2 - Residência habitual dos visitantes em Portugal por NUTS II (n=138).	113
Figura 5.3 - Estrutura etária dos visitantes inquiridos (n=151).	113

Figura 5.4 - Parque Nacional da Peneda-Gerês como um destino de viagem (n=151).....	114
Figura 5.5 - Motivações para a visita ao Parque Nacional da Peneda-Gerês.	114
Figura 5.6 - Grupo de viagem dos visitantes (n=151).	115
Figura 5.7 - Realização de atividades na freguesia de Campo do Gerês (n=151).....	116
Figura 5.8 - Tipologia de atividades (n=59).	117
Figura 5.9 - Apreciação dos atributos da freguesia de Campo do Gerês para os visitantes – 1 (n=151).	119
Figura 5.10 - Apreciação dos atributos da freguesia de Campo do Gerês para os visitantes - 2 (n=151).	120
Figura 5.11 - Visita anterior à freguesia de Campo do Gerês (n=151).....	120
Figura 5.12 - Aspectos positivos de Campo do Gerês referidos pelos visitantes inquiridos (n=264).	121
Figura 5.13 - Aspectos negativos de Campo do Gerês referidos pelos visitantes inquiridos (n=99).	122
Figura 5.14 - Predisposição dos visitantes inquiridos perante algumas opções estratégicas para o turismo no âmbito da conservação da natureza (n=151).	123
Figura 5.15 - Atitude dos visitantes inquiridos perante algumas medidas destinadas ao bem-estar das comunidades locais (n=151).	124
Figura 5.16 - Residência atual (concelho) dos empresários de oferta turística (n=22).	125
Figura 5.17 - Estrutura etária dos empresários de alojamentos turísticos, restauração e/ou bebidas e animação turística (n=25).	125
Figura 5.18 - Situação profissional dos empresários de oferta turística (n=25).	126
Figura 5.19 - Evolução do número de negócios turísticos com atividade em Campo do Gerês (n=38).	127
Figura 5.20 - Evolução do número de clientes entre 2019-2022.....	130
Figura 5.21 - Perspetiva dos proprietários dos estabelecimentos do setor da restauração e/ou bebidas e de animação turística relativamente à evolução turística (n=9).	130

Figura 5.22 - Previsão de investimento nos próximos 2 e 3 anos pelos empresários alojamentos turísticos, restauração e/ou bebidas e animação turística (n=25).	131
Figura 5.23 - Concordância dos empresários de animação turística e do setor da restauração e/ou bebidas quanto à qualidade de emprego que o turismo pode criar.	132
Figura 5.24 - Concordância dos empresários de oferta turística quanto às afirmações “o turismo veio dar nova vida à aldeia”; “os turistas que visitam a aldeia têm vontade de regressar” e “a quantidade de visitantes no verão e fins-de-semana é excessiva”.	133
Figura 5.25 - Disponibilidade dos empresários de oferta turística para cooperar.	141
Figura 5.26 - Concordância dos empresários de oferta turística quanto à afirmação “as atividades agrícolas e pecuárias são fundamentais ao turismo na aldeia”.....	142
Figura 5.27 - Orientação estratégica para a gestão turística dos empresários de oferta turística (n=25).	143

1. INTRODUÇÃO

“Há sítios no mundo que são como certas existências humanas: tudo se conjuga para que nada falte à sua grandeza e perfeição.

Este Gerês é um deles.”

Miguel Torga (1995), Diário VII

1.1 Enquadramento e relevância do tema

As zonas de montanha desempenham funções ecológicas importantes, oferecendo serviços e benefícios que transcendem significativamente a escala local, contribuindo para o bem-estar humano e a sustentabilidade da vida no nosso planeta (Aguilar et al., 2009; Körner & Ohsawa, 2005). Muitas destas zonas são caracterizadas pela multifuncionalidade, onde coexistem as atividades agro-silvo-pastoris tradicionais e outras atividades humanas, incluindo o turismo, indústria de transformação de produtos agrícolas e/ou extrativos, comércio de produtos locais, entre outras (Sturiale et al., 2020).

Ao longo do tempo, as zonas rurais de montanha têm vindo a enfrentar um despovoamento crescente, o que implica desafios demográficos e de conservação (Kohler et al., 2017; Martin Barroso et al., 2022a; Sauter et al., 2019). O desafio demográfico deriva principalmente da migração da população ativa para os centros urbanos ou da emigração, resultando em áreas rurais com baixa densidade demográfica e uma população envelhecida (Martin Barroso et al., 2022a; Pinilla et al., 2008; Rye, 2018). O desafio da conservação da natureza envolve problemas relacionados com a perda de biodiversidade e alterações na oferta de serviços de ecossistema, consequências diretas do abandono das terras agrícolas e das atividades de pastoreio, a par da florestação com espécies não autóctones e pouco resilientes ao fogo, aumentando o risco de incêndios florestais (Azevedo et al., 2011; Madureira et al., 2013; Martin Barroso et al., 2022a; Pais et al., 2020). Para além dos problemas relacionados com o despovoamento, a pobreza está frequentemente presente nas comunidades rurais de montanha (Martin Barroso et al., 2022b). Estas comunidades encontram-se particularmente vulneráveis ao enfrentar múltiplas privações, avaliadas por baixos rendimentos e serviços essenciais como água, energia e saneamento, oportunidades de emprego não agrícola, fraca acessibilidade aos centros urbanos e aos serviços aí concentrados, e vulnerabilidade às alterações ambientais, evidenciando longos processos de marginalização socioeconómica (Martin Barroso et al., 2022a; Mohanty et al., 2018; Nogueira et al., 2023).

Dado que estas zonas são vistas como destinos particularmente atrativos para o turismo, abrangendo áreas de interesse natural e paisagístico, com relevância histórico-cultural e espiritual, esta atividade é reconhecida como estratégica para o desenvolvimento local (Danzi & Figini, 2023; Dax & Tamme, 2023). No entanto, o desenvolvimento desta atividade, se orientada para um turismo de massas, comporta impactos negativos nas três dimensões: económica, ambiental e social (Archer et al., 2012; Danzi & Figini, 2023; Geneletti & Dawa, 2009; Mason P, 2021). O turismo sustentável, e em particular o ecoturismo, apresentam-se como as opções mais adequadas para o desenvolvimento deste setor de atividade nos territórios de montanha, ao permitirem aumentar simultaneamente a satisfação dos visitantes, contribuir para o crescimento económico e reduzir os impactos negativos no ambiente e na comunidade local (Bošković et al., 2020; Briassoulis, 2002; Butler, 1999; Ghaderi & Henderson, 2012; Mair, 2006; Martin Barroso et al., 2022b; Marzouki et al., 2012).

Neste contexto, este trabalho de investigação analisou a dinâmica turística existente num território de montanha, incluindo uma análise sobre o potencial do ecoturismo enquanto orientação estratégica para o desenvolvimento local. O território de estudo foi a freguesia de Campo de Gerês, concelho de Terras de Bouro, freguesia que se integra num conjunto mais vasto de territórios montanhosos, de elevado valor natural, inserida na área protegida do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG).

1.2 Objetivos

O trabalho teve por objetivo analisar a dinâmica turística atual e o potencial de ecoturismo em territórios de montanha, adotando a metodologia de estudo de caso focando a freguesia de Campo do Gerês. Esta freguesia integra-se num conjunto mais vasto de territórios montanhosos, de elevado valor natural, em pleno PNPG, cuja sustentabilidade está ameaçada pelo risco de despovoamento. O desenvolvimento do turismo sustentável, e em particular do ecoturismo, apresenta-se como uma possível estratégia de desenvolvimento local que, além de contribuir para melhorar as perspetivas e condições de vida das pessoas, pode igualmente ser benéfico para a conservação da natureza e dos ecossistemas naturais e seminaturais aqui existentes. Interessa-nos averiguar de que forma o turismo, neste contexto de montanha e de Parque Nacional, adere ao conceito de ecoturismo. Perceber, em profundidade, quais os desafios e oportunidades associadas à concretização ou aprofundamento do ecoturismo neste território e aprofundar o

conhecimento sobre se o ecoturismo pode contribuir para a recuperação demográfica e a revitalização económica e social de uma aldeia de montanha.

A consecução desta dissertação envolveu duas fases principais:

- Analisar o estado da arte das temáticas: a) turismo e desenvolvimento sustentável em territórios de montanha e b) ecoturismo, através de uma revisão da literatura;
- Estudo de caso no território de Campo do Gerês, envolvendo:
 - Análise da oferta e a procura turística na área de estudo;
 - Análise das perceções e atitudes das partes interessadas relativamente ao turismo em geral e em particular ao ecoturismo;
 - Elaboração de propostas de melhoria no âmbito da governação territorial para a sustentabilidade em territórios de montanha.

1.3 Estrutura da dissertação

A presente dissertação encontra-se organizada em 7 capítulos e no final apresenta as referências bibliográficas e documentos anexos associados ao trabalho de investigação.

Este primeiro capítulo enquadra o trabalho de investigação, especificando-se o objetivo principal e os objetivos específicos a alcançar.

O segundo capítulo é dedicado à revisão da literatura, segundo uma abordagem sistemática. Este apresenta o enquadramento metodológico e desenvolve as temáticas: a) turismo e desenvolvimento sustentável em territórios de montanha e b) ecoturismo.

O terceiro capítulo identifica a metodologia aplicada neste estudo, bem como no processo de recolha, tratamento e análise dos dados.

O quarto capítulo apresenta e caracteriza a área de estudo, em termos sociodemográficos, biofísicos e económicos.

O quinto capítulo apresenta os resultados obtidos no processo de análise quantitativa e qualitativa no âmbito da procura e oferta turística e atitudes e perceções das partes interessadas.

O sexto capítulo apresenta a discussão do trabalho desenvolvido com propostas de melhoria no âmbito da governação territorial para a sustentabilidade.

Por último, o sétimo capítulo traduz todas as conclusões do trabalho desenvolvido.

2. ESTADO DA ARTE

Numa fase inicial interessa clarificar os conceitos e as abordagens teóricas, elaborando o estado da arte ao nível das temáticas centrais da investigação, a saber: a) turismo e desenvolvimento sustentável em territórios de montanha e b) ecoturismo. Realizou-se uma revisão da literatura, seguindo uma abordagem sistemática. Esta abordagem iniciou-se com a definição de etapas para a pesquisa e posterior análise da literatura, de forma qualitativa, com base em artigos científicos publicados nas bases de dados científicas *Scopus* e *Web of Science*, que apresentam uma ampla gama de revistas científicas e de diversas áreas disciplinares (Mascarenhas et al., 2018).

A revisão sistemática permite evitar possíveis desvios ao tema principal, face a uma grande quantidade de material científico existente, focando a revisão apenas na literatura relevante e reconhecida (Tranfield et al., 2003).

Para o processo de revisão da literatura recorreu-se à ferramenta *Bibliometrix*, integrada no *software R Studio*, de acesso livre (Aria & Cuccurullo, 2017). A utilização desta ferramenta facilita a remoção de artigos duplicados e permite unificar os dados recolhidos nas duas bases científicas. O procedimento aplicado desenvolveu-se em cinco passos sequenciais (Figura 2.1).

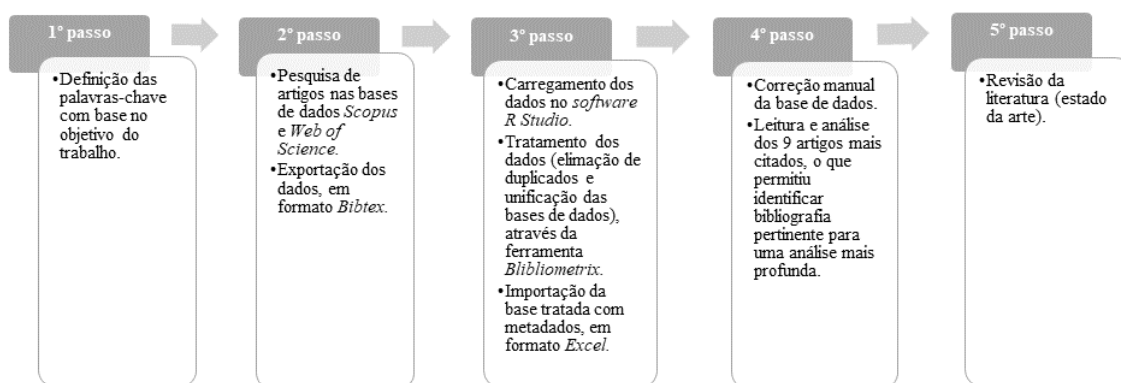


Figura 2.1 - Processo de revisão sistemática da literatura.

A pesquisa nas duas bases de dados científicas decorreu no dia 28/03/2023, assente em palavras-chave e critérios, apresentados no Quadro 2.1.

Quadro 2.1 - Palavras-chave e critérios utilizadas na pesquisa

Nível de filtro	Filtro de pesquisa	Número de publicações	
		<i>Scopus</i>	<i>Web of Science</i>
1	Tema (título, resumo e palavras-chave): ecotouris*	10 553	5401
2	Temas (título, resumo e palavras-chave): ecotouris* or “nature touris*”	11 013	5738
3	Temas (título, resumo e palavras-chave): ecotouris* or “nature touris*” and “sustainable development”	2027	739
4	Temas (título, resumo e palavras-chave): ecotouris* or “nature touris*” and “sustainable development” and “mountain”	128	51
5	Refinar por tipo de artigo: artigos e artigos de revisão	109	40
6	Refinar por horizonte temporal: 2010-2023	84	35
7	Refinar por idioma da publicação: inglês, português, espanhol e francês	77	35
8	Refinar por país/território: países da União Europeia, Estados Unidos, Canadá, Brasil, Suíça e Reino Unido	48	18

A pesquisa por palavras-chave entre aspas é um método para obter a correspondência exata, ou seja, uma referência textual específica. A utilização do asterisco como prefixo, permite a inclusão de diferentes variantes da palavra, como por exemplo, ecoturismo, ecoturista e ecoturístico (Santos et al., 2018).

Palavras como: ecotouris*, “nature tourism”, “sustainable development” e “mountain”, foram utilizadas na pesquisa por tópico (título, resumo e palavras-chave), refinando a procura em artigos e artigos de revisão publicados no idioma inglês, francês, espanhol ou português, entre o período de 2010 a 2023, como referentes a países da União Europeia, Estados Unidos, Canadá, Suíça, Reino Unido e Brasil. A seleção do período de 2010 a 2023 deve-se ao facto de ser o período mais recente com maior produção científica. Já a restrição geográfica teve por base a seleção de países desenvolvidos, optando-se por incluir o Brasil onde existe uma forte investigação e produção de artigos científicos nesta temática. Estes critérios foram utilizados de forma a aumentar a precisão da pesquisa.

Em seguida, foram exportados os dados recolhidos das bases científicas, *Socups* e *Web of Science*, em formato *Bibtex*, e carregados no *software R Studio* para tratamento. A ferramenta *Bibliometrix* do *software* permitiu eliminar 13 referências duplicadas e criar uma base unificada de metadados (nomes dos autores, título, palavras-chave, número de

citações e outras informações) referentes a 53 publicações. Para facilitar o processamento os dados foram exportados em formato *Excel* e submetidos a uma correção manual, na qual se identificou 1 artigo duplicado e se excluíram 16 artigos, por estarem fora do critério de localização geográfica.

Após o processo de limpeza (*software* e manual), obtiveram-se 36 artigos. Face ao número restrito de citações de alguns destes artigos, determinou-se como critério a análise de conteúdo apenas dos artigos com o número de citações igual ou superior a 20, alcançando-se apenas 9 artigos (Quadro 2.2), um número limitado para uma revisão literária. Contudo, a análise de conteúdo destes artigos permitiu identificar referências bibliográficas pertinentes, artigos e livros, para a execução da revisão da literatura, ou seja, funcionaram como um ponto de partida para a análise do estado da arte.

Quadro 2.2 - Dados dos artigos analisados

N.º	Título	Autores	Revista	Ano de publicação	Total de citações
1	Quantitative Assessment of Geotopes as an Effective Tool for Geoheritage Management	Fassoulas C., Mouriki D., Dimitriou-Nikolakis P., Iliopoulos G.	<i>Geoheritage</i>	2012	153
2	Implementation of Sustainable Tourism in the German Alps: A Case Study	Paunović I., Jovanović V.	<i>Sustainability</i>	2017	54
3	Forest resources and sustainable tourism, a combination for the resilience of the landscape and development of mountain areas	Sgroi F.	<i>Science of The Total Environment</i>	2020	41
4	Cycle Tourism as a Driver for the Sustainable Development of Little-Known or Remote Territories: The Experience of the Apennine Regions of Northern Italy	Gazzola P., Pavione E., Grechi D., Ossola P.	<i>Sustainability</i>	2018	35
5	Social capital as a heuristic device to explore sociocultural sustainability: a case study of mountain resort tourism in the community of Steamboat Springs, Colorado, USA	Ooi N., Laing J., Mai J.	<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	2015	35

N.º	Título	Autores	Revista	Ano de publicação	Total de citações
6	Towards the ecotourism: A decision support model for the assessment of sustainability of mountain huts in the Alps	Ars M., Bohanec M.	<i>Journal of Environmental Management</i>	2010	32
7	Sustainable geotourism using digital technologies along a rural georoute in Monsagro (Salamanca, Spain)	Martínez-Graña A., Serrano L., González-Delgado J., Dabrio C., Legoinha P.	<i>International Journal of Digital Earth</i>	2017	24
8	Can Livestock Farming and Tourism Coexist in Mountain Regions? A New Business Model for Sustainability	Genovese D., Culasso F., Giacosa E., Battaglini L.	<i>Sustainability</i>	2017	22
9	Tourism Development in Inner Mountain Areas - The Local Stakeholders' Point of View through a Mixed Method Approach	Duglio S., Bondonna A., Letey M., Peira G., Lavattaro L., Lombardi G.	<i>Sustainability</i>	2019	20

2.1 Revisão da literatura

2.1.1 Turismo e o desenvolvimento sustentável

2.1.1.1 Definição de turismo e especificidades do tipo de atividade

O turismo tem origem nas antigas civilizações. Há mais de dois milénios, segundo Butler (2015), a elite da sociedade romana já se deslocava ao longo da costa mediterrânica por puro lazer. Este autor refere, ainda, que desde há muitos anos, em distintas sociedades, havia a tradição de viagens a locais onde decorressem grandes eventos ou sagrados. No caso da Grécia, o turismo remonta à antiguidade, quando os gregos viajavam para participar em festas, como os Jogos Olímpicos na cidade de Olímpia (Kasimati & Vagionis, 2017). Já em plena Idade Média, em 1337 na Escócia, a catedral St. Andrews foi alvo da visita de 33.000 peregrinos (Butler, 2015; Butler, 2019).

Com o desenvolvimento das sociedades e as respetivas alterações dos estilos de vida, impulsionada por avanços tecnológicos, a procura turística aumentou, assim como o número de áreas visitadas, equipamentos, infraestruturas e instalações utilizadas. Os

padrões motivacionais (lazer e recreio, negócios, religião, saúde, educação, visita a familiares e/ou amigos, entre outros) permaneceram muito semelhantes (Butler, 2015; Sgroi, 2020; United Nations World Tourism Organization, 2008).

Atualmente, o turismo é definido como um fenómeno social, cultural e económico relacionado com o movimento de pessoas a países ou locais fora do seu ambiente natural, com objetivos pessoais ou empresariais/profissionais. Este grupo de pessoas são intitulados de excursionistas caso a viagem não implique pernoita, ou turistas quando a viagem inclui dormida. Dependendo do local de visitação, os visitantes podem ser denominados de nacionais (domésticos) ou internacionais (World Tourism Organization, 2008).

Viajar, contudo, não implica apenas os turistas, as suas motivações, deslocações e decisões de consumo, ou seja, a procura. Abrange também a oferta, toda uma cadeia de valor agregada de diferentes serviços (alojamentos, transportes, restauração, atrações e atividades, guias turísticos, entre outros), com o objetivo de satisfazer as necessidades dos visitantes. Esta cadeia inclui questões técnicas e económicas, desde a produção, ao fornecimento e à distribuição do produto turístico no local de destino, formando uma rede com participantes quer do setor privado quer do setor público (Sgroi, 2020; X. Zhang et al., 2009).

O desenvolvimento e consequentemente o reconhecimento da atividade turística como um agente de riqueza, permitiu que este setor se tornasse um dos mais importantes no mundo (Budeanu, 2005; Walton, 2009). Tal como todas as demais atividades económicas, também o turismo tem vindo a ser analisado através da perspetiva da sustentabilidade. Até aos anos 70 o turismo era considerado uma "indústria sem fumo" (Berno & Bricker, 2001, p. 2), que gerava riqueza limpa (Sgroi, 2020). Por essa altura as organizações ambientalistas começaram a advertir o público para as consequências sociais e ambientais subsequentes à pressão antrópica nos territórios associadas ao turismo de massas, produzindo uma mudança no paradigma da procura turística (Gazzola et al., 2018; Sgroi, 2020).

A crítica ao turismo de massas e a procura de alternativas a este modelo caracterizam as últimas décadas. Surgem novos perfis de turista e de viagem e a oferta turística responde a estas novas exigências e oportunidades. O visitante atual é considerado como um viajante que procura experiências no sentido do lazer, da paisagem e da aprendizagem, o que difere das férias clássicas e padronizadas (Gazzola et al., 2018). Apesar de ser

considerado um setor dominado pelo espaço urbano e pela população urbana, cada vez mais as áreas rurais representam um papel importante na sustentação do crescimento constante deste setor (Ibănescu et al., 2018).

Nas áreas rurais, o turismo foi impulsionado no final do século XIX, como antítese ao turismo de massas e como uma estratégia de desenvolvimento alternativo (Ibănescu et al., 2018; Lane & Kastenholz, 2018; Tang, 2017). Com o passar do tempo, estes territórios têm sido marcados pelo declínio das atividades económicas tradicionais, como a agricultura, silvicultura e outras atividades do setor primário. O turismo rural, neste contexto, pode promover a regeneração das áreas rurais, por englobar uma diversidade de atividades, atrações naturais e culturais e instalação de serviços em áreas não urbanas (Ibănescu et al., 2018; Khartishvili et al., 2019; Lane & Kastenholz, 2018; Villanueva-Álvaro et al., 2017).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (1994) descreve o turismo rural como:

Uma atividade complexa e multifacetada: não é apenas um turismo baseado na exploração agrícola. Inclui férias em explorações agrícolas, mas também inclui férias de interesse especial na natureza e ecoturismo, passeios a pé, escalada e equitação, aventura, desporto e saúde, caça e pesca, viagens educacionais, turismo artístico e patrimonial e, em algumas áreas, turismo étnico. (p. 9)

Mais recentemente, este tipo de turismo foi definido como uma “atividade turística em que a experiência do visitante está relacionada a uma ampla gama de produtos geralmente ligados a atividades baseadas na natureza, agricultura, estilo de vida/cultura rural, pesca e passeios turísticos” (World Tourism Organization, 2023b).

Conceitos como: “Agroturismo”, que realça o papel das empresas agrícolas; “Turismo de montanha”, que se desenvolve em áreas com determinadas características inerentes à paisagem, topografia, clima, biodiversidade e comunidade local; “Turismo de natureza” ou “Ecoturismo”, com ênfase nos aspetos de conservação, a par da componente social, e que se concentra principalmente em produtos turísticos baseados na natureza; e o “Geoturismo”, que incide na valorização do património natural, especificamente, do património geológico, que é composto por elementos e/ou estruturas geológicas notáveis pelo seu valor científico, cultural e educativo; podem encontrar-se interligados com o turismo em espaços rurais (Alexandrowicz et al., 2009; Fassoulas et al., 2012; Fleischer

& Pizam, 1997; Frochot, 2005; Gössling, 1999; Hose, 2012; Telfer, 2002, citado por Khartishvili et al., 2019; Martínez-Graña et al., 2017; World Tourism Organization, 2023b).

Estes segmentos de turismo, representam um mercado em expansão, promovidos pela procura de alternativas aos espaços e ritmos das sociedades urbanas, aos serviços padronizados e impessoais, e à ânsia de alcançar no turismo atributos como: a paz e tranquilidade, espaços abertos e liberdade, naturalidade e tradição (Frochot, 2005; Lane & Kastenholtz, 2018; Martínez-Graña et al., 2017). A paisagem, combinada com elementos do património histórico e natural, as oportunidades de experiências ambientais e culturais de qualidade, incluindo atividades desportivas, e a busca pelo conhecimento, são as componentes-chave da procura pela maioria dos visitantes (Frochot, 2005; Lane & Kastenholtz, 2018). Pelos visitantes, é ainda percebido como benefício, a contribuição do turismo para a saúde física e mental das pessoas, reduzir o stress e a depressão, promovendo o bem-estar (Buckley, 2020; Frochot, 2005; Harris et al., 2021; Yergeau, 2020; Y. Zhang et al., 2019). Khartishvili et al. (2019) referem que estas formas de turismo se interligam aos princípios de desenvolvimento sustentável.

2.1.1.2 Impactos positivos e negativos nos territórios de destino

Com o crescente desenvolvimento do setor do turismo e estando este orientado principalmente para satisfazer as necessidades do visitante e para a oferta de experiências turísticas interessantes, começaram a ser observados impactos positivos e benéficos, mas também negativos e prejudiciais, resultantes desta atividade (Archer et al., 2012; García et al., 2014; Genovese et al., 2017; D.-W. Ko & Stewart, 2002; Mason P, 2021).

Idealmente, os impactos seriam unicamente positivos, quer em termos de benefícios para os visitantes, quer para os locais de destino e seus residentes. O turismo deveria contribuir para a melhoria das condições económicas locais, o reconhecimento sociocultural e a proteção dos recursos ambientais. Contudo, o planeamento e a comercialização do turismo foram orientados, em primeiro lugar, para a necessidade dos promotores e operadores turísticos de atraírem um grande número de visitantes e, assim, assegurarem um retorno financeiro adequado dos seus investimentos e operações e, em segundo lugar, no desejo dos decisores políticos de maximizarem os benefícios financeiros para o seu país ou região (Archer et al., 2012). Ambas as partes tendem a privilegiar os aspetos económicos do setor, mais facilmente quantificáveis e mensuráveis, no entanto, a história

tem vindo a demonstrar que o ênfase excessivo dado aos aspetos económicos e a negligência de outros fatores, conduziu a consequências sociais e ambientais adversas (Archer et al., 2012; Mason P, 2021).

O impacto causado pelo turismo depende tanto do número de visitantes como do perfil destes ao nível da duração da estadia, atividades, transportes utilizados, organização da viagem, entre outros aspetos (Archer et al., 2012). As características do local de destino, como os recursos naturais, o nível de desenvolvimento e a estrutura política e social (governança), são igualmente importantes, uma vez que determinam o grau de resiliência do local de destino em relação ao turismo e ao seu desenvolvimento (Buckley, 2012; Mathienson & Wall, 1982, citado por Archer et al., 2004).

Com o passar do tempo, a perceção e a consciencialização em torno dos impactos económicos, ambientais e sociais tem vindo a aumentar, como o demonstra o destaque que adquiriram na literatura (Archer et al., 2012; Buckley, 2012; Croes, 2014; Hunter & Shaw, 2007; Lee & Jan, 2019; Mason P, 2021; Miller et al., 2010; Su & Swanson, 2017).

O turismo de forma geral apresenta-se como uma atividade económica poderosa, com capacidade para criar negócios, emprego, rendimento familiar e receita pública contribuindo para a redução da pobreza (Akis et al., 1996; Andereck & Vogt, 2000; Comerio & Strozzi, 2019; García et al., 2014; Lee & Jan, 2019; Ars & Bohanec, 2010). Parte do acervo monetário deste setor é reintroduzido na economia do destino, criando assim ciclos de atividade económica (Archer et al., 2012; García et al., 2014).

Em áreas menos desenvolvidas, como os espaços rurais e de montanha, o impacto do turismo pode ser mais significativo (Archer et al., 2012; Frochot, 2005; Ibănescu et al., 2018; Mason P, 2021). A dimensão da população pode ser afetada pelas oportunidades de emprego criadas no setor turístico, visto que, abranda a migração, através da fixação de membros da comunidade local, e atrai novos trabalhadores, abrindo portas para a instalação de novos residentes (Buckley, 2012; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Mason P, 2021). A construção de infraestruturas de apoio ao setor (estruturas rodoviárias, entre outras instalações públicas e também privadas) que ficam simultaneamente disponíveis para utilização dos residentes locais, permitem o acesso a mercados mais alargados e o comércio de produtos locais, apoiando o desenvolvimento local. Nestas áreas, muito dos residentes são agricultores ou pescadores de subsistência e, ao envolverem-se na indústria do turismo, os seus rendimentos familiares podem aumentar (Akis et al., 1996; Archer et

al., 2012; García et al., 2014; Mason P, 2021). Este setor induz o crescimento económico também nas localidades vizinhas contribuindo assim para um desenvolvimento regional (Ibănescu et al., 2018; Pascariu & Tiganasu, 2014).

Entre diferentes países e, por vezes, entre diferentes regiões de um mesmo país, existem grandes diferenças socioculturais (Archer et al., 2012; Butler & Hinch, 2007). As interações entre a população local e os visitantes promove a partilha de conhecimentos interculturais, promovendo a compreensão mútua e a empatia. As comunidades locais podem sentir-se valorizadas e reconhecidas, aumentando a sua autoestima e confiança (Archer et al., 2012; García et al., 2014; Haralambopoulos & Pizam, 1996; D.-W. Ko & Stewart, 2002; Ramkissoon, 2020).

Esta atividade influencia positivamente a qualidade e diversidade de serviços oferecidos à população local dos destinos turísticos, alcançando, por vezes, um nível relativamente alto de prosperidade (Akis et al., 1996; Archer et al., 2012; García et al., 2014). Atender às diversas necessidades dos visitantes, cria oportunidades de lazer e estimula atividades culturais, deste modo, cresce o interesse na manutenção e preservação de edifícios históricos e sítios arqueológicos, promovendo o orgulho e a identidade cultural, permanecendo os valores culturais do destino (Akis et al., 1996; Andereck & Vogt, 2000; Brunt & Courtney, 1999a; Korça, 1996; Mason P, 2021; Oviedo-Garcia et al., 2008; Yoon et al., 2001). Além disso, pode contribuir para o empoderamento feminino, com base na igualdade de género, através de novas oportunidades económicas (emprego), promoção do empreendedorismo local (novos negócios) e de apoios financeiros à formação e à educação (capacitação) (Buckley, 2012; Ferguson, 2011; J. Zhang & Zhang, 2020). Deste modo, o turismo pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos residentes do local de destino turístico (Akis et al., 1996; Andereck et al., 2005; Andereck & Nyaupane, 2011; Andereck & Vogt, 2000; Bestard & Nadal, 2007; Buckley, 2012; McGehee & Andereck, 2004; Šegota et al., 2022; Yoon et al., 2001).

As experiências turísticas encontram-se intrinsecamente ligadas ao ambiente em que se inserem e muitos dos destinos turísticos tornaram-se populares e alvo de procura devido aos seus recursos naturais (exemplos: praias, rios, montanhas, florestas, entre outros). O incremento desta atividade, promove a proteção e a conservação dos recursos naturais (fauna e flora), consequentemente induz o aumento do controlo e da fiscalização. Além disso, pode aumentar a consciencialização ambiental, através de programas de formação e sensibilização. Assim sendo, esta consciencialização e a mudança comportamental

propicia, em certos casos, a construção e melhoria de infraestruturas de apoio (exemplo: rede de águas residuais, entre outras), a melhoria da paisagem e a criação de áreas protegidas (Andereck et al., 2005; García et al., 2014; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021).

Em seguida, apresenta-se uma síntese dos impactos positivos produzidos pelo setor do turismo, descritos na literatura (Quadro 2.3).

Quadro 2.3 - Síntese dos impactos positivos produzidos pelo setor do turismo

Tipologia de impacto	Descrição do impacto		Fontes
	Direto	Indireto	
Económico	Novas oportunidades de negócio	• Contribuição para a redução da pobreza; • Acesso a mercados mais alargados; • Aumento da comercialização de produtos locais; • Promoção do desenvolvimento local, regional e nacional.	Akis et al., 1996; Andereck & Vogt, 2000; Comerio & Strozzi, 2019; García et al., 2014; Lee & Jan, 2019; Ars & Bohanec, 2010
	Mais oportunidades de emprego		
	Aumento do rendimento familiar		
	Aumento da receita pública		
	Construção de infraestruturas de apoio ao setor (exemplo: estrutura rodoviária)		Akis et al., 1996; Archer et al., 2012; García et al., 2014; Mason P, 2021
	Crescimento económico de localidades vizinhas ao destino turístico		Ibănescu et al., 2018; Pascariu & Tiganasu, 2014.
Social	Redução da migração e fixação de novos membros na comunidade local	• Aumento da população local; • Promoção da compreensão e da empatia entre diferentes realidades socioculturais; • Aumento de sentimentos de autoestima e confiança; • Promoção do orgulho e da identidade cultural; • Aumento da manutenção e preservação de edifícios históricos e sítios arqueológicos, conservando os valores culturais; • Promoção da formação e educação; • Aumento da qualidade de vida.	Buckley, 2012; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Mason P, 2021
	Partilha de conhecimentos interculturais		
	Comunidades mais valorizadas e reconhecidas		
	Promoção de atividades culturais		
	Promoção do empoderamento feminino;		
			Archer et al., 2012; García et al., 2014; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Ko & Stewart, 2002; Ramkissoon, 2020
			Akis et al., 1996; Andereck & Vogt, 2000; Brunt & Courtney, 1999b; Korça, 1996; Mason P, 2021; Oviedo-Garcia et al., 2008; Yoon et al., 2001
			Buckley, 2012; Ferguson, 2011; J. Zhang & Zhang, 2020

Tipologia de impacto	Descrição do impacto		Fontes
	Direto	Indireto	
Ambiental	Promoção da formação e sensibilização ambiental	• Aumento da consciência para o património natural existente; • Gestão do património natural; • Criação de áreas protegidas; • Melhoria da paisagem; • Melhoria e construção de infraestruturas de apoio (exemplo: rede de águas residuais).	Andereck et al., 2005; García et al., 2014; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021.
	Promoção da proteção e a conservação dos valores naturais		
	Promoção da fiscalização e monitorização dos valores naturais		

O turismo apresentar-se como uma atividade económica relevante com capacidade de criar oportunidades de emprego, no entanto, muitas destas novas oportunidades de emprego obrigam os residentes a lidar com a sazonalidade do setor, ou seja, se não há atividade durante um período, também não há compensação monetária, o que leva os trabalhadores a necessitar de trabalhar em dois locais distintos ou a estar inativos durante um certo período. Esta situação pode, ainda, originar empregos mal renumerados e de baixas qualificações (Davidson & Sahli, 2014; García et al., 2014; Tatoglu et al., 2002).

O incremento deste setor de atividade faz aumentar os preços dos bens e dos serviços, refletindo no aumento do custo de vida. Como as receitas do turismo revertem normalmente apenas na rede de fornecimento deste setor, os restantes residentes ficam penalizados, o que pode contribuir para tornar os rendimentos mais desiguais. De modo geral, os padrões de vida sobem, assim como a inflação, despoletando a subida dos preços do mercado imobiliário e uma competição por este (Akis et al., 1996; Alam & Paramati, 2016; García et al., 2014; Ooi et al., 2015; Tatoglu et al., 2002; Vaughan & Ardoin, 2014),

A nível sociocultural, o crescimento do turismo potencializa a diminuição das atividades tradicionais, como a agricultura, perdendo-se saberes ancestrais e competências tradicionais (Akis et al., 1996; Andereck & Vogt, 2000; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Mason P, 2021). Genovese et al. (2017) afirma que tem havido uma competição entre o setor primário e o setor terciário, concretamente entre os sistemas agro-silvo-pastoris e o turismo, o que têm contribuído para o declínio contínuo dos sistemas agro-silvo-pastoris e aumentando a vulnerabilidade socioeconómica das regiões, em especial regiões de montanha, alterando o ambiente, a diversidade paisagística e as características sociais dessas regiões.

A interação entre diferentes contextos socioculturais, pode estimular mudanças comportamentais nos residentes locais, pressão social e sentimentos de angústia, devido às diferenças de aparência física e, talvez mais importante, às diferenças de comportamento cultural, muitas vezes associado a desinibições, pode consequentemente causar problemas de prostituição, álcool, drogas, jogo e vandalismo. Estas situações, ameaçam a identidade cultural e realidade social do destino turístico (Andereck et al., 2005; Andereck & Vogt, 2000; Archer et al., 2012; Diedrich & García-Buades, 2009; García et al., 2014; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Mason P, 2021; Saveriades, 2000; Sheldon & Abenoja, 2001).

Em áreas de crescente expansão turística, onde ocorrem fenómenos de massificação, outros impactos são relatados, como a sobrecarga populacional e problemas associados ao tráfego e ao estacionamento. Em casos extremos, as populações locais podem ficar impedidas de usufruir dos recursos locais (Andereck et al., 2005; Bestard & Nadal, 2007; Brunt & Courtney, 1999b; Dyer et al., 2007; García et al., 2014; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Sheldon & Abenoja, 2001).

No que respeita ao impacto ambiental, muitos dos ambientes de destino são frágeis e, ao introduzir atividades turísticas, principalmente o turismo de massas, incorre-se o risco de danificar ou destruir o património natural. É de referir, igualmente, que os impactos ambientais não se fazem apenas sentir no local turístico, mas também ao longo de todo o trajeto, com possíveis repercussões a nível mundial (Andereck et al., 2005; Buckley, 2012; García et al., 2014; Inkson & Minnaert, 2018).

A atividade humana, em particular a queima de combustíveis fósseis, tem contribuído para o aumento da concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, que por sua vez contribui para o aquecimento global e para as alterações climáticas. Os transportes rodoviários e aéreos, maioritariamente dependentes dos combustíveis fósseis, concorrem, assim, para a pegada de carbono da atividade turística, com consequente impacto no aquecimento global/alterações climáticas (Andereck et al., 2005; Buckley, 2012; Gössling, 2000; Inkson & Minnaert, 2018; Sun & Drakeman, 2021). Além disso, o setor do turismo utiliza outros componentes que contribuem, em diferentes proporções, para as alterações climáticas, como os equipamentos de ar condicionado, os sistemas de aquecimento, entre outros. No entanto, é ainda difícil quantificar o impacto deste setor no fenómeno das alterações climáticas (Inkson & Minnaert, 2018). Ao depender dos meios de transporte motorizados o turismo pode ainda contribuir para a poluição sonora (Akis et al., 1996; Andereck et al., 2005; Mason P, 2021).

No que concerne aos transportes utilizados pelo setor do turismo, Inkson e Minnaert (2018) mencionam os transportes marítimos como uma das fontes de contaminação da água, devido aos sistemas de combustível e às descargas inadequadas de resíduos.

A nível local, o turismo produz impactos no ar, na água, no solo, na biodiversidade e na paisagem (Archer et al., 2012; Buckley, 2012). Em termos paisagísticos, a construção de infraestruturas de apoio ao setor descontrolada e desenquadrada do meio circundante, causa mudanças estéticas (poluição visual), expansão física de áreas construídas e perda

de características naturais e culturais (Archer et al., 2012; Mason P, 2021). Muitas vezes, estas infraestruturas também contribuem para a poluição do ar, água e solo, através de emissões atmosféricas (equipamentos que durante o seu funcionamento libertam dióxido de carbono), deposição direta de resíduos no solo e na água, utilização inadequada de fertilizantes e pesticidas nos jardins e complexos desportivos, que contaminam os solos e lençóis freáticos, causando consequentemente impacto na biodiversidade (Archer et al., 2012; Buckley, 2012; Gössling, 1999; Inkson & Minnaert, 2018). Além de que, em alturas de maior pressão turística, o aumento de produção de resíduos pode condicionar a sua gestão, bem como, os recursos energéticos, como o gás e a eletricidade, e as reservas de água, podem ficar limitados (Aall, 2011; Buckley, 2012; Inkson & Minnaert, 2018).

Em áreas mais naturais, a pressão da atividade turística (pisoteio), causa degradação da vegetação compactação e erosão do solo (degradação). A compactação do solo resulta na alteração das propriedades básicas do solo, através da redução da permeabilidade e da porosidade, o que condiciona os processos de infiltração da água e a absorção de nutrientes, contribuindo para a perda do coberto vegetal e redução dos índices de humidade, consequentemente, promove os processos erosão. Estes fatores aumentam a probabilidade de deflagração de incêndios (Andereck et al., 2005; Buckley, 2012; Ferrara et al., 2015; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021; Sun & Walsh, 1998). Mesmo em casos que o contacto entre animais e visitantes é menos direto, o desenvolvimento da atividade turística, pode afetar o comportamento e o habitat destes (Andereck et al., 2005; Buckley, 2012; Ferrara et al., 2015; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021). Na literatura, associam também ao turismo, a propagação de agentes patogénicos no meio ambiente (Inkson & Minnaert, 2018).

Em seguida, apresenta-se uma síntese dos impactos negativos produzidos pelo setor do turismo, descritos na literatura (Quadro 2.4).

Quadro 2.4 - Sínteses dos impactos negativos produzidos pelo setor do turismo

Tipologia de impacto	Descrição do impacto		Fontes
	Direto	Indireto	
Económico	Empregos sazonais e precários	• Empregos com baixos rendimentos e baixas qualificações;	Davidson & Sahli, 2014; García et al., 2014; Tatoglu et al., 2002
	Aumento do preço dos bens e serviços	• Desenvolvimento económico desequilibrado;	Akis et al., 1996; Alam & Paramati, 2016; García et al., 2014; Ooi et al., 2015; Tatoglu et al., 2002; Vaughan & Ardoin, 2014
	Aumento da competição no mercado imobiliário e subida de preços dos imóveis	• Aumento do custo de vida – inflação; • Dificuldades no acesso a imóveis para habitação permanente.	
Social	Diminuição de atividades tradicionais (exemplo: agricultura)	• Perda de saberes ancestrais e competências tradicionais;	Akis et al., 1996; Andereck & Vogt, 2000; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Mason P, 2021
	Alteração comportamental por parte dos residentes dos locais de destino turístico, consequente da interação com os visitantes	• Alteração da realidade social e da identidade cultural; • Promoção de sentimentos de angústia e pressão (tensão social); • Emergência de problemas associados à prostituição, álcool, jogo e vandalismo; • Restrição de acesso a determinados recursos locais.	Andereck et al., 2005; Andereck & Vogt, 2000; Archer et al., 2012; Diedrich & García-Buades, 2009; García et al., 2014; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Mason P, 2021; Saveriades, 2000; Sheldon & Abenoja, 2001
	Sobrecarga populacional		Andereck et al., 2005; Bestard & Nadal, 2007; Brunt & Courtney, 1999a; Dyer et al., 2007; García et al., 2014; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Sheldon & Abenoja, 2001
	Problemas associados ao tráfego e estacionamento		
Ambiental	Aumento de emissões de gases poluentes para a atmosfera (exemplo: dióxido de carbono) pela utilização de transportes e outros equipamentos – poluição atmosférica	• Aumento da pegada de carbono; • Contribuição para o efeito de estufa; • Contribuição para as alterações climáticas; • Poluição visual;	Andereck et al., 2005; Buckley, 2012; Gössling, 2000; Inkson & Minnaert, 2018; Sun & Drakeman, 2021
Ambiental	Poluição sonora (ruído produzido pelos transportes)	• Degradação e perda de biodiversidade,	Akis et al., 1996; Andereck et al., 2005; Mason P, 2021

Tipologia de impacto	Descrição do impacto		Fontes
	Direto	Indireto	
	Degradação visual e perda de características naturais e físicas da paisagem devido à construção de infraestruturas descontroladas e desenquadradas	• Acesso limitado a recursos (energia, água, materiais); • Aumento da frequência de incêndios; • Propagação de agentes patogénicos.	Archer et al., 2012; Mason P, 2021
	Poluição do solo e da água pela deposição direta de resíduos e pela inadequada utilização de fertilizantes e pesticidas nos jardins e complexos desportivos das infraestruturas do setor turístico		Archer et al., 2012; Buckley, 2012; Gössling, 1999; Inkson & Minnaert, 2018
	Aumento da produção de resíduos e consequente insuficiência de estruturas de gestão (recolha e tratamento)		Aall, 2011; Buckley, 2012; Inkson & Minnaert, 2018
	Aumento do consumo de recursos energéticos, podendo condicionar o acesso a estes		
	Aumento do consumo água pode condicionar o acesso a este		
	Destruição da vegetação		Andereck et al., 2005; Buckley, 2012; Ferrara et al., 2015; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021; Sun & Walsh, 1998
	Compactação e erosão do solo		
	Perturbação e perda de habitats animal		Andereck et al., 2005; Buckley, 2012; Ferrara et al., 2015; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021
	Perturbação dos padrões comportamentais dos animais (alimentação/reprodução)		

O turismo é uma atividade em crescimento, num fenómeno à escala global, e que se tem vindo a estender a todos os territórios, incluindo as zonas rurais e espaços de elevado valor natural, criando oportunidades económicas e de valorização dos recursos locais. Mas o crescimento contínuo do turismo, quando mal planeado e orientado para uma visitação em massa, pode provocar a deterioração progressiva dos locais de destino, afetando os ecossistemas e gerando também diversas consequências negativas a nível económico e sociocultural (Archer et al., 2012; Choi & Sirakaya, 2006; Niñerola et al., 2019), como evidenciado anteriormente.

O mundo está a mudar e a experimentar alterações nos valores sociais que afetam a forma como pensamos e agimos enquanto indivíduos, empresas e governos. É um facto que esta mudança provocou um aumento na consciencialização dos impactos produzidos pelo setor do turismo. Como resultado, têm-se procurado opções alternativas de planeamento, gestão e desenvolvimento turístico, envolvendo todas as partes interessadas na tomada de decisão e na responsabilização, de forma, a aumentar os benefícios e a mitigar os impactos negativos (Archer et al., 2012; Buckley, 2012; Choi & Sirakaya, 2006; Murphy & Price, 2012).

2.1.1.3 Turismo sustentável: do conceito à prática

O crescimento e a dispersão do turismo deram origem a sentimentos de preocupação associados ao aumento da perceção dos impactos múltiplos e variados nos locais de destino, a preocupação em garantir formas de turismo mais sustentáveis é cada vez maior (Butler, 2018; Dudley, 2008).

O tema da sustentabilidade do turismo continua a despertar interesse, tendo sido impulsionado por dois fatores cruciais que o colocaram no mapa político: o relatório da Comissão Brundtland, intitulado O Nosso Futuro Comum, de 1987 e a Cimeira do Rio em 1992, sobre desenvolvimento sustentável (World Tourism Organization, 2022). A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), definiu desenvolvimento sustentável como o tipo de desenvolvimento capaz de “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (p. 24). As três dimensões da sustentabilidade, em inglês triple bottom line, ambiental, sociocultural e económica, são captadas na expressão do desenvolvimento sustentável (Paunović & Jovanović, 2017; Robertson, 2021).

O turismo sustentável baseia-se na ideologia e nos princípios do desenvolvimento sustentável (Ooi et al., 2015; Ruhanen et al., 2015; Waligo et al., 2013), ou seja, é uma forma de turismo que tem em “conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs” (United Nations Environment Programme & World Tourism Organization, 2005, p. 12). No que se refere à dimensão ambiental, o turismo sustentável reconhece que os recursos naturais não devem ser vistos como abundantes e inesgotáveis, mas sim, como finitos, com necessidade de proteção, para as gerações atuais e futuras, consciencialização e educação do público (Choi & Sirakaya, 2006; Miller et al., 2010). Não há dúvida de que o turismo sustentável deve ser economicamente viável, neste caso, a sustentabilidade refere-se à capacidade de as empresas de turismo obterem lucros e serem capazes de contribuir para o sucesso económico da indústria do turismo e da comunidade local (Ooi et al., 2015; Roberts & Tribe, 2008). A dimensão sociocultural do turismo sustentável aborda a equidade e a democracia, o respeito pela cultura e identidade comunitária, promovendo e protegendo as características culturais locais (Muller, 1994, citado por Ooi et al., 2015, p. 418), proporcionando mecanismos de participação comunitária, em resposta às necessidades e prioridades identificadas pelas comunidades anfitriãs (Cooke, 1982, citado por Ooi et al., 2015, p. 418; Robinson, 1999).

Embora o turismo sustentável seja amplamente aceite e promovido, o problema reside na prática, quando não se constata a priorização do desenvolvimento económico em detrimento do bem-estar dos residentes locais e da preservação da natureza (Flagestad & Hope, 2001; Hall, 2010; Mihalic, 2020; Sørensen & Grindsted, 2021). Tendo vindo a emergir fenómenos como o greenwashing, isto é, quando as entidades do setor do turismo utilizam o termo de sustentabilidade como uma estratégia de marketing, elevando a sua posição ética, para alcançar o consumidor, mas na realidade não implementam práticas sustentáveis significativas. Este fenómeno pode levar as entidades a fortalecer bases de poder e a legitimar práticas insustentáveis, comprometendo a credibilidade do conceito (Butler, 1999, 2018; Font et al., 2017; Schianetz & Kavanagh, 2008).

Como tal, é necessário um sistema de governança, políticas e ferramentas de avaliação eficazes para planear e gerir o desenvolvimento no caminho da sustentabilidade (Bramwell & Lane, 2011; Pan et al., 2018). A governança é compreendida como um sistema de gestão mais colaborativo e democrático, distinguindo-se do modelo tradicional, em que o controlo hierárquico é predominante (Fernández-Tabales et al.,

2017; Rasoolimanesh et al., 2020). Este sistema requer uma liderança política, bem como a participação informada de todas as partes interessadas relevantes, incluindo o governo, organizações, empresários, educadores, comunidade local e turistas (Pan et al., 2018). Como parte interessada, as comunidades locais são uma componente chave para o desenvolvimento sustentável e as estratégias de gestão devem-se focar nas preferências, desejos e necessidades da comunidade, procurando uma visão partilhada para o futuro do território (Butler, 2010; Dasí, 2008).

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Agenda 2030, um acordo mundial que envolve todos os Estados Membros das Nações Unidas para alcançar o desenvolvimento sustentável significativo antes do ano de 2030, identificando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados a 169 metas (Pizzi et al., 2020; Rasoolimanesh et al., 2020; Sachs, 2012; Yiu & Saner, 2014). Os ODS são um instrumento de governança comum, através de metas, para o desenvolvimento sustentável, sucessores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Embora os ODM tenham sido relativamente bem-sucedidos, não conseguiram integrar adequadamente os direitos humanos e promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. A ONU procurou integrar nos ODS o que os ODM não conseguiram alcançar (Biermann et al., 2017; Rasoolimanesh et al., 2020).

Os cinco temas orientadores da Agenda 2030 estabelecem uma estrutura para desenhar o turismo de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável: a) pessoas: o turismo deve atender às necessidades dos anfitriões e visitantes; b) planeta: o turismo deve reduzir os impactos negativos sobre o ambiente, contribuir para a conservação da diversidade biológica, proteger ativamente os ecossistemas terrestres e marinhos, e integrar a proteção climática; c) prosperidade: o turismo deve aumentar a benefícios sociais e económicos para a população local, d) paz: o turismo deve permitir a participação abrangente da população local nos processos de tomada de decisão, a fim de evitar conflitos, particularmente em situações de conflito ou pós-conflito, não deve agravar as causas de tensão social, mas contribuir para soluções; e e) parceria: o turismo deve facilitar o entendimento e a cooperação entre as partes interessadas (Monshausen et al., 2016; Rasoolimanesh et al., 2020; World Tourism Organization & United Nations Development Programme, 2018).

De acordo com Rasoolimanesh et al. (2020), o turismo encontra-se diretamente implicado na prossecução dos seguintes ODS: a) 8 – trabalho digno e crescimento económico b) 12

– produção e consumo sustentáveis e c) 14 – proteger a vida marinha. No entanto tem potencial para contribuir, direta e indiretamente, para a realização dos 17 ODS, desde a geração de crescimento inclusivo e erradicação da pobreza extrema até ao combate às alterações climáticas, desde a promoção da igualdade de género até à conservação dos ecossistemas marinhos e terrestres, e desde a promoção do diálogo entre diversas culturas até ao reforço da compreensão mútua e da paz (Monshausen et al., 2016; Rasoolimanesh et al., 2020; World Tourism Organization & United Nations Development Programme, 2018).

Para alcançar a sustentabilidade no turismo, é fundamental avaliar e monitorizar, recorrendo a ferramentas práticas e operacionais (Marinello et al., 2023; Rasoolimanesh et al., 2020). A avaliação e a monitorização contínua criam uma base de informação necessária para a gestão eficaz do setor do turismo em direção ao desenvolvimento sustentável (Vukadin et al., 2020). Nesse sentido, há um amplo consenso sobre a potencialidade dos indicadores como uma ferramenta flexível para medir e monitorizar as dinâmicas do turismo e os seus impactos, analisando e identificando as tendências de forma, a apoiar as políticas, estratégias e decisões das partes interessadas, com dados concretos, no caminho do desenvolvimento sustentável, como um relevante instrumento de suporte à tomada de decisão (Baldigara & Mamula, 2012; Marinello et al., 2023; Twining-Ward & Butler, 2002).

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) indicador é um conjunto de medidas que fornece informações necessárias para melhor compreender as ligações entre o impacto do turismo no ambiente cultural e natural em que este ocorre e do qual é fortemente dependente (World Tourism Organization, 1996). Os indicadores de sustentabilidade, aplicados ao setor do turismo, são fundamentais para: a) monitorizar o desempenho do setor, de modo a facilitar a avaliação de políticas e práticas turísticas; b) medir progressos e desenvolver estratégias/objetivos adequados para o futuro; e c) transmitir informações sobre o paradigma atual e cenários futuros a todos os intervenientes (Castellani & Sala, 2010; Vukadin et al., 2020).

Desde a década de 1990, têm vindo a ser desenvolvidos diversos modelos de indicadores de sustentabilidade do turismo (Farinha et al., 2019; Rasoolimanesh et al., 2020; Stone et al., 2022; Vukadin et al., 2020). A OMT foi pioneira no desenvolvimento de indicadores de desenvolvimento sustentável e responsável pela publicação de diversas informações e relatórios importantes (Vukadin et al., 2020). Em 2004, publicou *Um guia: Indicadores*

de Desenvolvimento Sustentável para Destinos Turísticos, contendo uma diversidade de indicadores, com base em questões-chave (Quadro 2.5), constituindo um ponto de partida para as partes interessadas fazerem corresponder indicadores aos objetivos políticos de um determinado destino (Agyeiwaah et al., 2017; Rasoolimanesh et al., 2020; Vukadin et al., 2020; World Tourism Organization, 2004). Nesse contexto, a OMT criou a Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável (INSTO) e a Comissão Europeia (CE) o Observatório Virtual de Turismo (VTO), com o objetivo de apoiar a gestão responsável do turismo e melhorar a sustentabilidade e a resiliência do sector (European Commission, 2022; Farinha et al., 2019).

Quadro 2.5 - Síntese de questões-chave e indicadores presentes no guia da OMT

Questões-chave	Indicadores
Satisfação local com o turismo	- Nível de satisfação local com o turismo (questionário).
Efeitos do turismo	- Rácio entre turistas e habitantes locais (média e período de ponta/dias); - Percentagem (%) que considera que o turismo contribuiu para a criação de novos serviços ou infraestruturas (com base no questionário); - Número e capacidade dos serviços sociais disponíveis para a comunidade (% dos atribuídos ao turismo).
Turista sustentável	- Nível de satisfação dos visitantes (com base num questionário); - Perceção da relação qualidade/preço (com base num questionário); - Percentagem de visitantes que regressam.
Sazonalidade no turismo	- Chegadas de turistas por mês ou trimestre (distribuição ao longo do ano); - Taxas de ocupação de alojamentos autorizados (oficiais) por mês (períodos de pico em relação à época baixa) e % de toda a ocupação no trimestre ou mês de pico); - % de estabelecimentos comerciais abertos todo o ano; - Número e percentagem de empregos no sector do turismo que são permanentes ou anuais (em comparação com os empregos temporários).
Benefícios económicos do turismo	- Número de pessoas locais (e rácio entre homens e mulheres) empregadas no turismo (também rácio entre o emprego no turismo e o emprego total); - Receitas geradas pelo turismo como % das receitas totais geradas na comunidade.
Gestão da energia	- Consumo per capita de todas as fontes de energia (global e por sector turístico - por pessoa/dia); - % de empresas que participam em programas de conservação de energia, ou que aplicam políticas e técnicas de poupança de energia; - % do consumo de energia proveniente de recursos renováveis (nos destinos, estabelecimentos).
Disponibilidade de água e conservação	- Consumo de água: (volume total consumido e litros por turista/dia); - Poupança de água (% reduzida, recapturada ou reciclada).

Questões-chave	Indicadores
Qualidade da água potável	- %de estabelecimentos turísticos com água tratada de acordo com as normas internacionais de potabilidade; - Frequência das doenças de origem hídrica: número/ % de visitantes que referem doenças de origem hídrica durante a sua estadia.
Tratamento de águas residuais (gestão de águas residuais)	- % de águas residuais do local que recebem tratamento (a nível primário, secundário e terciário); - % de estabelecimentos turísticos (ou de alojamento) no(s) sistema(s) de tratamento
Gestão de resíduos sólidos	- Volume de resíduos produzidos pelo destino (toneladas/mês); - Volume de resíduos reciclados (m³) / Volume total de resíduos (m³) (especificar por diferentes tipos); - Quantidade de resíduos espalhados em áreas públicas (contagens de lixo).
Controlo do desenvolvimento	- Existência de um processo de planeamento do uso do solo ou do desenvolvimento, incluindo o turismo; - % de área sujeita a controlo (densidade, conceção, etc.).
Controlo da intensidade de utilização	- Número total de chegadas de turistas (média, mensal, períodos de ponta); - Número de turistas por metro quadrado do local (por exemplo: em praias, atrações, entre outras).

Fonte: Adaptado de World Tourism Organization, 2004.

De acordo com a Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo de 2007, a CE publicou em 2013, posteriormente revisto em 2016, o *Sistema Europeu de Indicadores de Turismo* (ETIS), para aumentar a sustentabilidade e a competitividade dos destinos na Europa. Os ETIS são uma ferramenta de gestão, informação e monitorização voluntária, formados por 43 indicadores principais, que abrangem os aspetos fundamentais da monitorização da sustentabilidade de um destino, e 13 indicadores suplementares, subdivididos em categorias e critérios (Quadro 2.6). Esta ferramenta é especificamente vocacionada para um destino turístico sustentável (European Commission, 2016; Rasoolimanesh et al., 2020; Vukadin et al., 2020).

Quadro 2.6 - Síntese dos 43 indicadores principais do ETIS

Categorias	Crítérios	Indicadores
Gestão do destino	Política pública para turismo sustentável	- % de empresas ou estabelecimentos turísticos no destino que utilizam certificação voluntária/rotulagem ambiental/de qualidade/ sustentabilidade ou responsabilidade social das empresas.
	Satisfação do cliente	- % de turistas e visitantes diários satisfeitos com a sua experiência global no destino; - % de visitantes que repetem/retornam a um destino (no prazo de cinco anos).

Categorias	Critérios	Indicadores
Valor económico	Fluxo turístico (volume e valor) no destino	- Número de dormidas de turistas por mês; - Número de visitas de um dia por mês; - Contribuição do turismo para a economia do destino turístico (% do produto interno bruto); - Despesa diária por turista que pernoita; - Despesa diária dos visitantes em visitas de um dia.
	Desempenho da(s) empresa(s) de turismo	- Duração média da estadia dos turistas (noites); - Taxa de ocupação dos alojamentos comerciais por mês e média anual.
	Quantidade e qualidade do emprego	- % emprego direto no sector do turismo/ emprego total no destino; - % empregos no sector do turismo sazonais.
	Cadeia de abastecimento do turismo	- % alimentos, bebidas, produtos e serviços produzidos localmente adquiridos pelas empresas turísticas do destino.
Impacto social e cultural	Impacto social e comunitário	- Número de turistas ou visitantes/ 100 habitantes; - % residentes satisfeitos com o turismo recebido pelo destino (por mês/época); - Número de camas disponíveis em estabelecimentos de alojamento comercial/ 100 habitantes; - Número de residências secundárias/ 100 habitações.
	Saúde e segurança	- % turistas que se apresentam à polícia.
	Igualdade de género	- % homens e mulheres empregados no sector do turismo; - % empresas turísticas cuja direção está nas mãos de uma mulher.
	Inclusão e acessibilidade	- % quartos em estabelecimentos de alojamento comercial acessíveis a pessoas com deficiência; - % estabelecimentos de alojamento comercial que participam em programas oficiais de informação sobre acessibilidade; - % transportes públicos acessíveis a pessoas com deficiência e necessidades específicas de acessibilidade; - % atrações turísticas que são acessíveis a pessoas com deficiência ou que participam em programas oficiais de informação sobre acessibilidade.
	Proteção e valorização do património cultural, da identidade patrimonial	- % residentes que estão satisfeitos com o impacto do turismo na identidade do destino; - % eventos realizados no destino que se centram na cultura e no património tradicional/local.
Impacto ambiental	Reduzir a incidência dos transportes	- % turistas e visitantes diários que utilizam diferentes modos de transporte para chegar ao destino;

Categorias	Critérios	Indicadores
		- % turistas e visitantes diários que utilizam serviços locais, de mobilidade suave ou de transportes públicos para se deslocarem ao destino; - Deslocação média (km) dos turistas e visitantes diários do domicílio para o destino; - Pegada de carbono média dos turistas e visitantes do mesmo dia que viajam de casa para o destino.
	Alterações climáticas	- % de empresas turísticas envolvidas em regimes de atenuação das alterações climáticas, tais como: compensação de CO₂, sistemas de baixa energia, etc., e em respostas e medidas de “adaptação”; - % infraestruturas de alojamento e atração turística localizadas em zonas vulneráveis¹.
	Gestão de resíduos sólidos	- Produção de resíduos por noite de turismo em comparação com os resíduos da população em geral produção/pessoa (kg); - % empresas turísticas que separam os diferentes tipos de resíduos; - % total de resíduos reciclados por turista em relação ao total de resíduos reciclados/ residente por ano.
	Tratamento de águas residuais	- % esgoto tratado pelo menos a nível secundário antes da descarga.
	Gestão da água	- Consumo de água por noite de turismo em comparação com o consumo de água da população em geral por noite e residência; - % empresas turísticas que tomam medidas para reduzir o consumo de água; - % empresas turísticas que utilizam água reciclada.
	Consumo de energia	- Consumo de energia por noite de turismo em comparação com o consumo de energia da população em geral por noite e residência; - % empresas turísticas que tomam medidas para reduzir o consumo de energia; - % quantidade anual de energia consumida a partir de fontes renováveis (Mwh) em relação ao consumo global de energia a nível do destino por ano.
	Proteção da biodiversidade e paisagem	- % empresas locais do sector do turismo que apoiam ativamente a proteção, conservação e gestão da biodiversidade e das paisagens locais.

Fonte: Adaptado de European Commission, 2016.

¹ São consideradas zonas vulneráveis as “áreas expostas ou suscetíveis a um determinado perigo ou a um conjunto de perigos, tais como secas, inundações tempestades, episódios de precipitação intensa, avalanches tornados, furacões/ciclones, erupções vulcânicas terremotos, ondas de calor ou deslizamentos de terras” (European Commission, 2016, p. 45).

Em Portugal, a sustentabilidade constitui um princípio geral da política pública do turismo. No artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de agosto, encontram-se definidos três eixos fundamentais para a adoção do princípio da sustentabilidade no setor do turismo: (i) utilização e usufruto dos recursos ambientais com respeito pelos processos ecológicos, contribuindo para a conservação da natureza e da biodiversidade; (ii) respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades locais, visando a conservação e a promoção das suas tradições e valores; e (iii) viabilidade económica das empresas como base da criação de emprego, de melhores equipamentos e de oportunidades de empreendedorismo para as comunidades locais (Machado et al., 2018; Decreto-Lei n.º 191/2009, 2009).

Reconhecendo o setor do turismo como um instrumento determinante para a promoção da coesão territorial e para a criação de emprego e de riqueza, o governo português, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, aprovou a Estratégia Turismo 2027 (ET2027). A construção desta estratégia teve por base um processo participado, visando o alcance dos seguintes objetivos: (i) proporcionar um quadro referencial estratégico de 10 anos para o turismo nacional; (ii) assegurar a integração de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional; (iii) promover a integração de políticas setoriais; (iv) garantir a cooperação entre os vários agentes do turismo; (v) agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, 2017; Turismo de Portugal, 2017). De acordo com os indicadores disponibilizados pela OMT e pela CE, o Turismo de Portugal identificou um total de 28 indicadores de sustentabilidade dos destinos turísticos, correspondendo à dimensão ambiental, económica e social (Quadro 2.7). Estes indicadores constituem uma ferramenta de monitorização, com o objetivo de medir a sustentabilidade de um destino turístico em Portugal, apoiando a tomada de decisão nos processos de gestão (Leite et al., 2022; Turismo de Portugal, 2023b).

Quadro 2.7 - Indicadores de sustentabilidade dos destinos turísticos para Portugal

Dimensão	Indicadores
Económica	Emprego no turismo por situação profissional e duração do trabalho (nº)
	Estabelecimentos abertos todo o ano (%)
Económica	Estada média (n.º de noites)
	Número de dormidas
	Receitas turísticas (euros)

Dimensão	Indicadores
	Gasto médio/ turista (euros)
	Número de turistas
	Proveito médio/ dormida (euros)
	Receitas turísticas no PIB (%)
	Taxas de ocupação (%)
	Taxa de sazonalidade (%)
	Dependência dos 3 principais mercados (%)
Social	Unidades de alojamento adaptadas a hóspedes com necessidades especiais (%)
	Densidade turística (dormidas/km ²)
	Intensidade turística (dormidas/habitante)
	Número de camas disponíveis/ 1000 Residentes
	Emprego no turismo por escalão etário, género e escolaridade (n.º)
Ambiental	Águas balneares consideradas boas/excelentes (n.º)
	Despesas em ambiente por residente/ 1000 residentes
	Consumo de energia e emissões de CO ₂ no turismo (tonelada)
	Estabelecimentos com certificação (%)
	Estabelecimentos que otimizam o consumo de água (%)
	Estabelecimentos que otimizam o consumo de energia (%)
	Estabelecimentos que separam resíduos (%)
	Resíduos urbanos gerados pelo turismo (tonelada)
	Zonas balneares com bandeira azul (n.º)
	Emissões de CO ₂ no transporte aéreo (Toneladas CO ₂ / Passageiros)
	Dependência de mercados de longa distância (%)

Fonte: Adaptado de Turismo de Portugal, 2023.

De forma a apoiar a gestão responsável, aumentar a resiliência e melhorar a sustentabilidade do sector turístico, Portugal integra a rede INSTO, criada pela OMT, através do Observatório de Turismo Sustentável do Alentejo (ASTO), do Observatório de Turismo Sustentável do Algarve (AlgSTO) e do Observatório do Turismo dos Açores (OTA) (European Commission, 2022; Farinha et al., 2019; World Tourism Organization, n.d.). Para além desses três observatórios, Portugal conta com o Observatório de Turismo Sustentável do Centro (OTSCP) e o Observatório de Turismo Sustentável da Região do Porto e Norte de Portugal, cuja missão é monitorizar a atividade turística a nível regional (Turismo de Portugal, 2023a).

2.1.1.3.1. Governança para um turismo sustentável – exemplos à escala regional

Os objetivos estratégicos e os sistemas de indicadores anteriormente apresentados aplicam-se, sobretudo, à escala nacional, ou das regiões, não diferenciando territórios rurais e não rurais ou áreas de elevado valor natural. Também não há uma clarificação do modo de operacionalizar a utilização da informação recolhida em processos de diagnóstico e de avaliação orientados para a tomada de decisão à escala regional e até local. Apresentam-se de seguida alguns estudos nos quais esta dimensão regional e de orientação para uma tomada de decisão suportada em indicadores foram aplicados.

Blancas et al. (2011) propuseram um sistema de indicadores, assente em alguns dos indicadores disponibilizadas no guia da OMT, para analisar a sustentabilidade da atividade turística em destinos rurais com um sector turístico consolidado, incidindo a sua pesquisa em 270 destinos turísticos situados na Rede de Espaços Naturais Protegidos, na região de Andaluzia, em Espanha, excluindo do estudo as zonas costeiras. O sistema de indicadores proposto permite avaliar a sustentabilidade de um destino turístico sob diferentes pontos de vista (dimensão social, económica e ambiental), de forma, a capacitar as partes interessadas, facilitar o planeamento turístico e contribuir para os processos de tomada de decisão, com vista ao turismo sustentável (Blancas et al., 2011).

No processo de seleção dos indicadores, os autores começaram por identificar questões-chave e aplicaram critérios como a) importância e a pertinência para o planeamento/gestão; b) o âmbito espacial de análise; e c) a disponibilidade de dados estatísticos (Blancas et al., 2011), tendo em consideração, também, outras características como: a validade científica, a representatividade, a relevância, a fiabilidade, a sensibilidade, o carácter preditivo, a compreensibilidade, a comparabilidade, a transparência e a cobertura geográfica (Nardo et al., 2005, 2008; Romero et al., 2003, citado por Blancas et al., 2011)

Foram identificaram 85 indicadores, chave (aplicados à gestão do turismo sustentável em qualquer destino) e específicos (moldados para as características de um determinado destino) (Blancas et al., 2011). No anexo I apresenta-se uma síntese dos indicadores associados às questões-chave, componentes e orientações práticas. Os indicadores encontram-se identificados pela abreviatura IC, no caso dos indicadores chave, e IE no caso dos indicadores específicos.

Para quantificar os indicadores, os autores utilizaram como fonte de dados: a) o Instituto de Estatística da Andaluzia; b) o Observatório do Turismo; c) o Inquérito à Ocupação Hoteleira e Inquérito à Ocupação de Parques de Férias; d) a Rede de Espaços Naturais Protegidos da Andaluzia; e) o Inventário Digitalizado de Caminhos Agrícolas da Andaluzia; e f) algumas publicações e estatísticas de departamentos governamentais regionais e nacionais (Blancas et al., 2011).

O sistema de indicadores proposto compreende um grande número de indicadores, o que dificulta a sua operacionalização. De forma a ultrapassar essa limitação, os autores consideraram necessário sintetizar a informação, através da agregação de dados que resulta em indicadores compostos, designados índices de sustentabilidade, como: a) dimensionais (ferramenta adequada para a tomada de decisões unidimensionais); b) globais (ferramenta que permite medir o estado global de todas as questões sem analisar cada uma delas separadamente) (Blancas et al., 2011; Nardo et al., 2008; Saisana & Tarantola, 2002).

Os indicadores podem desempenhar múltiplas tarefas, neste estudo consideraram-se três funções: a análise comparativa e a caracterização dos destinos; a definição de práticas de benchmarking; e a quantificação dos objetivos do turismo sustentável (Blancas et al., 2011).

A Figura 2.2 ilustra a metodologia aplicada neste estudo.

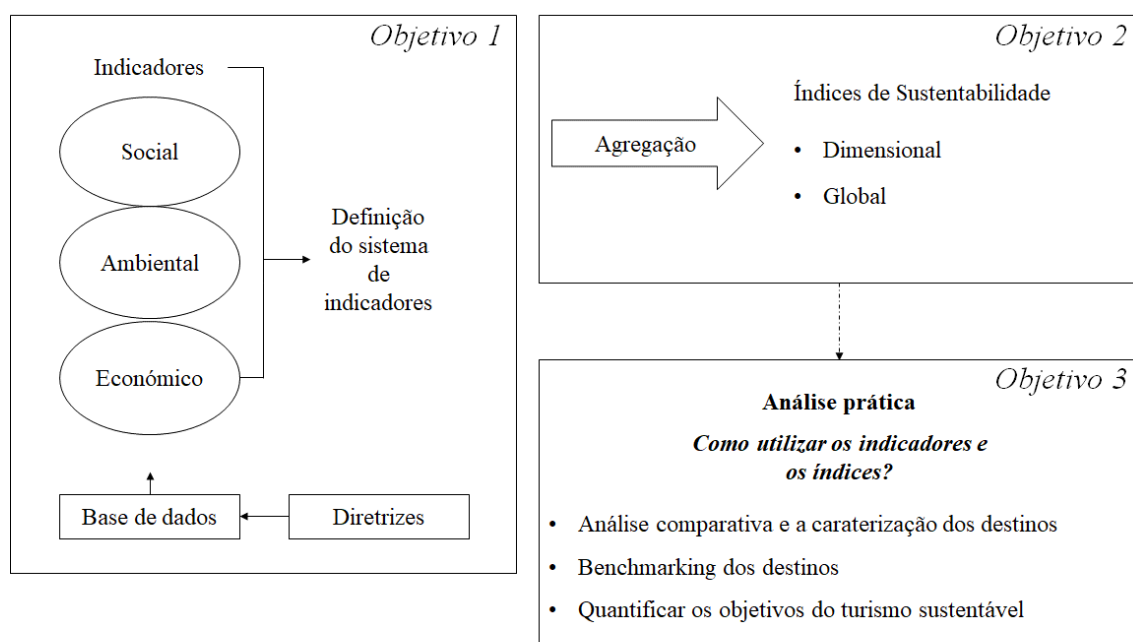


Figura 2.2 - Método de avaliação multidimensional (Adaptado de Blancas et al., 2011).

Na análise comparativa e caracterização dos destinos, a aplicação dos indicadores dimensionais, permitiu comparar os destinos e identificar os pontos fortes e fracos. De modo a consolidar os destinos mais sustentáveis, abordando os pontos fracos, os autores propuseram linhas de atuação, de forma a orientar as estratégias futuras relativamente a cada dimensão (Quadro 2.8) (Blancas et al., 2011).

Quadro 2.8 - Proposta de linhas de atuação regional para orientar as estratégias futuras

Dimensão	Linhas de atuação regional
Social	• Promover o controlo da capacidade de carga social; • Atuar sobre a ocupação irregular do solo pela população para evitar conflitos com o uso dos recursos e serviços sociais de destino; • Reforçar a capacidade das instituições locais para prestar serviços sociais básicos aos residentes e visitantes; • Melhorar a conservação e a valorização do património cultural para que este possa cumprir a sua função social;
Económica	• Melhorar os serviços básicos em termos relativos da oferta oficial de alojamento turístico e da oferta complementar relacionada com os serviços primários (exemplo: restauração); • Conseguir uma estadia média mais elevada através da diversificação da oferta turística, aumentando a variedade de experiências oferecidas aos visitantes.
Ambiental	• Melhorar o equipamento existente para a recolha seletiva de resíduos; • Promover a reutilização dos recursos hídricos envolvendo os estabelecimentos turísticos nesta tarefa; • Controlar os níveis de utilização turística dos recursos naturais e, por conseguinte, os níveis de pressão sobre o meio natural devido à utilização turística.

Fonte: Adaptado de Blancas et al., 2011.

Ainda nesta etapa, a utilização do índice global de sustentabilidade permitiu identificar as questões da sustentabilidade em que os destinos apresentam mais força, possibilitando aos autores propor linhas de atuação, com o objetivo de reforçar as zonas turística bem posicionadas e promover atividades nos destinos pior posicionados, reduzindo as diferenças e aumentando a convergência entre os destinos (Quadro 2.9) (Blancas et al., 2011).

Quadro 2.9 - Proposta de linhas de ação para reforçar a sustentabilidade e a convergência entre destinos

Linhas de ação
• Promover a proteção dos espaços naturais e a valorização dos recursos naturais de elevado valor ecológico; • Gerir os recursos energéticos de forma eficiente, maximizando a utilização de energias renováveis; • Incentivar a utilização pela procura de serviços de alojamento em estabelecimentos registados; • Promover a criação de emprego direto no turismo; • Adotar medidas para reforçar o sentimento de segurança do visitante no destino, promovendo uma ação eficaz dos serviços de segurança e de emergência do destino; • Promover a melhoria da oferta de serviços complementares; • Incentivar a criação de condições sociais adequadas para garantir a máxima exploração dos benefícios sociais do turismo; • Criar e melhorar as infraestruturas para assegurar o transporte de passageiros e o acesso aos recursos do destino; • Aumentar a satisfação dos visitantes; • Promover uma ação global e coordenada em matéria ambiental.

Fonte: Adaptado de Blancas et al., 2011.

Para as práticas de benchmarking, os autores consideraram o município de Hornachuelos, um destino rural, como caso de estudo. Compararam o índice de sustentabilidade ambiental de Hornachuelos com outros municípios, identificando os pontos fracos e as lacunas de desempenho do município. O município de Sanlúcar de Guadiana é a referência interna para gestão de resíduos, enquanto Monachil é a referência externa para gestão de águas residuais e reciclagem de água. Os desvios negativos estão relacionados com esses aspetos. A análise das ações nestes destinos de referência oferece informação aos gestores para formularem políticas que reduzam as lacunas de desempenho, adaptando-se às práticas mais eficientes observadas em outros locais (Blancas et al., 2011).

Os indicadores propostos podem ser utilizados para estabelecer um valor objetivo para formular e quantificar os objetivos da política de turismo sustentável. A análise comparativa dos valores médios obtidos permite sugerir orientações para futuros planos turísticos regionais, destacando a necessidade de políticas que maximizem os benefícios da atividade turística em termos de emprego, rendimentos e infraestruturas, de forma a

mitigar os efeitos negativos da sazonalidade típica do turismo. No futuro, os autores consideram que pertinente completar o estudo com uma abordagem participativa (Blancas et al., 2011).

Em Portugal e a título de exemplo, o ASTO utiliza um conjunto de vários indicadores, repartidos por domínios, para monitorização dos destinos turísticos. A seleção deste conjunto de indicadores teve por base os sugeridos pela OMT e pela CE (Palma et al., 2017). No anexo II apresenta-se uma síntese dos indicadores. Enquanto, o OTSCP criou um sistema de monitorização para medir o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos a nível regional, com base no sistema de indicadores do ETIS. Este sistema é composto por diversos indicadores comuns e específicos correspondentes a várias áreas de atuação (Dias & Góis, 2023). No anexo III apresenta-se uma síntese dos indicadores.

Há uma preocupação em gerir o turismo para constituir um componente positivo para o desenvolvimento sustentável. Essa preocupação manifesta-se na criação de sistemas de governança que incluem a definição de objetivos e metas, e a concretização de indicadores suscetíveis de monitorização ao longo do tempo para informar os decisores no processo de diagnóstico, planeamento e ação. Como se pode observar, os sistemas apresentados anteriormente apresentam tópicos comuns, dos quais se destacam:

- Abordagem em quatro dimensões (social, económica, ambiental e de governança).
- Componente económica: (i) dimensão do fluxo turístico no destino (volume, valor); (ii) aspetos temporais do fluxo turístico (duração da estadia e sazonalidade); (iii) emprego no turismo (quantidade e estabilidade).
- Componente ambiental: (i) gestão dos resíduos; (ii) gestão da água; (iii) gestão da energia; (iv) conservação e proteção do património natural; e (v) alterações climáticas (emissões de gases com efeito de estufa).
- Componente social: (i) impacto social e comunitário na população residente; e (ii) proteção e valorização do património cultural.
- Componente governança: (i) instrumentos de gestão do destino (planeamento e monitorização na perspetiva da sustentabilidade); e (ii) satisfação do cliente.

Para além destes tópicos comuns é possível identificar outros aspetos pertinentes para o desenvolvimento de um turismo sustentável, tais como, a certificação voluntária (ambiental, qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social), a cadeia de abastecimento (inclusão de produtos endógenos), a segurança e saúde, igualdade de

género, inclusão social e acessibilidades. De referir ainda que, no estudo de Blancas et al. (2011), a componente social alude para o cálculo da capacidade de carga, que permite estabelecer limites ao número de visitantes face ao número de residentes locais.

É possível constatar que a literatura sugere uma diversidade de indicadores. Vários destinos turísticos aplicam indicadores básicos comuns. Na medida em que diferem nas questões de sustentabilidade que enfrentam e nos mecanismos de governança que empregam, recorrem também a indicadores específicos para cada local (Biermann et al., 2017; Rasoolimanesh et al., 2020). É importante que as partes interessadas dos destinos turísticos definam as suas próprias prioridades e desenvolvam indicadores que respondam adequadamente às suas prioridades e que sejam viáveis de implementar (Rasoolimanesh et al., 2020; World Tourism Organization, 2004).

Alcançar a sustentabilidade no turismo vai além de avaliações e monitorizações, requer mudanças profundas a nível comportamental da sociedade humana, de forma, a potencializar o impacto positivo e mitigar os riscos. As partes interessadas, incluindo decisores políticos, empresas, comunidade local e os próprios turistas, terão de trabalhar em conjunto para planear e promover um turismo responsável e sustentável em todo o mundo (Buckley, 2012; World Tourism Organization & United Nations Development Programme, 2018).

2.1.2 Turismo de natureza e ecoturismo

Uma das formas de turismo em crescente expansão é o turismo orientado para experiências na natureza. Esta forma de turismo é promovida como uma oportunidade única para os turistas verem e experimentarem ambientes naturais e costumes locais de comunidades com modos de vida integrados em espaços de elevado valor natural. Do ponto de vista dos territórios, este tipo de turismo pode proporcionar emprego local às populações, preservar os ecossistemas naturais e as culturas locais, e possibilitar a resolução de problemas ecológicos, económicos, socioculturais e políticos que impeçam o desenvolvimento sustentável (Shores, 1996).

O turismo baseado na natureza contempla uma diversidade de designações e de realidades. Daí a importância da precisão conceptual no que se refere às designações “turismo de natureza” e “ecoturismo”. Goodwin (1996) identifica uma diferença concetual entre estas duas designações. Descreve o turismo de natureza como o tipo de turismo que engloba todas as formas de turismo (turismo de massas, turismo de aventura,

turismo de baixo impacto, ecoturismo) com fruição dos recursos naturais. Inversamente, o ecoturismo é um:

Turismo de natureza de baixo impacto que contribui para a manutenção de espécies e habitats, quer diretamente através da contribuição para a conservação, quer indiretamente, proporcionando receitas à comunidade local suficientes para que as pessoas locais valorizem e, por conseguinte, protejam o seu património” (Goodwin, 1996, p. 288).

Para Gössling (1999), o ecoturismo representa um segmento do turismo de natureza, não se confundindo com este. Segundo Shores (1996), as “viagens em que todas as atividades são ecologicamente benéficas”, designam-se por ecoturismo (p. 3). É provável que, na origem, houvesse uma maior proximidade entre turismo de natureza e ecoturismo e que, com a sua expansão e diversificação, se torne mais importante clarificar as diferenças. Note-se que a preservação da natureza como parte da atividade turística era já discutida pelo autor Lothar Machura, em 1954, na sua obra *Nature protection and tourism: with particular reference to Austria* (Fennell, 2020; Machura, 1954).

Mais recentemente o termo ecoturismo evoluiu de um turismo orientado para a natureza para um turismo que enfatiza simultaneamente aspetos naturais e culturais dos destinos (Wallace & Pierce, 1996). Na década de 1980 surgiu a primeira definição formal de ecoturismo:

Viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas ou não contaminadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar da paisagem e das suas plantas e animais selvagens, bem como de quaisquer manifestações culturais existentes (tanto passadas como presentes) encontradas nestas áreas (Ceballos-Lascurain (1987) citado por Donohoe & Needham (2006), p. 193).

Esta definição foi amplamente aceite, centrando-se na importância das áreas naturais, no domínio cognitivo, afetivo e comportamental. Outros autores adotam uma posição mais crítica, sugerindo que esta definição se concentra nos motivos do viajante e no que eles fazem, e não nos impactos que as viagens podem ter no ambiente cultural e ecológico. Apesar das limitações apontadas, elementos desta definição foram incorporados em definições mais recentes de ecoturismo (Fennell, 2001).

Alguns autores descrevem o ecoturismo como uma extensão do desenvolvimento sustentável (Fennell, 2001; Ars & Bohanec, 2010; Wight, 1993). No caso de Brandon

(1996), ecoturismo são viagens ambientalmente responsáveis a áreas naturais relativamente pouco perturbadas, para desfrutar e apreciar a natureza, que promovam a conservação, tenham um impacto negativo reduzido e proporcionem um envolvimento socioeconómico ativo e benéfico para as populações locais. Para Wallace e Pierce (1996) a definição de ecoturismo abrange seis características chave, que incluem:

- a) utilização turística que permita minimizar os impactos negativos para o ambiente e para a população local; b) sensibilização e compreensão dos sistemas naturais e culturais de uma área e o subsequente envolvimento dos visitantes em questões que afetam esses sistemas; c) conservação e a gestão das áreas legalmente protegidas e de outros espaços naturais; d) participação da população local no processo de tomada de decisão que determina o tipo de turismo que deve ocorrer; e) orientação dos benefícios económicos e outros para as populações locais, que complementam e não sobrecarregam ou substituem as práticas tradicionais; e f) oferta de oportunidades especiais à população local e aos funcionários do turismo para utilizarem e visitarem áreas naturais e aprenderem mais sobre as maravilhas que outros visitantes vêm ver (p.848).

Por sua vez, Honey (1999) define ecoturismo através de sete características, que incluem:

- a) viajar para destinos naturais; b) minimização de impactos; c) consciencialização ambiental; d) proporcionar benefícios financeiros diretos e benefícios para a conservação; e) proporcionar benefícios financeiros e capacitação para as populações locais; f) respeito pela cultura local; e g) apoio aos direitos humanos e aos movimentos democráticos (p.207).

Donohoe e Needham (2006) efetuaram uma análise profunda aos conteúdos das definições de ecoturismo presentes na literatura, identificando seis temas consistentes nas definições analisadas: a) baseado na natureza; b) preservação; c) educação; d) sustentabilidade; e) distribuição de benefícios; e f) ética/responsabilidade. Segundo estes autores, a ausência de um destes componentes essenciais do ecoturismo contribuiu para problemas como o *greenwashing*, oportunismo ambiental e/ou eco exploração.

Ainda, Newsome et al. (2012) defendem que o ecoturismo compreende cinco características inter-relacionadas, o que o distingue de outros tipos de turismo. A experiência deve ser baseada na natureza, ecologicamente sustentável, educativa do ponto de vista ambiental, localmente benéfica e satisfatória para os visitantes. Embora as três

primeiras características sejam consideradas essências no ecoturismo, os autores reconhecem que as duas últimas são desejáveis para todas as formas de turismo.

O ecoturismo tem sido debatido na literatura científica há pelo menos três décadas (Morais, 2022). Ao longo do tempo têm surgido, como vimos, diversas definições que diferem em pormenor. No entanto, vários autores concordam que o ecoturismo é como uma coleção complexa e sinérgica das dimensões socioculturais, ambientais e económicas (Bjork, 2000; Donohoe & Needham, 2006; Neil & Wearing, 1999; Weaver, 2005).

O aumento do interesse no ecoturismo é amplamente atribuído ao surgimento do paradigma do turismo sustentável (Krüger, 2005). O ecoturismo, de facto, abrange os princípios da sustentabilidade, mas refere-se explicitamente a um nicho de mercado e a uma tipologia muito característica de destinos. É considerado um tipo de turismo que decorre em áreas naturais, normalmente envolvendo alguma forma de experiência interpretativa do património natural e cultural, apoiando a conservação e as comunidades locais, e normalmente organizado para pequenos grupos de visitantes (United Nations Environment Programme & United Nations World Tourism Organization, 2005).

No âmbito do Ano Internacional do Ecoturismo das Nações Unidas, em 2002, reuniram-se vários representantes do setor público, privado e organizações não governamentais de 132 países, na cidade de Quebec, no Canadá, formando a Cúpula Mundial de Quebec. Este evento originou um documento, a Declaração de Ecoturismo de Quebec, onde se reconhece que o ecoturismo adota os princípios do turismo sustentável, no que diz respeito aos impactos económicos, sociais e ambientais do turismo, contudo, também identifica que o ecoturismo adota princípios específicos, que o distingue do conceito mais amplo de turismo sustentável. Na declaração consta que o ecoturismo: a) contribui ativamente para a conservação do património natural e cultural; b) deve incluir as comunidades locais no planeamento, desenvolvimento e funcionamento das atividades, assim como contribuir para o seu bem-estar; c) interpreta o património natural e cultural dos destinos; e d) atende melhor a viajantes independentes, bem como a passeios organizados para pequenos grupos de tamanho (Buckley, 2002; Fennell, 2004; Morales, 2022; United Nations Environment Programme & United Nations World Tourism Organization, 2005; Weaver & Lawton, 2007; World Ecotourism Summit, 2002).

Mais recentemente, em 2015, a Sociedade Internacional de Ecoturismo definiu o ecoturismo como "viagens responsáveis a áreas naturais que conservam o ambiente,

sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação", ou seja, o ecoturismo atua em três grandes áreas: na conservação (fornece incentivos económicos eficazes para a conservação e o reforço da diversidade biocultural e apoia a proteção do património natural e cultural), nas comunidades (potencia o aumento da capacidade local e das oportunidades de emprego, sendo um veículo eficaz para capacitar as comunidades locais, lutar contra a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável), e na interpretação (ênfase no enriquecimento das experiências pessoais e na consciencialização ambiental, potencia uma maior compreensão e apreciação da natureza, da sociedade local e da cultura). Aqueles que implementam, participam e comercializam atividades de ecoturismo devem adotar os seguintes princípios de ecoturismo:

a) minimizar os impactos físicos, sociais, comportamentais e psicológicos; b) criar consciência e respeito ambiental e cultural; c) proporcionar experiências positivas tanto para os visitantes como para os anfitriões; d) proporcionar benefícios financeiros diretos para a conservação; e) gerar benefícios financeiros tanto para a população local como para a indústria privada; f) proporcionar aos visitantes experiências interpretativas memoráveis que ajudem a sensibilizar para o clima político, ambiental e social dos países de acolhimento; g) conceber, construir e explorar instalações de baixo impacto; e h) reconhecer os direitos e as crenças espirituais das comunidades locais e trabalhar em parceria com eles para criar autonomia (The International Ecotourism Society, 2015).

O ecoturismo geralmente ocorre em áreas protegidas², classificadas e remotas, áreas de excecional beleza, interesse ecológico e importância cultural. Essas áreas encontram-se estabelecidas com o objetivo de conservar a biodiversidade e deter a perda em larga escala dos ecossistemas naturais (Neil & Wearing, 1999).

O turismo convencional pode representar uma ameaça às áreas protegidas, comprometendo significativamente os ecossistemas e as qualidades naturais em que os parques se baseiam, devido à pressão causada sobre esses recursos, em outros termos, os impactos provados nos ecossistemas (Goodwin, 1996). Por outro lado, o ecoturismo é frequentemente visto com forte potencial para apoiar a conservação da natureza e o

² Áreas protegidas são áreas delimitadas geograficamente e geridas de forma a alcançar a conservação da natureza, dos serviços de ecossistemas e valores culturais associados (Butler, 2018; Dudley, 2008).

desenvolvimento das comunidades locais, quando cuidadosamente planeado, gerido e controlado (Chung et al., 2018; Goodwin, 1996; McCombes et al., 2015).

As áreas protegidas podem beneficiar com o ecoturismo, pois este pode: a) contribuir diretamente para a conservação dos ecossistemas e para investimento na manutenção dos habitats e das espécies, através de taxas de entrada nas áreas e pagamento por serviços prestados, como orientação, interpretação, alojamento, entre outros; b) permitir que a população local beneficie economicamente da área protegida na qual vive (novas oportunidades de emprego e de renda), deste modo, a probabilidade da população explorar a área de forma menos sustentável é menor e o interesse em proteger o património é maior; e c) constituir um meio de capacitação, educação e sensibilização, para a importância da conservação e da literacia ecológica e cultural, quer para os visitantes quer para a população local (Chung et al., 2018; Goodwin, 1996; McCombes et al., 2015; World Tourism Organization, 2002).

O ecoturismo em áreas protegidas de montanha incide principalmente na experiência de áreas naturais e na promoção da compreensão, apreciação e conservação ambiental e cultural (Ars & Bohanec, 2010), "não degrada o ambiente natural e cultural das regiões, proporciona benefícios económicos, ambientais e sociais às comunidades" (Nepal, 2002, p. 104), devendo incluir um processo de planeamento participativo, a fim de incorporar o desenvolvimento, o respeito pelo ambiente, a eficiência, a autenticidade e a gestão centrada nas pessoas (Muller, 1996, citado por Ars & Bohanec, 2010).

Ars e Bohanec (2010), estudaram o ecoturismo no Parque Nacional Triglav, nos Alpes da Eslovénia, concretamente, as infraestruturas, como as cabanas, que oferecem hospedagem e alimentação aos montanhistas, e são consideradas importantes para o desenvolvimento do turismo na região. Estes consideraram que para a promoção de um ecoturismo de qualidade é necessário conceber e implementar uma estratégia de gestão, envolvendo questões relacionadas com a tomada de decisão, tais como: (a) aplicar ações de conservação da biodiversidade; (b) equilibrar a exploração dos recursos naturais; (c) organizar/gerir as infraestruturas; (d) conseguir a satisfação e cooperação dos habitantes locais e dos turistas; e (e) colmatar a falta de recursos financeiros (Ars & Bohanec, 2010, p. 2554).

Centrando-se nos problemas das infraestruturas, Ars & Bohanec (2010) concluíram que existe a necessidade de mudança, de forma a reduzir o impacto ambiental e a promover o

ecoturismo de qualidade, propondo ações designadamente no setor da energia, rede de abastecimento, gestão de resíduos e águas residuais.

Duglio et al. (2019b) realizaram um estudo sobre o turismo no Vale Soana, uma pequena comunidade de montanha localizada no noroeste dos Alpes Italianos, na região do Piemonte. Este Vale integra o Parque Nacional Gran Paradiso, o que tem permitido manter um elevado nível de biodiversidade de acordo com o seu âmbito institucional (Duglio et al., 2019a). Esta região apresenta um vasto património agrícola, sendo um dos principais setores de atividade, especificamente o ramo pecuário. No estudo, foi considerado essencial promover uma oferta turística mais sustentável, devendo concentrar-se em novas formas de turismo que permitam impulsionar o desenvolvimento local, conciliando a atividade turística com o património agrícola, sublinhando que o ecoturismo pode ser uma alternativa importante para a estratégia turística (Duglio et al., 2019a; Strobl et al., 2015). Através da auscultação às partes interessadas, concluíram que a promoção do território deve ser direcionada para um perfil de visitante que procure os valores locais (produtos locais, história e cultura) e o contacto com a natureza. O resultado desta auscultação permitiu identificar limitações e ações necessárias para alcançar um turismo mais sustentável, tais como: a) promover uma gestão cooperativa das terras agro-pastoris, que contrarie a fragmentação e riscos, como por exemplo os incêndios, contribuindo, assim, para a proteção e a conservação do património natural e paisagístico; b) promover novas formas de hospitalidade, como a partilha de casas, sendo que o Vale é caracterizado por um elevado número de segundas habitações e pela presença de vários habitantes jovens, mais propensos a utilizar plataformas de partilha de casas, o que permite criar novas oportunidades de renda e reduzir o risco de turismo de massas; e c) criar uma marca comum para os produtos locais que os identifique, certifique quanto à sua qualidade e reconheça a sua ligação ao território, impulsionando a procura turística e a economia (Duglio et al., 2019a).

Com base nos dados disponíveis do mercado, as viagens impulsionadas pelo desejo de apreciar, contemplar e interagir com a natureza têm vindo a aumentar, especialmente na Europa. Esse crescimento tem ocorrido a uma média anual de cerca de 5% nos últimos anos, além disso, as projeções sugerem que esta tendência de crescimento irá intensificar-se nos próximos anos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, 2015).

Em Portugal o turismo em áreas naturais protegidas tornou-se uma aposta estratégica (Martins et al., 2022), tendo sido privilegiada a designação de Turismo de Natureza, e não

ecoturismo. Este conceito foi introduzido pela primeira vez em 1999, no Decreto-Lei n.º 47/99, no qual se definiu Turismo de Natureza como um “produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, adiante designadas por áreas protegidas” (Decreto-Lei n.º 47/99, 1999:806). É interessante constatar que neste diploma legal se considerava que o “turismo de natureza é uma vertente da atividade turística ainda incipiente no nosso país” (Decreto-Lei n.º 47/99, 1999:806).

No âmbito específico das atividades de animação turística o Decreto-Lei n.º 95/2013 redefiniu o conceito de Turismo de Natureza, como “atividades de animação turística desenvolvidas em áreas classificadas ou outras com valores naturais (...)” (Decreto-Lei n.º 95/2013, 2013, p. 4193). Há, portanto, um alargamento da abrangência do conceito em termos territoriais, mantendo-se as áreas protegidas, mas incluindo já as áreas classificadas (nomeadamente as da Rede Natura 2000) e outros espaços com valores naturais.

O Turismo de Natureza é conduzido pelo Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), inicialmente criado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, e atualizado por um novo PNPT em 2015, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015. Este programa determina que o turismo nas áreas protegidas:

Deve ser sustentável a longo prazo, de forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à biodiversidade, e contribuir de maneira positiva para o desenvolvimento económico local, garantindo que a utilização dos recursos não compromete o seu usufruto pelas gerações futuras (Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, 2015, p. 4923).

O PNTN é um elemento estruturante que tem como objetivo principal:

A promoção e afirmação dos valores e potencialidades das áreas classificadas e de outras áreas com valores naturais e culturais, propiciando a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e sustentáveis nos municípios abrangidos por aquelas áreas e promovendo a integração e sustentabilidade dos seguintes domínios: a) conservação da natureza; b) desenvolvimento local; c) qualificação da oferta turística; d) diversificação da atividade turística; e e) divulgação e

valorização do património cultural (Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, 2015, p. 4923).

A política do turismo em Portugal reconhece a relevância do turismo de natureza, bem como a sua aplicação nas áreas protegidas, através da ET2027. Na ET2027 encontram-se estabelecidos cinco eixos estratégicos prioritários e respetivas linhas de atuação (Martins et al., 2022; Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, 2017). O turismo encontra-se identificado no eixo “valorizar o território e as comunidades”, correspondendo à linha de atuação “potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação”, tendo como objetivo prioritário, dentro dessa linha de atuação, o “desenvolvimento do turismo de natureza através de projetos de valorização económica e gestão ativa do património natural e rural, onde se inclui a rede de nacional de áreas protegidas, as reservas da biosfera e os Geoparques” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, 2017, p. 5528).

O termo ecoturismo é oficialmente utilizado pela primeira vez em 2019, quando a Assembleia da República publicou a Lei n.º 86/2019, de 3 de setembro, com o intuito de promover o desenvolvimento do ecoturismo em Portugal, através de programas regionais de ecoturismo (PRE), para as áreas geográficas do nível II da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II). Os PRE deveriam ser desenvolvidos pelas Entidades Regionais de Turismo (ERT). Esta lei determina que o desenvolvimento do ecoturismo visa garantir os objetivos de sustentabilidade, tais como:

- a) preservação das paisagens características; b) conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais básicos; c) integração e promoção de relações de proximidade com as populações locais e com a sua cultura própria; d) articulação com outros setores económicos locais e atividades sustentáveis; e e) eficiência no uso da água, da energia e contenção na produção de resíduos (Lei n.º 86/2019, 2019, p. 37).

Atualmente, apenas a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e a BIOSPHERE Portugal apresentaram o Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo (PREST) para um horizonte 2023-2030. Este programa apresenta-se como instrumento estratégico assente nas orientações emanadas na Lei n.º 86/2019, de 3 de setembro (Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo & BIOSPHERE Portugal, 2023). É possível evidenciar que este programa é orientado pelos

princípios fundamentais da sustentabilidade, incluindo aspetos do ecoturismo como: (i) planeamento estratégico e governança; (ii) participação e cooperação das comunidades locais, com foco no bem-estar social; e (iii) capacitação das partes interessadas. No anexo IV apresenta-se a proposta do PREST.

Apesar do termo ecoturismo ter registado um aumento significativo no mercado português, devido à crescente procura por territórios onde o património natural e cultural é valorizado, protegido e conservado (Carvalho et al., 2015), a implementação deste tipo de turismo em Portugal tem-se demonstrado exígua. A dificuldade de aplicação do conceito de ecoturismo pode residir no processo de gestão das partes interessadas (Diamantis, 2018).

Nos últimos anos, a governança do turismo em áreas protegidas numa lógica de aproximação ao conceito de ecoturismo, é marcada pelo modelo de cogestão, ainda emergente, e pela implementação, em vários espaços classificados e protegidos, da Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS).

2.1.2.1 Governança do turismo em áreas rurais e naturais

Cada território, especialmente áreas rurais, de montanha, sensíveis³ e protegidas, apresentam características únicas e diversificadas, o que o torna especialmente atrativo para os turistas, contudo, esses territórios são complexos, o que não permite apenas a implementação de estratégias globais padronizadas (Duglio et al., 2019b; Fernández-Tabales et al., 2017; Stone et al., 2022).

No passado, a criação de áreas protegidas e/ou classificadas resultou, de uma maneira geral, na exclusão das populações locais e na negação dos direitos dos povos indígenas à terra e aos recursos que nela se encontravam, ou seja, restrição das atividades humanas. Esta exclusão originou conflitos entre as comunidades locais e as entidades gestoras dessas áreas, (Giergiczny et al., 2023; Goodwin, 1996). Reconhecendo que as áreas protegidas, a longo prazo, não vão conseguir coexistir com comunidades hostis e que as populações locais são partes interessadas importantes a ser incluídas nos processos de governança (Jones et al., 2022; J. Li et al., 2023; McNeely, 1994), em 1992, no 4º Congresso Mundial sobre os Parques Nacionais e as Áreas Protegidas, redefiniu-se a

³ Áreas sensíveis são áreas que apresentam um elevado grau de vulnerabilidade à mudança e que se pode refletir na perda permanente de elementos da biodiversidade ou da cultura (Butler, 2018; Dudley, 2008).

estratégia de gestão dos parques, incluindo a redefinição dos critérios de exclusão associados (Goodwin, 1996). Esta estratégia passou a excluir apenas a exploração ou a ocupação destrutiva, salvaguardando a integridade de um ou mais ecossistemas para a atual e futuras gerações. Ainda neste Congresso, aceitou-se que parte do objetivo de um parque nacional era "proporcionar uma base para a utilização espiritual, científica, educativa e recreativa" (McNeely, 1992). Esta alteração, permitiu reconhecer o turismo como uma atividade possível de se concretizar nos parques nacionais, desde que fosse ambiental e culturalmente compatível com a integridade dos ecossistemas, correspondendo às especificidades locais (Duglio et al., 2019a; Goodwin, 1996). Duglio e Letey (2019) concluíram que:

Uma área protegida não contrasta necessariamente com a indústria do turismo, mas em vez disso pode impulsionar o desenvolvimento local ao direcioná-lo dentro dos limites do desenvolvimento sustentável, transformando a função de preservação da área em um impulso para as comunidades locais (p. 1675).

Nestes contextos territoriais, as estratégias de gestão para alcançar o desenvolvimento sustentável, devem concentrar-se em analisar, mas também em aumentar a resiliência e capacidade adaptativa destas áreas (Butler, 2018; Schianetz & Kavanagh, 2008; Strickland-Munro et al., 2010). A resiliência é geralmente entendida como a capacidade de um sistema absorver perturbações, reorganizar-se e adaptar-se enquanto sofre mudanças, de modo a manter essencialmente a função, estrutura e identidade, ou seja, a capacidade de um recurso (ambiente, comunidade, ecossistemas) retornar à sua forma original após uma perturbação (Butler, 2018; Walker et al., 2004). Esta pode ser aumentada através do estabelecimento de limites, como: a limitação do número de pessoas, restrições à entrada, limitações ao comportamento e proibições de certas formas de atividade (Butler, 2018). Os limites devem ter em conta a capacidade de carga turística, ou seja, o número máximo de pessoas que podem visitar um destino turístico ao mesmo tempo, sem causar destruição do ambiente físico, económico e sociocultural e uma diminuição inaceitável na qualidade da satisfação dos visitantes, como tal, é necessário determinar a capacidade de carga dos destinos, de forma, a apoiar os processos de tomada de decisão (Butler, 2018; Leite et al., 2022; Saarinen, 2006; World Tourism Organization, 2023a).

A aplicação de um sistema de governança a nível local permite uma gestão mais adaptada e eficaz, porém os destinos turísticos não existem isoladamente, estando interligados a

determinados contextos sociais, económicos e territoriais. Esta característica salienta a necessidade de uma governança que estabeleça relações com diferentes escalas (Gkoumas, 2019; Machado et al., 2018; Miller & Torres-Delgado, 2023).

Em algumas áreas protegidas, os sistemas de governança têm vindo a ser redefinidos por uma gestão mais colaborativa, denominada cogestão (Carlsson & Berkes, 2005). A União Internacional para a Conservação da Natureza (1996) definiu a cogestão como:

Uma parceria em que as agências governamentais, as comunidades locais e os utilizadores dos recursos, as organizações não governamentais e outras partes interessadas negociam, adequando a cada contexto, a autoridade e a responsabilidade pela gestão de uma área específica ou de um conjunto de recursos (p. 71).

Com o objetivo de planear e gerir as atividades do setor do turismo nas áreas protegidas da Europa, em 1995 foi desenvolvida a CETS, uma iniciativa da Federação de Parques Nacionais da Europa (EUROPARC). Este instrumento tem como objetivo potenciar o desenvolvimento do turismo sustentável, aumentando a consciencialização e o apoio às áreas protegidas, envolvendo a cooperação entre as administrações das áreas naturais, as comunidades locais e os parceiros comerciais do sector do turismo (Balandina et al., 2012; Castellani & Sala, 2010; EUROPARC Federation, 2010; Pérez, 2022). Trata-se de um modelo de governança, com uma estratégia orientada por 10 princípios (Quadro 2.10), o que permite reforçar as relações com todas as partes interessadas e proporciona o acesso e a adesão a uma rede europeia extensa e dinâmica, com benefícios económicos, sociais e ambientais mensuráveis (Pérez, 2022).

Quadro 2.10 - Princípios e orientações da estratégia da CETS

N.º	Princípios e orientações
1	Envolver permanentemente os atores locais relacionados com o turismo na gestão e desenvolvimento da atividade turística no território.
	Elaborar e implementar uma estratégia de turismo sustentável e um plano de ação para o território, envolvendo a colaboração e aprovação das partes interessadas. A estratégia deve consistir:
2	• na conservação e a melhoria do ambiente e do património; • no desenvolvimento económico e social; • na preservação e melhoria da qualidade de vida dos residentes locais; • na gestão dos visitantes e na melhoria da qualidade do turismo oferecido.
3	Proteger e promover o património natural e cultural do território, evitando o desenvolvimento turístico excessivo:
	• monitorização do impacto na flora e na fauna e controlo do turismo em locais sensíveis;

N.º Princípios e orientações	
	• incentivar atividades, incluindo utilizações turísticas, que apoiem a manutenção do património histórico, da cultura e das tradições; • controlar e reduzir as atividades, incluindo os impactos turísticos, que afetem negativamente a qualidade das paisagens, do ar e da água, utilizem energias não renováveis e produzam resíduos e ruídos desnecessários; • incentivar os visitantes e a indústria do turismo a contribuir para a conservação.
	Oferecer aos visitantes uma experiência de alta qualidade:
4	• investigar as expectativas e a satisfação dos visitantes atuais e potenciais; • satisfazer as necessidades específicas dos visitantes desfavorecidos; • apoiar iniciativas para verificar e melhorar a qualidade das instalações e dos serviços.
	Proporcionar informação adequada aos visitantes sobre os valores do território:
5	• assegurar que a promoção da zona se baseia em imagens autênticas e é sensível às necessidades e capacidades em diferentes alturas e em diferentes locais; • fornecer informações de boa qualidade e prontamente disponíveis aos visitantes na zona e nos seus arredores e ajudar as empresas de turismo a fazê-lo; • fornecer instalações e serviços educativos que interpretem o ambiente e o património da zona para os visitantes e a população local, incluindo grupos e escolas.
	Estimular a oferta de produtos turísticos específicos que permitam a descoberta e a compreensão do meio natural e cultural da área:
6	• proporcionar e apoiar atividades/eventos que envolvam a interpretação da natureza e do património.
	Aumentar o conhecimento sobre o território e a relevância da sustentabilidade junto dos atores locais ligados ao turismo:
7	• proporcionar ou apoiar programas de formação para o pessoal da área protegida com base na avaliação das necessidades de formação.
	Garantir que o desenvolvimento da atividade turística não põe em causa a qualidade de vida da população local:
8	• envolver as comunidades locais no planeamento do turismo; • assegurar uma boa comunicação entre a área protegida, a população local e os visitantes; • identificar e procurar reduzir os conflitos que possam surgir.
	Aumentar os benefícios do turismo na economia local:
9	• promover a compra de produtos locais pelos visitantes e pelas empresas turísticas locais; • incentivar o emprego da população local no sector do turismo.
	Controlar o fluxo de visitantes, de modo a reduzir os impactos negativos que o turismo pode causar:
10	• manter um registo do número de visitantes ao longo do tempo e do espaço, incluindo o <i>feedback</i> das empresas turísticas locais; • criar e aplicar um plano de gestão dos visitantes; • promover a utilização dos transportes públicos, da bicicleta e das deslocações a pé como alternativa aos automóveis particulares; • controlar a localização e o estilo de qualquer novo desenvolvimento turístico.

Fonte: Adaptado de EUROPARC Federation, 2010.

A metodologia da CETS embora utilize o termo “sustentabilidade” para o desenvolvimento turístico nas áreas protegidas envolve a promoção de práticas que se alinham com os princípios do ecoturismo, descritos anteriormente. A CETS e o ecoturismo procuram promover práticas turísticas que sejam socialmente responsáveis,

ambientalmente conscientes e economicamente viáveis. Apenas as agências e operadores turísticos internacionais e nacionais que trabalhem com programas sustentáveis e de ecoturismo são elegíveis como parceiros no processo de obtenção da CETS (EUROPARC Federation, 2021).

Castellani e Sala (2010) retratam a implementação da Carta Europeia do Turismo Sustentável (CETS), como um instrumento de planeamento destinado a reforçar o turismo sustentável, aplicado a duas áreas protegidas, que englobam 13 municípios, geridos pela comunidade de montanha Alpi Lepontine, na região da Lombardia, em Itália. Estas áreas protegidas candidataram-se à Carta Europeia em 2006 e foram galardoadas em 2008 (Castellani & Sala, 2010).

O processo de implementação da CETS inclui 5 fases: a) diagnóstico económico, social, cultural e ambiental da área, evidenciando os pontos fortes e fracos; b) processos participativos envolvendo as partes interessadas locais; c) planeamento participativo; d) definição de estratégias de ação para o desenvolvimento do turismo sustentável; e e) avaliação global da estratégia implementada e planeamento de ações de melhoria. A implementação do plano estratégico carece de uma monitorização ao longo do tempo, de forma, a avaliar o desempenho, para um processo de melhoria contínua, de forma, a alcançar a sustentabilidade (Castellani & Sala, 2010; J. Ko, 2001).

No estudo conduzido por Castellani e Sala (2010), a monitorização foi promovida através de um Índice de Desempenho Sustentável (SPI), composto pelo somatório de 20 indicadores de sustentabilidade, relativos a: dinâmica demográfica; condições económicas e sociais das comunidades locais; fatores ambientais; características turísticas da região. No anexo V apresenta-se a síntese dos indicadores. No processo de seleção dos indicadores, os autores seguiram um modelo conceptual organizado em três etapas (Figura 2.3).

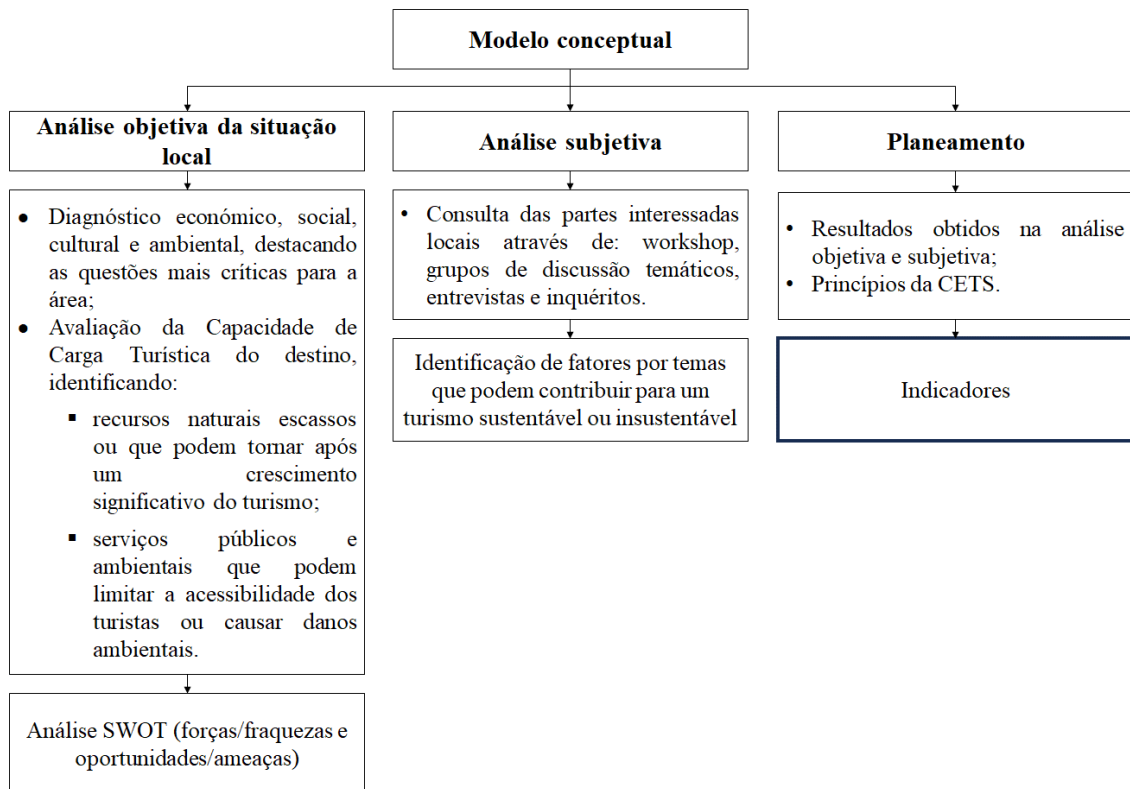


Figura 2.3 - Processo de seleção dos indicadores de sustentabilidade (Adaptado de Castellani & Sala, 2010).

Com a seleção dos indicadores, que assumem valores entre 0 a 10 (10 indica o nível mais elevado de desenvolvimento), calculou-se o SPI para os 13 municípios da área de estudo, obtendo-se um valor médio de SPI 74,41, considerado um valor baixo, tendo em conta que o resultado mais elevado poderia ser 180 (para os 20 indicadores o valor esperado seria 200, contudo os autores não conseguiram obter dados para dois dos indicadores). Analisando os resultados obtidos com os SPI's, os autores constataram que toda a área gerida pela comunidade de montanha Alpi Lepontine, apresenta de uma forma geral valores homogéneos, mesmo comparando os valores do SPI de uma aldeia de montanha com um município mais desenvolvido (Castellani & Sala, 2010).

No término do estudo, foram propostas diretrizes para as políticas de desenvolvimento do turismo sustentável (Quadro 2.11). Estas diretrizes foram incluídas, pela Comunidade de Montanha Alpi Lepontine, no plano de ação para o turismo sustentável e apresentado à Federação Europarc (Castellani & Sala, 2010).

Quadro 2.11 - Diretrizes propostas para as políticas de desenvolvimento do turismo sustentável

Diretrizes
• Preencher a lacuna entre as aldeias de montanha e os municípios da planície, através do apoio às atividades que podem atrair pessoas para a montanha (como a utilização de cabanas de montanha abandonadas e de estruturas de pastagem de montanha para alojamento turístico e a criação de pontos onde os turistas possam provar e comprar produtos alimentares provenientes da agricultura local) e da melhoria na qualidade dos serviços nos municípios de montanha (frequência do serviço de autocarros, serviços públicos para a população local e para os turistas); • Incentivar o empreendedorismo local, especialmente entre os jovens, para reduzir a dependência dos empregos suíços e reduzir as deslocações pendulares. Neste domínio poderiam considerar um financiamento público para a criação de empresas turísticas por jovens locais (possivelmente em cooperação com a escola secundária local de hotelaria e turismo); • Assegurar uma boa qualidade de vida para a população local, por exemplo, melhorando e inovando os serviços públicos e reduzindo o impacto das atividades turísticas na área (especialmente no que diz respeito à poluição ambiental, ao ruído e à aglomeração de pessoas); • Promover e melhorar os serviços de mobilidade sustentável, o que poderia ajudar a evitar a sobrelotação, bem como a poluição sonora e atmosférica, especialmente nas épocas altas. Considerando que os turistas relataram que uma das principais razões para visitar a área é a possibilidade de praticar desporto e visitar sítios naturais, a promoção de rotas de bicicleta e de um serviço de partilha de bicicletas parece ser uma área de intervenção interessante para o destino sob investigação; • Apoiar os pontos fortes da região, com especial atenção para a salvaguarda do património natural local e das áreas protegidas: por exemplo, através da promoção do alojamento para hóspedes, do agroturismo e da agricultura biológica e da melhoria da recolha seletiva de resíduos.

Fonte: Adaptado de Castellani & Sala, 2010.

Castellani e Sala (2010) concluíram que para uma avaliação mais abrangente poder-se-ia combinar a avaliação SPI com uma avaliação pormenorizada do equilíbrio ecológico das atividades turísticas, através do método da Pegada de Carbono e da avaliação da Biocapacidade do destino.

Em 2002, o PNPG foi a primeira área protegida portuguesa a obter o galardão da CETS, em simultâneo com o Parque Natural da Serra de São Mamede. O Parque Natural da Serra de São Mamede, entretanto, não renovou a sua candidatura. Atualmente, existem em Portugal cinco territórios galardoados com a CETS: (i) Alto Minho; (ii) Montanhas Mágicas / Montemuro, Arada e Gralheira e Geoparque Arouca; (iii) Parque Nacional da Peneda-Gerês; (iv) Terras do Lince; (v) Terras do Priolo / Povoação e Nordeste da Ilha de São Miguel (EUROPARC Federation, 2023). O PNPG encontra-se em fase de revalidação da sua Carta (ICNF, 2023b).

Em Portugal, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, considera que as áreas protegidas constituem uma infraestrutura indispensável para a concretização

dos propósitos da conservação da natureza, assim sendo, prevê como medida, a introdução de modelos de cogestão nestas áreas que promovam o estabelecimento de parcerias com as entidades presentes no território, incluindo os municípios e os representantes das entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável. O Decreto-Lei n.º 116/2019 (2019), de 21 de agosto, define o modelo de cogestão a adotar para cada uma das áreas protegidas de âmbito nacional, com os seguintes objetivos:

- a) criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação; b) estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o Instituto da Conservação da Natureza e Floresta (ICNF), os municípios e demais entidades públicas competentes; c) gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida (p. 5).

Neste âmbito do novo quadro legal, a Comissão de Cogestão (Quadro 2.12) com apoio do Grupo de Trabalho do Turismo, elaborou o Plano de Cogestão do PNPG, aprovado em janeiro de 2023. Este plano constitui um referencial estratégico para o período 2022 – 2027, visa promover um compromisso alargado entre as diversas entidades, de forma a colaborarem na promoção e valorização sustentável do território, do seu património e das suas comunidades, impulsionando uma gestão territorial cada vez mais integrada e comprometida, assente em três objetivos estratégicos (Quadro 2.13) (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], 2023b).

Quadro 2.12 - Composição da Comissão de Cogestão do PNPG

Composição da Comissão de Cogestão
O presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, que preside à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro (CMTB)
O diretor regional da Conservação da Natureza e Florestas do Norte, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe de divisão de Cogestão de Áreas Protegidas do Norte
Representante da Universidade do Minho;
Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

Composição da Comissão de Cogestão
Representante da Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês
Representante da Associação Florestal Atlântica
Representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Fonte: Despacho n.º 3022/2021, 2021, p. 32.

Quadro 2.13 - Objetivos estratégicos do Plano de Cogestão para o PNPG

N.º	Objetivos estratégicos do Plano de Cogestão para o PNPG
1	“Apoiar a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade na preservação e restauro dos processos ecológicos, da biodiversidade e da geodiversidade, do conhecimento, divulgação e monitorização dos recursos e valores naturais e gestão da conservação da natureza no contexto das mudanças climáticas”.
2	“Promover o desenvolvimento sustentável do território através da utilização racional e da valorização dos recursos existentes, nomeadamente através da preservação do património cultural, da valorização dos produtos locais, da promoção do turismo sustentável, estimulando a manutenção e inovação das práticas ligadas à agricultura, à pastorícia, à floresta e outras atividades económicas reforçando as competências locais e a capacidade de empreender e inovar, privilegiando o bem-estar e a prosperidade das comunidades locais garantindo os direitos e oportunidades das gerações vindouras”.
3	“Promover a informação e sensibilização pública sobre o PNPG, a participação social, a capacitação e o envolvimento das comunidades e agentes locais, para que contribuam para atingir a visão e missão para o PNPG, para a programação e implementação do Plano de Cogestão do PNPG, fazendo com que se sintam codécisores e corresponsáveis na definição, na execução e nos resultados alcançados e consolidar e divulgar o PNPG como unidade territorial”.

Fonte: ICNF, 2023, p. 52.

É possível constatar que o ecoturismo é um segmento do turismo sustentável, regendo-se pelos princípios fundamentais do turismo sustentável (dimensão sociocultural, ambiental e económica), no entanto, existem diferenças relativas ao local de destino, à escala de visitantes, ao foco da experiência (interpretação e conservação da natureza) e no envolvimento e participação das comunidades locais. No que concerne ao local destino, o turismo sustentável é mais amplo, abrangendo vários destinos, enquanto o ecoturismo concentra-se na apreciação e conservação da natureza, prosperando em ambientes naturais relativamente intocados. A interpretação é um elemento-chave do ecoturismo, promovendo o aumento da compreensão e apreciação dos visitantes em relação à cultura local, à biodiversidade e aos ecossistemas, proporcionando uma experiência enriquecedora. De acordo com os princípios do ecoturismo, este tipo de turismo privilegia experiências com viajantes independentes ou grupos pequenos, permitindo uma oferta personalizada e enriquecedora, conectada com o meio natural e com as comunidades locais, proporcionando a preservação das áreas de visitação, muitas vezes frágeis e sensíveis. No que se refere ao envolvimento e participação das comunidades locais,

apesar de nos princípios do turismo sustentável, concretamente na dimensão social, mencionar esta questão, o que se verifica ao analisar os indicadores é que este tema é ainda incipiente. De facto no ecoturismo esta questão também consta nos princípios básicos, no entanto, a participação da comunidade no processo de tomada de decisão não é só desejável, mas necessária para refletir as prioridades de subsistência das comunidades locais e o respeito pelos valores tradicionais na forma como é desenvolvido o produto ecoturístico, maximizando os benefícios socioeconómicos e ambientais, tornando o processo de planeamento mais eficaz, equitativo e legítimo (Buanes et al., 2005; W. Li, 2006; Mensah & Ernest, 2013; Scheyvens, 2007).

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este trabalho encontra-se enquadrado com a elaboração e execução da iniciativa de intervenção “Acontece *in Loco* – Campo do Gerês”, inserida no “Programa de animação comunitária e capacitação para o desenvolvimento de comunidades rurais de montanha”, no âmbito da EEC PROVERE Minho Inovação denominado PA3. Aldeias de Portugal / Minho, executada pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Os dados obtidos desta iniciativa encontram-se publicados e de acesso livre, em formato e-book, cuja consulta é possível em: <https://www.cimcavado.pt/acontece-in-loco/>. Na qualidade de investigadora afeta a este projeto, a autora desta dissertação esteve envolvida em todas as fases de planeamento, preparação e implementação das várias técnicas, bem como na subsequente análise e interpretação dos resultados. A abordagem metodológica é a de um estudo de caso.

A realização de um estudo de caso em Campo do Gerês decorre do objetivo da iniciativa Acontece *in Loco*, de aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios de montanha, em risco de despovoamento, procurando perspetivar as trajetórias de mudança que melhor respondam aos objetivos de manter as comunidades locais vivas e com resiliência face aos desafios atuais e futuros. A presente investigação enquadra-se nesse estudo mais amplo, focando a temática mais específica das potencialidades e desafios do ecoturismo como elemento central para o desenvolvimento sustentável destas aldeias. A pesquisa e as opções metodológicas adotadas relacionam-se com o contexto da dissertação, especificamente com o desenvolvimento do projeto referido anteriormente.

Yin (2005) define estudo de caso como uma “investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (p. 32). Para Ponte (2006) um estudo de caso:

Visa conhecer uma entidade bem definida como uma pessoa, uma instituição, um curso, uma disciplina, um sistema educativo, uma política ou qualquer outra unidade social. O seu objetivo é compreender em profundidade o “como” e os “porquês” dessa entidade, evidenciando a sua identidade e características próprias, nomeadamente nos aspetos que interessam ao investigador (p.2).

Para Johansson (2007) o estudo de caso compreende três aspetos chave:

- (a) incide sobre uma unidade funcional complexa;
- (b) que é investigada no seu contexto natural e através de diversos métodos e técnicas;
- (c) é contemporânea.

Este autor salienta a especial pertinência do estudo de caso como metodologia para profissionais com atuação ao nível do planeamento, por permitir alcançar um conhecimento mais completo e mais aprofundado da realidade na qual se pretende intervir.

Os riscos da aplicação de um estudo de caso como metodologia científica são também reconhecidos. Segundo Yin (2001) devem-se acautelar os riscos de:

- a) ausência de um rigor científico mais acentuado devido à subjetividade a que o investigador pode estar sujeito;
- b) limitação de generalizar os resultados obtidos para diferentes situações;
- c) extensão considerável dos trabalhos.

Para Ponte (2006) esta é uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. No entanto, também realça que essas descobertas podem ser relevantes para melhorar a compreensão de um certo fenómeno de interesse, o que já entra no domínio da generalização. Também Johansson (2007) debate a relação entre o estudo de caso e a obtenção de um conhecimento generalizável, destacando aqui a pertinência de multiplicar o número de estudos de caso, ampliando assim a capacidade do investigador para proceder a comparações e, a partir daí, identificar padrões aplicáveis a contextos similares ainda não estudados.

Considerando que numa investigação de estudo de caso se pretende aprofundar o conhecimento de um caso ou fenómeno é frequente combinar várias técnicas de recolha de dados (Priya, 2021). Muitos estudos de caso envolvem a conjugação de várias técnicas, nomeadamente entrevistas, questionários, observações e relatórios (Bruyne, Herman e Schoutheete, 1999, citado por Mendonça, 2014). Se no passado este tipo de estudos privilegiava quase exclusivamente as técnicas qualitativas, nos estudos de caso mais

recentes, que Johansson (2007) classifica como de segunda geração, tende a ocorrer uma combinação de técnicas qualitativas e quantitativas na recolha e análise dos dados.

No contexto específico da temática do ecoturismo, a metodologia de estudo de caso também tem vindo a ser aplicada, nomeadamente em estudos à escala de comunidades locais, e envolvendo técnicas qualitativas para obter um melhor conhecimento das perceções, preferências e diversidade de perspetivas existentes na comunidade sobre os recursos naturais e a sua valorização pelo turismo. Em 2013, Reimer e Walter realizaram uma investigação com o objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a complexa relação entre o ecoturismo de base comunitária e o desenvolvimento sustentável (Reimer & Walter, 2013). Para tal, aplicaram a metodologia de estudo de caso, analisando um projeto de ecoturismo comunitário, implementado em 2007, na aldeia de Chi Phat no Camboja, periférica às montanhas de Cardomomo (Reimer & Walter, 2013). A metodologia permitiu-lhes analisar um caso considerado exemplar por várias organizações governamentais e não governamentais, obtendo conhecimento interpretativo e contextual que, não sendo generalizável enquanto tal, ofereceu uma base de comparação para outros estudos de caso (Reimer & Walter, 2013; Stake, 1995). Outro estudo de caso centra-se nas preferências e perceções relativas à floresta por parte de comunidades locais, como conhecimento necessário aos decisores relativamente à sua gestão, no sentido obter melhor aceitação social e menos conflito face a opções de gestão adotadas (De Meo et al., 2015). Igualmente interessante é a aplicação de um estudo de caso a um destino turístico nos Alpes, como forma de avaliar o potencial de articulação entre o conhecimento científico com as perceções, preferências e a criatividade dos atores locais para melhor planear a adaptação às alterações climáticas (Bonzanigo et al., 2016).

A seleção e a delimitação do caso a estudar é um dos aspetos fundamentais a ter em conta na aplicação desta metodologia. Um caso pode ser selecionado pela sua especificidade, mas também pela relevância que possa ter para uma compreensão mais alargada de determinada problemática ou fenómeno (Johansson, 2007). A escolha de Campo do Gerês como estudo de caso assentou no facto de ser uma aldeia de montanha, inserida no Parque Nacional da Peneda-Gerês, com uma trajetória de declínio demográfico, mas na qual existe já um percurso longo de crescimento turístico vinculado à atração pela natureza. Uma das temáticas a aprofundar no estudo é, precisamente a de perceber de que modo é que o crescimento turístico tem ocorrido e que perspetivas se colocam para futuro na

relação entre o turismo, a conservação da natureza e o desenvolvimento social e económico local.

O trabalho iniciou-se com a revisão da literatura das temáticas: a) turismo e desenvolvimento sustentável em territórios de montanha e b) ecoturismo já antes apresentadas. Seguiu-se a recolha de informação de enquadramento e caracterização da área de estudo, mobilizando diversas fontes de informação estatística, geográfica e documental. Nesta fase, recorreu-se ao *software* livre *QGIS*, plataforma do Sistema de Informação Geográfica (SIG), que permitiu visualizar, recolher e analisar os dados geográficos apresentados no subcapítulo seguinte.

3.1 Técnicas de investigação aplicadas no trabalho de campo

O trabalho de campo da iniciativa *Acontece in loco* decorreu entre agosto de 2022 e maio de 2023. Esse trabalho abrangeu várias temáticas consideradas chave numa perspetiva do desenvolvimento local numa lógica integrada, sendo uma delas o turismo. Nesta dissertação, como já mencionado, focamos especificamente essa temática do turismo. Utilizaram-se várias técnicas de investigação, combinando técnicas qualitativas (entrevistas e *focus-group*) e quantitativas (questionários).

A entrevista é uma forma específica de interação social entre dois ou vários interlocutores, que tem como objetivo recolher dados pertinentes para uma determinada investigação (Minayo & Costa, 2018; Vilelas, 2009), por outras palavras, “uma conversa com um objetivo” (Bingham & Moore, 1924, citado por Ghiglione & Matalon, 1993, p. 70). A principal vantagem da aplicação desta técnica reside no fato de serem os próprios atores sociais a fornecer os dados sobre as suas ações, opiniões, desejos, atitudes e expectativas, no entanto, a imagem que os entrevistados têm sobre si mesmo e sobre as coisas, as suas crenças, os seus preconceitos e estereótipos, podem inconvenientemente acarretar uma carga de subjetividade (Vilelas, 2009). É difícil remover a subjetividade de uma entrevista, contudo, existem estratégias que podem reduzir o impacto deste inconveniente e aumentar a objetividade, utilizando entrevistas semi-diretivas (Ghiglione & Matalon, 1993; Vilelas, 2009). As entrevistas semi-diretivas, ou semiestruturadas, são conduzidas com base numa estrutura flexível, mas em que o entrevistador conhece os temas sobre os quais pretende obter reações por parte do inquirido (Ghiglione & Matalon, 1993; Nicky Britten, 2009).

No projeto aplicaram-se entrevistas semiestruturadas, conduzidas por guião com questões abertas, que orientaram o diálogo em torno de diversas temáticas, incluindo as tendências no setor do turismo. No total, realizaram-se 8 entrevistas, presenciais e *online*, a técnicos e/ou dirigentes de entidades consideradas chave para o desenvolvimento do território em estudo, incluindo entidades que atuam a uma escala regional (1 a 3) e entidades da comunidade local (4 a 8) (Quadro 3.1).

Quadro 3.1 - Entrevistas a técnicos e/ou dirigentes de entidades chave

	Entidade	Entrevistado(a)	Método de realização
1	ADERE-PG	Administradora-delegada	<i>Online</i>
2	ATAHCA	Presidente	Presencial
3	ICNF (Direção Regional Norte)	Técnico	Presencial
4	AFURNA	Presidente	<i>Online</i>
5	Associação de Compartes de Campo do Gerês	Presidente	<i>Online</i>
6	Junta de Freguesia de Campo do Gerês	Presidente	Presencial
7	Junta de Freguesia de Carvalheira	Presidente	<i>Online</i>
8	RURAL VIVO	Dirigentes	<i>Online</i>

Os *focus group*, também designados como grupos focais ou grupos de discussão, são uma técnica qualitativa de investigação em que a recolha dos dados ocorre da interação de um grupo pré-selecionado sobre um tópico apresentado pelo investigador (Morgan, 1996; Silva et al., 2014). Para Morgan (1996) os *focus group* são: a) uma técnica dirigida à recolha de dados; b) a fonte de dados localiza-se na interação do grupo; e c) o entrevistador tem um papel ativo como dinamizador do grupo de discussão. Assim sendo, esta técnica destaca-se pelo seu carácter de grupo e por permitir uma interação/discussão entre todos participantes, realçando o papel do entrevistador. Na literatura são descritas algumas vantagens na aplicação desta técnica como: a) promover uma dinâmica de grupo e o estímulo a discussões; b) quantidade e riqueza dos dados obtidos que permite também uma flexibilidade na análise; e c) rapidez e menores custos associados do que se essa informação tivesse sido obtida a partir de entrevistas individuais. As fragilidades apontadas incluem: a) dificuldades em controlar a discussão por parte do dinamizador; b) tendência para a conformidade (em alguns casos, os participantes podem sentir a pressão para se conformar ao pensamento dominante do grupo); e c) conflitos entre personalidades (Morgan, 1996; Robinson, 1999; Silva et al., 2014).

Durante o projeto realizaram-se 3 *focus-group* presenciais, aqui designados rodas de conversa, com atores institucionais e membros da comunidade local. Estas rodas foram conduzidas por guião, abordando temas enquadrados com objetivo do projeto, incluindo o turismo (Quadro 3.2). Em concreto, no que se refere ao turismo, a roda de conversa “Ecoturismo e Sustentabilidade dos Territórios” esteve inserida numa oficina de partilha de conhecimento e experiências, com a temática: “Ecoturismo e sustentabilidade dos territórios: uma reflexão em torno do conceito e da sua promoção em Campo do Gerês / Parque Nacional Peneda-Gerês”. Nesta oficina foi proposto aos participantes realizar uma tarefa colaborativa, para responder à seguinte questão: “Como podem as empresas e as entidades com intervenção no turismo contribuir para que o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês seja um destino de ecoturismo de excelência? Que ações realizar para (a) melhorar a conservação da natureza; (b) melhorar o bem-estar dos residentes; (c) atrair turistas responsáveis; (d) ter rentabilidade e emprego qualificado e (f) criar e manter cooperação entre atores”, promovendo o debate entre os participantes (atores institucionais, empresariais e comunidade local) e assegurando que todos tinham igual oportunidade de ser ouvidos.

Quadro 3.2 - Rodas de Conversa

Tema	Nº de Participantes	Local
Viver e trabalhar numa aldeia de montanha, Campo do Gerês	18	Antiga Escola Primária
A Comunidade a Valorizar e a Gerir a Terra e o Monte - Agro-silvo-pastorícia; Floresta e Biodiversidade	4	Antiga Escola Primária
Ecoturismo e Sustentabilidade dos Territórios (Tarefa colaborativa)	24	Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna

Quer nas entrevistas, quer nas rodas de conversa, solicitou-se aos participantes autorização para gravar as sessões em formato áudio, facilitando a sua para posterior transcrição e análise de conteúdo. Todas as pessoas envolvidas autorizaram essa gravação.

A análise de conteúdo é uma técnica que permite sistematizar e reduzir a informação obtida, simplificando-a de forma a possibilitar a interpretação das principais tendências e padrões presentes nos seus dados (Lima, 2014). Segundo Vilelas (2009), a análise de conteúdo compreende três etapas: a) pré-análise (organização e sistematização dos

objetivos); b) exploração dos dados (codificação); e c) tratamento final e interpretação (inferências dos resultados obtidos).

Após a transcrição efetuou-se uma leitura minuciosa dos textos, permitindo identificar elementos comuns nos discursos assim como a diversidade de posicionamentos face a um dado tópico de discussão. A partir desses elementos definiram-se ideias centrais (temas) e questões relevantes, e retiveram-se as expressões e as frases, em discurso direto, que melhor se consideraram representar essas ideias e questões, na perspetiva dos atores locais. Os únicos elementos de informação pessoal que se associaram a estas expressões foram o género e a idade dos participantes.

O inquérito por questionário pode ser caracterizado como uma interrogação particular acerca de uma situação que se pretenda investigar e que englobe indivíduos, com o objetivo de generalizar. Um questionário não é mais de que um instrumento padronizado tanto no texto das questões, como na sua ordem, composto por perguntas fechadas (é apresentada uma lista possível de respostas ao entrevistado) e abertas (o entrevistado responde como quer, utilizando o seu vocabulário), que permite recolher dados. A construção e a formulação de um questionário são fases cruciais e exige uma atenção cuidada. As perguntas devem ser formuladas de forma clara, concisas e com recurso a uma linguagem simples e neutra, estruturas e organizadas de uma forma lógica, inclusive por temáticas, evitando possíveis enviesamentos (Ghiglione & Matalon, 1993; Vilelas, 2009). Esta técnica pode ser aplicada presencialmente ou via digital. No caso de ser aplicada presencialmente, a vantagem reside no facto de o questionário poder ser empregue a uma determinada população sem condicionalismos, como o analfabetismo ou a literacia digital. No entanto, como fragilidade, pode ser apontado o facto de a presença do investigador induzir nos inquiridos a opção por respostas socialmente mais aceitáveis (Vilelas, 2009). Por via digital, a literatura descreve algumas como vantagens: a) maior eficácia na recolha dos dados e posterior tratamento; b) redução de custos comparativamente aos questionários presenciais; c) aumento da transparência e segurança dos dados; e d) facilidade de revisão e alteração de respostas. No entanto, também são enunciadas algumas desvantagens, como: a) submissões múltiplas; b) baixa taxa de resposta; e c) erros informáticos (bugs) (Oliveira et al., 2021).

No projeto foram aplicados 4 questionários, compostos por perguntas fechadas e abertas, com o objetivo de caracterizar a oferta e a procura turística na freguesia de Campo do Gerês, identificando tendências recentes e perspetivas futuras na atividade turística, bem

como atitudes e percepções das partes interessadas (visitantes, comunidade local, empresários, entidades com ação direta no território e entidades representativas da comunidade local), relativamente à sustentabilidade do modelo atual de turismo e quanto a opções para o futuro. Todos os questionários foram alvo de pré-teste. No anexo VI encontram-se os modelos dos 4 questionários.

O questionário aos visitantes foi realizado presencialmente, por amostragem, com início em 02-08-2022 e término a 27-12-2022, incluindo a época alta e a época baixa, dias úteis e fins-de-semana, somando-se um total de 14 visitas a pontos de amostragem localizados em diferentes espaços da freguesia, obtendo-se 151 respostas válidas.

O questionário sobre os alojamentos turísticos, aplicado aos proprietários ou a empresas gestoras desses alojamentos, foi realizado *online*, com recurso à ferramenta *Google Forms*. A delimitação do universo de alojamentos iniciou-se com uma consulta ao Registo Nacional de Turismo (RNT), efetuada em 07-11-2022, abrangendo dados dos empreendimentos turísticos e os alojamentos locais com localização na freguesia de Campo do Gerês. Esta consulta permitiu contabilizar 6 empreendimentos turísticos (5 casas de campo e 1 parque de campismo) e 39 alojamentos locais (24 moradias, 12 apartamentos, 2 estabelecimentos de hospedagem e 1 aluguer de quartos). A partir da base de dados do registo, estabeleceu-se contacto telefónico com os proprietários dos 45 alojamentos turísticos para obter o endereço de email atualizado, para posterior envio do questionário *online*. Este processo permitiu excluir 2 alojamentos, por estarem sem atividade. A informação foi complementada através de pesquisa de alojamentos com informação pública na internet e através de observação direta no território, o que permitiu identificar 6 alojamentos turísticos adicionais, um dos quais a Pousada de Juventude do Gerês, perfazendo um universo de 49. O convite para responder ao questionário *online* foi efetuado 4 vezes, por telefone e por email, entre 16-11-2022 e 16-03-2023, não tendo sido possível contactar um dos proprietários. Obtiveram-se 16 respostas válidas, correspondendo a proprietários de 33 alojamentos distintos, disponibilizando informação relativa a apenas 29 alojamentos (59,2% do universo identificado).

O questionário sobre os estabelecimentos do setor da restauração e/ou bebidas foi realizado presencialmente aos respetivos proprietários. A delimitação do universo de proprietários iniciou-se com pesquisa de estabelecimentos do setor da restauração e/ou bebidas com informação pública na internet e através de observação direta no território, o que permitiu identificar um total de 6 estabelecimentos do setor da restauração e/ou

bebidas na freguesia de Campo do Gerês. Os proprietários dos estabelecimentos foram contactados telefonicamente para o agendamento do inquérito presencial. Procedeu-se posteriormente ao contacto presencial, entre 23-01-2023 e 16-03-2023, para a inquirição dos proprietários. Não tendo sido possível inquirir 1 dos proprietários, obtiveram-se 5 respostas válidas (83,3% do universo identificado).

O questionário sobre as empresas de animação turística, aplicado aos respetivos proprietários, foi realizado presencialmente. A delimitação do universo de proprietários iniciou-se com uma consulta ao RNT, efetuada em 23-01-2023, abrangendo empresas de animação turística com instalações nas freguesias de Campo do Gerês. Através de informadores-chave obteve-se informação sobre empresas não locais, mas que desenvolvam, com regularidade, uma parte significativa das suas atividades nesta freguesia. No total consideraram-se 5 empresas para inquirir: 4 localizadas na freguesia de Campo do Gerês e 1 localizada na freguesia de Covide, concelho de Terras de Bouro. Os proprietários das empresas foram contactados telefonicamente para o agendamento do inquérito presencial. Procedeu-se posteriormente ao contacto presencial, entre 01-02-2023 e 10-03-2023, para a inquirição dos proprietários. Não tendo sido possível inquirir 1 dos proprietários, obtiveram-se 4 respostas válidas (80,0% do universo identificado).

A síntese dos aspetos técnicos relativos aos inquéritos por questionário aos visitantes e aos proprietários/gestores de unidades alojamento, restauração e/ou bebidas e empresas de animação turística, encontra-se apresentada no Quadro 3.3.

Quadro 3.3 - Síntese dos inquéritos por questionário

Descrição	Universo	Método de realização	Número de respostas válidas	Período temporal
Visitantes	Indeterminado	Presencial	151	8/22 - 12/22
Alojamentos turísticos	49	Online	29*	11/22 - 03/23
Restaurantes/bares/cafés	6	Presencial	5	01/23 - 03/23
Empresas de animação turística	5**	Presencial	4	02/23 - 03/23

Nota: *Responderam 16 proprietários/gestores de 33 alojamentos turísticos, contudo apenas disponibilizaram informação acerca de 29; **Empresas com instalações na Freguesia de Campo do Gerês ou que desenvolvem, com regularidade, uma parte significativa das suas atividades nesta freguesia.

Para tratar e analisar os resultados dos questionários utilizaram-se *softwares*, tais como, o *Microsoft Excel* e o *IBM SPSS*, permitindo melhorar a eficiência do processo e minimizar os riscos de erro, possibilitando a interpretação correta dos resultados.

O *IBM SPSS* é uma ferramenta de análise estatística, através desta efetuaram-se estatísticas descritivas simples, como tabelas de frequências e tabelas cruzadas de variáveis pertinentes para o trabalho, por intermédio do teste de independência qui-quadrado (χ^2) de Pearson. Este teste permite averiguar se duas variáveis estão relacionadas (A. Pereira, 2008).

De referir que, em todo o processo de recolha de informação, foi assegurado a todos os participantes o anonimato e a utilização dos dados recolhidos apenas para fins deste estudo, ao abrigo da Política de Privacidade do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

4. CASO DE ESTUDO

4.1 Enquadramento da área de estudo

A área de estudo é a freguesia de Campo do Gerês, localizada em plena Serra do Gerês, no extremo noroeste do concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, confrontada com o concelho de Ponte da Barca e Montalegre, compartilhando fronteira com Espanha, (Figura 4.1). Uma freguesia com 68,76km² (Direção-Geral do Território [DGT], 2023), inserida na NUTS III – Cávado e NUTS II – Norte.

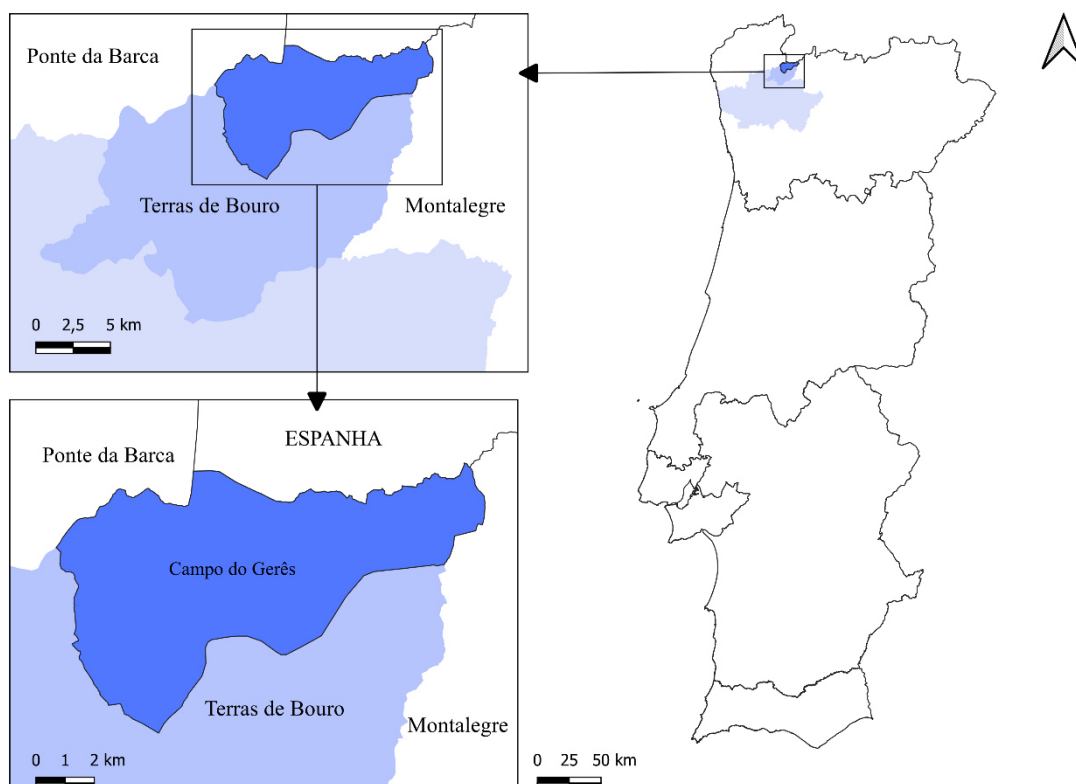


Figura 4.1 - Enquadramento geográfico da área de estudo: Campo do Gerês (DGT, 2023).

Campo do Gerês possui 88,9% (61,14km²) do seu território inserido no PNPG (Figura 4.2) (ICNF, 2020). Desde a sua criação, em 1971, o PNPG apresenta-se como a primeira área protegida de Portugal, com a particularidade de, contrariamente, a outros Parques Nacionais da Europa e do Mundo, nele residirem pessoas (ICNF, 2023b). Este território, além de habitado por comunidades locais, possui habitats naturais que suportam um rico e biodiverso mosaico faunístico e florístico, com variedade de espécies endémicas, raras ou em vias de extinção, e um vasto património histórico-cultural (ICNF, 2023b; Martins et al., 2021).

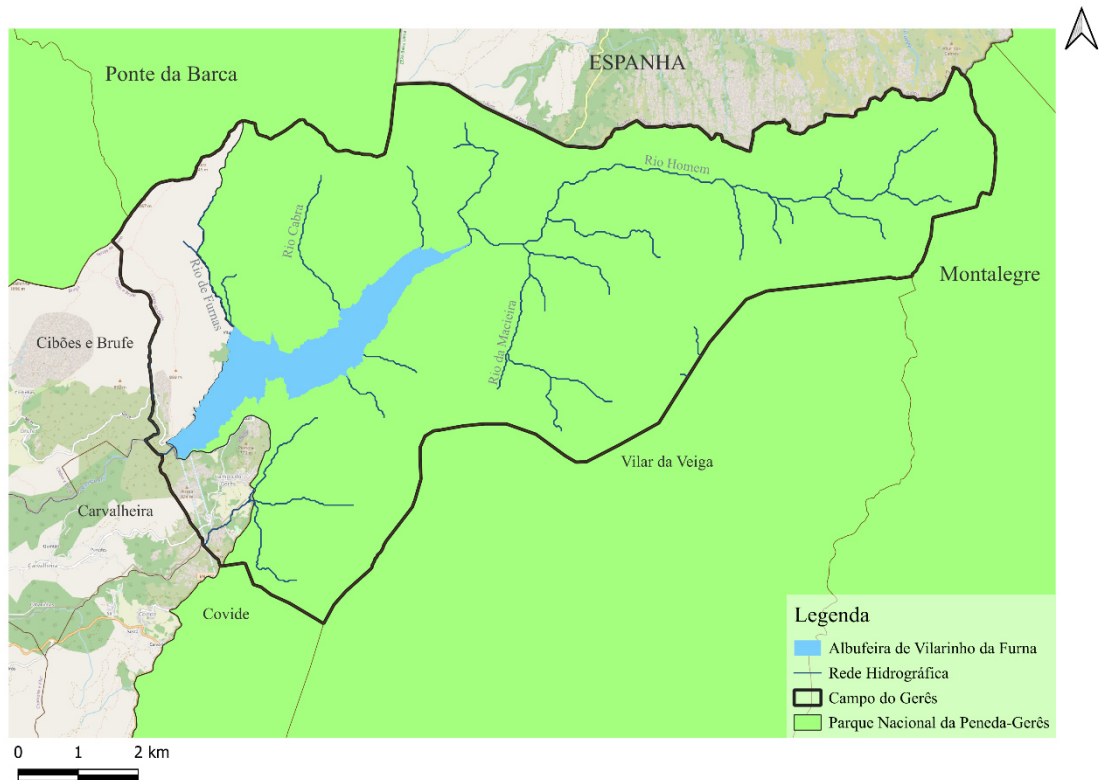


Figura 4.2 - Área do Parque Nacional da Peneda-Gerês em Campo do Gerês (ICNF, 2020).

4.1.1 Caracterização biofísica

O clima de Campo do Gerês reflete a influência atlântica (predominante), mediterrânica e continental (ICNF, 2019). Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger, o território em estudo apresenta um clima temperado com Inverno chuvoso e Verão seco e suave (Instituto Português do Mar e da Atmosfera, n.d.). A precipitação média anual é superior a 2800mm (Agência Portuguesa do Ambiente [APA], 2015).

Em função da altitude e temperatura define-se a zonagem climática do território (Figura 4.3):

- a) Terra de Transição, em zonas de encosta com cotas compreendidas entre 400 e 600m, temperatura média anual inferior a 14°C e superior a 12,5°C, correspondendo principalmente ao setor inferior da albufeira de Vilarinho das Furnas;
- b) Terra Temperada Fria, com temperatura média anual entre os 10,5°C e os 12°C, altitudes entre 600 e 900m;
- c) Terra Fria de Montanha, a altitudes entre 900 e 1200m, em que predominam as temperaturas médias anuais superiores a 9,5°C e inferiores a 10,5°C;

- d) Terra Fria de Alta Montanha, a altitudes superiores a 1200m, em que predominam as temperaturas médias anuais inferiores a 9,5°C.

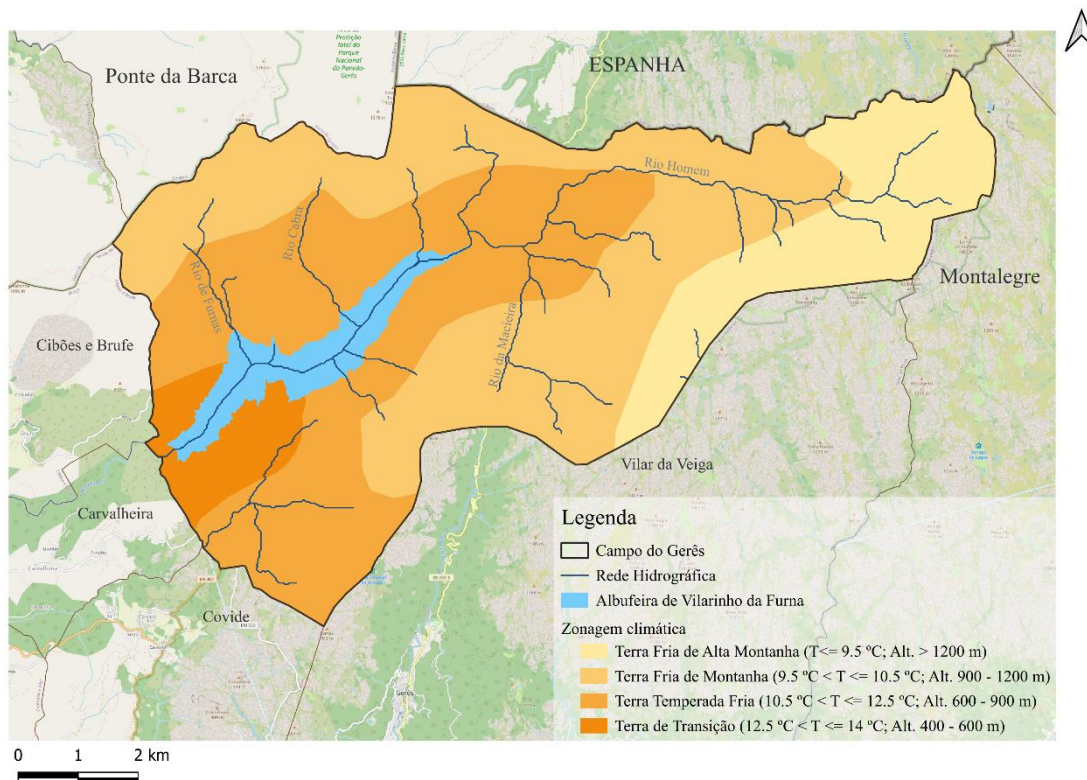


Figura 4.3 - Zonagem climática em Campo do Gerês (Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1999).

Campo do Gerês apresenta uma rede hidrográfica densa que, para além de suportar diferentes tipos de habitats, é de grande importância para as atividades humanas e abastecimento das populações (ICNF, 2023a).

O rio Homem configura-se o principal rio da freguesia, atravessando-a no sentido nordeste-sudoeste (NE-SO), com afluentes na margem direita, como o rio Cabra e o rio de Furnas, e na margem esquerda, o rio da Macieira. Este rio nasce na serra do Gerês, com um comprimento de 45km, desagua na margem direita do rio Cávado, na freguesia de Soutelo em Vila Verde (Amares), drenando uma área de 256km² (APA, 2016). Além disso, drena aproximadamente 60km² da barragem de Vilarinho da Furna (Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, n.d.).

O território de Campo do Gerês é caracterizado pelo seu elevado valor natural, distinguindo-se pela existência de habitats naturais pouco fragmentados e extensos, que suportam a variedade rica de espécies faunísticas e florísticas, espécies endémicas, raras

ou em vias de extinção, com elevado valor para a conservação da natureza (ICNF, 2023a; Martins et al., 2021).

A identidade territorial, marcada pela biodiversidade, com valor científico, ecológico, social e cénico (ICNF, 2023a), dotaram este território de características de excelência ambiental e ecológica, o que permitiu a sua inclusão e diversas áreas protegidas e classificadas a nível regional (Figura 4.4) no território de Campo do Gerês, nomeadamente:

- a)** Rede Natura 2000, com 68,76km² de área em Campo do Gerês classificada como Sítio de Importância Comunitária (SIC) Peneda/Gerês (PTCON0001), mas também com 66,30km² de área em Campo do Gerês montanhosa dominada por bosques caducifólios (carvalho-alvarinho e/ou carvalho-negral), matos e comunidades arbustivas, classificados como Zona de Proteção Especial (ZEP) Serra do Gerês (PTZPE0002) (ICNF, 2018a, 2018b; Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 2008);
- b)** Rede Nacional de Áreas Protegidas, designado PNPG, com 61,14km² de área em Campo do Gerês (ICNF, 2020);
- c)** Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, da UNESCO, com 68,76km² de área em Campo do Gerês (ICNF, 2013b);
- d)** Reserva Biogenética da Mata de Palheiros/Albergaria, com 6,35km² de área em Campo do Gerês, que alberga um dos melhores preservados bosques climácico de carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* que constituíam a vegetação primitiva da grande parte do noroeste português (Câmara Municipal de Terras de Bouro [CMTB], n.d.; ICNF, 2013a).

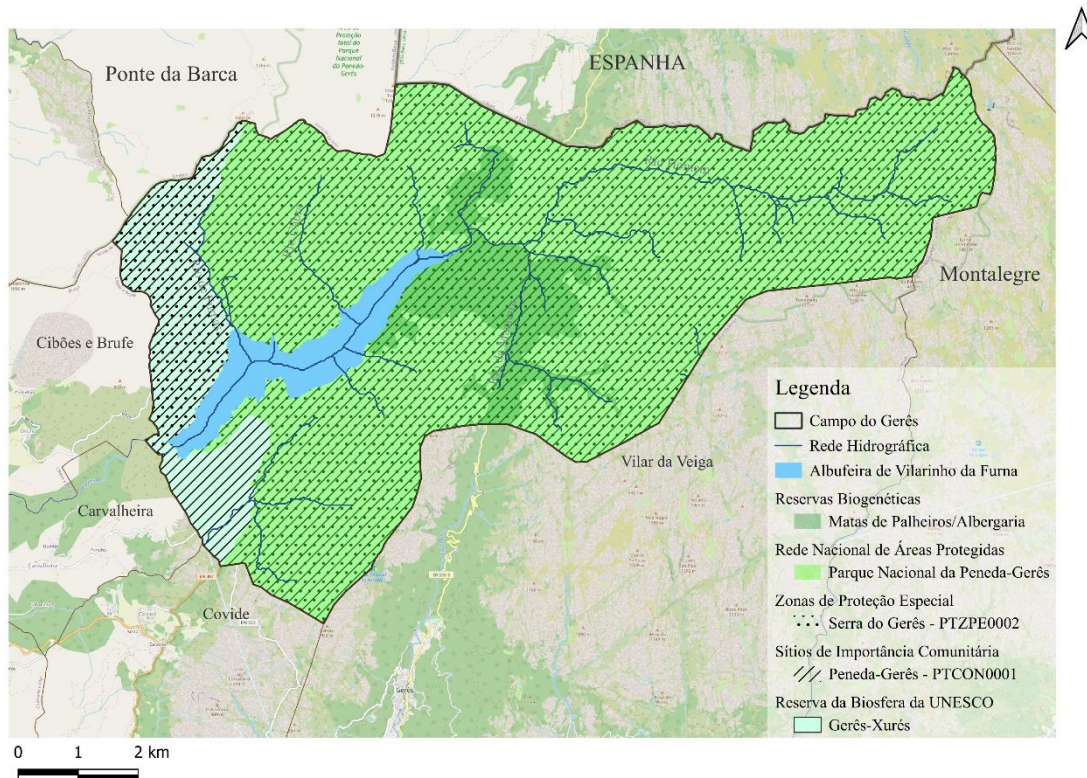


Figura 4.4 - Áreas protegidas e classificadas em Campo do Gerês (ICNF, 2013a, 2013b, 2018a, 2018b, 2019).

No que diz respeito à geodiversidade, a região de Campo do Gerês destaca-se pelos vários tipos de rochas graníticas (Figura 4.5) bem como por “corpos filonianos, mineralizações e vestígios de atividade extrativa e outros aspetos, como a tectónica, a hidrogeologia e a geomorfologia granítica e glaciária” (Pereira et al., 2010, p. 452). Estes recursos encontram-se valorizados pelo investimento ao nível da inventariação e caracterização de geossítios, no território de Campo do Gerês, destaca-se:

- a) “Falha do Gerês, de orientação nor-nordeste e sul-sudoeste (NNE-SSO), com interesses tectónico, hidrogeológico e geomorfológico, com uma forte expressão no relevo e nascentes termais associadas;
- b) Vale do Homem a montante da ponte do rio Homem, com orientação geral este-oeste (E-O), possui elevado valor científico devido aos vestígios de depósitos glaciários aí presentes, principalmente o perfil transversal em U (nalguns sectores), o perfil longitudinal em escadaria gerando pequenos lagos glaciários e a ocorrência de *till* subglaciário;
- c) Pé de Cabril, situado entre a falha do Gerês e o vale do rio Homem, destaca-se pela dimensão e bom exemplo deste tipo de modelado granítico e por ser uma das

várias ocorrências de pegmatito granítico com quartzo hialino e fumado, microclina a ortose pertítica, plagioclase e turmalina” (Pereira et al., 2010, p. 453).

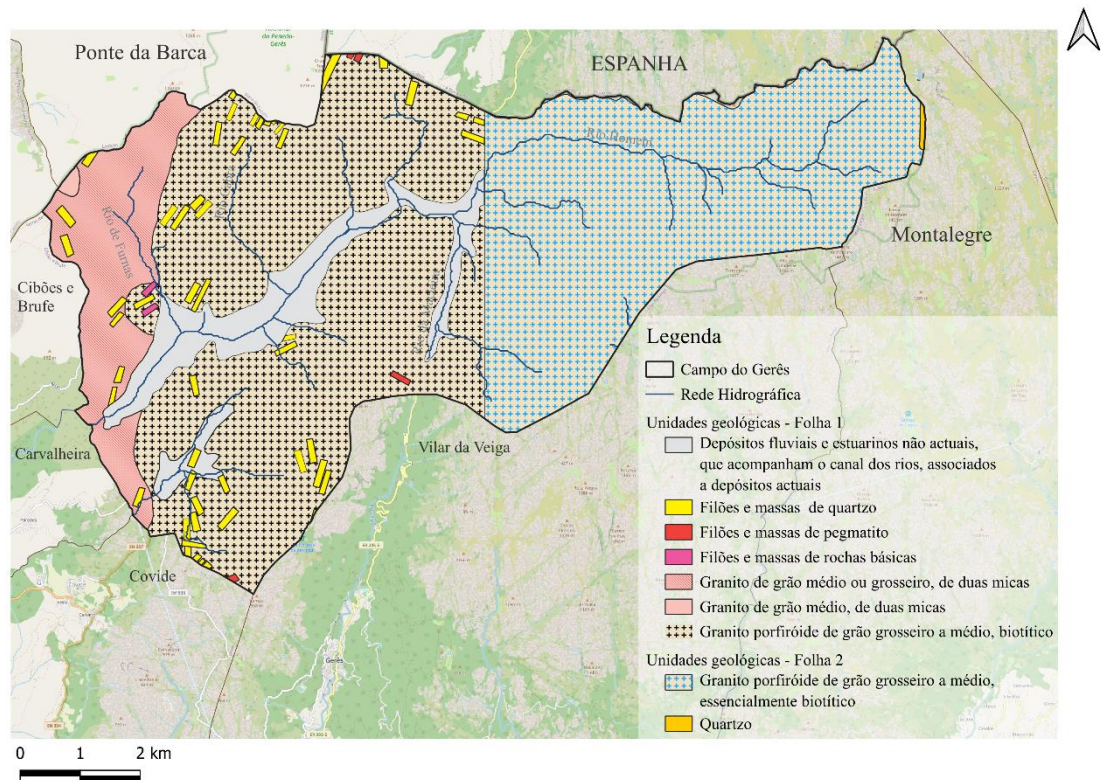


Figura 4.5 - Unidades geológicas em Campo do Gerês (Laboratório Nacional de Energia e Geologia, 2023).

Estas condições naturais são favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas, tal como o turismo, a agricultura e a pecuária em molde tradicional e biológico, o que pode ser um fator para a promoção uma política de desenvolvimento sustentável, favorecendo as populações locais, a conservação e valorização da natureza e da biodiversidade (ICNF, 2023a).

4.1.2 Caracterização sociodemográfica e económica

Campo do Gerês é um território rural de montanha, caracterizado pela baixa densidade demográfica. De acordo com os dados dos Censos 2021, residiam na freguesia 149 habitantes. É um território marcado pela perda demográfica, com uma taxa de variação de -8,0% da população residente entre 2011 e 2021. Trata-se, atualmente, de uma população maioritariamente na idade ativa e envelhecida, com 56,4% dos residentes entre 24 e 64 anos e 23,5% dos residentes com 65 ou mais anos. O índice de envelhecimento

acentuou-se significativamente entre os anos de 2011 a 2021, num efeito conjugado da diminuição de 8,2 % dos efetivos jovens (0-14 anos) e um incremento no peso da população com mais de 65 anos (Quadro 4.1 e Figura 4.6).

Quadro 4.1 - Dados sociodemográficos da freguesia Campo do Gerês

Local de residência à data dos Censos	Número total de residentes (2011)	Número total de residentes (2021)	Variação da População Residente (2011-2021) (%) ⁴	Índice de Envelhecimento (2011)	Índice de Envelhecimento (2021)
Campo do Gerês	162	149	-8,0	148	389

Fonte: Instituto Nacional de Estatística [INE], 2022.

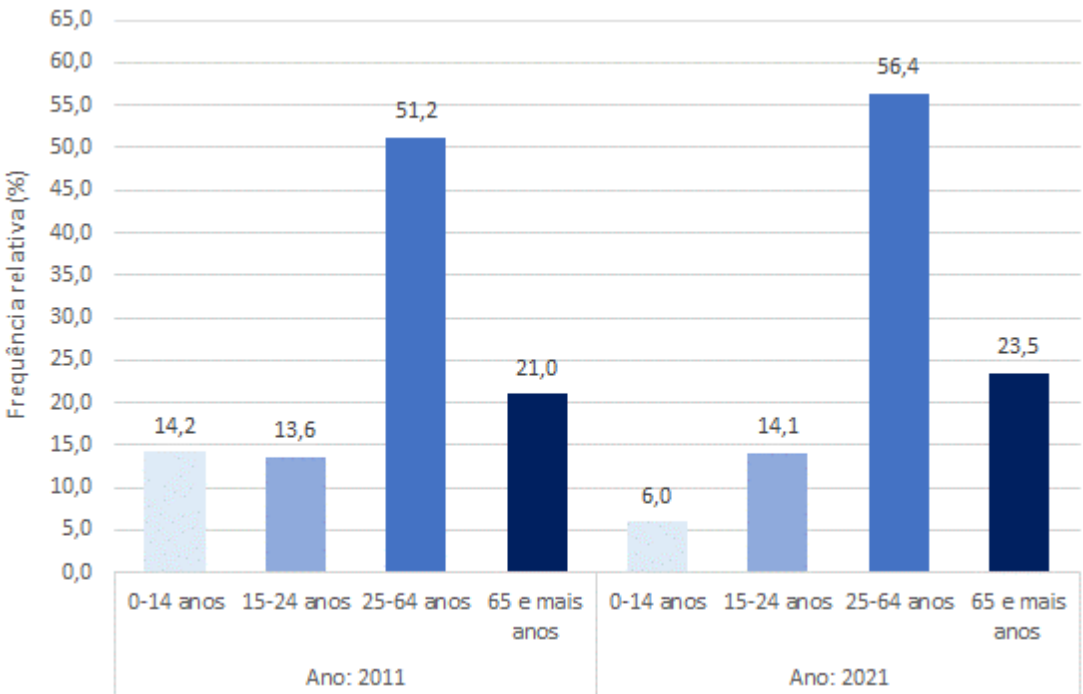


Figura 4.6 - Percentagem de residentes em Campo do Gerês, nos anos de 2011 e 2021, por grupo etário (INE, 2022).

O persistente declive demográfico destaca os desafios no desenvolvimento da região, especialmente no que se refere à criação de condições e oportunidades para a vida social e economia local, em particular para os mais jovens. O envelhecimento demográfico aliado ao despovoamento acentuará a marginalização das áreas de montanha (Nogueira et al., 2023). O despovoamento é um problema influenciado pelo êxodo da população

⁴ Este indicador foi calculado através da fórmula utilizada pelo INE $[((População_{2021} - População_{2011}) / População_{2011}) * 100]$

mais jovem para as sedes dos respetivos municípios ou para outros centros urbanos de maior dimensão, onde se concentram serviços e infraestruturas públicas, resposta social, comércio e oportunidades de emprego (ICNF, 2023a; Silva et al., 2022). De referir, que parte dos territórios europeus de montanha encontram-se classificados como “rural profundo” (*deep rural*), incluindo Portugal. Esta classificação deve-se à baixa densidade populacional presente no território limitada no acesso aos serviços e oportunidades presentes no meio urbano (European Environmental Agency, 2010).

No que concerne à componente educativa, ainda que o nível de escolaridade da população local tenha vindo a aumentar, entre 2011 e 2021, mantém-se elevada a percentagem de população com um baixo nível de escolaridade (ensino básico), correspondendo, a 48,3% da população residente em Campo do Gerês (Figura 4.7).

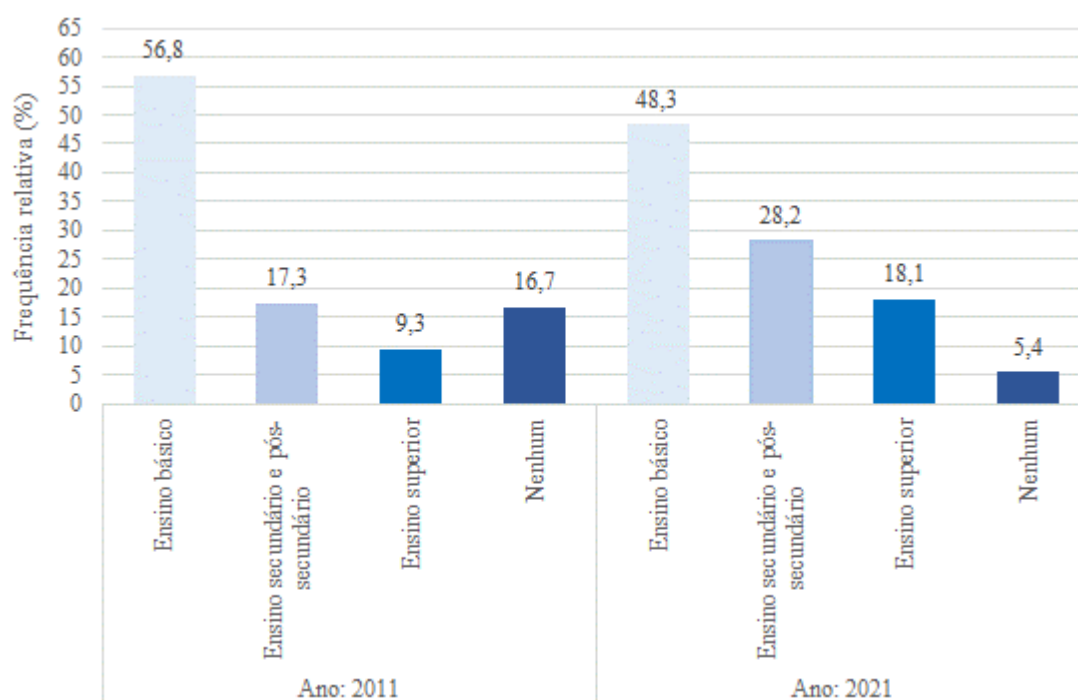


Figura 4.7 - Percentagem do nível de escolaridade da população residente em Campo do Gerês, nos anos de 2011 e 2021 (INE, 2022).

Relativamente à atividade económica, entre 2011 e 2021, a estrutura económica não sofreu grandes alterações. Mantendo-se como predominante a atividade do setor terciário (comércio de bens e prestação de serviços), com 75,8% da população empregue nesse setor em 2021 (Figura 4.8). Neste setor, destacam-se as atividades ligadas ao turismo (alojamento, restauração e similares), bem como outras atividades correspondentes à administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e apoio social (Quadro

4.2). É de destacar o aumento da população com emprego nesta década, assim como, relativamente ao setor primário (agricultura, produção animal, floresta, caça e pesca) verifica-se um aumento de 2,6% da atividade em 2021, comparativamente a 2011 (Figura 4.8). Este aumento encontra tradução no acréscimo de número de explorações agrícolas na freguesia, entre o ano de 2009 e 2019 (Figura 4.9).

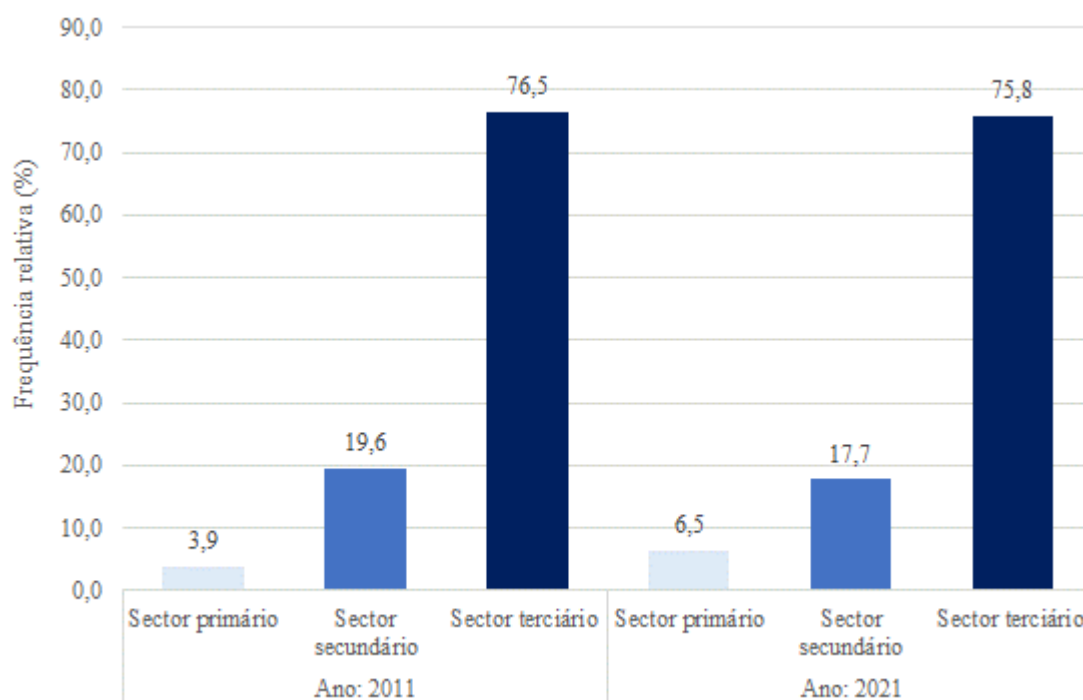


Figura 4.8 - Percentagem de população residente em Campo do Gerês empregada, nos anos de 2011 e 2021, por setor de atividade (INE, 2022).

Quadro 4.2 - População empregada, nos anos de 2011 e 2021, por atividade económica segundo a 3ª revisão da Classificação Portuguesa de Atividades

Atividades económicas	2011	2021
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2	4
Indústrias extrativas	0	0
Indústrias transformadoras	2	6
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	1
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0
Construção	6	4
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3	3
Transportes e armazenagem	4	2
Alojamento, restauração e similares	13	17
Atividades de informação e de comunicação	1	3

Atividades económicas	2011	2021
Atividades financeiras e de seguros	0	0
Atividades imobiliárias	1	0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1	1
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0	1
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	8	6
Educação	6	6
Atividades de saúde humana e apoio social	2	6
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0	1
Outras atividades de serviços	0	0
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	0	1
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0
Total	51	62

Fonte: INE, 2022.

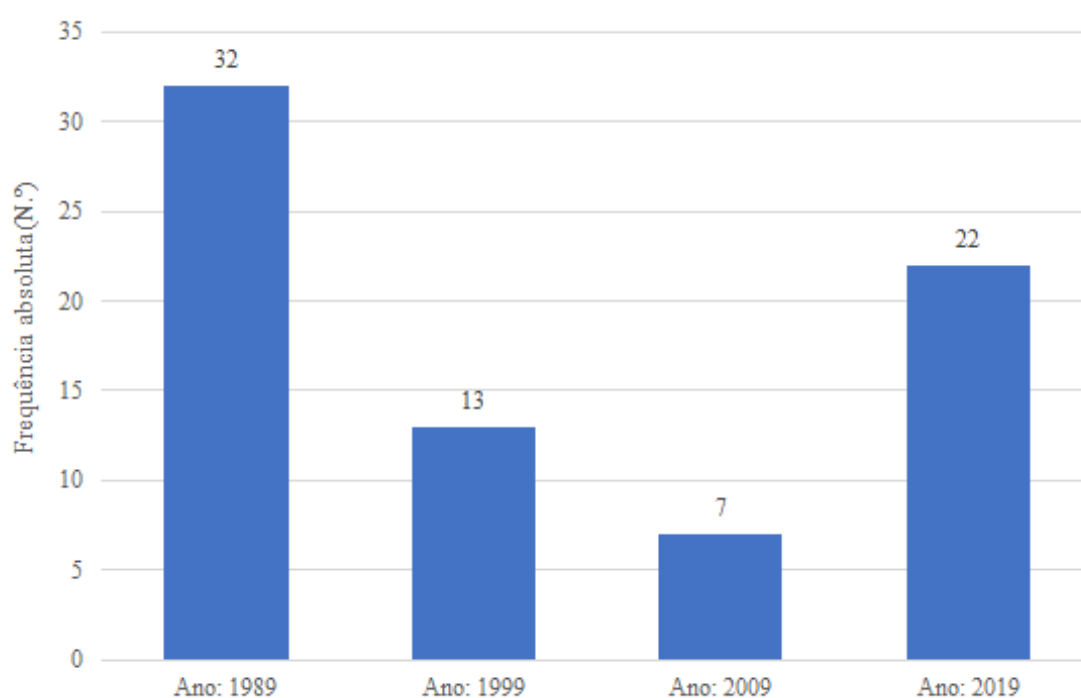


Figura 4.9 - Número de explorações agrícolas em Campo do Gerês, nos anos 1989-1999-2009-2019 (INE, 2021).

Este retrato contrasta com um passado relativamente recente no qual a agricultura era claramente dominante (Nogueira et al., 2023). Tal como se constata a economia de Campo do Gerês é dominada pelo setor terciário, no qual o turismo representa uma parte

importante. Porém há que referir que após décadas de declínio da atividade agrícola, na última década esta apresenta uma ligeira recuperação (Quadro 4.2 e Figura 4.9).

4.1.3 Caraterização da atividade turística

A atividade económica predominante na freguesia de Campo do Gerês pertence ao setor terciário, tal como demonstrado no capítulo anterior. É nas atividades relacionadas ao turismo onde se verifica um maior dinamismo económico. A dinâmica do setor assenta principalmente na riqueza e diversidade do património natural e cultural da região, com destaque para a área do PNPG (ICNF, 2023a).

As condições naturais e culturais existentes no território do PNPG, tal como se evidencia na freguesia de Campo Gerês, proporcionam o desenvolvimento de atividades turísticas associadas à natureza, ao meio rural e às culturas locais. Estes segmentos do turismo são os mais expressivos no território e a sua procura têm vindo a aumentar, impulsionando o desenvolvimento do sector hoteleiro, das atividades de animação turística, dos serviços de restauração e do pequeno comércio (produtos locais, artesanato, entre outros) (ICNF, 2023a; Martins et al., 2021).

Campo do Gerês é ainda caracterizado por um diverso um património cultural material. Na pesquisa por este património a CMTB e a Direção-Geral do Património Cultural referem alguns elementos (Quadro 4.3).

Quadro 4.3 - Património Cultural material mais destacado na freguesia de Campo do Gerês

Património Cultural
Igreja matriz de Campo do Gerês
Capela de nossa Senhora da Conceição
Cruzeiro de Campo do Gerês - Classificado como monumento nacional
Trincheira do Campo - Vestígios indeléveis de estruturas de defesa utilizadas na Idade Média
Via Romana XVIII (Geira) - Classificada como monumento nacional
Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna
Museu da Geira
Porta do PNPG em Campo do Gerês

Fonte: CMTB, n.d.; Direção-Geral do Património Cultural, n.d.

No que respeita aos empreendimentos que, direta ou indiretamente, estão relacionadas com o setor do turismo no território de Campo do Gerês, através da base do RNT,

informação pública disponível na internet, observação direta no território e, posteriormente, contacto com os proprietários, identificou-se o número de empreendimentos existentes no território (Quadro 4.4).

Quadro 4.4 - Empreendimentos do setor do turismo presentes na freguesia de Campo do Gerês

Tipo de empreendimentos	N.º
Alojamentos (alojamento local e empreendimentos turísticos)	49
Estabelecimentos de restauração e/ou bebidas	6
Empresas de animação turística	5

Fonte: Registo Nacional de Turismo, n.d.; e/ou obtidos por confirmação direta no local.

4.1.4 Atores e níveis de gestão territorial

A governança refere-se aos processos de tomada de decisão e ao modo como são distribuídos os poderes de decisão e ação entre as várias escalas territoriais e as diferentes entidades envolvidas. Numa escala microterritorial estes poderes integram um sistema mais amplo (Nogueira et al., 2023). Assim sendo e com base no projeto em que enquadra este estudo, procurou-se mapear as principais entidades envolvidas no sistema governança territorial correspondente à freguesia de Campo do Gerês. Na Figura 4.10 apresentam-se as entidades do mapeamento realizado.

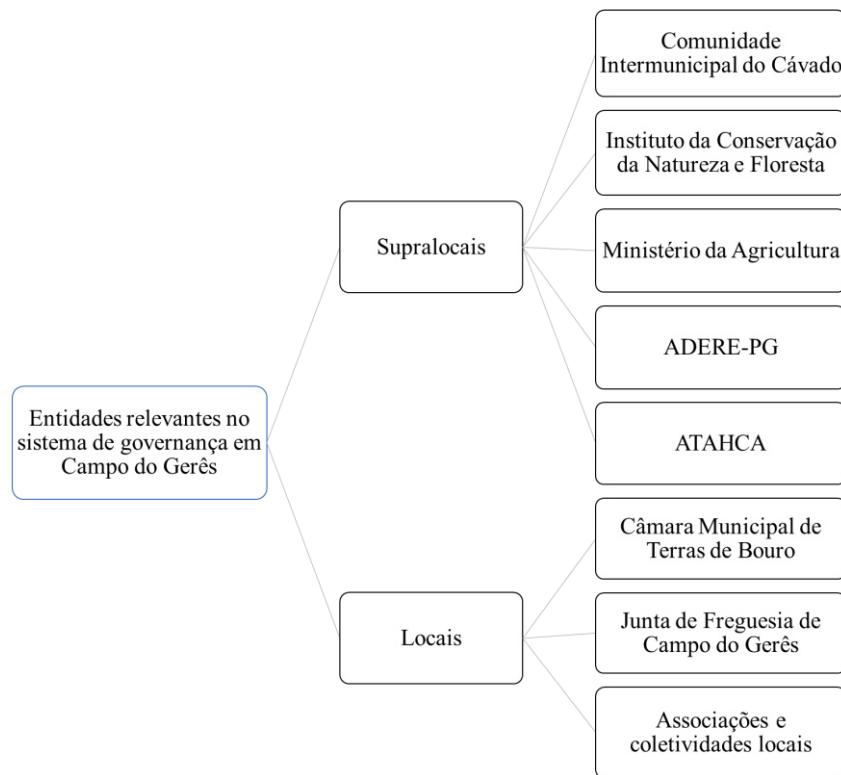


Figura 4.10 - Entidades supralocais e locais do sistema de governança de Campo do Gerês.

Ao nível da comunidade é importante mencionar o modo como se organiza em associações e outras coletividades, com funções e atividades ligadas à gestão e uso coletivo dos recursos naturais e construídos, assim como à dinamização sociocultural da freguesia. Nesta freguesia cerca de 29,38km² da área territorial é propriedade comunitária, subdividida em duas unidades de baldio geridas pela Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna – AFURNA e a Associação de Compartes da Freguesia de Campo do Gerês, esta última atualmente integrada no Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, 2022). Mais recentemente surgiu a Associação Cultural Rural Vivo, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável do meio rural da Serra do Gerês, através do desenvolvimento de projetos, eventos e atividades, no âmbito da: (i) educação; (ii) agricultura; (iii) ecologia; (iv) arte; e (v) cultura, colaboram na manutenção do sentido de comunidade e na organização de atividades em prol do bem-estar local (Associação Cultural Rural Vivo, n.d.; Nogueira et al., 2023).

5. RESULTADOS

A apresentação dos resultados organizou-se em três subcapítulos: (a) procura turística; (b) oferta turística; e (c) atitudes e perceções das partes interessadas. O primeiro e segundo subcapítulo apresentam os resultados obtidos da técnica de investigação quantitativa (questionários). O terceiro subcapítulo demonstra os resultados obtidos da combinação das técnicas de investigação qualitativa (entrevistas e *focus-group*) e quantitativa (questionários).

5.1 Procura turística

Para caracterizar a procura turística na freguesia de Campo do Gerês procedeu-se à realização de um inquérito por questionário a 151 visitantes, em Campo do Gerês.

Analizando os dados obtidos, foi possível apurar que 91% dos inquiridos têm residência habitual em Portugal (Figura 5.1).

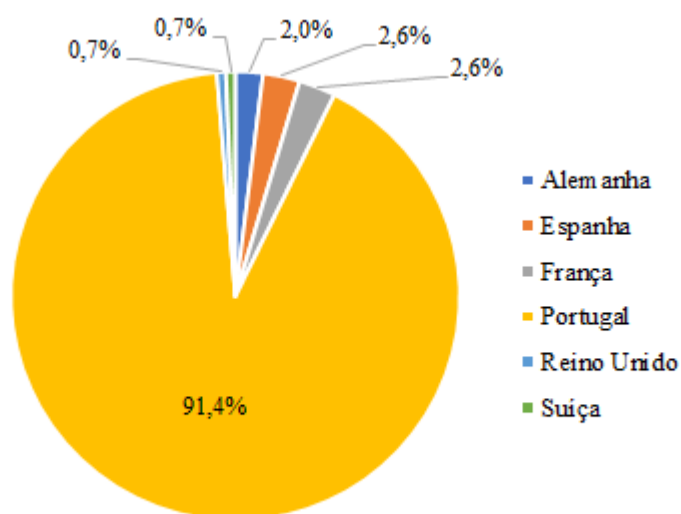


Figura 5.1 - Residência habitual dos visitantes por país (n=151).

Dos visitantes residentes em Portugal 64% são oriundos da região Norte, sendo ainda significativa a fração de visitantes da Área Metropolitana de Lisboa com 18% e da região Centro, com 15% do total (Figura 5.2).

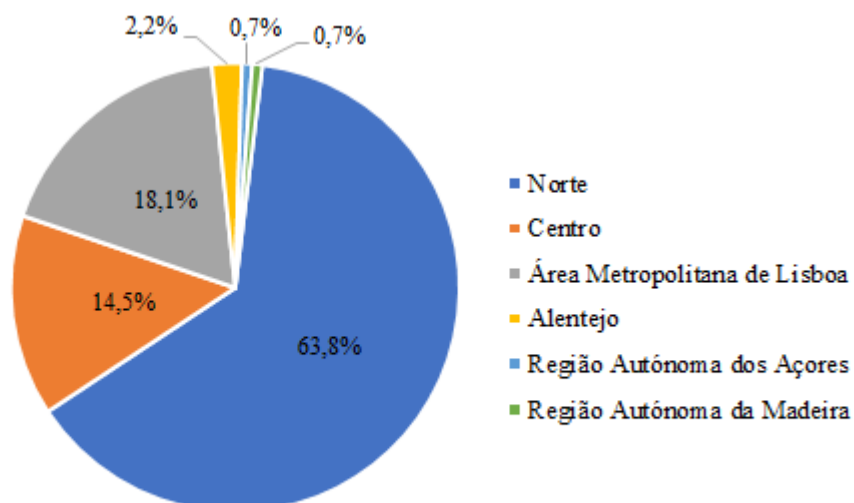


Figura 5.2 - Residência habitual dos visitantes em Portugal por NUTS II (n=138).

A nível etário predominam os visitantes com idade compreendida entre os 46 e 65 anos com 45%, uma proporção pouco superior à do grupo de 25 a 45 anos, com 40% (Figura 5.3).

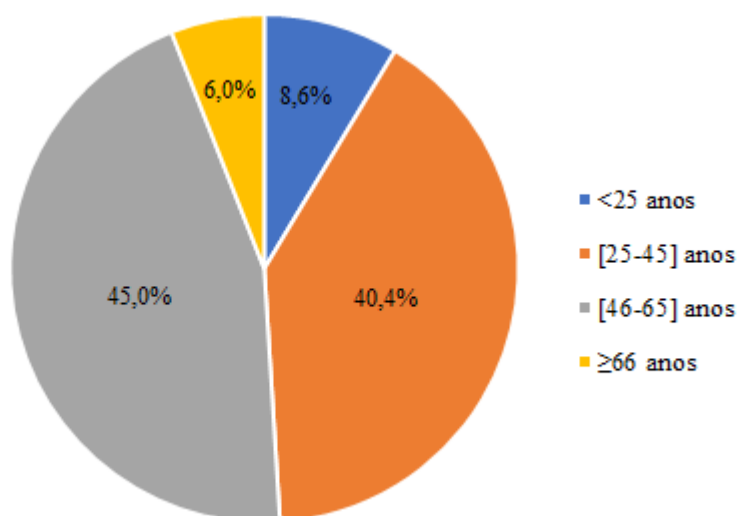


Figura 5.3 - Estrutura etária dos visitantes inquiridos (n=151).

O Parque Nacional da Peneda-Gerês foi o principal destino de viagem para 73% dos visitantes (Figura 5.4).

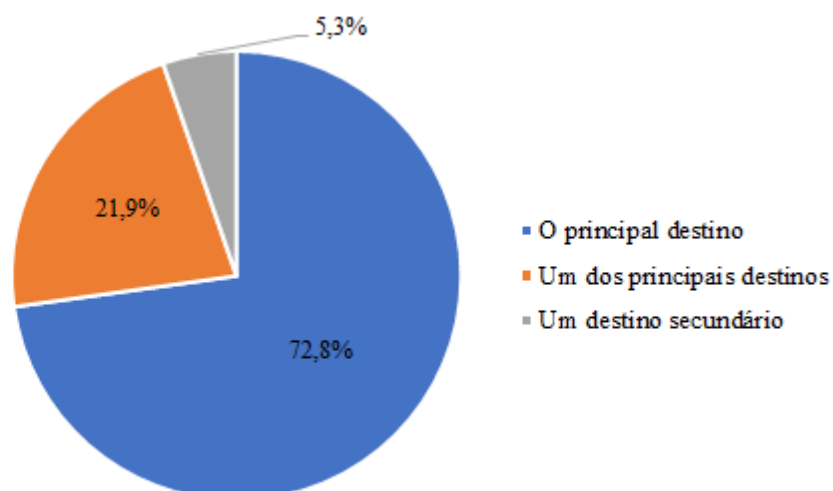


Figura 5.4 - Parque Nacional da Peneda-Gerês como um destino de viagem (n=151).

Questionados quanto às motivações para a escolha deste destino 87%, apontam a natureza selvagem como o fator mais importante e 70% mencionam as aldeias tradicionais como um fator importante (Figura 5.5).

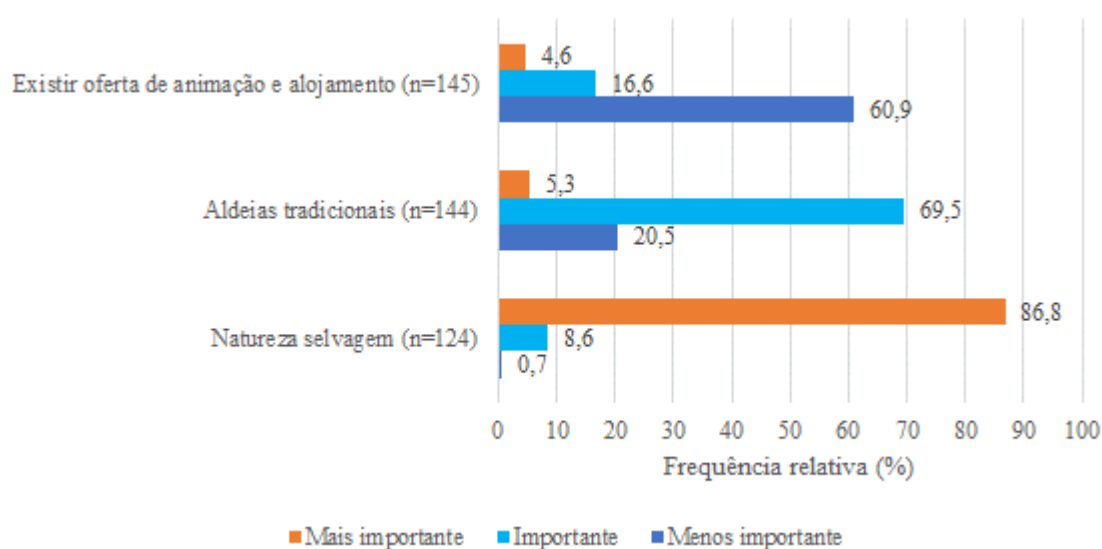


Figura 5.5 - Motivações para a visita ao Parque Nacional da Peneda-Gerês.

No que se refere à duração da viagem, 58% dos visitantes inquiridos referem que a sua duração é de mais de um dia, sendo que destes turistas propriamente ditos, 42% se enquadra no perfil de excursionistas, por regressarem à sua residência habitual no próprio dia (Quadro 5.1). Entre os turistas, cerca de 46% pernoitam em Campo do Gerês,

correspondendo a uma estadia média de 3.8 noites, sendo 1 o número mínimo e 12 o número máximo de pernoitas.

Quadro 5.1 - Duração da viagem dos visitantes

Duração da viagem	Nº	%
Ida e volta no mesmo dia	63	41,7
Mais que um dia	88	58,3
Total	151	100,0

Os visitantes privilegiam a viagem em grupo, com 66% a mencionar deslocar-se em família (Figura 5.6), numa dimensão média de 3,9 pessoas por grupo, variando entre o mínimo de 1 e o máximo de 37 pessoas no grupo de viagem.

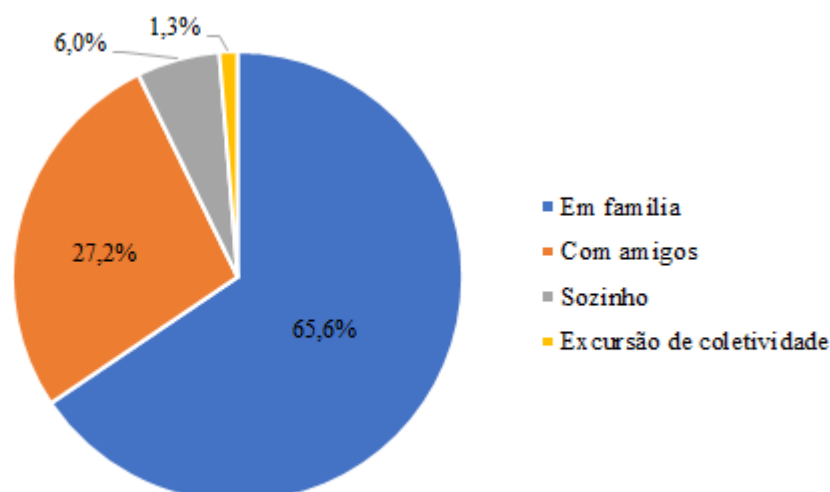


Figura 5.6 - Grupo de viagem dos visitantes (n=151).

Os grupos, maioritariamente, utilizam apenas um meio de transporte na viagem, com 84% dos visitantes a deslocar-se através do automóvel próprio (Quadro 5.2).

Quadro 5.2 - Meios de transportes utilizados pelos visitantes na viagem a Campo do Gerês

Que transportes utilizou no trajeto desde casa?	Nº	%
Transporte 1		
Automóvel próprio	127	84,1
Avião	8	5,3
Bicicleta	8	5,3
Comboio	3	2,0

Que transportes utilizou no trajeto desde casa?	Nº	%
Autocarro	2	1,3
Autocaravana	2	1,3
Motociclo próprio	1	0,7
Transporte 2		
Autocarro	5	3,3
Automóvel próprio	3	2,0
Viatura de aluguer	2	1,3
Bicicleta	1	0,7
A pé	1	0,7
Transporte 3		
Viatura de aluguer	2	1,3

Grande parte dos visitantes inquiridos, 64% do total de inquiridos, na sua viagem não tem o intuito de realizar atividades em Campo do Gerês. Apenas 24% referem ter realizado ou pretender realizar atividades não organizadas/sem guia e 13% atividades organizadas por uma empresa/com guia (Figura 5.7).

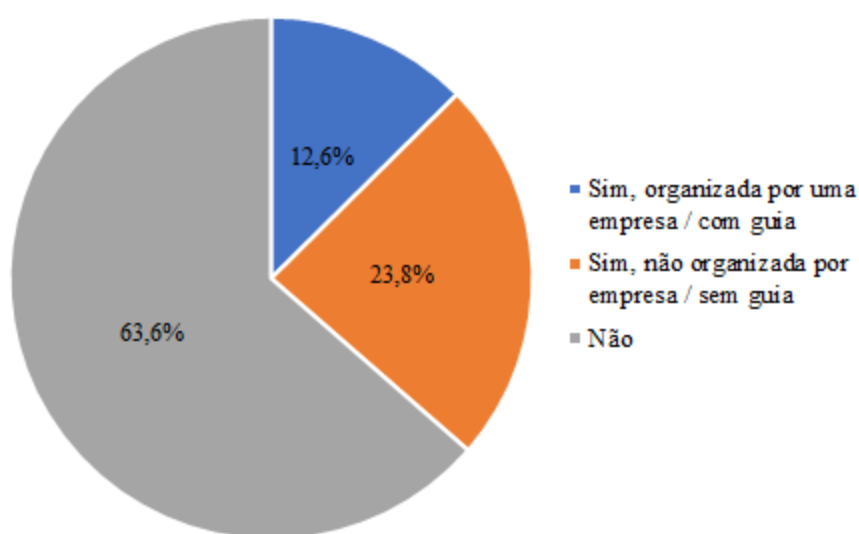


Figura 5.7 - Realização de atividades na freguesia de Campo do Gerês (n=151).

Dos 55 visitantes com atividades, predominou a referência a caminhadas em trilhos diversos 49%, andar a cavalo 17% e de bicicleta 15%. (Figura 5.8). A maioria das atividades tem um perfil ativo e de realização ao ar livre, mas há a referir que cerca de 10% dos visitantes com atividades mencionou a visita a um dos dois museus existentes na freguesia.

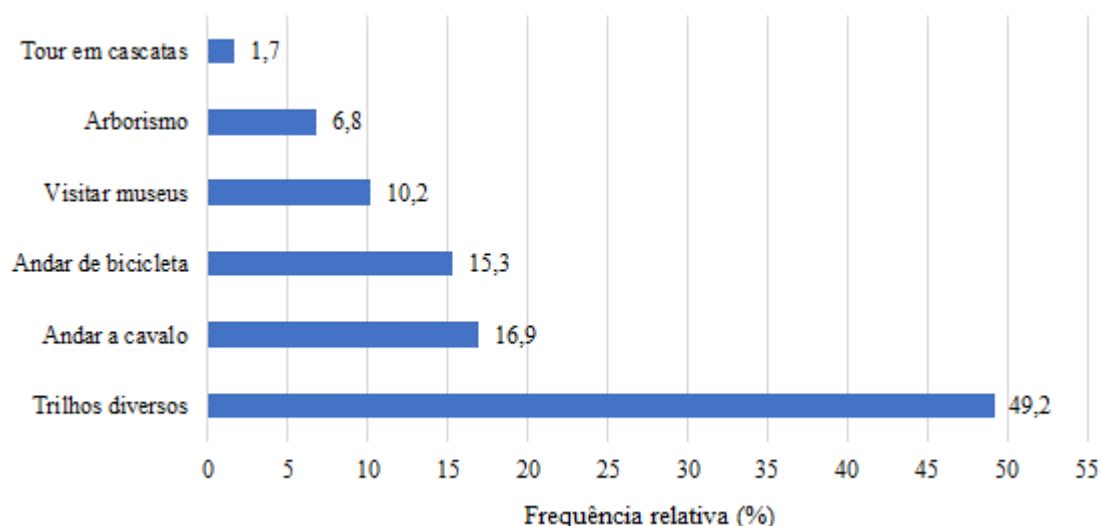


Figura 5.8 - Tipologia de atividades (n=59).

Uma das questões incidiu sobre a realização de refeições durante a visita. Cerca de 51% dos inquiridos referiu não recorrer à restauração/café e apenas cerca de 16% recorre a restaurantes/cafés localizados na freguesia de Campo do Gerês (Quadro 5.3).

Quadro 5.3 - Programa de refeições

No seu programa de hoje no que se refere às refeições	Nº	%
Não recorre à restauração/café	77	51,0
Refeição de restaurante/café no Campo do Gerês	24	15,9
Refeição de restaurante/café numa localidade próxima	46	30,5
Não respondeu/não se aplica	4	2,6
Total	151	100,0

Dos 151 inquiridos cerca de 46% não compram ou pretendem comprar produtos locais na freguesia de Campo de Gerês, no entanto, 33% compram ou pretendem comprar produtos locais. Comparando o número de visitantes que compram/pretendem comprar ou não compram produtos locais na freguesia de Campo do Gerês em função da duração da sua viagem, verifica-se que dos 33% que compram ou pretendem comprar produtos locais na freguesia apenas 26% pernoitam, ao invés 46% que não compram ou pretendem comprar produtos locais apenas 17% pernoitam (Quadro 5.4).

Quadro 5.4 - Comparação entre o número de visitantes que compram/pretendem comprar ou não compram produtos locais na freguesia de Campo do Gerês em função da duração da sua viagem

		Qual a duração da sua viagem?					
		Ida e volta num dia		Mais que um dia		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Comprou ou pretende comprar alguns produtos locais em Campo do Gerês?	Sim	10	15,9	39	44,3	49	32,5
	Não	45	71,4	25	28,4	70	46,4
	Não sabe/ não responde	8	12,7	24	27,3	32	21,2
	Total	63	100,0	88	100,0	151	100,0

Através do teste de independência qui-quadrado (χ^2) de Pearson, verifica-se que a um nível de significância de 5%, existem evidências estatísticas significativas ($\chi^2= 27,492$; $p<0,001$) para rejeitar a independência das duas variáveis, pelo que a variável “compram/pretendem comprar ou não compram produtos locais” está relacionada com a variável “duração da sua viagem” (são interdependentes). Deste modo, quem pernoita durante a sua viagem tem uma predisposição significativamente mais alta para comprar produtos locais do que os excursionistas de 1 dia (Quadro 5.5).

Quadro 5.5 - Teste de independência qui-quadrado de Pearson (χ^2) das variáveis “compram/pretendem comprar produtos locais” e “duração da viagem”.

	Valor	df	Significância Assintótica (Bilateral) (p)
Qui-quadrado de Pearson (χ^2)	27,492	2	<0,001

Nota: df – graus de liberdade.

Foram apresentados diversos atributos da freguesia de Campo do Gerês aos visitantes, solicitando-se uma apreciação do seu grau de importância na atração turística da localidade. O facto de Campo do Gerês estar localizada no Parque Nacional da Peneda-Gerês continua a ser destacado e valorizado pelos visitantes, com 98% dos inquiridos a considerar importante este atributo. A Mata de Albergaria e outros espaços naturais de elevado valor natural presentes na freguesia, são também considerados como um atributo importante para cerca de 95% dos inquiridos (Figura 5.9).

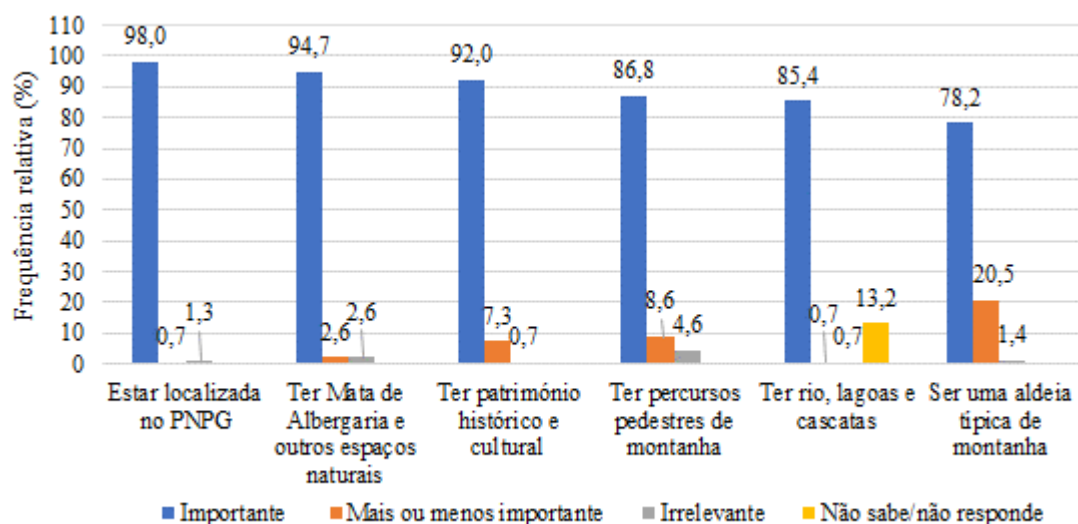


Figura 5.9 - Apreciação dos atributos da freguesia de Campo do Gerês para os visitantes – 1 (n=151).

De forma consistente com que o se verificou antes ao nível das motivações para a visita ao PNPG, a visita a Campo do Gerês está sobretudo motivada pelas atrações naturais do território, embora o património histórico e cultural e da aldeia sejam igualmente relevantes. A oferta de serviços de animação, e ainda de alojamento, têm um peso bastante menos significativo na decisão.

A pousada de juventude é o atributo com o maior número de inquiridos a considerar irrelevante, cerca de 31%. A par da pousada da juventude encontra-se o parque de campismo, com 25% dos inquiridos a considerar irrelevante este atributo (Figura 5.10).

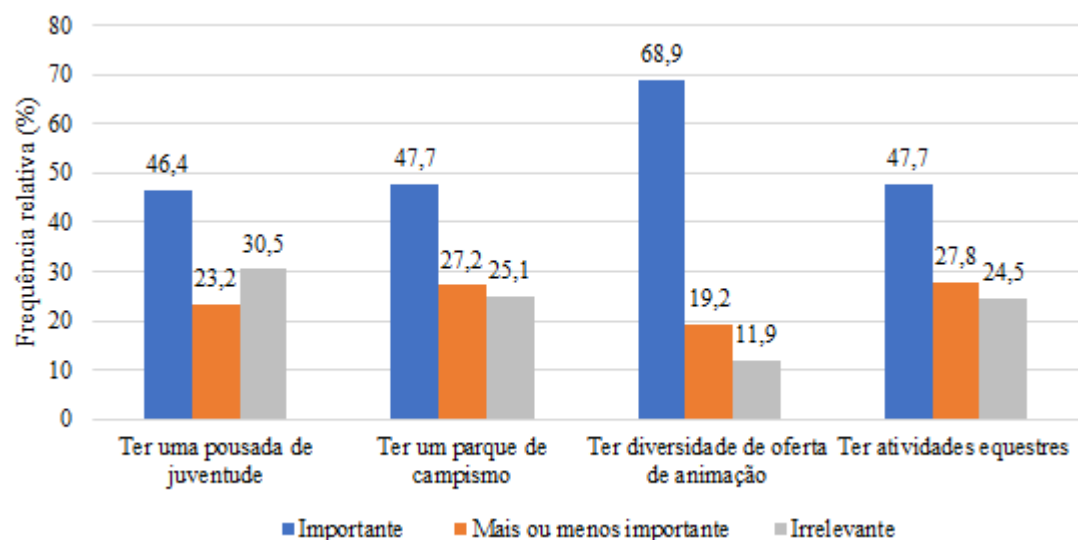


Figura 5.10 - Apreciação dos atributos da freguesia de Campo do Gerês para os visitantes - 2 (n=151).

É de realçar que, cerca de 64% dos visitantes já tinham visitado anteriormente Campo do Gerês (Figura 5.11). Com 39% desses visitantes a referir ter visitado durante os últimos 12 meses, correspondendo a uma dimensão média de 3,4 dias, sendo o número mínimo de visitas 1 e máximo 30, e ainda 82% a indicar ter visitado Campo do Gerês durante os últimos 5 anos, correspondendo a uma dimensão média de 11,8 dias, sendo o número mínimo de visitas 1 e o máximo 200.

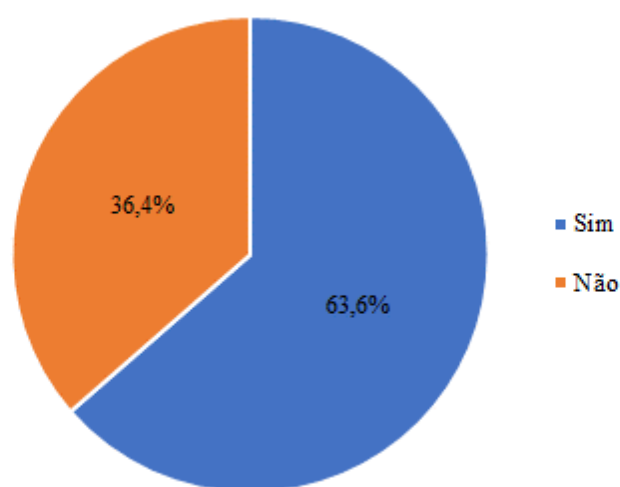


Figura 5.11 - Visita anterior à freguesia de Campo do Gerês (n=151).

A maioria dos visitantes inquiridos, cerca de 99% dos 151, refere que recomendaria uma visita a Campo do Gerês aos seus amigos e familiares (Quadro 5.6).

Quadro 5.6 - Recomendação de visita à freguesia de Campo do Gerês pelos visitantes inquiridos

Recomendaria uma visita a Campo do Gerês aos seus familiares e amigos?	Nº	%
Sim	149	98,7
Não	0	0,0
Não sabe/ Não responde	2	1,3
Total	151	100,0

Ainda sobre a freguesia de Campo do Gerês os visitantes inquiridos apontaram diversos aspetos positivos e negativos relativamente à freguesia de Campo do Gerês.

No que diz respeito aos aspetos positivos, os 151 inquiridos referem um total de 264 aspetos. Após codificação das respostas por tópicos principais, verifica-se que o património natural e paisagístico corresponde a 58% dos aspetos positivos referidos, a tranquilidade a 13%, as atividades ao ar livre correspondem a 7%, ficando a gastronomia com apenas 0,8% das menções. (Figura 5.12).

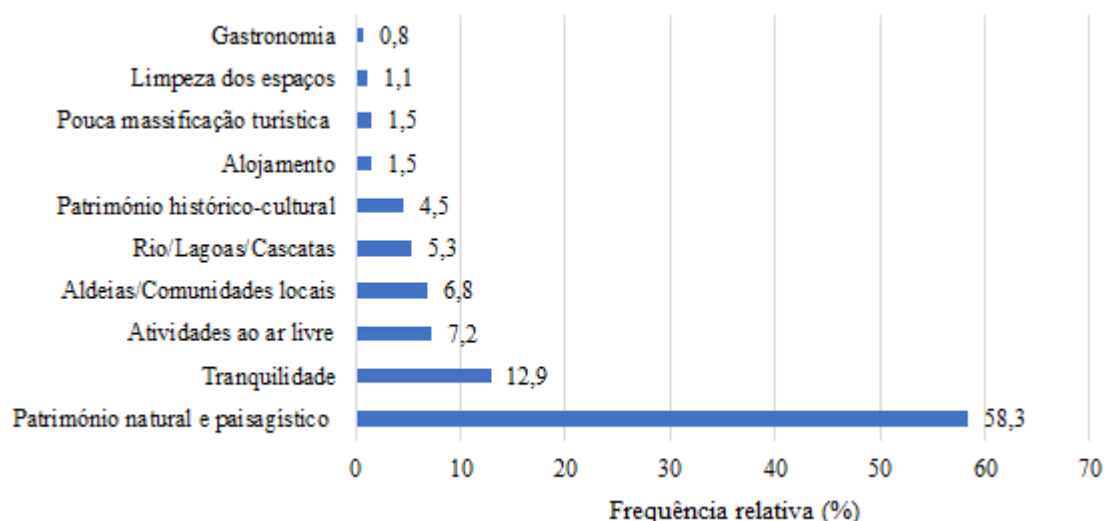


Figura 5.12 - Aspetos positivos de Campo do Gerês referidos pelos visitantes inquiridos (n=264).

Quanto aos aspetos negativos os visitantes identificaram 99 aspetos. Após agregação em temas verifica-se que a poluição corresponde a 26% dos aspetos negativos referidos, a falta de infraestruturas a 17%, a falta de serviços, produtos e gastronomia local correspondem a 14%. Com pouco relevo surgem o preço cobrado por atividade e a taxa de portagem, correspondendo a 1% das menções negativas (Figura 5.13).

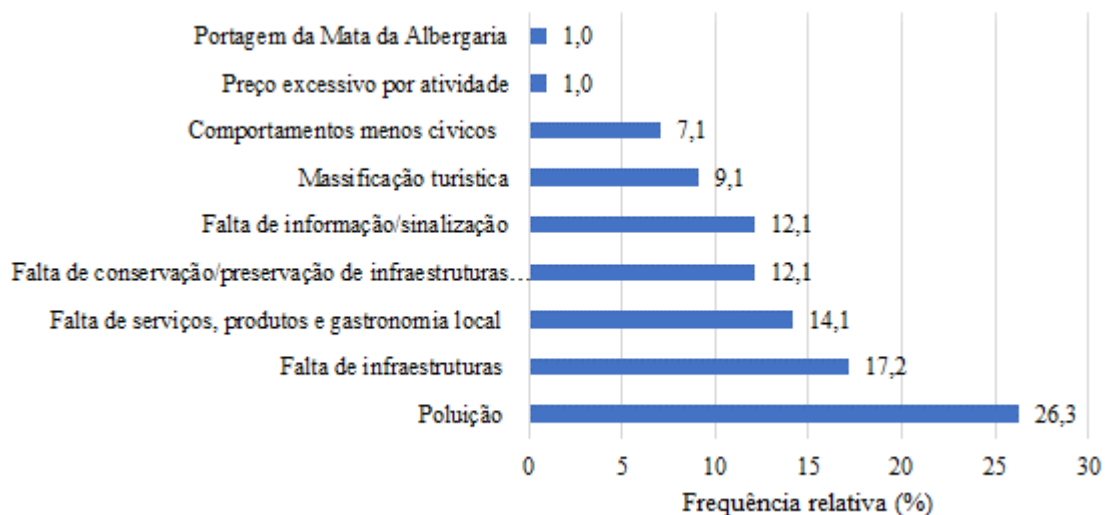


Figura 5.13 - Aspectos negativos de Campo do Gerês referidos pelos visitantes inquiridos (n=99).

O turismo em Campo do Gerês, tratando-se de uma área inserida no PNPG, pode compreender opções de gestão no sentido de garantir a conservação da natureza. Os 151 visitantes inquiridos quando questionados sobre a sua atitude perante algumas opções estratégicas, demonstram uma posição favorável, nomeadamente, 98% estão predispostos a receber sensibilização e informação útil sobre os comportamentos mais respeitadores da natureza e 90% estão disponíveis para fornecer voluntariamente dados para uma plataforma digital no âmbito da conservação da natureza. Por outro lado, 68% dos visitantes não demonstram vontade para contribuir financeiramente para campanhas de conservação da natureza (Figura 5.14).

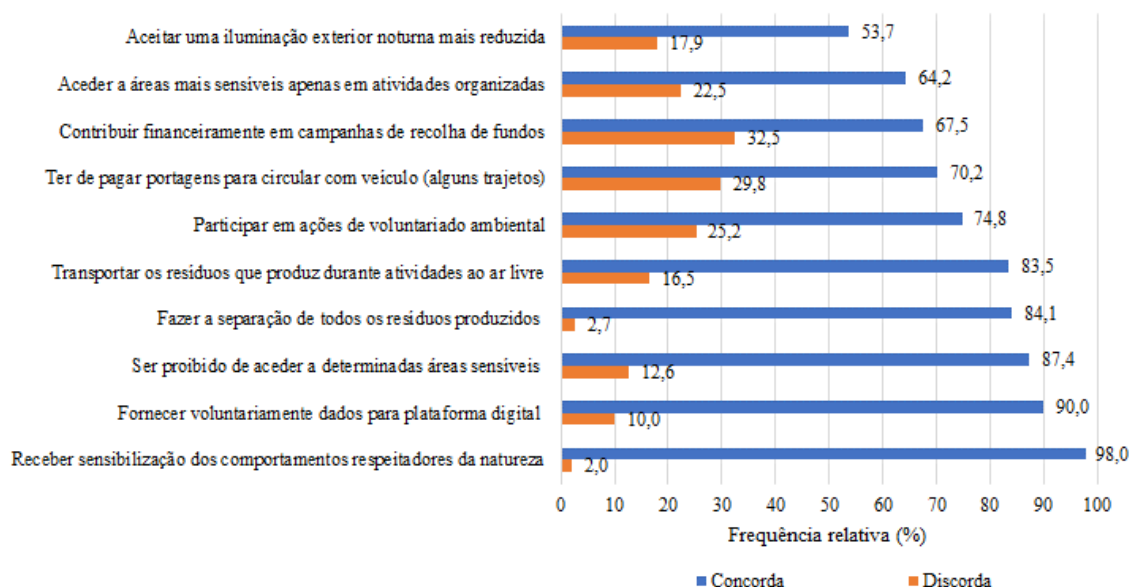


Figura 5.14 - Predisposição dos visitantes inquiridos perante algumas opções estratégicas para o turismo no âmbito da conservação da natureza (n=151).

Equitativamente, o turismo em Campo do Gerês pode abranger medidas que visam contribuir para o bem-estar das comunidades locais. Do total de visitantes inquiridos quando questionados sobre a sua atitude perante algumas medidas, confirmam a sua predisposição para cooperar em prol do bem-estar das comunidades locais, fundamentalmente, 99% demonstram abertura para a redução de velocidade e até parar perante a presença de animais na estrada e 92% admitem que para o mesmo tipo de serviço, preferencialmente devem recorrer a empresas locais. Importa ainda salientar que 82% dos visitantes aceitam que se restrinja o número de visitantes em épocas altas. Não obstante, 32% dos visitantes inquiridos não estão predispostos a participar em ações de voluntariado no âmbito da preservação da agricultura local (Figura 5.15).

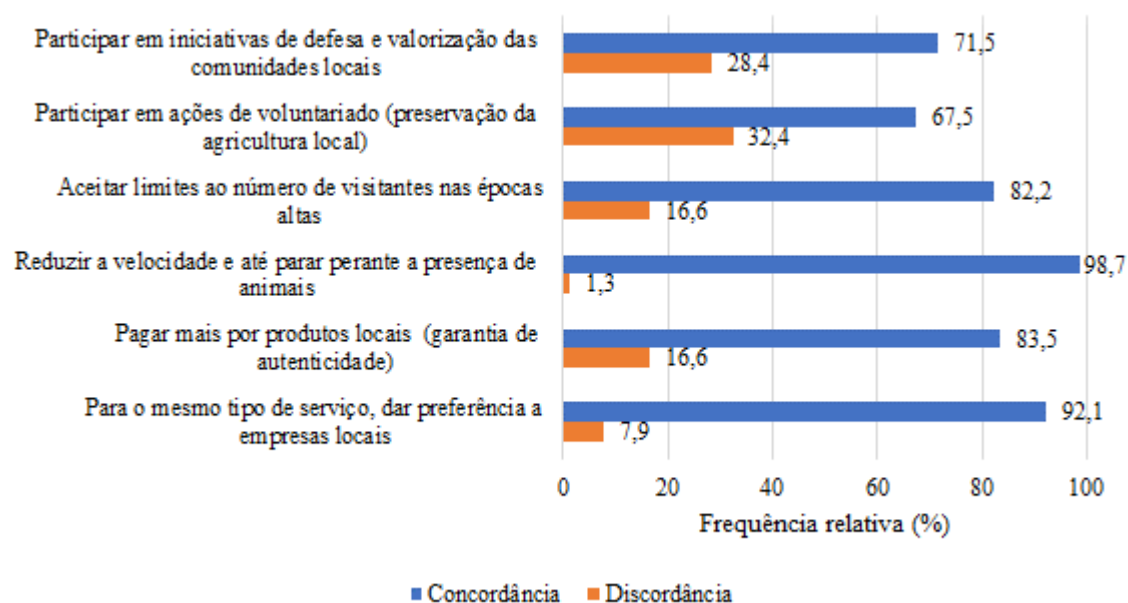


Figura 5.15 - Atitude dos visitantes inquiridos perante algumas medidas destinadas ao bem-estar das comunidades locais (n=151).

5.2 Oferta turística

Para caracterizar da oferta turística na freguesia de Campo do Gerês procedeu-se à realização de inquéritos por questionário aos proprietários/ entidades gestoras de alojamentos turísticos, restauração e/ou bebidas e das empresas de animação turística com instalações na freguesia de Campo do Gerês ou que desenvolvem, com regularidade, uma parte significativa das suas atividades nesta freguesia (Quadro 5.7).

Quadro 5.7 - Universo e número de respostas válidas referente aos questionários da oferta turística

Descrição	Universo	Número de respostas válidas	Número de empresários correspondentes às respostas válidas
Alojamentos turísticos	49	29	16
Restaurantes/bares/cafés	6	5	5
Empresas de animação turística	5	4	4
Total	60	38	25

Analisando os dados obtidos, foi possível apurar que 91% do total de 22 empresários da oferta turística de Campo do Gerês, têm residência habitual no concelho de Terras de Bouro (Figura 5.16).

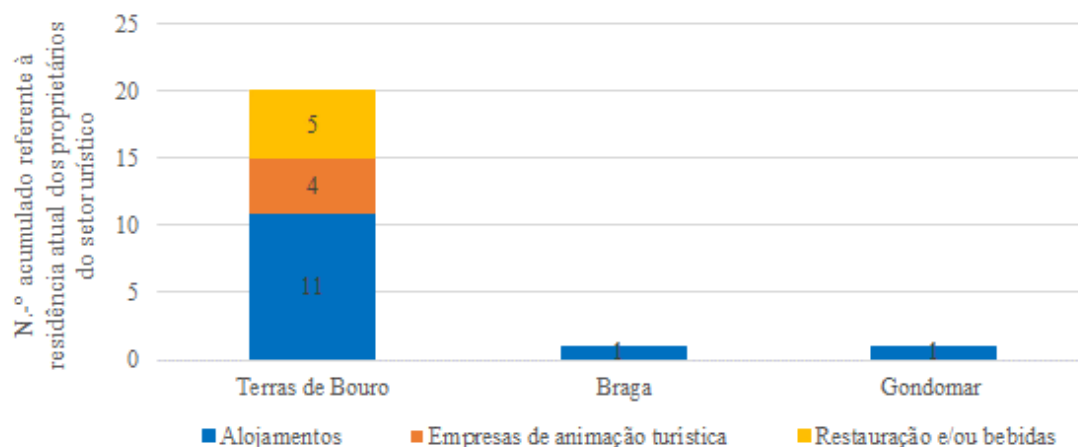


Figura 5.16 - Residência atual (concelho) dos empresários de oferta turística (n=22).

Dos 25 empresários da oferta turística de Campo do Gerês inquiridos, 68% têm idade compreendida entre os 46 e os 65 anos (Figura 5.17).

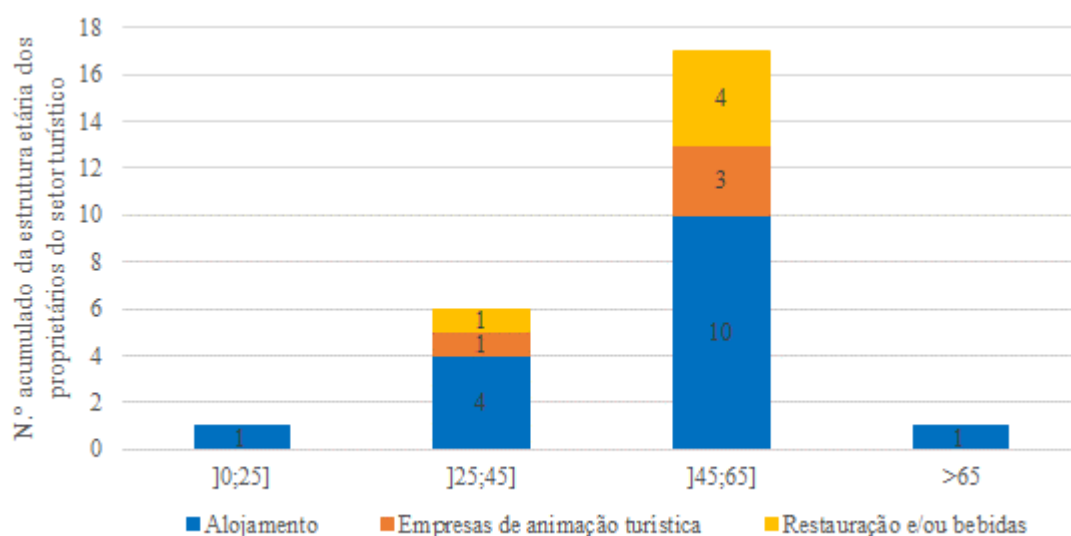


Figura 5.17 - Estrutura etária dos empresários de alojamentos turísticos, restauração e/ou bebidas e animação turística (n=25).

A maioria dos empresários da oferta turística de Campo do Gerês, cerca de 96%, encontram-se a exercer uma profissão (Figura 5.18).

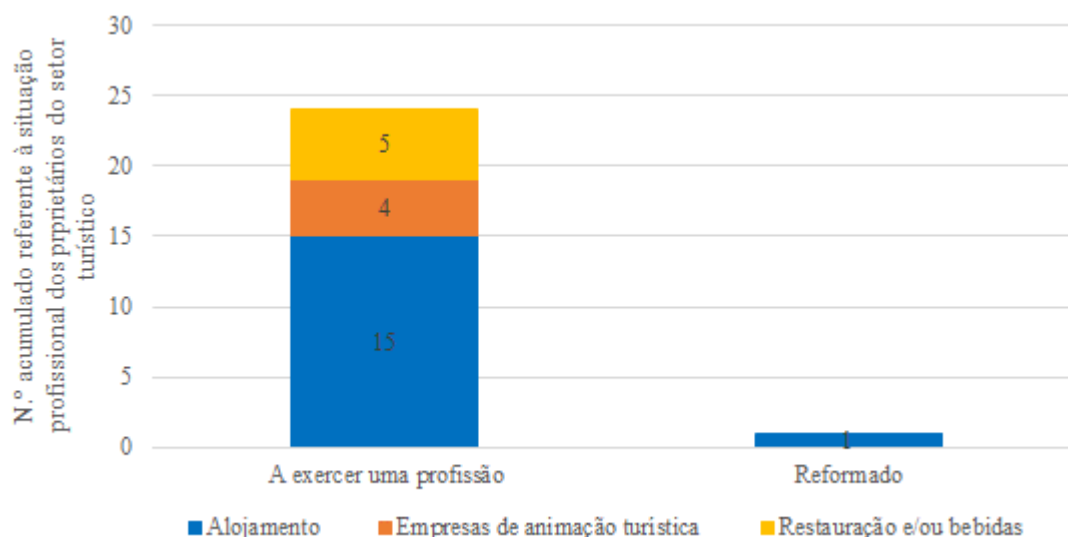


Figura 5.18 - Situação profissional dos empresários de oferta turística (n=25).

Considerando a data de início de atividade verifica-se que os negócios do setor do turismo (alojamentos, restauração e/ou bebidas, empresas de animação turística) iniciaram a sua expansão sobretudo a partir do ano 2000. Entre 2014 e 2020 há uma expansão do seu número, sobretudo no que se refere aos alojamentos, com o incremento de 10 novas unidades. O período de 2021-2022 foi particularmente notável quanto à expansão da oferta, considerando que se trata apenas de 2 anos, com exceção das empresas de animação turística, que estabilizaram entre o período de 2007-2013. Em 2022, contabilizaram-se um total de 29 alojamentos, 4 empresas de animação turística e 5 empresas do setor da restauração e/ou bebidas (Figura 5.19).

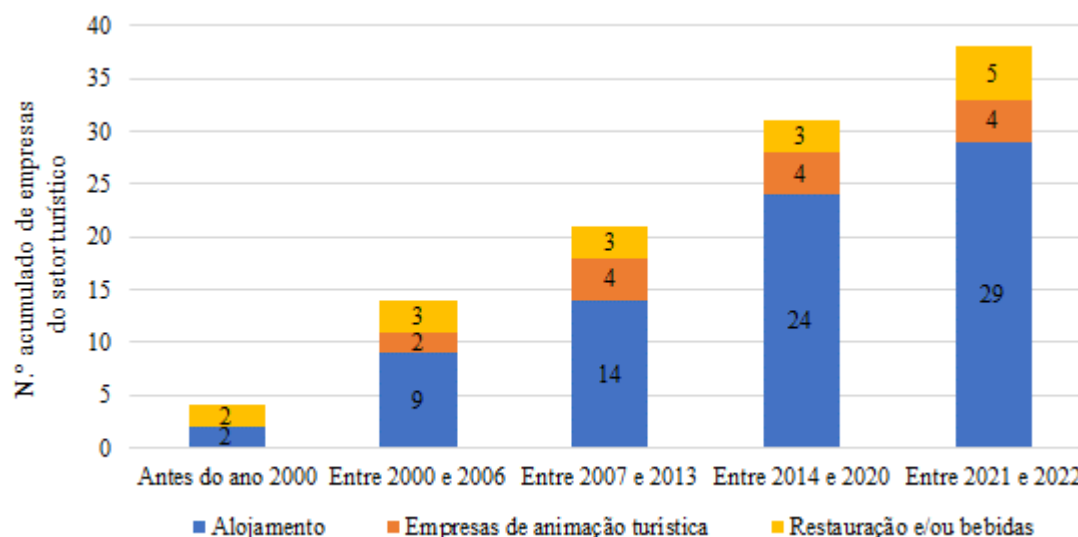


Figura 5.19 - Evolução do número de negócios turísticos com atividade em Campo do Gerês (n=38).

As unidades de alojamento turístico em Campo do Gerês descritas pelos proprietários ocupam 31% dos edifícios/espços que anteriormente eram utilizados como habitações familiares (Quadro 5.8).

Quadro 5.8 - Uso anterior do espaço/edifício com atual utilização turística

Uso do espaço/edifício anterior à utilização turística	Nº	%
Habitação familiar	9	31,0
Cortes / estúbulos	6	20,7
Adega / loja	1	3,5
Edifício construído de raiz	2	6,9
Outra situação	11	37,9
Total	29	100,0

Concomitantemente, 31% dos espaços convertidos em alojamentos turísticos encontravam-se em ruínas (Quadro 5.9).

Quadro 5.9 - Estado do espaço/edifício anterior à conversão em alojamento turístico

Estado do espaço/edifício	Nº	%
Estava em ruínas	9	31,0
Tinha sido recuperado recentemente	7	24,1
Tinha alguma utilização (últimos 2 anos)	5	17,2
Não se aplica	8	27,6

Estado do espaço/edifício	Nº	%
Total	29	100,0

As empresas de animação turística inquiridas desenvolvem diversas atividades no território. As caminhadas na natureza, independente do percurso, são a atividade comum apresentada no universo das empresas. Destaca-se, a freguesia de Campo do Gerês, como o local predominante das atividades, com 6,4 de média de dimensão dos grupos. Relativamente a parceiros/entidades envolvidas para o desenvolvimento de atividades, os baldios e os fornecedores de produtos locais surgem como os parceiros mais envolvidos. O ICNF é uma das entidades envolvidas, essencialmente no âmbito da concessão de autorizações para a realização das atividades de turismo de natureza em áreas protegidas. Estas atividades estão regulamentadas nos respetivos Planos de Ordenamento, no caso do PNPG na Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2011, de 4 de fevereiro (Quadro 5.10).

Quadro 5.10 - Caracterização das atividades principais das empresas de animação turística inquiridas

N.º	Atividades principais	Locais das atividades	Dimensão média dos grupos	Parceiros ou outras entidades envolvidas
1	Gerês tour (cultural, paisagístico e caminhada)	Freguesias de Terras de Bouro: Campo do Gerês, Ermida, Covide e Vilar da Veiga. Soajo, Lindoso e Lóbios (Espanha)	2,4	Restauração e fornecedores de produtos alimentares
2	Caminhada em meio-dia na montanha	Freguesia de Campo do Gerês e Freguesia de Covide	2	Fornecedores de produtos alimentares
3	Trilhos guiados (independentemente da rota)	Reserva da Biosfera	1,8	Fornecedores de produtos alimentares
4	Ciclo do pão	Freguesia de Campo do Gerês e Freguesia de Covide	3	---
5	Passeios de cavalo	Freguesia de Campo do Gerês	4	---
6	Passeios pedestres	Concelho de Terras de Bouro	6	---
7	Tour guiada (rota das cascatas)	Concelho de Terras de Bouro	5	---
8	Circuito de pontes	Freguesia de Campo do Gerês	1	---
9	Caminhada guiada Minas dos Carris	Freguesia de Campo do Gerês	9	ICNF e Baldios
10	Caminhada guiada Prados da Messe	Freguesia de Campo do Gerês	9	ICNF e Baldios

N.º	Atividades principais	Locais das atividades	Dimensão média dos grupos	Parceiros ou outras entidades envolvidas
11	Caminhada guiada Meda da Rocalva	Freguesia de Vilar da Veiga	9	ICNF e Baldios
12	Caminhada guiada Porta Riuvas	Freguesia de Vilar da Veiga	9	ICNF e Baldios
13	Caminhada guiada minas dos carris	Freguesia de Campo do Gerês	9	ICNF e Baldios
14	Parque aventura	Freguesia de Campo do Gerês	10	---
15	Circuito aventura em rocha	Freguesia de Campo do Gerês	10	Empresa Equicampo e Baldios
16	Canoagem	Freguesia de Vilar da Veiga	12	Câmara Municipal de Terras de Bouro e Villas do Agrinho Gerês

Todos os empresários de empresas de animação turística referem que nas suas atividades transmitem conhecimentos sobre os valores da fauna/flora e geologia. No que se refere a atividades de valorização dos costumes e tradições, no qual mobilizam pessoas da comunidade local, 75% dos empresários destacam atividades como: produto do pastoreio, ciclo do pão, restauro do pomar de macieiras e recolha de resíduos (Quadro 5.11). Nestas atividades, envolvem como parceiros a Associação de Compartes de Campo do Gerês, pastores, agricultores, apicultores e escolas do concelho de Terras de Bouro.

Quadro 5.11 - Atividades com valorização ambiental e social

	Transmissão de conhecimentos sobre os valores da fauna/flora e geologia nas atividades		Atividades no âmbito da valorização dos costumes e tradições	
	Nº	%	Nº	%
Sim	4	100,0	3	75,0
Não	---	---	1	25,0
Total	4	100,0	4	100,0

A procura pelo território de Campo do Gerês para turismo é evidenciada pelo número de clientes que acede aos serviços das empresas do setor turístico. Quando questionados sobre a evolução do número de clientes, entre 2019 e 2022, 41% dos empresários turísticos reportam um aumento moderado do número de clientes, sobretudo no que se refere às empresas de animação turística (Figura 5.20).

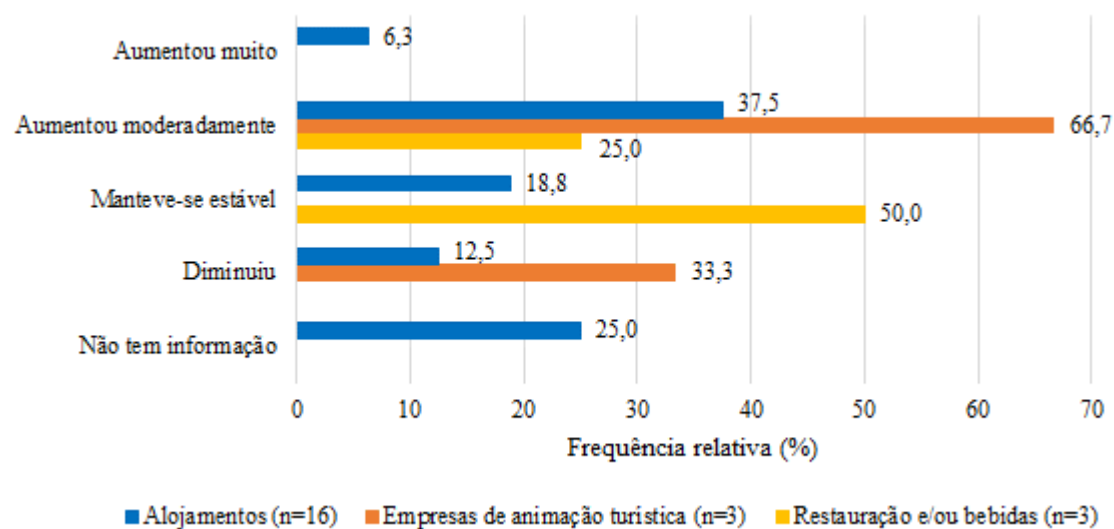


Figura 5.20 - Evolução do número de clientes entre 2019-2022.

Na perspetiva de 78% dos empresários do setor da restauração e/ou bebidas e da animação turística, a procura turística vai aumentar no território de Campo do Gerês e envolvente (Figura 5.21).

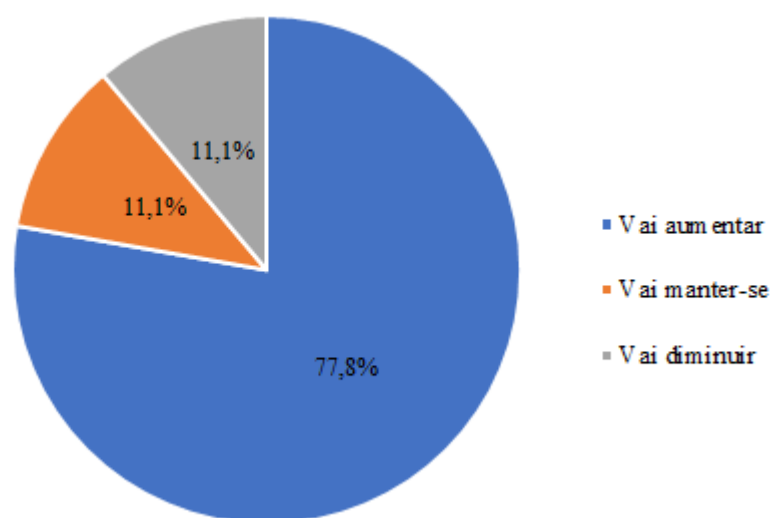


Figura 5.21 - Perspetiva dos proprietários dos estabelecimentos do setor da restauração e/ou bebidas e de animação turística relativamente à evolução turística (n=9).

Com a perspetiva do aumento da procura turística, 52% do universo de empresários da oferta turística inquiridos, consideram nos próximos 2 a 3 anos realizar investimentos no setor (Figura 5.22).

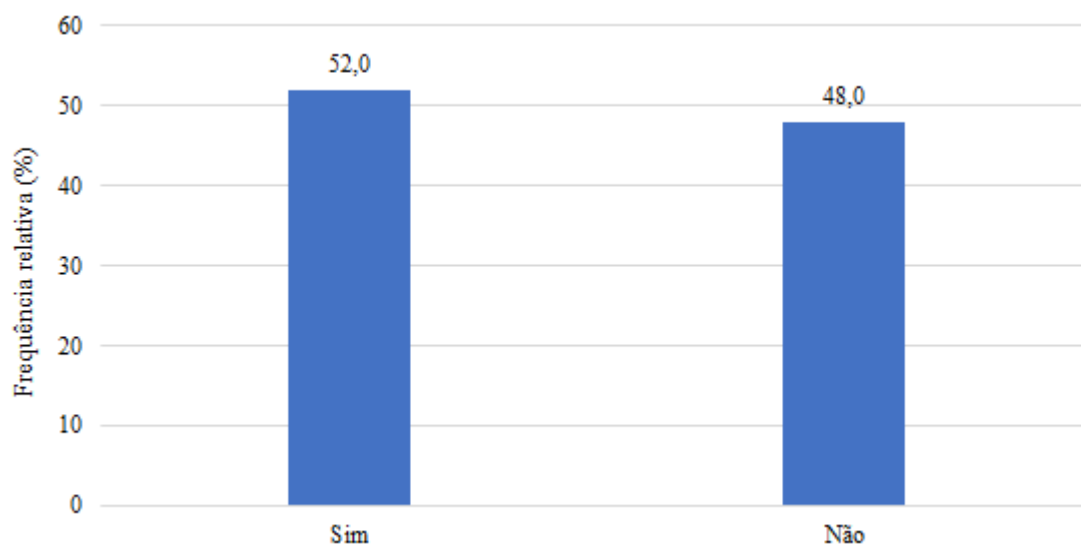


Figura 5.22 - Previsão de investimento nos próximos 2 e 3 anos pelos empresários alojamentos turísticos, restauração e/ou bebidas e animação turística (n=25).

Do ponto de vista da criação de emprego, fator de desenvolvimento económico e social, os empresários inquiridos referem empregar um total de 88 trabalhadores, 60% de forma permanente e 40% sazonalmente (Quadro 5.12).

Quadro 5.12 - Número de postos de trabalho no setor do turismo

Postos de trabalho	Empresas do setor turístico (alojamentos, animação turística e restauração e/ou bebidas)	
	Nº	%
Permanentes	53	60,2
Sazonais	35	39,8
Total	88	100,0

Nos próximos 2 anos, no setor da restauração e/ou bebidas e da animação turística, 44% dos empresários considera aumentar o número de trabalhadores (Quadro 5.13).

Quadro 5.13 - Previsão do número de trabalhadores nos próximos 2 anos pelos empresários de animação turística e restauração e/ou bebidas

Número de trabalhadores nos próximos 2 anos	Empresas de animação turística		Restauração e/ou bebidas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aumentar	2	40	2	50	4	44,4
Manter-se	3	60	1	25	4	44,4
Diminuir	0	0	1	25	1	11,1

Número de trabalhadores nos próximos 2 anos	Empresas de animação turística		Restauração e/ou bebidas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	5	100,0	4	100,0	9	100,0

No que respeita à qualificação dos empregos, 56% dos 9 proprietários concorda que o turismo tem capacidade para criar empregos atrativos para os jovens com boas qualificações. A animação turística é o setor com maior potencial, com 75% dos 4 proprietários a concordar que o turismo tem capacidade para criar empregos atrativos para os jovens com boas qualificações (Figura 5.23).

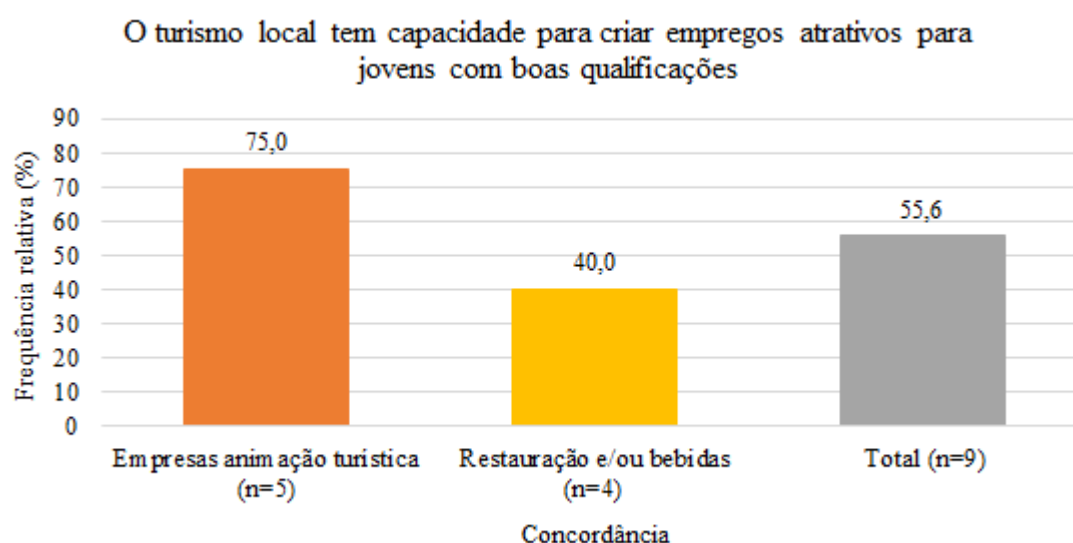


Figura 5.23 - Concordância dos empresários de animação turística e do setor da restauração e/ou bebidas quanto à qualidade de emprego que o turismo pode criar.

Todos os empresários da oferta turística concordam que o turismo veio dar nova vida à aldeia e, no geral, cerca 92% desses empresários concorda que os visitantes ficam com vontade de regressar, embora 56% admita que a quantidade de visitantes no verão e fins de semana é excessiva (Figura 5.24).

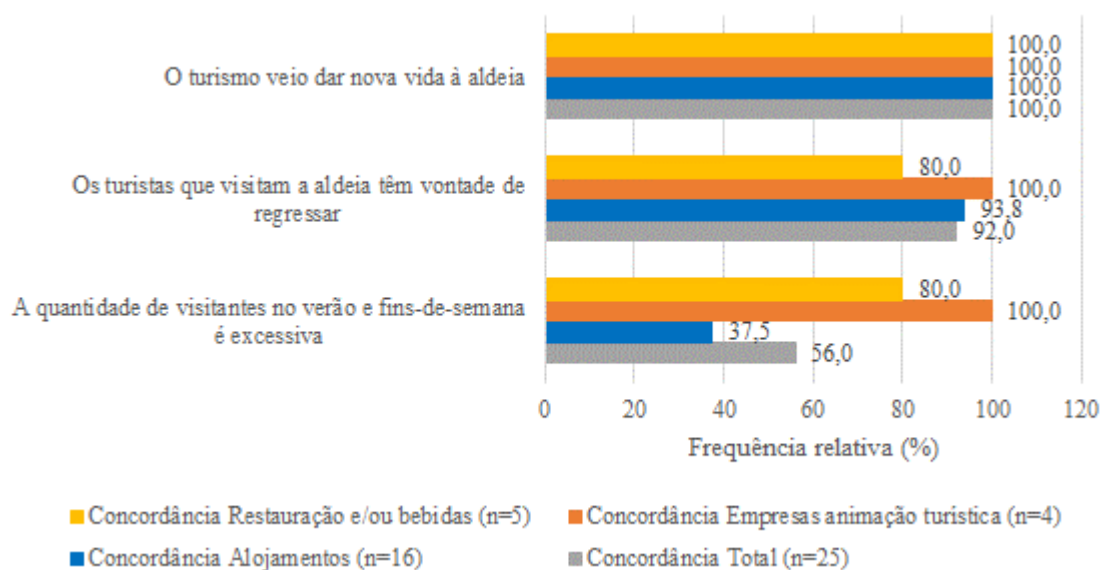


Figura 5.24 - Concordância dos empresários de oferta turística quanto às afirmações “o turismo veio dar nova vida à aldeia”; “os turistas que visitam a aldeia têm vontade de regressar” e “a quantidade de visitantes no verão e fins-de-semana é excessiva”.

5.3 Atitudes e perceções das partes interessadas

A identificação e análise das atitudes e perceções das partes interessadas relativamente ao turismo no território, e em particular ao grau de concretização e de perspectivas de aprofundamento dos princípios e práticas do ecoturismo na freguesia de Campo do Gerês procedeu-se através da informação recolhida e sintetizada das entrevistas e rodas de conversa, incorporando dados obtidos dos questionários a visitantes e a empresários do setor o turismo.

Campo do Gerês é uma freguesia com parte significativa do seu território integrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês, o único Parque Nacional no país. A área do PNPG contém “maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo” (Decreto-Lei n.º 142/2008, 2008, p. 10). Estas condições do PNPG favorecem o desenvolvimento de atividades económicas relacionadas com o turismo (Quadro 5.14).

Quadro 5.14 - Percepções dos entrevistados relativamente ao Parque Nacional da Peneda-Gerês como um elemento catalisador de atividades económicas relacionadas com o turismo

Tema	Citações selecionadas dos discursos (género/idade do interveniente)
PNPG como um elemento catalisador de atividades económicas relacionadas com turismo	“Sempre foi atrativo para visitantes e depois de 1971, com a criação do PNPG, tornou-se mais atrativo ainda (...)” [M,61] “O Parque Nacional é uma certificação que tem vantagens muito grandes, desde logo para quem está na atividade turística, neste setor, e sendo ele a principal atividade logo a marca Parque Nacional é relevante para esta indústria (...)” [M,61] “Parque Nacional (...) chama muitas pessoas para a parte do turismo, uma pessoa dizendo aos turistas que é Parque Nacional eles já têm outro interesse.” [F,23] “Nós temos de viver do turismo no Gerês e temos condições para tal” [F, 48]

Fonte: Adaptado de Nogueira et al., 2023.

A integração do território de Campo do Gerês no PNPG é percecionada, no geral, como um aspeto positivo para o desenvolvimento da atividade turística. No entanto, as pessoas de Campo do Gerês reconhecem que a informação disponibilizada e divulgada sobre o território do PNPG é muitas vezes ineficiente, abarcando constrangimentos para a atividade:

“Em relação à notoriedade do Parque Nacional é evidente que beneficia muito (...) mas também encontramos aspetos negativos para o turismo, porque nós recebemos visitantes que vêm cá passar duas noites e querem visitar o Parque Nacional, e pensam “vamos ver tudo, vamos aqui, vamos acolá”. Mas só que isto tem 70 mil hectares, são 5 concelhos, e quando chegam aqui e percebem que afinal não vão conseguir ver tudo a expectativa do cliente vai abaixo e depois acabamos nós também por levar por tabela, por isso, a falta de informação das pessoas à cerca do Parque Nacional também é um aspeto negativo.” [F, 26].

No que se refere à atividade turística em Campo do Gerês, os atores institucionais consideram esta uma das principais atividades económicas: *“Há muitas casas de turismo, há muitas empresas de animação turística, há muitos restaurantes, acaba por haver uma série de coisas ligadas à área de turismo, em que as pessoas se dedicaram a essa atividade” [F, 48].*

Nesta perspetiva geral sobre os impactos do turismo no território foi possível verificar que, para as pessoas da comunidade, o turismo é uma atividade que traz apenas benefícios (Quadro 5.15).

Quadro 5.15 - Impactos positivos da atividade turística em Campo do Gerês percebidos pelos entrevistados

Tema		Citações selecionadas dos discursos (género / estrutura etária do interveniente)
Impactos sociais	Positivos	“(…) isto é uma aldeia, à vista das outras aldeias que rodeiam o concelho não é normal, é uma aldeia especial. É especial porque temos um parque de campismo, temos uma pousada, temos um museu, temos aqui umas empresas de atividades (…).” [M, 77] “(…) esta aldeia já há muitos anos que vive do turismo e é importante o turismo aqui, faz parte já da maneira de estar das pessoas tanto de cá como as que vêm de fora (…).” [M, 41]
Impactos económicos	Positivos	“O turismo é o forte, as pessoas vivem a maior parte do turismo.” [M, 51] “(…) turismo aqui no Campo do Gerês contribui muito para a economia aqui da aldeia (…).” [F, 26] “Há muita gente a viver do turismo, é interessante que são as pessoas locais que têm casas para alugar e são elas próprias que fazem o negócio, ou seja, o dinheiro vai para elas diretamente e isso é muito interessante (…).” [F, 40]
Impactos ambientais	Positivos	“Nós vendemos como atividade [animação turística] descascar invasoras ou apanhar lixo (…).” [M, 42]

Fonte: Adaptado de Nogueira et al., 2023.

No entanto, os entrevistados referem nos seus discursos que a atividade turística resulta em diversos impactos negativos que abrangem as dimensões sociais, económicas e ambientais (Quadro 5.16).

Quadro 5.16 - Impactos negativos da atividade turística em Campo do Gerês percebidos pelos entrevistados

Tema		Citações selecionadas dos discursos (género / estrutura etária do interveniente)
Impactos sociais	Negativos	“(…) às vezes há turistas que dão cabo do juízo, barulhentos (…). Para uns é bom, que lucram um bocadinho, para outros não.” [F, 74] “(…) A não ser esses que vêm aí um dia, deixam o lixo aí todo espalhado pelo chão e não gastam aqui um cêntimo. Esses acho que prejudicam um bocadinho.” [F, 23] “(…) na parte mais antiga da aldeia, onde as ruínas são estreitinhas, onde há caminhos para as pessoas passarem, temos alguns impactos com os turistas que nos vêm visitar, porque chegam e querem o carro à porta de casa, e porque vê ali aquele caminho que até dá para meter o carro e espetam com o carro lá no sítio e depois o velhote que costuma passar por ali já não pode passar (…).” [F, 26] “(…) há muitas casas que são exclusivamente para o turismo, à gente a querer fixar-se aqui, é difícil arranjar casa, isso é um fator que certa forma assusta, porque como é que há tantas casas vazias durante uns meses do ano e à gente que procura casa e não encontra” [F, 40]
Impactos económicos	Negativos	“(…) este problema que não é só nesta região, que é a sazonalidade, muita concentração de pessoas numa altura, mesmo na questão depois da sobrevivência de quem desenvolve as atividades” [F, 54]

Tema		Citações selecionadas dos discursos (género / estrutura etária do interveniente)
		“O turismo não dá [emprego]. O turismo é pouco, é dois três meses por ano, o ano tem doze meses.” [M, 51] “Há uma falta de produtores locais. Há muito pouca produção (...) é preciso criar uma economia que não existe, ela está tão dependente do turismo.” [F, 38]
Impactos ambientais	Negativos	“Muita gente vem para cá porque só porque gosta de fazer atividades de montanha, sem ter atenção à preservação, (...) isso acontece muito no Verão.” [M, 52] “Outro problema é a água e os efluentes. (as infraestruturas) não foram dimensionadas para as quantidades agora necessárias no verão. O mesmo com a ETAR.” [M, 61] “A pressão turística sobre estes espaços naturais tem aumentado.” [F, 46]

Fonte: Adaptado de Nogueira et al., 2023.

A avaliação dos aspetos positivos e negativos informou uma reflexão sobre as orientações futuras que melhor responderiam a um desenvolvimento turístico sustentável e com mais benefícios para a comunidade. Existe uma perceção generalizada de que o modelo atual de turismo difere, em vários aspetos, do que seria desejável para um Parque Nacional, para as comunidades locais nele inseridas e inclusive para o território de Campo do Gerês (Quadro 5.17).

Quadro 5.17 - Perceção das partes interessadas quanto ao modelo atual e o desejável para o turismo em Campo do Gerês

Tema		Citações selecionadas dos discursos (género / estrutura etária do interveniente)
Perceção do modelo atual de turismo		“(...) há muitas empresas que estão a operar na área do Parque Nacional e que deveriam ter uma postura diferente que não têm, que têm uma atitude do turismo de massas, o que interessa é que venham muitas pessoas, não interessa nada que haja qualidade, não interessa nada que o destino seja conhecido pela qualidade, pelo contrário, eu acho que é um dos pontos muito importantes para a conservação da natureza.” [F, 44] “(...) muitas das empresas que cá operam em termos de formação que dão aos próprios guias, não existe, é zero, nós vemos aí atropelos, (...) podemos ter empresas que operam de uma forma espetacular, mas basta uma dar o mau exemplo que o que vai ficar nessa pessoa é que no Gerês opera-se assim, essa formação que tem de ser conseguida, isto é um trabalho que já devia ter sido feito há muitos anos (...)” [M, 52].
Perceção do modelo desejável de turismo		“Evitar o turismo de massas. (...) promover um turismo mais específico, especial diferente. Menos sazonal. Acho que as pessoas têm de pensar assim, quem quer viver do turismo.” [F, 64]; “(...) queremos um turismo de qualidade, não queremos um turismo de massas (...), queremos um turismo que promova os valores naturais, obviamente, queremos um turismo que promova a cultura, os costumes, o conhecimento da população, o intercâmbio entre o turista e a comunidade local de forma que todos ganhem (...)” [F, 46]

Tema	Citações selecionadas dos discursos (género / estrutura etária do interveniente)
	“(…) acho que nós podíamos fazer um tratamento diferente, aqui na aldeia, sobre a nossa oferta turística, isto requereria um trabalho mais coordenado, com alguma orientação, mas podia-se trabalhar mais no sentido daquilo que se fala de ecoturismo (…).” [M, 61]

Na oficina de partilha de conhecimentos e experiências “Ecoturismo e sustentabilidade dos territórios: uma reflexão em torno do conceito e da sua promoção em Campo do Gerês / Parque Nacional Peneda-Gerês”, o conceito de ecoturismo foi apresentado como: *“Poucas pessoas, mas experiências fortes. E pessoas que deixem valor no local e levem consigo o valor que este local tem. Sem destruir aquilo que nós temos.”* [M, 42].

Inserido na oficina esteve também a roda de conversa dedicada a esta temática, em que os participantes identificaram ações, para empresas e entidades do setor do turismo com intervenção no território em estudo, no âmbito da conservação da natureza, bem-estar dos residentes, atração de turísticas responsáveis e rentabilidade/emprego qualificado, que tendem para a necessidade de estimular dinâmicas que valorize e destaque o território como um destino ecoturístico. No Quadro 5.18 apresenta-se uma síntese das ações identificadas pelos participantes, cujo relatório de síntese se encontra disponível para consulta no anexo VII.

Quadro 5.18 - Ações destinadas a entidades e empresas de forma a contribuir para que o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês seja um destino de ecoturismo de excelência

Tema	Organismos	Ações
Conservação da Natureza	Entidades	- Criação de transporte público nas áreas sensíveis, para os turistas; - Garantir condições para a recolha de resíduos de grande volume junto das aldeias; - Definição de capacidade de carga do PNPG; - Mais trabalho em rede; - Defesa do património natural; - Educação, formação e sensibilização ambiental para todas as partes interessadas.
	Empresas	- Promoção de boas práticas: espécies autóctones para espaços verdes; - Educação ambiental; - Valorização e prevenção do património;

Tema	Organismos	Ações
		- Envolvimento e sensibilização das comunidades/entidades locais.
Bem-estar dos residentes	Entidades	- Promover indicativas junto das populações no sentido da transmissão do valor do seu território; - Sensibilização da população para haver um maior envolvimento e acompanhamento da evolução do produto ecoturismo.
	Empresas	- Garantir estacionamento adequado para os seus clientes; - Promoção dos produtos locais; - Respeito pelos hábitos/ costumes locais, - Envolvência das comunidades locais; - Contribuição para os baldios.
Atrair turistas responsáveis	Entidades	- Ações de capacitação em ecoturismo juntos dos agentes; - Mais informação /formação/ esclarecimento disponível aos turistas; - Noção de Parque Nacional e sensibilidade por um território com fragilidades; - Definição do conceito: O que é que queremos? Priorização dos interesses e necessidades.
	Empresas	- Criar produtos para grupos mais pequenos: poucas pessoas que deixam mais no território; - Definir o turista “ideal”; - Feira do turismo do PNPG; - Mensagem de promoção do território que abranja os vários elementos do território.
Rentabilidade e emprego qualificado	Entidades	- Criar mecanismos para prestar informação relativa a enquadramentos legais para atividades de produção alimentar, turismo, artesanato, entre outras; - Políticas públicas de apoio para viabilizar produção agrícolas neste território; - Promover a estruturação da oferta de forma agregada; - Promoção de formação específica para guias e agentes; - Atrair mais jovens ao concelho.
	Empresas	- Estabelecer parceiras com produtores locais e pagar o justo; - Valorização dos produtos locais; - Formação de emprego.
Criar e manter cooperação entre atores	Entidades	- Reuniões regulares de grupos de trabalho; - Evolução e ajuste do modelo de cogestão da área protegida; - Maior conhecimento dos interesses e das necessidades dos atores; - Promoção conjunta.

Tema	Organismos	Ações
	Empresas	- Reuniões e contacto regulares de grupos de trabalho/ atores chave do território.

Nos discursos são referidos como aspetos centrais: a necessidade permanente de educação, formação e sensibilização dos vários intervenientes, e um trabalho mais colaborativo e regular entre as partes interessadas para se definir uma estratégia comum e a levar à prática “(...) *Tem de haver um trabalho de educação, até mesmo para o turista.*” [F, 43]; a definição do modelo de turismo que se pretende para o território: “*O que queremos para o turismo do Parque? A questão é encontrar o meio termo, de facto sabermos que tipo de turismo queremos.*” [F, 46]; e o trabalho em rede, através da cooperação e envolvimento de todas as partes interessadas:

“O destino não depende de uma unidade, de uma empresa, tal como o produto [turístico], depende de um coletivo (...). Somos todos um destino – a concorrência e a falta de união dificultam seriamente a cooperação e a qualificação do conjunto – mais qualidade, mais valor” [M, 61].

Deteta-se, igualmente, a perceção de que os esforços anteriores têm sido pouco consistentes ou descontinuados, o que limitou o seu alcance:

“Enquanto não houver respeito pelo espaço, pelo território e pelas pessoas, seja por quem nos visita, seja por muitas das empresas que cá operam e por parte das entidades, enquanto não houver uma atitude diferente de relação entre as entidades e as pessoas que vivem no território, nós nunca vamos conseguir chegar lá” [M, 52].

Estas ações são reconhecidas como importantes e necessárias para potenciar o ecoturismo no território, contribuindo desde logo por resolver alguns problemas:

“Reunirmo-nos todos com as nossas autarquias, para estas coisas começarem a acabar [monstros e lixo disseminados pelo território; incêndio com origem humana]. Fazer ações de sensibilização para as comunidades. (...) eu sei que é mais do mesmo, mas efetivamente tem de ser feito, porque senão não vamos a lado nenhum. (...) falar com o Parque, marcar reuniões, e insistir.” [F, 27].

No que se refere ao trabalho em rede entre empresas, 78% dos empresários de animação turística e do setor da restauração e/ou bebidas inquiridos reconhecem que as empresas de turismo se conhecem (Quadro 5.19).

Quadro 5.19 - Concordância dos empresários de animação turística e do setor da restauração e/ou bebidas quanto à afirmação “as várias empresas de turismo em Campo do Gerês conhecem-se”

As várias empresas de turismo em Campo do Gerês conhecem-se	Empresas animação turística		Restauração e/ou bebidas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concorda	3	75,0	4	80,0	7	77,8
Discorda	1	25,0	1	20,0	2	22,2
Total	4	100,0	5	100,0	9	100,0

Todavia 56% dos empresários referem que as empresas do setor turismo não trabalham em conjunto (Quadro 5.20).

Quadro 5.20 - Concordância dos empresários de animação turística e do setor da restauração e/ou bebidas quanto à afirmação “as várias empresas de turismo em Campo do Gerês trabalham em conjunto”

As várias empresas de turismo em Campo do Gerês trabalham em conjunto	Empresas animação turística		Restauração e/ou bebidas		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concorda	3	75,0	1	20,0	4	44,4
Discorda	1	25,0	4	80,0	5	55,6
Total	4	100,0	5	100,0	9	100,0

Em termos da sua disponibilidade para cooperar, no sentido de contribuir para o bem-estar da comunidade local, todos os empresários inquiridos se mostram disponíveis para participar em iniciativas. Também em ações relacionadas com a conservação da natureza e manutenção da paisagem, a maioria, cerca de 96% dos empresários, demonstram disponibilidade para cooperar (Figura 5.25).

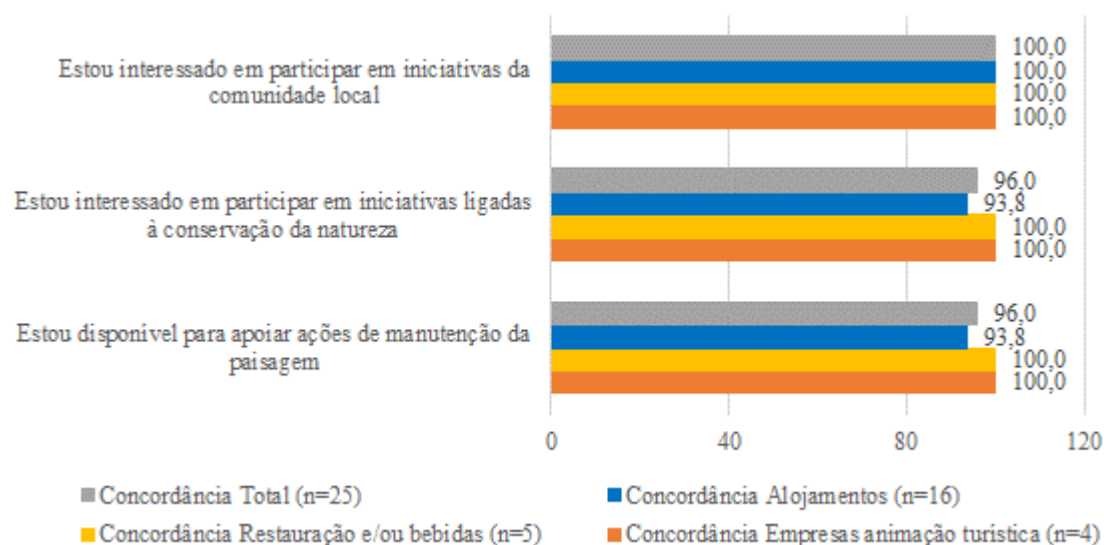


Figura 5.25 - Disponibilidade dos empresários de oferta turística para cooperar.

Numa perspetiva de desenvolvimento local, a agricultura e a pecuária são percecionadas como atividades modeladoras da paisagem e importantes para a conservação da natureza. O seu incremento poderá impulsionar e diversificar as atividades económicas, nomeadamente, do ponto de vista do turismo, estas atividades impulsionam a visitação e suportam a cadeia alimentar da oferta turística (Quadro 5.21). No entanto, esta perceção não é generalizada entre os empresários de oferta turística entrevistados. Quando questionados sobre “as atividades agrícola e pecuária são fundamentais ao turismo na aldeia”, pouco mais de metade, cerca de 60% dos inquiridos, concorda com esta afirmação (Figura 5.26).

Quadro 5.21 - Perceção das partes interessadas quanto à importância da atividade agrícola e pecuária no turismo

Tema	Citações selecionadas dos discursos (género / estrutura etária do interveniente)
Importância da atividade agrícola e pecuária no turismo	“(…) o que está cultivado tem algumas vantagens. Em primeiro lugar integra um mosaico, até dentro de uma gestão da paisagem e no que toca à prevenção de incêndios rurais, desempenha o seu papel. Em termos de visitação e de utilidade turística é muito mais agradável se olharmos ali para os socacos (...), embeleza a paisagem, se ficasse transformado com giestas ou mato, perdia aquela característica de paisagem. Portanto em termos turísticos tem esta vantagem, (...). Quem visita aqui o nosso, quem usa, quem se aloja cá, gostaria de assistir e de ver atividade agrícola e há depois uma outra parte que é (...) durante o verão seria possível produzir para se conseguir consumir localmente (...)” [M, 61] “Uma questão que eu acho que me parece também que é relevante pensar, quer em termos da conservação da natureza, quer em termos de paisagem, que é a questão não só da agricultura, mas também a questão da pecuária. O facto de não termos, neste momento, faz com que tenhamos mais dificuldades de

Tema	Citações selecionadas dos discursos (género / estrutura etária do interveniente)
	acesso aos pontos de interesse, há um abandono total daquilo que possam ser os trilhos, percursos pedestres (...).” [F, 47] “(…) se a agricultura local não funcionar, o turismo vai-se ressentir, não funciona, ou seja, é impossível incorporar produtos locais na cadeia por isso ele vai ser sempre manco (...).” [M, 42] “É preciso criar uma economia que não existe, ela está tão dependente do turismo! E mesmo assim não suporta sequer o turismo, nomeadamente através de produtos alimentares, que os restaurantes ou os hotéis não têm forma de se fornecer.” [F, 38]

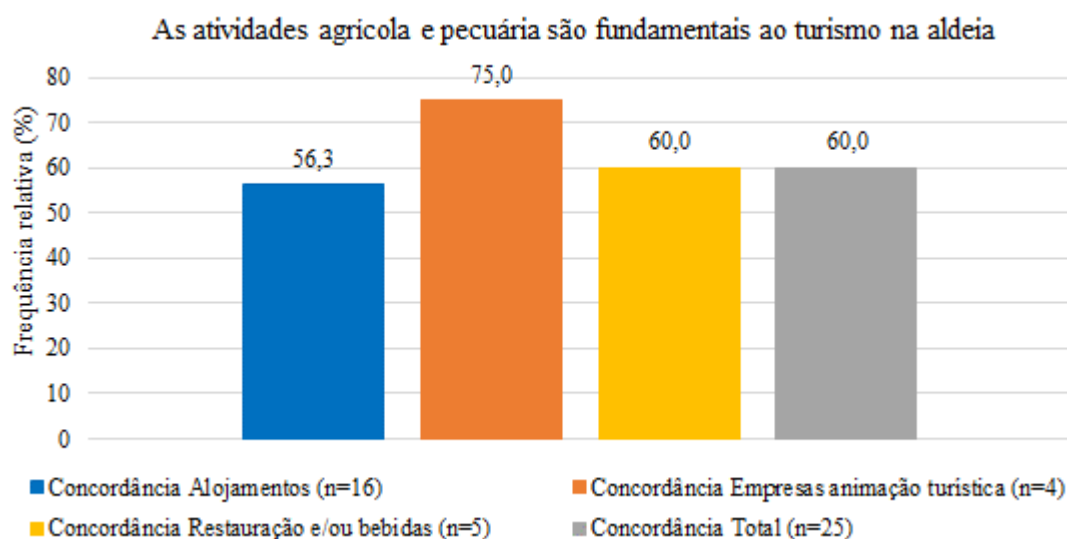


Figura 5.26 - Concordância dos empresários de oferta turística quanto à afirmação “as atividades agrícolas e pecuárias são fundamentais ao turismo na aldeia”.

No seguimento da perspetiva de um modelo ecoturístico para o território, os empresários da oferta turística de Campo do Gerês quando questionados sobre as suas orientações estratégicas, a maioria, cerca de 68% dos entrevistados, pretende promover e orientar a oferta para um turismo de natureza e cultural, de pequenos grupos. Há a referir, no entanto, que 20% dos inquiridos se posicionam favoravelmente a uma expansão do número de visitantes como estratégia a privilegiar (Figura 5.27)

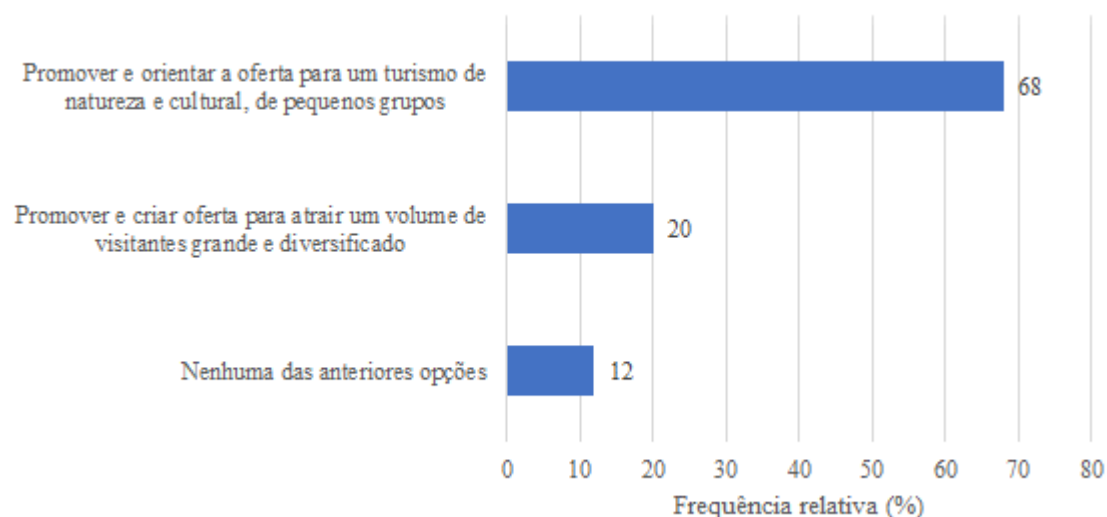


Figura 5.27 - Orientação estratégica para a gestão turística dos empresários de oferta turística (n=25).

É na animação turística, mais do que noutros âmbitos, que se prefigura mais consistente a ideia de privilegiar pequenos grupos, associando as experiências à interpretação e ao contacto mais profundo com a natureza e com as pessoas e a cultura locais. Uma das empresas, em particular, menciona recusar grupos grandes de clientes: *“Nós não aceitamos grande [animação turística]. O destino não comporta, escolha outro.”* [F, 38]

A análise dos discursos dos atores chave e das pessoas da comunidade local incidiram também em aspetos ligados à governança, procurando-se esclarecer os posicionamentos dos vários atores envolvidos e avaliar o tipo de interação existente entre eles, ao nível da maior ou menor facilidade de conciliação entre diferentes escalas de decisão, distintos objetivos e modos de atuar.

Relativamente ao passado, na relação entre a comunidade local e algumas entidades públicas de gestão territorial, mencionadas no subcapítulo 4.1.4, permanece uma herança de más recordações da comunidade relativamente às entidades públicas ligadas à conservação da natureza (“o Parque”, referindo-se ao ICNF) ou às políticas agrícolas (o “Ministério da Agricultura”) (Quadro 5.22).

Quadro 5.22 - Discursos relativos à intervenção de entidades públicas no território

Tema	Citações selecionadas dos discursos (género / estrutura etária do interveniente)
No âmbito do ordenamento do território	“A mim deu-me muitos problemas, até para fazer a minha casa me vi grega, portanto, é só entaves, entaves, entaves.” [F, 74] “Acho que para a construção é bastante limitativo, para quem quer viver aqui e fazer a sua casa está bastante limitado.” [F, 40] “O Parque Nacional não nos veio trazer nada de novo. O que nós temos já tínhamos, tivemos sempre. Eles vieram trazer-nos muitas restrições e proibições, foi a única coisa que trouxeram (...). Os sucessivos planos de ordenamento do território são um entrave ao desenvolvimento das populações. Mal feitos.” [M, 57]
No âmbito da conservação da natureza	“Na altura houve reuniões, aí com o arquiteto, para implementar o Parque. Depois prometeram umas coisas, que levavam os produtos agrícolas para ali, para o mercado. Nada, nada. Não houve apoios nenhuns, pelo contrário.” [F, 74] “O Parque, para a comunidade aqui, nunca foi uma mais-valia. Até foi uma perturbação durante muitos anos. Não só para construção, mas para a lenha, para tantas coisas.” [M, 41] “De positivo [de haver Parque] não vejo nenhum. (...) Não vejo ações de reflorestação, não vejo cuidado ambiental que se diga.” [F, 40]
No âmbito da agricultura	“O Ministério da Agricultura tem-nos tirado tudo aqui. (...) Eu já não acredito nessas coisas do Ministério da Agricultura, não acredito porque eles não vão ver o local. Eles deviam andar com o apicultor, vestir o fato, para saberem o que custa.” [M, 77]

Fonte: Adaptado de Nogueira et al., 2023.

Mais especificamente no âmbito da atuação do ICNF em contexto de Parque Nacional e comparando o passado com o presente, há uma clara perceção da diminuição da capacidade de intervenção desta entidade (Quadro 5.23).

Quadro 5.23 - Perceções relativas à capacidade de ação do ICNF

Tema	Citações selecionadas dos discursos (género/idade do interveniente)
Perceções quanto à capacidade de ação do ICNF	“Antes a Serra do Gerês estava bem mais cuidada do que está hoje. Tínhamos guardas-florestais em qualquer canto. Nós queríamos fazer uma queimada eles vinham connosco. Não havia bombeiros e nós nunca deixamos queimar a floresta. E hoje, se pegar, vai tudo. Eles não controlam nada.” [M, 77]. “Eu ando sempre pelo monte e nunca vi lá um guarda-florestal, um vigilante. Eles vigiam a estrada.” [M, 57] “O ICNF que tem competências ao nível da natureza, de vigilância e, dentro das suas possibilidades, eu atrevo-me a dizer que faz o que pode.” [M, 35]

Fonte: Adaptado de Nogueira et al., 2023.

Do ponto de vista do ICNF esta leitura também se efetua, reconhecendo-se uma diminuição da capacidade de ação no território interligada com a redução dos meios

humanos, que reforça a percepção de inoperância por parte das comunidades locais e dificulta os processos de comunicação e interação:

“Naqueles primeiros anos de existência do Parque, o ICNF tinha uma intervenção no território distinta do que tem agora, (...) não deixamos de ter as competências, mas deixamos de fazer uma série de coisas que fazíamos antes em prol das populações, (...) muitas das estradas foram abertas por nós, havia um investimento muito maior na comunidade, naquelas pequenas ajudas à recuperação das levadas, dos moinhos, havia muita mais gente, muitos mais trabalhadores (...).” [F, 46].

Não obstante, a ADERE-PG tem vindo a assumir algumas competências que eram atribuídas anteriormente ao ICNF, nomeadamente, no que se refere a projetos em prol do bem-estar das comunidades locais e valorização e conservação do património cultural e natural, sendo esse trabalho percecionado pela comunidade local como prolifero e proficuo:

a) *“Com o crescimento da ADERE passou tudo para a ADERE, portanto, a ADERE agora, neste momento, acho que é aquela entidade que as pessoas reconhecem que lhes dá mais benefícios, porque desenvolvem um conjunto de projetos, tem condições para os fazer que nós, ICNF, não temos, o ICNF ficou agora muito com a carga dos pareceres, com a carga, de certa forma, mais desagradável.” [F, 46];*

b) *“(...) eu acho a ADERE está a fazer bom trabalho, porque participo em muitas ações que elas fazem de sensibilização é precisamente este trabalho, eles vão para a aldeia (...) esclarecer aquilo que querem fazer para a população local, numa língua mais simples (...), eu acho que isto é uma boa ação, que por exemplo, a ADERE como entidade de Parque Nacional está a fazer como excelência.” [F, 47].*

A comunidade local de Campo do Gerês está consciente que o facto de residirem pessoas numa área de Parque Nacional condiciona a gestão territorial, no entanto, consideram ser importante encontrar formas de ultrapassar os potenciais conflitos e encontrar opções mutuamente mais benéficas: *“O Parque é o Parque, e este tem a particularidade de ter habitantes, se calhar é o que torna difícil de gerir, porque não é vazio. Eu acho que esse choque é sempre ultrapassável, havendo diálogo.” [F, 64].*

Perante esta complexidade do sistema de governança, foi adotado, recentemente, no PNPG o modelo de cogestão. Segundo os atores institucionais, este modelo pressupõe uma gestão territorial mais integrada e comprometida:

a) *“A comissão [cogestão] não vai gerir o Parque, vai de uma forma partilhada, colaborativa, discutir e tentar ordenar e gerir as questões ligadas à informação, comunicação e sensibilização (...). Todas as entidades podem frontalmente discutir determinadas questões, e encontrar soluções e, pronto, chegar aqui a compromissos, e delinear uma estratégia comum para projetos, mais ao menos consensuais, que contribuam para aquilo que é a nossa visão de um Parque Nacional (...).”* [F, 46];

b) *“Relativamente a periodicamente se pensar a área protegida, foi exatamente o que se tentou pensar com o modelo de Cogestão, mensal à volta de uma mesa estão os agentes do território, este modelo de Cogestão (...). É um modelo em que todos os meses nós pensamos, nós entidades, empresários, agentes vários do território, pensamos o que é que é melhor para a área protegida (...).”* [F, 58].

Do ponto de vista da comunidade e das empresas, a implementação do novo modelo de cogestão, tendo em conta a sua recente fase de discussão pública, é já avaliado como algo que foi escassamente participado: *“Eu não compreendo como pode haver uma apresentação pública do plano de cogestão, ou um debate público, quando nós temos um território destes e houve uma média de presença de 6 a 8 pessoas em cada apresentação. Eu não consigo entender.”* [M, 52]. Sem embargo, a participação estruturada dos baldios neste processo, foi reconhecida por uma técnica do ICNF, como imprescindível: *“Os baldios [no modelo de cogestão] são proativos, são cooperantes, introduziram no plano de cogestão várias temáticas e várias ações que consideravam importante, é isso que se pretende, acho que estamos no bom caminho.”* [F, 58].

6. DISCUSSÃO

As atividades turísticas são amplamente reconhecidas como um ativo para o crescimento económico a diferentes níveis geográficos. Em particular, nas zonas rurais de montanha e nos espaços de elevado valor natural, o turismo direcionado para o contacto com natureza é, frequentemente, encarado como uma estratégia para o desenvolvimento local sustentável (Bošković et al., 2020; Briassoulis, 2002; Butler, 1999; Danzi & Figini, 2023; Dax & Tamme, 2023; Ghaderi & Henderson, 2012; Mair, 2006; Martin Barroso et al., 2022b; Marzouki et al., 2012).

A freguesia de Campo do Gerês, localizada no concelho de Terras de Bouro e inserida em pleno coração do PNPG, é reconhecida pelas partes interessadas como um território propício ao desenvolvimento do turismo dadas as suas características biofísicas únicas (Quadro 5.14). Segundo dados estatísticos, no território em estudo predominam as atividades do setor terciário, que incluem a atividade turística (alojamentos, restauração, empresas de animação turística, entre outras) (Figura 4.8 e Quadro 4.2).

O presente estudo permitiu, a partir da análise dos resultados, evidenciar uma procura turística significativa pelo contacto com a natureza e, em específico, pelo PNPG, confirmada pelas variáveis: motivação (Figura 5.5), apreciação dos atributos (Figura 5.9), aspetos positivos (Figura 5.12) e lealdade ao local de destino (Figura 5.11 e Quadro 5.6), à semelhança do que foi detetado em estudos noutros territórios similares (Ars & Bohanec, 2010; Duglio et al., 2019a; Frochot, 2005; ICNF, 2023b; Lane & Kastenholtz, 2018; Martínez-Graña et al., 2017; Martins et al., 2022; Shores, 1996) e em linha com as políticas públicas que reconhecem e promovem o potencial do país ao nível do turismo de natureza (Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, 2015; Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, 2017).

Campo do Gerês é reconhecido como um território rural de montanha. Muitos destes tipos de territórios evidenciam frequentemente longos processos de marginalização socioeconómica. No entanto, e também como já detetado por outros autores, a atividade turística apresenta-se aqui como um fator relevante com benefícios para o desenvolvimento económico e para o bem-estar social (Danzi & Figini, 2023; Dax & Tamme, 2023; Martin Barroso et al., 2022b; Mohanty et al., 2018; Nogueira et al., 2023).

Como foi amplamente refletido na revisão bibliográfica, o crescimento do fenómeno turístico num determinado território pode ter impactos positivos e negativos, dependendo do modo como ocorre esse crescimento, quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Nos territórios de maior valor, mas também mais frágeis em termos dos sistemas naturais e dos sistemas socioculturais e económicos, é particularmente importante avaliar esses impactos e planear e gerir o desenvolvimento turístico para acautelar trajetórias menos positivas e para promover as mais benéficas para as comunidades e para a sustentabilidade em sentido lato. Num contexto de elevado valor natural, com uma comunidade local com uma cultura e identidade própria e uma procura turística focada na natureza, como é o caso de Campo do Gerês, considera-se que as melhores práticas se identificam com os princípios do ecoturismo. O estudo de caso visou avaliar se os atores envolvidos estão alinhados com esses princípios, quer do ponto de vista da procura (visitantes) e da oferta (empreendedores com negócios ligados ao turismo), quer ao nível da comunidade residente no seu todo.

Os resultados dos inquéritos realizados aos visitantes (procura turística) revelaram que os visitantes optam por recorrer a empresas locais e encontram-se dispostos a pagar mais por produtos locais autênticos (Figura 5.15). Tal predisposição pode estimular o empreendedorismo e a criação de emprego, a preservação das tradições e da cultura, o aumento da produção local, da autoestima e da identidade cultural (Akis et al., 1996; Andereck & Vogt, 2000; Ars & Bohanec, 2010; Brunt & Courtney, 1999a; Comerio & Strozzi, 2019; García et al., 2014; Korça, 1996; Lee & Jan, 2019; Mason P, 2021; Oviedo-Garcia et al., 2008; Yoon et al., 2001). Ainda, em prol do bem-estar social, incluindo também benefícios na contenção das pressões ambientais, a posição dos visitantes é evidenciada pela tendência em aceitar medidas como “limite ao número de visitantes em épocas altas” (Figura 5.15).

No que à oferta turística diz respeito, impacto positivo socioeconómico é confirmado por diversas variáveis analisadas como: evolução positiva do número de negócios, entre 2000 e 2022 (Figura 5.19), evolução positiva do número de clientes, entre 2019 e 2022 (Figura 5.20), perspetiva positiva quanto à evolução do número de clientes (Figura 5.21), perspetiva de investimento nos próximos 2 a 3 anos (Figura 5.22), diversidade de oferta de atividades turísticas disponíveis para os visitantes (Quadro 5.10), recuperação de património em risco de ruína/abandono (estado do espaço/edifício anterior) (Quadro 5.9), emprego criado pelo setor do turismo (Quadro 5.12) e perspetiva positiva na capacidade

de criar empregos atrativos para os jovens com boas qualificações, principalmente no setor de animação turística (Figura 5.23). Reforçando a percepção destes benefícios, os empresários da oferta turística concordam que o “turismo veio dar nova vida à aldeia” (Figura 5.24). Perante esta análise, e, com base na literatura relacionada com o tema, verifica-se que este setor de atividade contribui para: (a) o empoderamento económico; (b) a criação de emprego; (c) o rendimento familiar; (d) o aumento da receita pública; (e) o aumento da preservação e conservação dos espaços e edifícios; (f) a promoção da formação e educação; (h) a promoção da valorização e reconhecimento das comunidades locais. Assim sendo, o turismo permite estimular o desenvolvimento local, regional e nacional, reduzir os índices de pobreza e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais (Akis et al., 1996; Andereck et al., 2005; Andereck & Nyaupane, 2011; Andereck & Vogt, 2000; Ars & Bohanec, 2010; Bestard & Nadal, 2007; Buckley, 2012; Comerio & Strozzi, 2019; Ferguson, 2011; Lee & Jan, 2019; McGehee & Andereck, 2004; Šegota et al., 2022; Yoon et al., 2001; J. Zhang, 2019).

Em conformidade com a literatura da temática (Akis et al., 1996; Archer et al., 2012; García et al., 2014; Mason P, 2021), as percepções das partes interessadas vão de encontro a muitos dos aspetos descritos anteriormente, acrescentando-se, ainda, que a atividade turística em Campo do Gerês, potencia o investimento construção de infraestruturas de apoio (Quadro 5.15), com benefícios para os visitantes e para a comunidade local.

As experiências turísticas encontram-se intrinsecamente ligadas ao meio ambiente, a análise aos resultados da percepção das partes interessadas quanto aos impactos ambientais positivos (Quadro 5.15), a predisposição positiva dos visitantes perante algumas das opções estratégicas sugeridas para o turismo no âmbito da conservação da natureza (Figura 5.14) e o desenvolvimento de atividades de valorização ambiental pelas empresas de animação turística (Quadro 5.11), revela que a atividade turística desenvolvida na área de estudo, em parte, induz a proteção e a conservação dos valores naturais e promove a consciencialização ambiental. Alinhando-se igualmente com a literatura da temática (Andereck et al., 2005; García et al., 2014; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021).

Através da análise efetuada, confirma-se uma dinâmica expansiva em curso da atividade turística e um sentimento positivo generalizado sobre o território. Constata-se o predomínio de impactos positivos. No entanto, também se identificam aspetos negativos na atividade turística desenvolvida em Campo do Gerês.

Alguns dos aspetos negativos observados dependem do perfil dos visitantes. Cerca de 40% dos visitantes são excursionistas (Quadro 5.1), com menor propensão para comprar produtos locais (Quadro 5.4). Mais de metade não realiza atividades, principalmente organizadas (Figura 5.7), bem como, não recorre a restaurantes/café para o serviço de refeição (Quadro 5.3). Além disso, o meio de transporte privilegiado é o veículo automóvel (Quadro 5.2). Adicionalmente, os visitantes destacaram em Campo do Gerês alguns aspetos negativos, como: poluição; falta de serviços, produtos e gastronomia local; falta de sensibilização e informação; e massificação turística (Figura 5.13). Estas características ilustram problemas económicos (reduzido desenvolvimento económico), sociais (promoção de sentimentos de angústia/pressão e sobrecarga populacional, mesmo que sazonal) e ambientais (poluição solo, atmosférica, sonora, entre outras), corroborados pela literatura (Akis et al., 1996; Alam & Reddy Paramati, 2016; Andereck et al., 2005; Archer et al., 2012; Bestard & Nadal, 2007; Brunt & Courtney, 1999a; Buckley, 2012; Diedrich & García-Buades, 2009; Dyer et al., 2007; Ferrara et al., 2015; García et al., 2014; Gössling, 2000; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021; Ooi et al., 2015; Saveriades, 2000; Sheldon & Abenoja, 2001; D. Sun & Walsh, 1998; Y. Y. Sun & Drakeman, 2021; Tatoglu et al., 2002).

Os resultados obtidos na caracterização da oferta turística revelam ainda impactos negativos nas três dimensões da sustentabilidade, por meio das variáveis: qualidade do emprego, com 40% do emprego sendo sazonal (Quadro 5.12); pressão do uso turístico sobre habitação para fins residenciais, com muitos alojamentos locais a surgir em espaços/edifícios anteriormente destinados a habitações familiares (Quadro 5.8). Assim sendo, estes aspetos podem estimular dinâmicas menos positivas, como empregos com baixos rendimentos e com baixas qualificações, induzir à necessidade de procura por outras fontes de rendimento e dificultar o acesso a imóveis para habitação, promovendo desta forma dificuldades à população residente.

No que se refere ao meio ambiente, incorre-se o risco de danificar ou destruir o património natural. Embora nas empresas de animação turística locais inquiridas predomine grupos de pequena dimensão (média de 6,4 pessoas) (Quadro 5.10), há um número substancial de visitantes que recorrem a empresas não locais ou que viajam de forma independente, podendo aqui os tamanhos dos grupos e a concentração de fluxos de visitantes ser muito mais elevada. Os potenciais impactos do volume elevado de afluência turística sobre a biodiversidade e sobre a qualidade ambiental estão sustentados em múltiplos estudos

(Akis et al., 1996; Alam & Reddy Paramati, 2016; Andereck et al., 2005; Buckley, 2012; Davidson & Sahli, 2014; García et al., 2014; Inkson & Minnaert, 2018; Ooi et al., 2015; Tatoglu et al., 2002; Vaughan & Ardoin, 2014).

Do lado da comunidade local também se detetam sentimentos de desconforto/incômodo perante a atividade turística desenvolvida na área de estudo, salientando atitudes menos cívicas por parte dos visitantes (ruído, resíduos mal-acondicionados e constrangimentos com os estacionamento indevidos) e manifestando preocupação pela: (i) escassa atividade primária (agro-silvo-pastoril) e consequentemente a falta de produtos locais; (ii) sazonalidade da atividade turística; (iii) falta de habitação para os novos residentes devido à ocupação das residências familiares por unidades de alojamento; (iv) pressão turística na época alta e perturbação do património natural; e (v) insuficiência de infraestrutura de gestão na época alta (abastecimento de águas e saneamento) (Quadro 5.16). Os impactos negativos da atividade turística percecionados pelas partes interessadas vão de encontro ao descrito na bibliografia (Aall, 2011; Akis et al., 1996; Alam & Reddy Paramati, 2016; Andereck et al., 2005; Andereck & Vogt, 2000; Archer et al., 2012; Buckley, 2012; Davidson & Sahli, 2014; Diedrich & García-Buades, 2009; Ferrara et al., 2015; García et al., 2014; Haralambopoulos & Pizam, 1996; Inkson & Minnaert, 2018; Mason P, 2021; Ooi et al., 2015; Sheldon & Abenoja, 2001; D. Sun & Walsh, 1998; Tatoglu et al., 2002; Vaughan & Ardoin, 2014).

Com base no exposto, identificam-se áreas insuficientemente desenvolvidas, como, a ausência de serviços de proximidade, produtos e gastronomia local, a falta de ferramentas de sensibilização, formação ou gestão de fluxos turísticos para reduzir o excesso de visitantes durante a época alta e a respetiva sazonalidade (Quadro 5.13), e a falta de promoção das atividades de animação turística (Figura 5.7), cuja promoção proporcionará benefícios múltiplos, nomeadamente, através da animação turística é possível criar empregos atrativos para jovens qualificados e permitir uma maior disseminação do património natural e histórico cultural do território (Figura 5.23).

Deste modo, ficou evidente que a atividade turística em Campo do Gerês, que demonstradamente está a registar uma tendência de expansão, poderá tornar-se crítica caso não se antecipe a necessidade de minimização dos problemas subjacentes, sendo crucial a procura por opções alternativas de planeamento, gestão e desenvolvimento turístico, envolvendo todas as partes interessadas no processo de tomada de decisão e

responsabilização (Archer et al., 2012; Bramwell & Lane, 2011; Buckley, 2012; Butler, 2010; Choi & Sirakaya, 2006; Dasí, 2008; Marinello et al., 2023; Murphy & Price, 2012; Nogueira et al., 2023; Pan et al., 2018; Rasoolimanesh et al., 2020; World Tourism Organization, 2004).

A análise qualitativa dos discursos registados nas entrevistas e focus-groups (rodas de conversa) revelou ainda particularidades no atual sistema de governança, apontando para um desafiante caminho em direção a uma gestão mais colaborativa, democrática e sustentável. Fatores como a ausência de um sistema de indicadores de sustentabilidade aplicados ao turismo de forma a monitorizar, medir e transmitir informações sobre o paradigma atual, a fim de apoiar o processo de decisão (EUROPARC Federation, 2010), a ineficácia da divulgação de informação sobre o PNPG, nomeadamente, ao transmitir uma aparente facilidade de acesso desconsiderando as suas características e restrições como área protegida, a escassa formação/sensibilização das empresas de turismo que operam no PNPG, por vezes voltadas para um turismo sazonal e de massas e incapaz de transmitir os valores naturais e histórico-culturais da região (Quadro 5.17), a falta de cooperação entre empresas do setor o turismo (Quadro 5.20), a falta de diálogo entre os atores institucionais e a comunidade, assim como a falta de participação na definição e consolidação de um modelo de otimização a adotar neste contexto territorial como referido: *“Eu não compreendo como pode haver uma apresentação pública do plano de cogestão, ou um debate público, quando nós temos um território destes e houve uma média de presença de 6 a 8 pessoas em cada apresentação. Eu não consigo entender.”* [M, 52], sustentam a necessidade de mudança do paradigma atual de gestão.

A maioria das partes interessadas envolvidas na investigação aspira um turismo de qualidade, apoiado por uma rede de trabalho colaborativo, capaz de envolver e impulsionar outras atividades económicas, como a agricultura. O modelo de turismo desejado assenta na conservação da natureza e na transmissão de valores naturais, costumes e tradições, fomentando o intercâmbio entre empresários, visitantes e a comunidade local, visando garantir o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais, contrariando a tendência para um turismo massivo e sazonal, sobretudo durante os períodos de maior afluência (verão) (Quadro 5.17). De acordo com a literatura sobre o tema, o modelo desejado pelas partes interessadas está alinhado com o conceito e princípios do ecoturismo, conforme descrito na Declaração de Ecoturismo de Quebec, em 2002, e, posteriormente pela Sociedade Internacional de Ecoturismo, em 2015 (Buckley,

2002; Fennell, 2004; Morais, 2022; Nogueira et al., 2023; The International Ecotourism Society, 2015; United Nations Environment Programme & United Nations World).

7. CONCLUSÃO

O turismo é descrito como um fenómeno social, cultural e económico associado à mobilização de pessoas para espaços fora do seu contexto habitual. Com o desenvolvimento das sociedades e as mudanças nos estilos de vida correspondentes, a atividade turística tem vindo a crescer. Como resultado, o reconhecimento da atividade turística como fonte de riqueza permitiu que este setor se tornasse um dos mais importantes a nível mundial.

No passado, a procura turística direcionava-se principalmente para os meios urbanos, no entanto, nos últimos anos, segmentos de turismo como o “agroturismo”, “turismo de montanha”, “turismo de natureza” e o “ecoturismo”, representam um mercado em expansão. Este aumento é impulsionado pela procura de alternativas ao turismo de massas, espaços e ritmos das sociedades urbanas, aos serviços padronizados e impessoais, e à ânsia de encontrar nestes segmentos de turismo espaços abertos e liberdade, naturalidade e tradição, paz e tranquilidade, que promovam o bem-estar.

Muitas das zonas rurais de montanha abrangem áreas de interesse natural e paisagístico, com relevância histórico-cultural e espiritual, o que as torna especialmente atrativas para os turistas, particularmente para aqueles que pretendem apreciar, contemplar e interagir com a natureza. Além disso, estes territórios são frequentemente caracterizados pela sua multifuncionalidade e desempenham funções ecológicas importantes, oferecendo serviços e benefícios que contribuem, quer para o bem-estar humano quer para a sustentabilidade da vida do nosso planeta. Contudo, estas áreas também enfrentam alguns problemas, como a vulnerabilidade ambiental e o declínio demográfico, associados a longos processos de marginalização socioeconómica.

A atividade turística direcionada para o contacto com natureza é, frequentemente, encarada como uma estratégia para o desenvolvimento local sustentável nas zonas rurais de montanha, criando oportunidades económicas e de valorização dos recursos locais, o que contribui para o bem-estar social. No entanto, devido à fragilidade e complexidade destes territórios, o desenvolvimento de atividades turísticas, se orientadas para o turismo de massas, pode desencadear uma multiplicidade de impactos negativos nas diferentes dimensões da sustentabilidade. O turismo sustentável, e, em particular, o ecoturismo, apresenta-se como uma das opções mais adequadas ao desenvolvimento deste setor de

atividade, ao permitir aumentar a satisfação dos visitantes, contribuir para o crescimento económico e reduzir os impactos negativos no ambiente e na comunidade local.

O ecoturismo é um segmento do turismo sustentável, regendo-se pelos princípios fundamentais do turismo sustentável (dimensão social, ambiental e económica), porém existem algumas diferenças como: a) local de destino; b) escala de visitantes; c) foco da experiência; e d) envolvimento e participação da comunidade.

Segundo a Declaração de Ecoturismo de Quebec (2002) e o descrito pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (2015), o ecoturismo envolve a apreciação da natureza, prosperando em ambientes naturais e relativamente intocados, a interpretação ambiental e cultural, como um elemento-chave, privilegiando experiências com viajantes independentes ou em pequenos grupos, permitindo uma oferta personalizada e enriquecedora, conectada com o meio natural e com as comunidades locais, proporcionado a preservação das áreas de visitação, muitas vezes frágeis e sensíveis. Procura ainda minimizar os impactos negativos nas três dimensões, envolvendo a participação da comunidade local no processo de tomada de decisão, não como um elemento desejável, mas como necessária para refletir as prioridades de subsistência das comunidades locais e o respeito pelos valores tradicionais na forma como é desenvolvido o produto ecoturístico, maximizando os benefícios socioeconómicos e ambientais, tornando o processo de planeamento mais eficaz, equitativo e legítimo.

Dentro desta perspetiva, o presente trabalho de investigação tinha como objetivo analisar a dinâmica turística atual e o potencial de ecoturismo em territórios de montanha em Portugal, adotando a metodologia de estudo de caso. O território em estudo, freguesia de Campo do Gerês, no concelho de Terras de Bouro, faz parte de um conjunto mais vasto de territórios montanhosos, de elevado valor natural, inserido na área protegida do único parque nacional do país, o PNPG. Pese embora o presente trabalho fosse enquadrado num projeto mais amplo, “Acontece *in Loco* – Campo do Gerês”, focou-se na temática mais específica do turismo e em particular o ecoturismo, na perspetiva do desenvolvimento local.

A consecução desta dissertação incidiu principalmente em duas fases: a) análise do estado da arte das temáticas turismo, ecoturismo e desenvolvimento sustentável; e b) estudo de caso na freguesia de Campo do Gerês.

Em particular, o estudo de caso incluiu a análise da oferta turística, procura turística e as perceção e atitudes das partes interessadas em relação ao turismo em geral e, especificamente, ao ecoturismo, recorrendo a várias técnicas de investigação, combinando técnicas qualitativas (entrevistas e *focus-group*) e quantitativas (questionários).

No total da investigação, realizaram-se: a) 8 entrevistas semiestruturadas, presenciais e *online*, a técnicos e/ou dirigentes de entidades consideradas chave para o desenvolvimento do território em estudo; b) 3 *focus-group* presenciais, designados rodas de conversa, conduzidos por guião, com atores institucionais e membros da comunidade local; e c) 3 questionários presenciais aos visitantes, proprietários das empresas de animação turística e proprietários do setor da restauração e/ou bebidas de Campo do Gerês, e 1 questionário *online* aos proprietários dos alojamentos turísticos da freguesia em estudo. Embora as técnicas utilizadas abordassem temáticas enquadradas no projeto mais amplo, o turismo, foi explorado em todos os momentos da investigação.

O presente estudo permitiu evidenciar que em Campo do Gerês predomina o setor terciário, com ênfase nas atividades turísticas centradas no contacto com a natureza, privilegiando o PNPG. Este território, destacado pelo património natural singular e pela comunidade que preserva uma cultura e identidade própria, fomenta a dinâmica expansiva da atividade turística.

Os atores envolvidos no estudo reconhecem benefícios da atividade turística para o meio ambiente, desenvolvimento económico e bem-estar social como, por exemplo, a promoção da proteção e a conservação dos valores naturais em parte, a criação de emprego, o aumento do rendimento familiar, o aumento da receita pública, a valorização e o reconhecimento das comunidades. No entanto, também foram identificados aspetos negativos nas três dimensões da sustentabilidade, tais como, empregos sazonais, aumento da competição no mercado imobiliário, excesso de pressão turística na época alta, perturbação do património natural, falta de formação e sensibilização ambiental, degradação visual, poluição, entre outros aspetos que poderão tornar-se críticos caso não se antecipe a necessidade de resolução ou minimização.

Do ponto de vista da governança, ao nível do planeamento, monitorização e avaliação do turismo no PNPG deteta-se a falta de um sistema de indicadores que permita avaliar a sustentabilidade deste destino e ajustar os instrumentos de política existentes, caso

necessário. Quer do ponto de vista dos atores institucionais, quer dos atores da comunidade local, deteta-se uma reduzida cooperação. As empresas locais de turismo, embora se conheçam entre si, não promovem o diálogo ou formas ativas de cooperação para finalidades comuns. Entre os atores institucionais e a comunidade há igualmente pouco diálogo, e uma perceção de falta de participação, por parte dos atores da comunidade local, na definição e consolidação de um modelo de otimização. De notar que estas debilidades não resultam da inexistência de diversos momentos e processos anteriores nos quais tenha sido promovida a participação, nomeadamente no âmbito dos processos ligados à candidatura e implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável no PNPG. E mais recentemente dos processos associados à aprovação do Plano Cogestão. A questão prende-se sobretudo com a natureza episódica e porventura pouco abrangente destes processos, insuficiente para gerar uma transformação mais consistente na resolução dos problemas detetados. Considera-se assim ser um desafiante caminho em direção a uma gestão mais colaborativa, democrática e sustentável.

Ainda, a análise aos resultados revela um esforço significativo em direção à sustentabilidade por parte dos atores envolvidos e uma ambição por um modelo de turismo de qualidade e colaborativo, capaz de garantir a conservação da natureza e a transmissão de valores naturais, preservar e promover os costumes e tradições, fomentando o intercâmbio entre empresários, visitantes e a comunidade local, visando garantir o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. No entanto, há ainda um longo percurso a ser realizado para a integração progressiva do conceito de ecoturismo. Uma parte dos negócios locais ligados ao turismo está focada no crescimento, em termos quantitativos, e apesar do interconhecimento e da predisposição para a cooperação, não há tradição de coordenação ou colaboração ativa entre os vários negócios no sentido de responderem a um segmento específico de turista ou turismo. Há sinais de que essa colaboração ativa esteja a emergir entre alguns dos intervenientes, passando inclusive a incluir outros atores e atividades locais, como a agricultura, pecuária, artesanato e cultura.

Os atores locais - à escala da comunidade - evidenciaram ter clara perceção de que o processo de mudança para o ecoturismo implicaria um envolvimento das instituições públicas, destacando-se os municípios e o ICNF. É a este nível que se implementam as estratégias promocionais do PNPG enquanto destino turístico, e que se podem definir e implementar os processos de planeamento e de ação que, se participados, colaborativos e

orientados para a progressiva adoção dos princípios do ecoturismo, poderiam conduzir a mudanças mais consistentes na qualificação do PNPG para este segmento.

É importante ressaltar que este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas para uma interpretação adequada dos resultados. Concretamente, a investigação em causa adotou uma abordagem metodológica de um estudo de caso que, apesar de ser uma metodologia ser frequentemente aplicada, dificulta a generalização dos resultados para além do contexto estudado. Devido à natureza específica e única de Campo do Gerês, nomeadamente a longa tradição como espaço de turismo de natureza e a sua capacidade de retenção/atração de recursos humanos qualificados em parte vinculada a aspetos ligados à qualidade de vida e às amenidades locais. Os resultados poderão assim, não se estender ao restante território, inclusive a freguesias vizinhas, que poderão encontrar-se numa fase ainda precoce do desenvolvimento da atividade turística. Importa ainda ressaltar que os resultados foram obtidos através da aplicação de técnicas qualitativas e quantitativas que, pela tendência de respostas politicamente corretas, frequentemente associam-se enviesamentos às respostas.

No que concerne à análise da oferta turística, a escala local do estudo, não permitiu o alcance de todas as entidades nacionais e internacionais, principalmente empresas animação turística, que operam no território em estudo. A escala de análise – uma freguesia – pode também ser limitativa quando se abordam questões cuja análise e possibilidades de intervenção requerem uma escala mais ampla, seja o município, uma rede de aldeias, ou o conjunto de municípios que integram o PNPG.

Durante a investigação identificaram-se adversidades complexas no sistema de governança, relacionadas com a interação, coordenação e cooperação entre entidades governamentais, empresários e comunidade local, constatando-se que a ausência de trabalho em rede dificulta o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, é necessária e relevante uma intervenção das entidades governamentais na constituição da rede de trabalho colaborativo, mas é, igualmente, fulcral um compromisso entre todas as partes interessadas.

Para investigações futuras, seria relevante considerar as limitações mencionadas, nomeadamente, alargar a escala de estudo em relação à oferta turística, com vista a obter informação mais completa e envolver de forma mais significativa os atores e entidades mais diretamente envolvidos nos processos de decisão necessários para se alcançar um

desenvolvimento local sustentável, assente num modelo de turismo alinhado ao conceito de ecoturismo, e num sistema de monitorização e avaliação adaptado.

Considera-se, no entanto, que o diagnóstico realizado resulta em indicações pertinentes para a comunidade e para um conjunto significativo dos atores chave envolvidos. Deteta-se o risco da expansão turística previsível vir a ser concretizada sem que se aprofundem os princípios do ecoturismo, salvo seja criada uma lógica organizativa que oriente e capacite os intervenientes para processos de mudança colaborativos, intencionais e progressivos nessa direção. De referir também que o retrato de Campo do Gerês realizado a nível das dinâmicas turísticas permitirá, futuramente, realizar análises longitudinais, para avaliar dinâmicas a partir de um referencial detalhado e documentado com dados quantitativos e qualitativos.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aall, C. (2011). Energy use and leisure consumption in Norway: An analysis and reduction strategy. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(6), 729–745. <https://doi.org/10.1080/09669582.2010.536241>
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2015). Atlas do Ambiente: Precipitação Quantidade Total. <https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador?language=pt-pt>
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2016). Plano de Gestão de Região Hidrográfica: Caracterização e Diagnóstico - Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (RH2).
- Aguiar, C., Rodrigues, O., Azevedo, J., & Domingos, T. (2009). Montanha. In *Ecosistemas e Bem-Estar Humano - Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Escolar Editora.
- Agyeiwaah, E., McKercher, B., & Suntikul, W. (2017). Identifying core indicators of sustainable tourism: A path forward? *Tourism Management Perspectives*, 24, 26–33. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2017.07.005>
- Akis, S., Peristianis, N., & Warner, J. (1996). Residents' attitudes to tourism development: the case of Cyprus. *Tourism Management*, 17(7), 481–494. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(96\)00066-0](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(96)00066-0)
- Alam, M. S., & Paramati, S. R. (2016). The impact of tourism on income inequality in developing economies: Does Kuznets curve hypothesis exist? *Annals of Tourism Research*, 61, 111–126. <https://doi.org/10.1016/J.ANNALS.2016.09.008>
- Alam, M. S., & Reddy Paramati, S. (2016). The impact of tourism on income inequality in developing economies: Does kuznets curve hypothesis exist? <https://doi.org/10.1016/j.annals.2016.09.008>
- Alexandrowicz, Z., Urban, J., & Miśkiewicz, K. (2009). Geological Values of Selected Polish Properties of the UNESCO World Heritage List. *Geoheritage*, 1(1), 43–52. <https://doi.org/10.1007/s12371-009-0004-y>
- Andereck, K. L., & Nyaupane, G. P. (2011). Exploring the Nature of Tourism and Quality of Life Perceptions among Residents. *Journal of Travel Research*, 50(3), 248–260. <https://doi.org/10.1177/0047287510362918>
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C., & Vogt, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056–1076. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2005.03.001>
- Andereck, K. L., & Vogt, C. A. (2000). The Relationship between Residents' Attitudes toward Tourism and Tourism Development Options. *Journal of Travel Research*, 39(1), 27–36. <https://doi.org/10.1177/004728750003900104>
- Archer, B., Cooper, C., & Ruhanen, L. (2012). The positive and negative impacts of tourism. In W. Theobald (Ed.), *Global tourism*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780080478043-5>
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11, 959–975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>

- Ars, M., & Bohanec, M. (2010). Towards the Ecotourism: A Decision Support Model for the Assessment of Sustainability of Mountain Huts in the Alps. *Journal of Environmental Management*, 91(12), 2554–2564. <https://doi.org/10.1016/J.JENVMAN.2010.07.006>
- Associação Cultural Rural Vivo. (n.d.). O que é a Rural Vivo? <https://www.ruralvivo.org/>
- Azevedo, J. C., Moreira, C., Castro, J. P., & Loureiro, C. (2011). Agriculture Abandonment, Land-use Change and Fire Hazard in Mountain Landscapes in Northeastern Portugal. In *Landscape Ecology in Forest Management and Conservation* (pp. 329–351). Springer Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-642-12754-0_14
- Balandina, A., Lovén, L., Ostermann, O., & Partington, R. (2012). European charter parks - A growing network for sustainable tourism development in protected areas. *PARKS*, 18(2), 133–144. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2012.PARKS-18-2.AB.en>
- Baldigara, T., & Mamula, M. (2012). Tourism statistics in croatia: Present status and future challenges. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 44, 53–61. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.05.004>
- Berno, T., & Bricker, K. (2001). Sustainable Tourism Development: The Long Road from Theory to Practice. *International Journal of Economic Development*, 3(3), 1–18. https://www.researchgate.net/publication/266499417_Sustainable_tourism_development_The_long_road_from_theory_to_practice
- Bestard, A. B., & Nadal, J. R. (2007). Modelling environmental attitudes toward tourism. *Tourism Management*, 28(3), 688–695. <https://doi.org/10.1016/J.TOURMAN.2006.04.004>
- Biermann, F., Kanie, N., & Kim, R. E. (2017). Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26–27, 26–31. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.01.010>
- Bjork, P. (2000). Ecotourism from a conceptual perspective, an extended definition of a unique tourism form. *International Journal of Tourism Research*, 2(3), 189–202. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1522-1970\(200005/06\)2:3<189:AID-JTR195>3.0.CO;2-T](https://doi.org/10.1002/(SICI)1522-1970(200005/06)2:3<189:AID-JTR195>3.0.CO;2-T)
- Blancas, F. J., Lozano-Oyola, M., González, M., Guerrero, F. M., & Caballero, R. (2011). How to use sustainability indicators for tourism planning: The case of rural tourism in Andalusia (Spain). *Science of The Total Environment*, 412–413, 28–45. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2011.09.066>
- Bonzanigo, L., Giupponi, C., & Balbi, S. (2016). Sustainable tourism planning and climate change adaptation in the Alps: a case study of winter tourism in mountain communities in the Dolomites. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(4), 637–652. <https://doi.org/10.1080/09669582.2015.1122013>
- Bošković, N., Vujičić, M., & Ristić, L. (2020). Sustainable tourism development indicators for mountain destinations in the Republic of Serbia. *Current Issues in Tourism*, 23(22), 2766–2778. <https://doi.org/10.1080/13683500.2019.1666807>

- Bramwell, B., & Lane, B. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4–5), 411–421. <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.580586>
- Brandon K. (1996). Ecotourism and conservation: a review of key issues. In *Environmentally and Socially Sustainable Development* (pp. 1–80). https://www.researchgate.net/publication/246011309_Ecotourism_and_Conservation_A_Review_of_Key_Issues
- Briassoulis, H. (2002). Sustainable tourism and the question of the commons. *Annals of Tourism Research*, 29(4), 1065–1085. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(02\)00021-X](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(02)00021-X)
- Brunt, P., & Courtney, P. (1999a). Host perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research*, 26(3), 493–515. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(99\)00003-1](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(99)00003-1)
- Brunt, P., & Courtney, P. (1999b). Host perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research*, 26(3), 493–515. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(99\)00003-1](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(99)00003-1)
- Buanes, A., Jentoft, S., Maurstad, A., Sørensen, S. U., & Runar Karlsen, G. (2005). Stakeholder participation in Norwegian coastal zone planning. *Ocean & Coastal Management*, 48(9–10), 658–669. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2005.05.005>
- Buckley, R. (2002). Conference Report: World Ecotourism Summit 2002. *Journal of Ecotourism*, 1(2–3), 208–210. <https://doi.org/10.1080/14724040208668128>
- Buckley, R. (2012). Sustainable tourism: Research and Reality. *Annals of Tourism Research*, 39(2), 528–546. <https://doi.org/10.1016/J.ANNALS.2012.02.003>
- Buckley, R. (2020). Nature tourism and mental health: parks, happiness, and causation. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(9), 1409–1424. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1742725>
- Budeanu, A. (2005). Impacts and responsibilities for sustainable tourism: a tour operator's perspective. *Journal of Cleaner Production*, 13(2), 89–97. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2003.12.024>
- Butler, R. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1(1), 7–25. <https://doi.org/10.1080/14616689908721291>
- Butler, R. (2010). Carrying capacity: Hypocrisy or ignorance. In R. Butler & D. Pearce (Eds.), *Tourism Research: a 20:20 vision* (pp. 53–64). Goodfellow.
- Butler, R. (2015). The evolution of tourism and tourism research. *Tourism Recreation Research*, 40(1), 16–27. <https://doi.org/10.1080/02508281.2015.1007632>
- Butler, R. (2018). Sustainable tourism in sensitive environments: A wolf in sheep's clothing? *Sustainability*, 10(6), 1789. <https://doi.org/10.3390/su10061789>
- Butler, R. (2019). Contributions of tourism to destination sustainability: golf tourism in St Andrews, Scotland. *Tourism Review*, 74(2), 235–245. <https://doi.org/10.1108/TR-12-2017-0197>
- Butler, R., & Hinch, T. (2007). *Tourism and Indigenous Peoples*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780080553962>

- Câmara Municipal de Terras de Bouro. (n.d.). Município de Terras de Bouro. <https://www.cm-terrasdebouro.pt/>
- Carlsson, L., & Berkes, F. (2005). Co-management: concepts and methodological implications. *Journal of Environmental Management*, 75(1), 65–76. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2004.11.008>
- Carvalho, P., Alvez, L., & Cordeiro, B. (2015). O Ecoturismo em Portugal: Uma análise exploratória aos agentes de animação turística e a sua relação particular com o ecobusiness. *TURyDES Revista Turismo y Desarrollo Local*, 8(18), 1–19.
- Castellani, V., & Sala, S. (2010). Sustainable performance index for tourism policy development. *Tourism Management*, 31(6), 871–880. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.10.001>
- Choi, H. S. C., & Sirakaya, E. (2006). Sustainability Indicators for Managing Community Tourism. *Tourism Management*, 27(6), 1274–1289. <https://doi.org/10.1016/J.TOURMAN.2005.05.018>
- Chung, M. G., Dietz, T., & Liu, J. (2018). Global relationships between biodiversity and nature-based tourism in protected areas. *Ecosystem Services*, 34, 11–23. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2018.09.004>
- Comerio, N., & Strozzi, F. (2019). Tourism and its economic impact: A literature review using bibliometric tools. *Tourism Economics*, 25(1), 109–131. <https://doi.org/10.1177/1354816618793762>
- Croes, R. (2014). The role of tourism in poverty reduction: An empirical assessment. *Tourism Economics*, 20(2), 207–226. <https://doi.org/10.5367/TE.2013.0275>
- Danzi, L., & Figini, P. (2023). The tourism economics of marginal and mature mountains. The case of the Regional Park of Corno alle Scale (Apennines), Italy. *Current Issues in Tourism*, 26(5), 772–788. <https://doi.org/10.1080/13683500.2022.2038092>
- Dasí, J. (2008). Governanza territorial para el desarrollo sostenible: Estado la cuestión y agenda (Vol. 46, pp. 11–32). *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*. <https://www.researchgate.net/journal/Boletin-de-la-Asociacion-de-Geografos-Espanoles-0212-9426>
- Davidson, L., & Sahli, M. (2014). Foreign direct investment in tourism, poverty alleviation, and sustainable development: a review of the Gambian hotel sector. <http://dx.doi.org/10.1080/09669582.2014.957210>, 23(2), 167–187. <https://doi.org/10.1080/09669582.2014.957210>
- Dax, T., & Tamme, O. (2023). Attractive Landscape Features as Drivers for Sustainable Mountain Tourism Experiences. *Tourism and Hospitality*, 4(3), 374–389. <https://doi.org/10.3390/tourhosp4030023>
- De Meo, I., Paletto, A., & Cantiani, M. G. (2015). The attractiveness of forests: preferences and perceptions in a mountain community in Italy. *Annals of Forest Research*, 58(1), 1. <https://doi.org/10.15287/afr.2015.308>
- Decreto-Lei n.º 47/99 Do Ministério Da Economia: Regula o Turismo de Natureza, Diário da República n.º 39/1999, Série I-A de 1999-02-16 (1999).
- Decreto-Lei n.º 95/2013 Do Ministério Da Economia e Do Emprego: Estabelece as Condições de Acesso e de Exercício Da Atividade Das Empresas de Animação

- Turística e Dos Operadores Marítimo-Turísticos, Diário da República n.º 138/2013, Série I de 2013-07-19 (2013).
- Decreto-Lei n.º 116/2019 Da Presidência Do Conselho de Ministros Do Ambiente e Transição Energética: O Modelo de Cogestão Das Áreas Protegidas, Diário da República n.º 159/2019, Série I de 2019-08-21 (2019).
- Decreto-Lei n.º 142/2008 Do Ministério Do Ambiente, Do Ordenamento Do Território e Do Desenvolvimento Regional: Regime Jurídico Da Conservação Da Natureza e Da Biodiversidade, Diário da República n.º 142/2008, Série I de 2008-07-24 (2008).
- Decreto-Lei n.º 191/2009 Do Ministério Da Economia e Da Inovação: Bases Das Políticas Públicas de Turismo e Instrumentos Para a Respetiva Execução, Diário da República n.º 158/2009, Série I de 2009-08-17 (2009).
- Despacho n.º 3022/2021 Dos Gabinetes Do Ministro Da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Do Secretário de Estado Da Conservação Da Natureza, Das Florestas e Do Ordenamento Do Território: Determina a Composição Da Comissão de Cogestão Do Parque Nacional Da Peneda-Gerês, Diário da República n.º 55/2021, Série II de 2021-03-19 (2021).
- Development Committee on Tourism Secretariat. (1994). Tourism strategies and rural development (pp. 1–94). <https://search.oecd.org/officialdocuments/years/1994>
- Diamantis, D. (2018). Stakeholder ecotourism management: exchanges, coordination's and adaptations. *Journal of Ecotourism*, 17(3), 203–205. <https://doi.org/10.1080/14724049.2018.1502122>
- Dias, F., & Góis, S. (2023). Avaliação dos indicadores de monitorização da atividade turística. https://smat.observatorio-tcp.pt/estudos-regulares/#er_observatorio
- Diedrich, A., & García-Buades, E. (2009). Local perceptions of tourism as indicators of destination decline. *Tourism Management*, 30, 512–521. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.10.009>
- Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho. (1999). Carta de solos e carta de aptidão da terra para a agricultura (1:25 000) em entre Douro e Minho.
- Direção-Geral do Património Cultural. (n.d.). Pesquisa do Património Classificado ou em vias de Classificação. <https://servicos.dgpc.gov.pt/pesquisapatrimonioimovel/resultado.php>
- Direção-Geral do Território. (2023). Carta Administrativa Oficial de Portugal.
- Donohoe, H., & Needham, R. (2006). Ecotourism: The evolving contemporary definition. *Journal of Ecotourism*, 5(3), 192–210. <https://doi.org/10.2167/joe152.0>
- Dudley, N. (2008). Guidelines for applying protected area management categories (pp. 1–143). International Union for Conservation of Nature. https://www.researchgate.net/publication/266023472_Guidelines_for_Applying_the_IUCN_Protected_Area_Management_Categories_to_Marine_Protected_Areas
- Duglio, Bonadonna, Letey, Peira, Zavattaro, & Lombardi. (2019a). Tourism Development in Inner Mountain Areas—The Local Stakeholders' Point of View through a Mixed Method Approach. *Sustainability*, 11(21), 5997. <https://doi.org/10.3390/su11215997>

- Duglio, Bonadonna, Letey, Peira, Zavattaro, & Lombardi. (2019b). Tourism Development in Inner Mountain Areas—The Local Stakeholders' Point of View through a Mixed Method Approach. *Sustainability*, 11(21), 5997. <https://doi.org/10.3390/su11215997>
- Duglio, S., & Letey, M. (2019). The role of a national park in classifying mountain tourism destinations: An exploratory study of the Italian Western Alps. *Journal of Mountain Science*, 16(7), 1675–1690. <https://doi.org/10.1007/s11629-018-5356-9>
- Dyer, P., Gursoy, D., Sharma, B., & Carter, J. (2007). Structural modeling of resident perceptions of tourism and associated development on the Sunshine Coast, Australia. *Tourism Management*, 28(2), 409–422. <https://doi.org/10.1016/J.TOURMAN.2006.04.002>
- Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, & BIOSPHERE Portugal. (2023). Programa Regional para Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo Alentejo e Ribatejo.
- EUROPARC Federation. (2010). European charter for sustainable tourism in protected areas. <https://www.europarc.org/library/europarc-events-and-programmes/european-charter-for-sustainable-tourism/>
- EUROPARC Federation. (2021). Sustainable destinations technical guidelines.
- EUROPARC Federation. (2023). The european charter network: Working in partnership. <https://www.europarc.org/sustainable-tourism/network-sustainable-destinations/>
- European Commission. (2016). The European Tourism Indicator System: ETIS toolkit for sustainable destination management (pp. 1–32). European Commission.
- European Commission. (2022). Virtual Tourism Observatory. https://single-market-economy.ec.europa.eu/sectors/tourism/statistics-and-reports/virtual-tourism-observatory_en
- European Environmental Agency. (2010). Europe's ecological backbone: recognising the true value of our mountains. In EEA.
- Farinha, F., Oliveira, M., Silva, E., Lança, R., Pinheiro, M., & Miguel, C. (2019). Selection process of sustainable indicators for the Algarve Region—OBSERVE Project. *Sustainability*, 11(2), 444. <https://doi.org/10.3390/su11020444>
- Fassoulas, C., Mouriki, D., Dimitriou-Nikolakis, P., & Iliopoulos, G. (2012). Quantitative Assessment of Geotopes as an Effective Tool for Geoheritage Management. *Geoheritage*, 4(3), 177–193. <https://doi.org/10.1007/s12371-011-0046-9>
- Fennell, D. (2001). A Content Analysis of Ecotourism Definitions. *Current Issues in Tourism*, 4(5), 403–421. <https://doi.org/10.1080/13683500108667896>
- Fennell, D. (2004). *Ecotourism: An introduction* (2nd ed.). Routledge.
- Fennell, D. (2020). *Ecotourism* (D. Fennell, Ed.; Fifth edition). Routledge.
- Ferguson, L. (2011). Current Issues in Tourism Promoting gender equality and empowering women? Tourism and the third Millennium Development Goal. <https://doi.org/10.1080/13683500.2011.555522>
- Fernández-Tabales, A., Foronda-Robles, C., Galindo-Pérez-de-Azpíllaga, L., & García-López, A. (2017). Developing a system of territorial governance indicators for

- tourism destinations. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(9), 1275–1305. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1260136>
- Ferrara, C., Barone, P. M., & Salvati, L. (2015). Towards a socioeconomic profile for areas vulnerable to soil compaction? A case study in a Mediterranean country. *Geoderma*, 247–248, 97–107. <https://doi.org/10.1016/j.geoderma.2015.02.007>
- Flagestad, A., & Hope, C. A. (2001). Strategic success in winter sports destinations: a sustainable value creation perspective. *Tourism Management*, 22(5), 445–461. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(01\)00010-3](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00010-3)
- Fleischer, A., & Pizam, A. (1997). Rural tourism in Israel. *Tourism Management*, 18(6), 367–372. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(97\)00034-4](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(97)00034-4)
- Font, X., Elgammal, I., & Lamond, I. (2017). Greenhushing: the deliberate under communicating of sustainability practices by tourism businesses. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(7), 1007–1023. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1158829>
- Frochot, I. (2005). A benefit segmentation of tourists in rural areas: a Scottish perspective. *Tourism Management*, 26(3), 335–346. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2003.11.016>
- García, F., Vázquez, A., & Macías, R. (2014). Reviews in tourism Resident's attitudes towards the impacts of tourism ☆. *Tourism Management Perspectives*, 33–40. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2014.11.002>
- Gazzola, P., Pavione, E., Grechi, D., & Ossola, P. (2018). Cycle Tourism as a Driver for the Sustainable Development of Little-Known or Remote Territories: The Experience of the Apennine Regions of Northern Italy. *Sustainability* 2018, Vol. 10, Page 1863, 10(6), 1863. <https://doi.org/10.3390/SU10061863>
- Geneletti, D., & Dawa, D. (2009). Environmental impact assessment of mountain tourism in developing regions: A study in Ladakh, Indian Himalaya. *Environmental Impact Assessment Review*, 29(4), 229–242. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2009.01.003>
- Genovese, D., Culasso, F., Giacosa, E., & Battaglini, L. M. (2017). Can livestock farming and tourism coexist in mountain regions? A new business model for sustainability. *Sustainability (Switzerland)*, 9(11). <https://doi.org/10.3390/su9112021>
- Ghaderi, Z., & Henderson, J. C. (2012). Sustainable rural tourism in Iran: A perspective from Hawraman Village. *Tourism Management Perspectives*, 2–3, 47–54. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.03.001>
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito - Teoria e Prática* (C. Pires & A. Saint-Maurice, Eds.). Celta.
- Giergiczny, M., Valasiuk, S., Yakubowski, M., Kowalewski, M., Maskiewicz, J., & Angelstam, P. (2023). Attitudes toward Conservation of the Transboundary Białowieża Forest among Ecotourism Businesses in Poland and Belarus. *Land*, 12(6), 1150. <https://doi.org/10.3390/land12061150>
- Gkourmas, A. (2019). Evaluating a standard for sustainable tourism through the lenses of local industry. *Heliyon*, 5(11), e02707. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2019.e02707>

- Goodwin, H. (1996). In pursuit of ecotourism. *Biodiversity and Conservation*, 5(3), 277–291. <https://doi.org/10.1007/BF00051774>
- Gössling, S. (1999). Ecotourism: A Means to Safeguard Biodiversity and Ecosystem Functions? *Ecological Economics*, 29(2), 303–320. [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(99\)00012-9](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(99)00012-9)
- Gössling, S. (2000). Sustainable tourism development in developing countries: Some aspects of energy use? *Journal of Sustainable Tourism*, 8(5), 410–425. <https://doi.org/10.1080/09669580008667376>
- Hall, C. M. (2010). Changing Paradigms and Global Change: From Sustainable to Steady-state Tourism. *Tourism Recreation Research*, 35(2), 131–143. <https://doi.org/10.1080/02508281.2010.11081629>
- Haralambopoulos, N., & Pizam, A. (1996). Perceived impacts of tourism: The case of samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3), 503–526. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00075-5](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00075-5)
- Harris, B., Rigolon, A., & Fernandez, M. (2021). Hiking during the COVID-19 pandemic: Demographic and visitor group factors associated with public health compliance. *Journal Leisure Research*, 53(3), 331–339. <https://doi.org/10.1080/00222216.2021.1916797>
- Honey, M. (1999). Ecotourism and sustainable development. Who owns paradise? In *Book reviews - Tourism Management* 22 (pp. 206–208). Island Press.
- Hose, T. A. (2012). 3G's for Modern Geotourism. *Geoheritage*, 4(1–2), 7–24. <https://doi.org/10.1007/s12371-011-0052-y>
- Hunter, C., & Shaw, J. (2007). The ecological footprint as a key indicator of sustainable tourism. *Tourism Management*, 28(1), 46–57. <https://doi.org/10.1016/J.TOURMAN.2005.07.016>
- Ibănescu, B.-C., Stoleriu, O., Munteanu, A., & Iațu, C. (2018). The impact of tourism on sustainable development of rural areas: Evidence from Romania. *Sustainability*, 10(10), 3529. <https://doi.org/10.3390/su10103529>
- Inkson, C., & Minnaert, L. (2018). *Tourism management: An introduction* (M. Waters, Ed.; 2nd ed.). Matthew.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2013a). Reservas biogenéticas.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2013b). Reservas da biosfera.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2018a). Sítios de Importância Comunitária - SIC.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2018b). Zonas de Proteção Especial - ZPE.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2019). Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2020). Rede Nacional de Áreas Protegidas.
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2023a). Diagnóstico prospetivo da área protegida: Plano de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2023b). Documento Síntese: Plano de cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas. (2022). iSIP Público.
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). Recenseamento agrícola.
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_populacao&xpid=CENSOS21
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera. (n.d.). Área educativa - Clima de Portugal Continental. <https://www.ipma.pt/pt/educativa/tempo.clima/>
- Jones, N., McGinlay, J., Kontoleon, A., Maguire-Rajpaul, V. A., Dimitrakopoulos, P. G., Gkoumas, V., Riseth, J. Å., Sepp, K., & Vanclay, F. (2022). Understanding public support for european protected areas: A review of the literature and proposing a new approach for policy makers. *Land*, 11(5), 733. <https://doi.org/10.3390/land11050733>
- Kasimati, E., & Vagionis, N. (2017). Performing cultural tourism - Cultural tourism and the olympic movement in Greece (S. Carson & M. Pennings, Eds.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315174464>
- Khartishvili, L., Muhar, A., Dax, T., & Khelashvili, I. (2019). Rural tourism in georgia in transition: Challenges for regional sustainability. *Sustainability*, 11(2), 410. <https://doi.org/10.3390/su11020410>
- Ko, D.-W., & Stewart, W. P. (2002). A structural equation model of residents' attitudes for tourism development. *Tourism Management*, 23, 521–530. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(02\)00006-7](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(02)00006-7)
- Ko, J. (2001). Assessing progress of tourism sustainability. *Annals of Tourism Research*, 28(3), 817–820. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(00\)00070-0](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(00)00070-0)
- Kohler, T., Elizbarashvili, N., Meladze, G., Svanadze, D., & Meessen, H. (2017). The Demogeographic Crisis in Racha, Georgia: Depopulation in the Central Caucasus Mountains. *Mountain Research and Development*, 37(4), 415. <https://doi.org/10.1659/MRD-JOURNAL-D-17-00064.1>
- Korça, P. (1996). Resident Attitudes toward Tourism Impacts. *Annals of Tourism Research*, 23(3), 695–697. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00092-5](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00092-5)
- Körner, C., & Ohsawa, M. (2005). Mountain systems. In *Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystems and Human Well-being: Current State and Trends*, Millennium Ecosystem Assessment, (pp. 681–716).
- Krüger, O. (2005). The role of ecotourism in conservation: panacea or Pandora's box? *Biodiversity and Conservation*, 14(3), 579–600. <https://doi.org/10.1007/s10531-004-3917-4>
- Laboratório Nacional de Energia e Geologia. (2023). Carta Geológica de Portugal, na escala 1:200 000 - Folha 1 e 2.
- Lane, B., & Kastenholz, E. (2018). Rural tourism: the evolution of practice and research approaches – towards a new generation concept? In B. Lane & E. Kastenholz

- (Eds.), *Rural Tourism: New concepts, new research, new practice* (1st ed., pp. 1–284). Routledge.
- Lee, T. H., & Jan, F. H. (2019). Can Community-Based Tourism Contribute to Sustainable Development? Evidence from Residents Perceptions of the Sustainability. *Tourism Management*, 70, 368–380. <https://doi.org/10.1016/J.TOURMAN.2018.09.003>
- Lei n.o 86/2019 Da Assembleia Da República: Promoção e Desenvolvimento Do Ecoturismo, *Diário da República* n.o 168/2019, Série I de 2019-09-03 (2019).
- Leite, E., Mota, L., Lousada, S., & Leite, A. (2022). Standardized reading of sustainable tourism indicators for ultraperipheral regions. *Sustainability*, 14(21), 14076. <https://doi.org/10.3390/su142114076>
- Li, J., Stoffelen, A., Meijles, E., & Vanclay, F. (2023). Local people's sense of place in heavily touristified protected areas: Contested place meanings around the Wulingyuan World Heritage Site, China. *Landscape and Urban Planning*, 237, 104792. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2023.104792>
- Li, W. (2006). Community decisionmaking participation in development. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 132–143. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2005.07.003>
- Lima, J. (2014). Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 7–29. https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-1_1
- Lima, J., Marujo, M., Borges, M., & Serra, J. (2022). Alentejo sustainable tourism observatory - 4th Annual progress report. <https://www.asto.pt/pt/publicacoes/relatorios-asto/>
- Machado, V., Carrasco, P., Contreiras, J. P., Duarte, A. P., & Gouveia, D. (2018). Governing locally for sustainability: Public and private Organizations' perspective in surf tourism at Aljezur, Costa Vicentina, Portugal. *Tourism Planning & Development*, 15(6), 692–704. <https://doi.org/10.1080/21568316.2017.1415958>
- Machura, L. (1954). Nature Protection and Tourism: With particular reference to Austria. In *Oryx* (Vol. 2, pp. 307–311). <https://doi.org/10.1017/S0030605300036875>
- Madureira, L., Magalhães, P., Silva, P., Marinho, C., & Oliveira, R. (2013). *Economia dos Serviços de Ecosistema - Um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas de montanha* (Quercus, Ed.).
- Mair, H. (2006). Global Restructuring and Local Responses: Investigating Rural Tourism Policy in Two Canadian Communities. *Current Issues in Tourism*, 9(1), 1–45. <https://doi.org/10.1080/13683500608668237>
- Marinello, S., Butturi, M. A., Gamberini, R., & Martini, U. (2023). Indicators for sustainable touristic destinations: a critical review. *Journal of Environmental Planning and Management*, 66(1), 1–30. <https://doi.org/10.1080/09640568.2021.1978407>
- Martin Barroso, V., de Castro-Pardo, M., Fernández Martínez, P., & Azevedo, J. C. (2022a). A regionalized IO-model to value seasonal recreational ecosystem services in a mountain National Park in Spain. *Journal of Mountain Science*, 19(1), 211–227. <https://doi.org/10.1007/s11629-021-6911-3>
- Martin Barroso, V., de Castro-Pardo, M., Fernández Martínez, P., & Azevedo, J. C. (2022b). A regionalized IO-model to value seasonal recreational ecosystem

- services in a mountain National Park in Spain. *Journal of Mountain Science*, 19(1), 211–227. <https://doi.org/10.1007/s11629-021-6911-3>
- Martínez-Graña, A. M., Serrano, L., González-Delgado, J. A., Dabrio, C. J., & Legoinha, P. (2017). Sustainable geotourism using digital technologies along a rural georoute in Monsagro (Salamanca, Spain). *International Journal of Digital Earth*, 10(2), 121–138. <https://doi.org/10.1080/17538947.2016.1209582>
- Martins, H., Carvalho, P., & Almeida, N. (2021). Destination Brand Experience: A Study Case in Touristic Context of the Peneda-Gerês National Park. *Sustainability*, 13(21), 11569. <https://doi.org/10.3390/su132111569>
- Martins, H., Carvalho, P., & Almeida, N. (2022). O turismo em Áreas Protegidas. *Cadernos de Geografia*, 46, 77–91. https://doi.org/10.14195/0871-1623_46_6
- Marzouki, M., Froger, G., & Ballet, J. (2012). Ecotourism versus Mass Tourism. A Comparison of Environmental Impacts Based on Ecological Footprint Analysis. *Sustainability*, 4(1), 123–140. <https://doi.org/10.3390/su4010123>
- Mascarenhas, C., Ferreira, J. J., & Marques, C. (2018). University–industry cooperation: A systematic literature review and research agenda. *Science and Public Policy*, 45(5), 708–718. <https://doi.org/10.1093/scipol/scy003>
- Mason P. (2021). *Tourism impacts, planning and management* (Fourth Edition). New York: Routledge.
- McCombes, L., Vanclay, F., & Evers, Y. (2015). Putting social impact assessment to the test as a method for implementing responsible tourism practice. *Environmental Impact Assessment Review*, 55, 156–168. <https://doi.org/10.1016/j.eiar.2015.07.002>
- McGehee, N. G., & Andereck, K. L. (2004). Factors predicting rural residents' support of tourism. *Journal of Travel Research*, 43(2), 131–140. <https://doi.org/10.1177/0047287504268234>
- McNeely, J. (1992). *Parks for Life: Report of the IVth World Congress on National Parks and Protected Areas*.
- McNeely, J. (1994). Protected areas for the 21st century: working to provide benefits to society. *Biodiversity and Conservation*, 3(5), 390–405. <https://doi.org/10.1007/BF00057797>
- Mendonça, A. (2014). *Metodologia para estudo de caso*. UnusilVirtual.
- Mensah, I., & Ernest, A. (2013). Community Participation in Ecotourism: The Case of Bobiri Forest Reserve and Butterfly Sanctuary in Ashanti Region of Ghana. *American Journal of Tourism Management*, 2(A), 34–42.
- Mihalic, T. (2020). Conceptualising overtourism: A sustainability approach. *Annals of Tourism Research*, 84, 103025. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.103025>
- Miller, G., Rathouse, K., Scarles, C., Holmes, K., & Tribe, J. (2010). Public understanding of sustainable tourism. *Annals of Tourism Research*, 37(3), 627–645. <https://doi.org/10.1016/J.ANNALS.2009.12.002>
- Miller, G., & Torres-Delgado, A. (2023). Measuring sustainable tourism: a state of the art review of sustainable tourism indicators. *Journal of Sustainable Tourism*, 31(7), 1483–1496. <https://doi.org/10.1080/09669582.2023.2213859>

- Minayo, M., & Costa, A. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139–153.
- Mohanty, S. K., Rasul, G., Mahapatra, B., Choudhury, D., Tuladhar, S., & Valdemar Holmgren, E. (2018). Multidimensional Poverty in Mountainous Regions: Shan and Chin in Myanmar. *Social Indicators Research*, 138(1), 23–44. <https://doi.org/10.1007/s11205-017-1662-9>
- Monshausen, A., Tremel, C., Plüss, C., Koschwitz, G., & Lukow, M. (2016). Transforming Tourism The 2030 Agenda for Sustainable Development Profile 20. 1–16. www.tourism-watch.de
- Morais, P. (2022). Ecoturismo. <https://pedromorais.eu/2022/04/01/ecoturismo/>
- Morgan, D. L. (1996). Focus Groups. *Annual Review of Sociology*, 22(1), 129–152. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.22.1.129>
- Murphy, P., & Price, G. (2012). Tourism and sustainable development. In W. Theobald (Ed.), *Global Tourism* (3rd ed., pp. 46–52). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780080478043-9>
- Nardo, M., Saisana, M., Saltelli, A., & Tarantola, S. (2005). Tools for Composite Indicators Building.
- Nardo, M., Saisana, M., Saltelli, A., Tarantola, S., Hoffman, A., & Giovannini, E. (2008). Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide (European Commission, Joint Research Centre, & Organisation for Economic Co-operation and Development, Eds.). Organisation for Economic Co-operation and Development. <https://doi.org/10.1787/533411815016>
- Neil, J., & Wearing, S. (1999). *Ecotourism - Impacts, potentials and possibilities*. Butterworth-Heinemann.
- Nepal, S. (2002). Mountain ecotourism and sustainable development, ecology, economics and ethics. *Mountain Research and Development*, 22, 104–109. [https://doi.org/https://doi.org/10.1659/0276-4741\(2002\)022\[0104:MEASD\]2.0.CO;2](https://doi.org/https://doi.org/10.1659/0276-4741(2002)022[0104:MEASD]2.0.CO;2)
- Newsome, D., Moore, S., & Dowling, R. (2012). *Natural area tourism: ecology, impacts, and management* (2nd ed.). Channel View Publications.
- Nicky Britten. (2009). Entrevistas qualitativas. In N. Mays & C. Pope (Eds.), *Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde* (3a, pp. 23–31). Artmed.
- Nogueira, J., Simões, S., Araújo, J., Alonso, J., Santos, S., & Brandão, D. (2023). Acontece in Loco - Campo do Gerês: Animação comunitária e governança colaborativa para o desenvolvimento sustentável de territórios de montanha do Minho. https://www.cimcavado.pt/wp-content/uploads/2023/10/inloco_2023.pdf
- Oliveira, A., Vieira, C., & Amaral, M. (2021). O questionário online na investigação em educação: reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas (pp. 39–67). Universidade Aberta.
- Ooi, N., Laing, J., & Mair, J. (2015). Social Capital as a Heuristic Device to Explore Sociocultural Sustainability: A Case Study of Mountain Resort Tourism in the Community of Steamboat Springs, Colorado, USA. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(3), 417–436. <https://doi.org/10.1080/09669582.2014.957211>

- Oviedo-Garcia, M. A., Castellanos-Verdugo, M., & Martin-Ruiz, D. (2008). Gaining residents' support for tourism and planning. *International Journal of Tourism Research*, 10(2), 95–109. <https://doi.org/10.1002/jtr.644>
- Pais, S., Aquilué, N., Campos, J., Sil, Â., Marcos, B., Martínez-Freiría, F., Domínguez, J., Brotons, L., Honrado, J. P., & Regos, A. (2020). Mountain farmland protection and fire-smart management jointly reduce fire hazard and enhance biodiversity and carbon sequestration. *Ecosystem Services*, 44, 101143. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2020.101143>
- Palma, A., Santos, J., Serra, J., Lima, J., Salvado, J., Borges, M., Marujo, M., Seguro, P., & Guerreiro, S. (2017). Preliminary report of Alentejo sustainable tourism observatory – ASTO. <https://www.asto.pt/pt/publicacoes/relatorios-asto/>
- Pan, S.-Y., Gao, M., Kim, H., Shah, K. J., Pei, S.-L., & Chiang, P.-C. (2018). Advances and challenges in sustainable tourism toward a green economy. *Science of The Total Environment*, 635, 452–469. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2018.04.134>
- Pascariu, G. C., & Tiganasu, R. (2014). Tourism and sustainable regional development in Romania and France: An approach from the perspective of new economic geography. *Amfiteatru Economic Journal*, 16(8), 1089–1109. https://www.researchgate.net/publication/282123737_Tourism_and_Sustainable_Regional_Development_in_Romania_and_France_an_Approach_from_the_Perspective_of_New_Economic_Geography
- Paunović, I., & Jovanović, V. (2017). Implementation of sustainable tourism in the German Alps: A case study. *Sustainability*, 9(2), 226. <https://doi.org/10.3390/su9020226>
- Pereira, A. (2008). *Guia Prático de Utilização do SPSS - Análise de Dados para as Ciências Sociais e Psicologia (7a)*. Edições Sílabo.
- Pereira, D., Pereira, P., & Ferreira, N. (2010). Património Geológico e Geoconservação em Áreas Protegidas de Portugal Continental. In J. Neiva, A. Ribeiro, M. Victor, F. Noronha, & M. Ramalho (Eds.), *Ciências Geológicas - Ensino e Investigação e sua História* (Vol. 2, pp. 451–463). Associação Portuguesa de Geólogos e Sociedade Geológica de Portugal.
- Pérez, B. (2022). Turismo sostenible, ecoturismo y la CETS: Sierra Nevada (España). *HUMAN REVIEW. International Humanities Review / Revista Internacional de Humanidades*, 11(Monográfico), 1–18. <https://doi.org/10.37467/revhuman.v11.3995>
- Pinilla, V., Ajuda, M., & Sáez, L. (2008). Rural depopulation and the migration turn around in Mediterranean Western Europe: a case study of Aragon. *Journal of Rural and Community Development*, 3, 1–22.
- Pizzi, S., Caputo, A., Corvino, A., & Venturelli, A. (2020). Management Research and the UN Sustainable Development Goals (SDGs): A Bibliometric Investigation and Systematic Review. *Journal of Cleaner Production*, 276, 124033. <https://doi.org/10.1016/J.JCLEPRO.2020.124033>
- Ponte, J. (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, 19(25), 105–132.

- Priya, A. (2021). Case Study Methodology of Qualitative Research: Key Attributes and Navigating the Conundrums in Its Application. *Sociological Bulletin*, 70(1), 94–110. <https://doi.org/10.1177/0038022920970318>
- Ramkissoon, H. (2020). Perceived social impacts of tourism and quality-of-life: a new conceptual model. *Journal of Sustainable Tourism*, 31(2), 442–459. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1858091>
- Rasoolimanesh, S. M., Ramakrishna, S., Hall, C. M., Esfandiar, K., & Seyfi, S. (2020). A Systematic Scoping Review of Sustainable Tourism Indicators in Relation to the Sustainable Development Goals. *Journal of Sustainable Tourism*. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1775621>
- Registo Nacional de Turismo. (n.d.). Pesquisa de registos. https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/_default.aspx
- Reimer, J. K. (Kila), & Walter, P. (2013). How do you know it when you see it? Community-based ecotourism in the Cardamom Mountains of southwestern Cambodia. *Tourism Management*, 34, 122–132. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.04.002>
- Resolução Do Conselho de Ministros n.o 51/2015 Da Presidência Do Conselho de Ministros: Aprova o Novo Programa Nacional de Turismo de Natureza, Diário da República n.o 140/2015, Série I de 2015-07-21 (2015).
- Resolução Do Conselho de Ministros n.o 115-A/2008 Da Presidência Do Conselho de Ministros: Aprova o Plano Sectorial Da Rede Natura 2000 Relativo Ao Território Continental, Diário da República n.o 139/2008, 1o Suplemento, Série I de 2008-07-21 (2008).
- Resolução Do Conselho de Ministros n.o 134/2017 Da Presidência Do Conselho de Ministros: Aprova a Estratégia Para o Turismo 2027, Diário da República n.o 187/2017, Série I de 2017-09-27 (2017).
- Roberts, S., & Tribe, J. (2008). Sustainability Indicators for Small Tourism Enterprises – An Exploratory Perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 575–594. <https://doi.org/10.1080/09669580802159644>
- Robertson, M. (2021). Sustainability principles and practice (M. Robertson, Ed.; 3rd ed.). Routledge.
- Robinson, M. (1999). Collaboration and Cultural Consent: Refocusing Sustainable Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3–4), 379–397. <https://doi.org/10.1080/09669589908667345>
- Robinson, N. (1999). The use of focus group methodology — with selected examples from sexual health research. *Journal of Advanced Nursing*, 29(4), 905–913. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.1999.00966.x>
- Ruhanen, L., Weiler, B., Moyle, B. D., & McLennan, C. J. (2015). Trends and patterns in sustainable tourism research: a 25-year bibliometric analysis. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(4), 517–535. <https://doi.org/10.1080/09669582.2014.978790>
- Rye, J. F. (2018). Labour migrants and rural change: The “mobility transformation” of Hitra/Frøya, Norway, 2005–2015. *Journal of Rural Studies*, 64, 189–199. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.12.003>

- Saarinen, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), 1121–1140. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2006.06.007>
- Sachs, J. D. (2012). From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. *The Lancet*, 379(9832), 2206–2211. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0)
- Saisana, M., & Tarantola, S. (2002). State-of-the-art Report on Current Methodologies and Practices for Composite Indicator Development.
- Santos, G., Marques, C. S., & Ferreira, J. J. (2018). A look back over the past 40 years of female entrepreneurship: mapping knowledge networks. *Scientometrics*, 115(2), 953–987. <https://doi.org/10.1007/s11192-018-2705-y>
- Sauter, I., Kienast, F., Bolliger, J., Winter, B., & Pazúr, R. (2019). Changes in demand and supply of ecosystem services under scenarios of future land use in Vorarlberg, Austria. *Journal of Mountain Science*, 16(12), 2793–2809. <https://doi.org/10.1007/s11629-018-5124-x>
- Saveriades, A. (2000). Establishing the social tourism carrying capacity for the tourist resorts of the east coast of the Republic of Cyprus. *Tourism Management*, 21(2), 147–156. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(99\)00044-8](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(99)00044-8)
- Scheyvens, R. (2007). Exploring the Tourism-Poverty Nexus. *Current Issues in Tourism*, 10(2–3), 231–254. <https://doi.org/10.2167/cit318.0>
- Schianetz, K., & Kavanagh, L. (2008). Sustainability indicators for tourism destinations: A complex adaptive systems approach using systemic indicator systems. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(6), 601–628. <https://doi.org/10.1080/09669580802159651>
- Šegota, T., Mihalič, T., & Perdue, R. R. (2022). Resident perceptions and responses to tourism: individual vs community level impacts. *Journal of Sustainable Tourism*, 1–24. <https://doi.org/10.1080/09669582.2022.2149759>
- Sgroi, F. (2020). Forest Resources and Sustainable Tourism, a Combination for the Resilience of the Landscape and Development of Mountain Areas. *Science of The Total Environment*, 736, 139539. <https://doi.org/10.1016/J.SCITOTENV.2020.139539>
- Sheldon, P. J., & Abenoja, T. (2001). Resident attitudes in a mature destination: the case of Waikiki. *Tourism Management*, 22, 435–443.
- Shores, J. (1996). The Challenge of Ecotourism: A Call for Higher Standards. Paper Presented at the Fourth World Congress on Parks and Protected Areas, Caracas, Venezuela, 1–9. <https://lib.icimod.org/record/9989/files/368.pdf>
- Silva, F., Sousa, C., & Albuquerque, H. (2022). Analytical model for the development strategy of a low-density territory: The Montesinho Natural Park. *Sustainability*, 14(7), 4373. <https://doi.org/10.3390/su14074373>
- Silva, I., Veloso, A., & Keating, J. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 26, 175–190.
- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. (n.d.). Características das Albufeiras: Vilarinho das Furnas. https://snirh.apambiente.pt/index.php?idRef=MTE3Nw==&simbolo_redehidro=03H/01A

- Sørensen, F., & Grindsted, T. S. (2021). Sustainability approaches and nature tourism development. *Annals of Tourism Research*, 91, 103307. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103307>
- Stake, R. (1995). *The art of case study research*. Sage.
- Stone, M. T., Stone, L. S., Mogomotsi, G. E. J., & Mogomotsi, P. K. (2022). Protected areas and tourism dynamics in Southern Africa. In *Protected Areas and Tourism in Southern Africa* (pp. 1–11). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003193166-1>
- Strickland-Munro, J. K., Allison, H. E., & Moore, S. A. (2010). Using resilience concepts to investigate the impacts of protected area tourism on communities. *Annals of Tourism Research*, 37(2), 499–519. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2009.11.001>
- Strobl, A., Teichmann, K., & Peters, M. (2015). Do mountain tourists demand ecotourism? Examining moderating influences in an Alpine tourism context. *Tourism*, 63(3), 383–398.
- Sturiale, L., Scuderi, A., Timpanaro, G., & Matarazzo, B. (2020). Sustainable Use and Conservation of the Environmental Resources of the Etna Park (UNESCO Heritage): Evaluation Model Supporting Sustainable Local Development Strategies. *Sustainability*, 12(4), 1453. <https://doi.org/10.3390/su12041453>
- Su, L., & Swanson, S. R. (2017). The effect of destination social responsibility on tourist environmentally responsible behavior: Compared analysis of first-time and repeat tourists. *Tourism Management*, 60, 308–321. <https://doi.org/10.1016/J.TOURMAN.2016.12.011>
- Sun, D., & Walsh, D. (1998). Review of studies on environmental impacts of recreation and tourism in Australia. *Journal of Environmental Management*, 53(4), 323–338. <https://doi.org/10.1006/JEMA.1998.0200>
- Sun, Y. Y., & Drakeman, D. (2021). The double-edged sword of wine tourism: the economic and environmental impacts of wine tourism in Australia. <https://doi.org/10.1080/09669582.2021.1903018>, 30(4), 932–949.
- Tang, L. (2017). The overview of the origin and research of rural tourism development. *Proceedings of the 7th International Conference on Management, Education, Information and Control (MEICI 2017)*. <https://doi.org/10.2991/meici-17.2017.85>
- Tatoglu, E., Erdal, F., Ozgur, H., & Azakli, S. (2002). Resident attitudes toward tourism impacts. *International Journal of Hospitality & Tourism Administration*, 3(3), 79–100. https://doi.org/10.1300/J149v03n03_07
- The International Ecotourism Society. (2015). TIES Announces Ecotourism Principles Revision. <https://ecotourism.org/news/ties-announces-ecotourism-principles-revision/>
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, 14(3), 207–222. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375>
- Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia turismo 2027 (ET2027)*. https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/Estrategia/Estrategia_2027/Paginas/default.aspx

- Turismo de Portugal. (2023a). Observatórios regionais de sustentabilidade. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/sustentabilidade/observatorios-regionais-de-sustentabilidade/>
- Turismo de Portugal. (2023b). Sustentabilidade. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/sustentabilidade/sustentabilidade/>
- Twining-Ward, L., & Butler, R. (2002). Implementing STD on a Small Island: Development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(5), 363–387. <https://doi.org/10.1080/09669580208667174>
- United Nations Environment Programme, & United Nations World Tourism Organization. (2005). *Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers*.
- Vaughan, M. B., & Ardoin, N. M. (2014). The implications of differing tourist/resident perceptions for community-based resource management: a Hawaiian coastal resource area study. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(1), 50–68. <https://doi.org/10.1080/09669582.2013.802326>
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: O processo de Construção do Conhecimento*. Edições Sílabo.
- Villanueva-Álvaro, J.-J., Mondéjar-Jiménez, J., & Sáez-Martínez, F.-J. (2017). Rural tourism: Development, management and sustainability in rural establishments. *Sustainability*, 9(5), 818. <https://doi.org/10.3390/su9050818>
- Vukadin, I., Zovko, M., & Krešić, D. (2020). Review and evaluation of existing international systems of tourism sustainability indicators. *Hrvatski Geografski Glasnik/Croatian Geographical Bulletin*, 82(1), 85–110. <https://doi.org/10.21861/HGG.2020.82.01.04>
- Waligo, V. M., Clarke, J., & Hawkins, R. (2013). Implementing sustainable tourism: A multi-stakeholder involvement management framework. *Tourism Management*, 36, 342–353. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.10.008>
- Walker, B., Holling, C., Kinzig, A., & Carpenter, S. (2004). Resilience, adaptability and transformability in social–ecological systems. *Ecology & Society*, 9(2). <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5/>
- Wallace, G. N., & Pierce, S. M. (1996). An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil. *Annals of Tourism Research*, 23(4), 843–873. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(96\)00009-6](https://doi.org/10.1016/0160-7383(96)00009-6)
- Walton, J. K. (2009). Welcome to the Journal of Tourism History. *Journal of Tourism History*, 1(1), 1–6. <https://doi.org/10.1080/17551820902739034>
- Weaver, D. (2005). Comprehensive and minimalist dimensions of ecotourism. *Annals of Tourism Research*, 32(2), 439–455. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2004.08.003>
- Weaver, D., & Lawton, L. (2007). Twenty years on: The state of contemporary ecotourism research. *Tourism Management*, 28(5), 1168–1179. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.03.004>
- Wight, P. (1993). Ecotourism: Ethics or Eco-Sell. *Journal of Travel Research*, 31(3), 3–9. <https://doi.org/10.1177/004728759303100301>

- World Commission on Environment and Development. (1987). Our common future.
- World Conservation Union. (1996). Resolutions and recommendations: World conservation congress. The World Conservation Union.
- World Ecotourism Summit. (2002). Quebec declaration on ecotourism.
- World Tourism Organization. (n.d.). World Tourism Organization International Network of Sustainable Tourism Observatories (INSTO). <https://www.unwto.org/insto/>
- World Tourism Organization. (1996). What tourism managers need to know: A practical guide to the development and use of indicators of sustainable tourism. World Tourism Organization.
- World Tourism Organization. (2002). The British ecotourism market.
- World Tourism Organization. (2004). Indicators of sustainable development for tourism destinations: A guidebook / World Tourism Organization (pp. 1–516). World Tourism Organization.
- World Tourism Organization. (2008). International Recommendations for Tourism Statistics 2008.
- World Tourism Organization. (2022). Statistical framework for measuring the sustainability of tourism (SF_MST).
- World Tourism Organization. (2023a). Overtourism? – Understanding and managing urban tourism growth beyond perceptions, executive summary (pp. 1–44). World Tourism Organization (UNWTO). <https://doi.org/https://doi.org/10.18111/9789284420070>
- World Tourism Organization. (2023b). Tourism and rural development: A policy perspective. World Tourism Organization (UNWTO). <https://doi.org/10.18111/9789284424306>
- World Tourism Organization, & United Nations Development Programme. (2018). Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030 (pp. 1–114). <https://doi.org/10.18111/9789284419401>
- Yergeau, M. E. (2020). Tourism and local welfare: A multilevel analysis in Nepal's protected areas. *World Development*, 127. <https://doi.org/10.1016/J.WORLDDEV.2019.104744>
- Yin, R. (2001). Estudo de Caso. Planejamento e Métodos. (2a). Bookman.
- Yiu, L. S., & Saner, R. (2014). Sustainable Development Goals and Millennium Development Goals: An Analysis of the Shaping and Negotiation Process. *Asia Pacific Journal of Public Administration*, 36(2), 89–107. <https://doi.org/10.1080/23276665.2014.911487>
- Yoon, Y., Gursoy, D., & Chen, J. S. (2001). Validating a tourism development theory with structural equation modeling. *Tourism Management*, 22, 363–372. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(00\)00062-5](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(00)00062-5)
- Zhang, J. (2019). Tourism and environmental subjectivities in the Anthropocene: observations from Niru Village, Southwest China. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(4), 488–502. <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1435671>

- Zhang, J., & Zhang, Y. (2020). Tourism and gender equality: An Asian perspective. *Annals of Tourism Research*, 85, 103067. <https://doi.org/10.1016/J.ANNALS.2020.103067>
- Zhang, X., Song, H., & Huang, G. Q. (2009). Tourism supply chain management: A new research agenda. *Tourism Management*, 30(3), 345–358. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2008.12.010>
- Zhang, Y., Xiao, X., Zheng, C., Xue, L., Guo, Y., & Wu, Q. (2019). Is tourism participation in protected areas the best livelihood strategy from the perspective of community development and environmental protection? *Journal of Sustainable Tourism*, 28(4), 587–605. <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1691566>

ANEXOS

ANEXO I

Quadro A.1.1 - Síntese de indicadores correspondentes à dimensão social aplicados no estudo de caso na região de Andaluzia, em Espanha

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Efeitos socioculturais do turismo na comunidade de acolhimento	Capacidade dos serviços para atividades desportivas	IC	- Instalações desportivas / habitante	Um valor elevado para os indicadores deste grupo indica uma influência indireta positiva do turismo na capacidade do destino para prestar serviços básicos aos visitantes e residentes.
	Capacidade dos serviços de saúde	IC	- Equipamentos de saúde/ habitante	
	Capacidade dos serviços de transporte	IC	- Número de veículos de transporte de passageiros/ habitante	
	Capacidade dos serviços financeiros	IC	- Número de estabelecimentos financeiros/ habitante	
	Capacidade de outros serviços	IC	- Número de estabelecimentos do sector dos serviços/ habitante	
	Capacidade dos serviços de farmácia	IC	- Número de farmácias/ habitante	
Segurança pública local	Satisfação dos turistas com a segurança dos destinos	IC	- Avaliação da segurança dos destinos pelos turistas (escala de avaliação 0-10)	Este indicador mede o nível de perceção de segurança do visitante e a eficácia dos serviços de segurança.
Conservação do património cultural	Património designado como bens dignos de proteção cultural	IC	- Número de sítios culturais designados como "bens de interesse cultural" / km ²	Este indicador avalia as ações dos gestores para assegurar a preservação e a proteção da identidade cultural da comunidade do destino, de modo que o património cumpra a sua função social.
	Contribuições voluntárias para a preservação do património cultural	IC	- Número de voluntários culturais	Os esforços da comunidade para preservar os seus recursos culturais são avaliados por este indicador.
	Intensidade da utilização do património	IC	- Pressão sobre o património cultural	Este indicador fornece uma medida do afluxo suportado por cada unidade patrimonial, de tal forma que uma maior pressão implica um maior impacto negativo e uma maior deterioração.
Efeitos na estrutura da população local	Manutenção dos níveis populacionais	IC	- Variação dos níveis populacionais	

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Efeitos na estrutura da população local	Aumento da população jovem	IC	- % população jovem	Um destino turístico é considerado mais sustentável quando o nível da população residente é mantido e existe uma estrutura populacional equilibrada.
	Envelhecimento da população	IC	- % população idosa não ativa	
	Densidade populacional	IC	- Número de indivíduos/ km ²	
	Manutenção dos níveis populacionais	IC	- Taxa líquida de migração	
		IC	- Taxa de crescimento natural	
Capacidade de acolhimento social do destino	Imposição de cultura estrangeira (ou seja, pressão sobre a cultura de acolhimento)	IC	- % população estrangeira	Este indicador mede a preservação das tradições e das práticas culturais locais. Um elevado nível de turismo e o aumento do número de estrangeiros como residentes podem levar a que a cultura do visitante domine a cultura nativa.
	Capacidade de carga social	IC	- Rácio entre turistas e habitantes locais	Este indicador avalia e estabelece limites em relação ao número de turistas que a comunidade local pode receber sem um impacto negativo.
Efeitos nos níveis de bem-estar da população local	Efeito nas condições sociais que afetam a longevidade da população	IC	- Esperança média de vida (idade)	A maior longevidade indica um efeito positivo indireto do desenvolvimento turístico sobre os fatores sociais condicionantes que conduzem a esta
	Efeitos sobre o rendimento disponível	IC	- Variação do rendimento disponível (%)	Avalia a influência indireta do desenvolvimento turístico no nível socioeconómico da população residente em relação às variações do seu nível de rendimento.
	Efeitos nos níveis de educação da população	IC	- % da população inscrita no ensino não obrigatório	O aumento do nível de educação da população local garante que os visitantes sejam tratados com educação e enriquece a interação entre culturas.
	Efeitos na dependência da população	IC	- Índice geral de dependência demográfica (%)	Este fator mede os efeitos do turismo no aumento da população dependente. Uma maior dependência dificulta a transferência de recursos numa cultura

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Efeitos nos níveis de bem-estar da população local	Efeitos no acesso à habitação	IC	- Valor patrimonial dos bens imóveis / habitante	O aumento do turismo pode levar ao aumento dos preços dos terrenos e das casas, dificultando assim o acesso dos residentes à habitação

Fonte: Adaptado de Blancas et al., 2011.

Quadro A.1.2- Síntese de indicadores correspondentes à dimensão económica aplicados no estudo de caso na região de Andaluzia, em Espanha

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Benefícios económicos do turismo para a comunidade de acolhimento e para o destino	Volume da procura turística	IC	- Número total de chegadas de turistas	Uma procura elevada, uma estadia média longa no destino e despesas substanciais em produtos locais e serviços são indicativos de maiores benefícios económicos
	Duração da estadia	IC	- Estadia média (dias)	
	Receitas do turismo	IC	- Despesas dos turistas (euros/milhão)	
	Investimento em bens imobiliários	IC	- Valor patrimonial dos bens imóveis	Este indicador mostra a influência indireta do desenvolvimento do turismo em maiores investimentos no destino que têm um efeito no valor dos bens imobiliários
	Emprego gerado no sector dos serviços	IC	- Proporção de trabalhadores no sector dos serviços (%)	Uma taxa de desemprego mais baixa e uma percentagem elevada de empregados no sector dos serviços são indicativos dos efeitos positivos do desenvolvimento do turismo na criação de emprego
	Desemprego no destino	IC	- Taxa de desemprego	
	Investimento no sector dos serviços	IC	- Volume de investimento registado no sector dos serviços	Um elevado volume de investimentos revela indiretamente o efeito positivo do desenvolvimento turístico da zona sobre os novos investimentos no sector terciário
	Comunicações telefónicas	IC	- Número de linhas telefónicas em serviço	

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Benefícios económicos do turismo para a comunidade de acolhimento e para o destino	Comunicações online	IC	- Número de linhas da Rede Digital de Serviços Integrados em serviço / mil habitantes	Estes indicadores avaliam os meios de telecomunicações existentes na zona. Uma maior oferta por habitante é fundamental para as empresas turísticas, a promoção do destino e a qualidade do serviço oferecido ao visitante
		IC	- Número de linhas da <i>Assymmetric Digital Subscriber Line</i> em serviço / mil habitantes	
	Rendimento disponível por habitante	IC	- Rendimento líquido declarado por habitante (euros/habitante)	Este indicador fornece uma medida indireta da contribuição do turismo para a economia local através do rendimento gerado pelas receitas do turismo na zona
Manter a satisfação dos turistas	Satisfação global dos turistas	IC	- Nível de satisfação global do turista (escala de avaliação 0-10)	Estes indicadores combinados avaliam o nível de satisfação dos turistas à saída do destino e referem-se a dois fatores determinantes principais: a relação qualidade/preço e as visitas a áreas naturais protegidas. O efeito de um elevado nível de satisfação no sector e no destino traduz-se num aumento da percentagem de turistas que regressam ao destino
	Satisfação dos turistas com a relação qualidade-preço	IC	- Avaliação da relação qualidade-preço pelos turistas	
	Regularidade da procura turística	IC	- % visitantes que regressam	
	Satisfação do turista na visita a áreas naturais protegidas	IS	- Nível de satisfação dos turistas relativamente às visitas a áreas naturais protegidas (escala de avaliação 0-10)	
Controlo do desenvolvimento	Planeamento de zonas turísticas	IC	- Existência de um ordenamento do território que inclua o turismo	Este indicador inclui o efeito positivo de um plano que proporciona ao destino a capacidade de orientar o desenvolvimento para objetivos desejáveis e que pode influenciar a localização, o tipo e a densidade do desenvolvimento turístico
Oferta turística - proporcionar uma variedade de experiências	Oferta oficial de alojamento turístico	IC	- Vagas em estabelecimentos de alojamento turístico registados (n.º de vagas / habitante)	Os estabelecimentos de qualidade registados geram 10,6 vezes mais riqueza e 11 vezes mais emprego do que os alojamentos residenciais não registados, favorecendo assim a sustentabilidade do modelo turístico
	Qualidade da oferta de alojamento turístico registada	IC	- Vagas em estabelecimentos de alojamento turístico registados de elevada qualidade (%)	

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Oferta turística - proporcionar uma variedade de experiências	Oferta de alojamento turístico não registada	IC	- Número de estabelecimentos de alojamento turístico não registados (%)	O excesso de turismo residencial pode estar associado, a médio prazo, a um modelo de turismo insustentável e a uma regulamentação de planeamento insustentável do ponto de vista económico, laboral e ambiental
	Oferta de serviços de restauração	IC	- Vagas oferecidas em restaurantes (n.º de vagas / habitante)	Uma vasta gama deste tipo de serviços satisfaz a procura e proporciona diversidade de produtos turísticos, contribuindo assim para a sustentabilidade a longo prazo
	Promoção de experiências turísticas	IC	- Número de postos de informação turística/ turista	Estes indicadores combinados medem as infraestruturas existentes que servem para promover atividades e serviços no destino. Um bom serviço de informação turística pode ajudar a aumentar a estadia dos visitantes e a distribuí-los pelos locais turísticos disponíveis no destino. Deste modo, será possível gerar mais benefícios, evitar a sobrelotação e evitar uma utilização excessiva do espaço
		IC	- Existência de um <i>Website</i> que forneça informações sobre o destino	
	Ofertas de atividades de ecoturismo	IE	- Número de empresas de serviços com ofertas complementares de ecoturismo	Este indicador avalia a diversidade do modelo através do ecoturismo como oferta complementar, que pode tornar-se uma das principais atrações das zonas rurais
Sazonalidade da atividade turística	Sazonalidade das ofertas de alojamento	IC	- % estabelecimentos de alojamento turístico registados que estão abertos todo o ano	Estes indicadores medem a estabilidade do turismo em termos de emprego, procura e oferta. O turismo sustentável requer uma atividade estável para reduzir os efeitos negativos da atividade turística altamente sazonal e intensiva em termos de emprego, utilização de recursos, saturação e utilização excessiva das zonas turísticas
	Sazonalidade da procura turística	IC	- Rácio entre turistas em época baixa e turistas em época alta	
	Sazonalidade do emprego turístico	IC	- Rácio entre o emprego no turismo na época baixa e o emprego na época alta	
Emprego no sector do turismo	Volume de emprego no sector do turismo	IC	- Número total de empregados no sector do turismo	Um elevado número de empregos de qualidade é um indicador de sustentabilidade económica. O controlo da

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Emprego no sector do turismo	Contribuição relativa do emprego no sector do turismo para o emprego total no destino	IC	- % empregados no sector do turismo em relação ao emprego total	qualidade pode ser calculado medindo o grau de sazonalidade dos contratos através do indicador de sazonalidade do emprego
Transportes relacionados com o turismo	Capacidade dos serviços de transporte	IC	- Número de veículos de transporte de passageiros por habitante	Uma determinada atividade turística pode garantir a sua sustentabilidade a médio prazo, desde que exista um vasto leque de transportes públicos e infraestruturas próximas (autoestradas, estradas, aeroportos, estações de comboios, etc.) à disposição dos visitantes, de modo a que o tempo de acesso aos recursos turísticos seja mínimo, facilitando assim a mobilidade e a distribuição da procura
	Acesso ao destino por aeroporto	IC	- Tempo de acesso a partir do aeroporto mais próximo (minutos)	
	Acesso ao destino por autoestrada	IC	- Tempo de acesso a partir da autoestrada mais próxima (minutos)	
	Acesso ao destino por estrada	IC	- Tempo de acesso a partir da estrada mais próxima (minutos)	
	Acesso ao destino por comboio	IC	- Tempo de acesso a partir da estação de comboios mais próxima (minutos)	
	Rede de estradas para transportes públicos	IC	- Densidade de estradas	
Competitividade do destino	Ocupação dos alojamentos registados	IC	- Taxa de ocupação média dos estabelecimentos de alojamento turístico registados	Estas taxas de ocupação são consideradas os indicadores de base para medir a vitalidade das empresas. Uma maior vitalidade é uma medida parcial da competitividade do sector do turismo no destino em comparação com os destinos concorrentes
Criação de itinerários e percursos turísticos	Percursos existentes no interior de zonas naturais protegidas	IE	- Número de vias de acesso em boas condições para utilização turística no interior das áreas naturais protegidas	Estes indicadores medem os elementos básicos do turismo em espaços naturais protegidos. Incluem as infraestruturas necessárias para aceder ou realizar atividades turísticas em espaços naturais protegidos
Infraestruturas	Infraestruturas para a utilização pública das zonas naturais protegidas	IE	- Número de infraestruturas para uso público dentro de áreas naturais protegidas	

Fonte: Adaptado de Blancas et al., 2011.

Quadro A.1.3 - Síntese de indicadores correspondentes à dimensão ambiental aplicados no estudo de caso na região de Andaluzia, em Espanha

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Proteção dos ecossistemas naturais	Proteção de bens naturais valiosos	IC	- % do destino considerada uma zona natural protegida	Este indicador avalia os esforços desenvolvidos para salvaguardar a riqueza natural do território (fauna, flora, ecossistemas únicos, etc.) e garantir a sua utilização pública através de atividades que não ponham em perigo os recursos naturais
	Integridade dos ecossistemas	IE	- % área natural protegida destinada ao uso dos visitantes	A adaptação de algumas áreas naturais para uso dos visitantes implica o aumento da pressão sobre os recursos naturais e altera o estado natural da área. Assim, estas áreas devem ser minimizadas para garantir a utilização sustentável dos espaços protegidos
	Valor ecológico das zonas naturais protegidas	IE	- Número de espécies existentes no destino	Esta é uma medida aproximada da biodiversidade da zona. A biodiversidade é uma das principais atrações turísticas e, ao mesmo tempo, sublinha a necessidade de estratégias especiais para a sua preservação
Gestão de energia	Energia	IC	- Consumo de energia	A redução da quantidade de energia utilizada no turismo é um indicador de boa sustentabilidade, uma vez que conduz a importantes benefícios ambientais (por exemplo, a preservação dos recursos naturais ou a redução da poluição). Além disso, os destinos que utilizam energias renováveis são considerados mais sustentáveis
	Energia renovável	IC	- % consumo de energia proveniente de recursos renováveis	
Disponibilidade e conservação da água	Utilização da água	IC	- Volume total consumido por dia	Os destinos são mais sustentáveis se conseguirem reduzir o consumo de água pelos turistas (que pode ser duas ou três vezes superior ao da população local, especialmente em zonas com problemas de abastecimento) e preservar uma maior quantidade de recursos. Este objetivo pode ser alcançado através de uma maior sensibilização da população visitante
	Poupança de água	IC	- Volume de água reutilizada atribuível ao turismo	

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Tratamento de águas residuais	Tratamento	IC	- Volume de águas residuais tratadas	Um maior volume de águas residuais tratadas reduz o impacto ambiental e tem um efeito positivo nas comunidades locais e no sector do turismo. A existência de instalações para o tratamento adequado das águas residuais ajuda a evitar a poluição causada pelas águas residuais
	Instalações de tratamento	IC	- Existência de planos de tratamento de águas residuais (escala de avaliação 0-10)	
Gestão de resíduos sólidos	Produção de resíduos	IC	- Volume de resíduos produzidos no destino	A quantidade de resíduos tem de ser reduzida, uma vez que constitui um risco para o ambiente e prejudica a imagem do destino. A fonte e o destino final dos resíduos têm de ser identificados para controlar a eficiência das potenciais estratégias de gestão. Estes indicadores analisam igualmente as tendências de reciclagem e de recolha seletiva de resíduos, revelando o potencial contributo dos estabelecimentos turísticos para a sustentabilidade. O nível de satisfação dos visitantes é utilizado como um indicador do resultado da gestão dos resíduos
	Resíduos reciclados (vidro)	IC	- Volume de resíduos reciclados em relação ao volume total de resíduos (kg de vidro/ habitante)	
	Satisfação dos turistas com os serviços de limpeza	IC	- Avaliação dos serviços de limpeza pelos turistas (escala de avaliação 0-10)	
	Instalações de tratamento	IC	- Existência de instalações de tratamento de resíduos sólidos	
	Recolha seletiva de resíduos (papel e cartão)	IC	- Número de contentores de reciclagem/ unidade de superfície	
		IC	- Volume de papel e cartão recolhido (toneladas / habitante)	
	Recolha seletiva de vidro	IC	- Número de contentores de reciclagem de vidro / habitante	
Poluição atmosférica	Poluição sonora	IC	- Níveis de ruído diurno (decibéis)	Níveis mais baixos de poluição atmosférica reduzem os seus efeitos negativos sobre o património cultural e natural. Estes indicadores medem indiretamente a contribuição da atividade turística para o aumento da poluição atmosférica
		IC	- Níveis de ruído noturno (decibéis)	
	Emissões de poluentes	IC	- Níveis de emissão de poluentes	

Questões de sustentabilidade	Componentes práticas	I	Indicadores	Orientações práticas
Gestão do impacto visual das instalações e infraestruturas	Impacto da construção	IC	- Densidade de construção por unidade de superfície (km ²)	Este grupo de indicadores avalia o impacto visual das instalações e infraestruturas no ambiente do destino. Os edifícios e quaisquer outras instalações devem integrar-se na paisagem e no ambiente do destino. São avaliados os esforços para preservar ou melhorar o ambiente natural, bem como as estratégias para evitar a erosão e preservar a paisagem natural
	Erosão	IC	- Superfície total com problemas de erosão (%)	
	Conservação da paisagem	IC	- Área total da paisagem natural (%)	
	Impacto da rede rodoviária	IC	- Densidade da rede rodoviária	
Intensidade de utilização	Intensidade da utilização turística	IC	- Total de turistas / km ²	A medição da intensidade do turismo serve para indicar o nível de pressão sobre o ambiente natural e para avaliar os danos potenciais ou reais. Além disso, estes indicadores servem para medir a utilização dos solos. A existência de terrenos não utilizados em zonas urbanizadas, zonas mal conservadas e zonas desocupadas é inaceitável. A quantidade de terras dedicadas à agricultura indica a existência de terras agrícolas conservadas, o que, por si só, constitui um importante atrativo rural
	Utilização dos terrenos	IC	- Construções desocupadas	
	Intensidade da oferta turística	IE	- Número de operadores turísticos licenciados na área natural protegida	
	Intensidade de utilização das zonas naturais	IE	- Número de visitantes por área natural protegida	
	Utilização de terras agrícolas	IE	- Superfície dedicada às tarefas agrícolas (%)	
Gestão ambiental	Gestores ambientais	IC	- Existência de uma unidade administrativa ambiental (escala de avaliação 0-10)	Este indicador mostra o efeito positivo de uma unidade administrativa responsável pela gestão e controlo de estratégias e planos ambientais e sustentáveis

Fonte: Adaptado de Blancas et al., 2011.

ANEXO II

Quadro A.2.1 - ASTO: Indicadores para a monitorização do desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos

Dimensão	Domínio	Indicadores	
Económica	Benefícios económicos	- Contribuição relativa direta e indireta do turismo para a economia do destino (% PIB);	
		- Duração média da estadia dos turistas (noites);	
		- % de alimentos, bebidas, bens e serviços produzidos localmente e fornecidos pelas empresas turísticas do destino;	
		- Crescimento médio anual das dormidas (%);	
Económica	Emprego	- Crescimento médio anual da capacidade de alojamento (camas).	
		- % de empregos no sector do turismo que são sazonais.	
		Sazonalidade	- Taxa de ocupação dos alojamentos comerciais por mês e média do ano;
			- Taxa de sazonalidade;
Social	Satisfação dos residentes	- % de hotéis abertos durante todo o ano.	
		- Densidade turística (dormidas/km ² /dia);	
		- Intensidade turística (dormidas/100 residentes/dia);	
		- Camas disponíveis por 1000 residentes;	
Social	Acessibilidade	- % de residentes que estão satisfeitos com o turismo no destino;	
		- % de residentes que estão satisfeitos com o impacto do turismo na identidade do destino.	
		- % de estabelecimentos turísticos disponíveis para hóspedes com necessidades especiais.	
		Ambiente	Gestão de energia e gestão da água
- As 5 principais medidas de poupança de energia;			
- % de empresas de turismo que tomam medidas;			
- % de empresas de turismo com objetivos;			
Ambiente	Gestão de águas residuais e gestão de resíduos sólidos	- % de água tratada e potável no destino;	
		- As 5 principais medidas adotadas para reduzir o consumo de água;	
		- % de água nas zonas turísticas que é considerada de boa/excelente qualidade em comparação com o resto da água no destino.	
		- % de empresas de turismo que separam diferentes tipos de resíduos.	
Outros indicadores			

Dimensão	Domínio	Indicadores
		- Áreas de <i>resort</i> que são certificadas pelos seus esforços de sustentabilidade; - % de empresas de turismo que fornecem formação / informação sobre práticas sustentáveis práticas sustentáveis aos seus colaboradores; - Despesas ambientais por 1000 habitantes; - % de empresas/estabelecimentos turísticos no destino que utilizam certificação/rotulagem voluntária para fatores ambientais/qualidade/sustentabilidade e/ou responsabilidade social das empresas.

Fonte: Adaptado de Lima et al., 2022.

ANEXO III

Quadro A.3.1 - OTSCP: Indicadores comuns para a monitorização do desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos

Dimensão	Indicador
Económica	- Despesas não relacionadas com o pessoal;
	- Encargos médios por funcionários;
	- Gasto diário dos visitantes de um dia;
	- Número de visitantes de um dia por mês;
	- Salários e encargos com pessoal;
	- Receita total mensal das empresas;
	- Taxas de ocupação dos alojamentos;
	- Gasto diário por turista;
	- Número de pernoitas turísticas por mês;
	- Contribuição do turismo para o PIB;
	- Duração da estadia (noites);
	- Número de turistas/visitantes que repetem a visita;
	- Sazonalidade da procura;
	- Satisfação dos turistas/visitantes.
Ambiental	- Número de empresas que usam água reciclada;
	- Número de empresas em programas de mitigação de alterações climáticas;
	- Número de empresas que separam os resíduos;
	- Consumo de energia per capita nas empresas;
	- Número de empresas certificadas (ambiente, qualidade, sustentabilidade ou responsabilidade social das empresas);
	- Número de empresas que reduzem o consumo de água;
	- Número de empresas que reduzem o consumo de energia;
Sociocultural	- Número de empresas que apoiam a proteção da biodiversidade e da paisagem.
	- % de empresas dirigidas por mulheres;
	- % de homens e mulheres empregados no turismo;
	- Número de funcionários ao serviço;
	- Inclusão dos produtos endógenos na cadeia de valor do turismo;
	- Postos de trabalho no turismo (permanentes e sazonais);
	- % de eventos com foco na cultura e no património;
	- Satisfação dos residentes.

Fonte: Adaptado de Dias & Góis, 2023.

Quadro A.3.2 - OTSCP: Indicadores específicos para a monitorização do desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos

Indicadores do setor restauração

- Receita total gerada pela venda de bebidas;
- Receita total gerada pela venda de alimentos confeccionados;
- Lotação total do restaurante (número de lugares);
- Número de dias do mês com porta fechada;
- Número médio de refeições diárias no mês;
- Preço médio por refeição;
- Receita proveniente de turistas/visitantes;
- Receita proveniente de grupos turísticos.

Indicadores do setor animação turística

- Receita proveniente das atividades de animação (excluindo alojamento e outros serviços complementares);
- Receita proveniente de turistas/visitantes (estimativa percentual);
- Percentagem da receita proveniente de grupos turísticos, por contratualização com agências, operadores e outras entidades;
- Número de dias de funcionamento no mês;
- Número de clientes no mês.

Indicadores do setor agências de viagens

- % da receita mensal proveniente de *incoming* (chegadas);
- % da receita mensal proveniente de *outgoing* (partidas).

Indicadores do setor alojamento

- Número total de quartos vendidos no mês;
- Total de receitas por cliente;
- Capacidade de alojamento (CA)
- Número de quartos disponíveis;
- Taxa de ocupação líquida / taxa de ocupação de quartos;
- Número de quartos ocupados no mês;
- Número de dormidas no mês;
- Número total de clientes;
- Receita por quarto disponível;
- Preço médio diário dos quartos;
- % de quartos acessíveis para pessoas com incapacidades.

Indicadores do setor transportes com condutor

- % da receita total proveniente de *incoming* (chegadas);
 - % da receita total proveniente de *outgoing* (partidas);
 - Lotação da frota (número total de lugares em todos os autocarros);
 - Número de autocarros disponíveis;
 - Número médio de passageiros por dia (estimativa);
-

Indicadores do setor restauração

- Preço médio por km;
 - % da receita proveniente de turistas/visitantes (estimativa);
 - % da receita proveniente de grupos turísticos, por contratualização com agências, operadores e outras entidades.
-

Indicadores do setor transportes sem condutor

- Lotação total (número de lugares que compõem a frota);
 - Número de veículos disponíveis para aluguer no mês;
 - Número médio de veículos alugados por dia;
 - Duração média do aluguer dos veículos disponíveis;
 - Preço médio diário por veículo (para todos os modelos e categorias de veículos);
 - % da receita proveniente de turistas/visitantes (estimativa).
-

Indicadores do setor locais de visita

- Lotação total;
 - Número de dias no mês com porta fechada;
 - Número total de visitantes (estimativa diária);
 - Preço médio do bilhete (em caso de local com bilheteira);
 - % da receita proveniente de turistas/visitantes (estimativa);
 - % da receita proveniente de grupos turísticos, por contratualização com agências, operadores e outras entidades.
-

Fonte: Adaptado de Dias & Góis, 2023.

ANEXO IV

Quadro A.4.1 – Proposta de Plano de Ação Estratégico para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo 23-30

Áreas	Drivers de ação	Linhas de Estratégias Específicas	Ação	Iniciativas
Área de governança e economia	Território e governança	Planeamento estratégico e governança		Ativação de programa de compras responsável, com implementação de cláusulas de aquisição nas compras públicas orientadas para a redução de impacto ambiental e boas práticas na gestão das pessoas
				Dinamização do Selo “Destino Seguro e Sustentável” associado à promoção e valorização dos produtos locais e regionais, às experiências turísticas [incluindo ecoturismo], incentivando o seu consumo e aquisição, suportado num manual de requisitos de sustentabilidade para utilização desta marca e promoção das Melhores Práticas
				Implementação de um sistema de definição/gestão da capacidade de carga, integrando um sistema de comunicação e reporte de incidentes, anomalias, alertas e de possíveis perigos que atemem contra a natureza, nas suas mais diversas formas, bem como o bem-estar de residentes e visitantes
				Mapeamento e reavaliação das áreas/recursos com características mais adequadas para o ecoturismo, para proposta de novas estruturas onde exista menor incidência de equipamentos e eco-roteiros, avaliação dos impactos ambientais da atividade e medidas de gestão aplicáveis a essas áreas
				Identificação das linhas orientadoras para a promoção responsável dos programas de ecoturismo e sustentabilidade da Região
	Parcerias e cooperação com entidades nacionais e internacionais			Criação de rede de fornecimento do canal HoReCa por NUT III tendo por base as cadeias curtas de comercialização e km 0 – corredores de fornecimento verde e inclusivo sistema que estimule o consumo local, estreitando a ligação entre produtores e consumidores, facilitando o processo de venda e o controlo da qualidade associado produtos do Selo “Destino Seguro e Sustentável”
				Fomento de um centro de recursos de capacitação, por via direta ou de parceria com entidades existentes (Escolas, Associações Locais, entre outros), com programas educacionais e de capacitação regulares sobre o ecoturismo, sustentabilidade e que atenda ao reconhecimento, promoção, e valorização dos profissionais de turismo e à sua especialização no âmbito do ecoturismo e sustentabilidade, como premissas para um turismo de qualidade, competitivo e sustentável – formação de guias interpretes de turismo; interpretação do património natural e cultural

Áreas	Drivers de ação	Linhas de Ação Estratégicas Específicas	Iniciativas
Área de governança e economia	Território e governança	Mobilização para as boas práticas de sustentabilidade	Mapeamento, qualificação e ativação de uma rede de prestadores de serviços em toda a cadeia de valor turística, que garanta as condições para a visita, deslocações, estadia e atividades por parte de pessoas com necessidades específicas
			Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental
			Acomodação de cacifos e estações de carga, parques de estacionamento existentes, perto de pontos de interesse turístico, com especial enfoque no meio urbano
			Criação de modelo de valorização e certificação de paisagens alimentares sustentáveis
	Infraestruturas físicas e tecnológicas		Desenvolvimento de passaporte digital, para cálculo da pegada ambiental, social e cultural gerada pelo visitante, dando sugestões de melhoria e/ou sugestões de ações de compensação
			Instalação de estações de carregamento para viaturas elétricas nas unidades hoteleiras (lentos/rápidos) e nos centros urbanos (rápidos)
			Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental – interpretação do património natural e cultural
			Implementação de manual para a definição de critérios e requisitos para o ecoturismo e sustentabilidade a considerar na inclusão dos equipamentos, infraestruturas e produtos no Selo “Destino Seguro e Sustentável”
			Instalação de sistemas de monitorização e contagem de utilizadores nas infraestruturas e equipamentos turísticos
			Implementação de sistema de sinalética na rede de rotas, trilhos e percursos, alertando para a fragilidade dos ecossistemas, com incentivo para a adoção de boas práticas e reporte de situações anómalas detetadas
			Programa de aceleração da transição digital do Destino Alentejo & Ribatejo dirigido a operadores privados, assim como assegurar a conectividade digital em espaços de especial procura turística
			Criação de grupo de trabalho para identificação de mecanismos para financiamento sustentável de projetos na área do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões, que possa mapear e mobilizar fundos para sustentar o desenvolvimento do (eco)turismo e abrir novos canais de acesso a fontes de financiamento

Áreas	Drivers de ação	Linhas de Ação Estratégicas Específicas	Iniciativas
Área de governança e economia	Economia regional e local	Políticas de emprego e igualdade	Mapeamento das artes regionais com potencial e desenvolvimento de programas/cursos de capacitação de habilidades relevantes, disponíveis localmente alinhado com o Programa Saber Fazer
			Promoção do programa Embaixadores de Sustentabilidade nas empresas do setor do turismo, organismos públicos com competências na área do turismo e ONG's da Região
			Desenvolvimento e implementação de programas de voluntariado à escala nacional e internacional, que apoiem a conservação da biodiversidade, preservação cultural, sistemas sustentáveis de uso da terra e desenvolvimento do ecoturismo
		Promoção da economia local e incentivo à contratação de proximidade	Estruturação da oferta turística regional, para criação de experiências autênticas e genuínas, envolvendo a contratação de serviços complementares em proximidade, de acordo com as orientações do Manual do Selo “Destino Seguro e Sustentável”
			Criação de programa de Empreendedorismo para a Sustentabilidade, que promova e facilite entre outras, o desenvolvimento de ofertas de ecoturismo a nível local
			Promoção do roteiro regional para o ecoturismo e sustentabilidade orientado para os diversos elementos da cadeia de valor do turismo (alojamento, restauração, animação turística, transportes)
			Implementação de guias/ roteiros de sustentabilidade para a realização de feiras, mercados e outros eventos locais
Área de sociedade e cultura	Pessoas e comunidades	Participação, acessibilidade e Inclusão Social	Melhoria da acessibilidade da informação sobre transportes inter-regionais, com criação de ferramentas de informação (físicas e virtuais) a disponibilizar em sítios de conveniência para o turista, durante a sua estadia ou planeamento da viagem
			Criação de uma distinção para as empresas do setor turístico, que promovam a integração laboral de pessoas em risco de exclusão social
			Melhorar a coordenação, participação e sinergias entre os agentes envolvidos na dinamização do ecoturismo na Região, prioritariamente no âmbito das áreas protegidas, através da organização do Fórum/Network de Profissionais do Ecoturismo, Natureza e Sustentabilidade do Alentejo e Ribatejo
			Realização de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade social

Áreas	Drivers de ação	Linhas de Estratégicas Específicas	Ação	Iniciativas
Área de sociedade e cultura	Pessoas e comunidades	Participação, acessibilidade e Inclusão Social		Criação de programa piloto de atração de pessoas e talentos (específico para trabalhadores e Geração Z5)
				Criação de programa Sustainable Lifestyle, com envolvimento/participação de diversos stakeholders (organismos públicos, setor privado e associações empresariais, organizações não governamentais, escolas e academia, agências para o desenvolvimento e promoção, representantes de grupos minoritários como mulheres, jovens e séniores)
				Criação de um programa de igualdade de género e oportunidades no setor do turismo
		Saúde e Segurança		Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino
				Expansão das boas práticas do projeto Transforma [Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central], para a setor do Turismo: parceria com o setor da Saúde para avaliação da possibilidade da prescrição de atividades turísticas como auxílio no tratamento de algumas patologias
	Cultura e património	Preservação e valorização dos recursos culturais (materiais e imateriais)		Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino
				Realização de programa de empoderamento e capacitação dos produtores locais (Ex. produtores agrícolas e artesãos) para participarem de forma ativa na cadeia de valor do turismo
				Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino
				Criação do Programa “Santuários Enogastronómicos do Alentejo & Ribatejo”
				Dinamização de programa piloto de aldeias criativas e sustentáveis, que promovam a identidade, o património natural/paisagístico/biodiversidade, os usos e costumes do espaço rural e as tornem mais atrativas para viver, trabalhar e visitar (Ex: programa piloto para Nómadas Digitais
				Disponibilização de diretrizes regionais para a fruição do ecoturismo, para Visitantes, assim como programas de Interpretação e educação para o segmento famílias
Ambiente alterações climáticas	e Recursos naturais	Sensibilização para boas práticas de gestão de água		Implementação de contadores inteligentes em todos os empreendimentos turísticos e alojamentos locais para monitorização detalhada dos consumos de água.

⁵ Geração Z refere-se às pessoas nascidas, em média, entre a segunda metade da década de 1990 e o ano de 2010.

Áreas	Drivers de ação	Linhas de Ação Estratégicas Específicas	Iniciativas
Ambiente e alterações climáticas	Recursos naturais	Sensibilização para boas práticas de gestão de água	Implementação de contadores parciais de consumo para monitorização de consumos para rega e piscinas
			Adoção do AQUA+ Hotéis ⁶ como referencial de eficiência hídrica dos edifícios da região
			Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino
			Promoção da utilização de água residual tratada para fins não potáveis (como rega dos espaços verdes dos municípios)
			Adoção, em sede de regulamentos municipais, de licenciamento e/ou noutros instrumentos aplicáveis a cada município, de requisitos que orientem os projetos de nova construção e de reabilitação de edifícios e infraestruturas para a introdução de medidas e soluções promotoras de eficiência hídrica nos imóveis
			Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental
			Realização de ações de capacitação para os técnicos da região no âmbito da eficiência de recursos no âmbito do Rota da Energia, MOVE+ ⁷ , CLASSE+ ⁸ , Economia Circular
			Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental
			Criação de medidas para a proteção dos ecossistemas sensíveis de uso turístico, nomeadamente os que estejam relacionados com a água, os rios e a orla costeira
			Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental
	Preservação e valorização dos recursos naturais	Preservação e valorização dos recursos naturais	Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental
			Criação de programa de cooperação network entre associações e entidades locais de dinamização do plano de adaptação do Destino aos impactos causados pelas alterações climáticas
			Dinamização de parcerias com associações de proteção da vida marinha, no mar, em rios e ribeiros, de forma a envolver toda a comunidade em ações de fomento da biodiversidade aquática/marinha – residentes e empresas

⁶ AQUA+ Hotéis é um sistema de classificação da eficiência hídrica para o alojamento turístico.

⁷ MOVE+ é o sistema de avaliação e classificação do desempenho energético de frotas automóveis.

⁸ CLASSE+ é o sistema de classificação da eficiência energética.

Áreas	Drivers de ação	Linhas de Estratégias Específicas	Ação	Iniciativas
Ambiente e alterações climáticas	Recursos naturais	Preservação e valorização dos recursos naturais		Criação do Programa de Incentivos por Serviços de Ecossistemas (PISE), com ligação direta com o PRE
				Inventariação do património natural que carece de preservação e recuperação, prestando especial atenção à recursos com valor ecoturístico
				Estruturação de um projeto piloto para fomentar a contribuição do turismo para a conservação e regeneração do património natural
	Alterações climáticas	Sensibilização para boas práticas de gestão de energia		Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental
				Promoção de campanha de informação sobre janelas eficientes com etiqueta CLASSE+, desempenho A ou A+, envolvente opaca, sistemas de climatização, sistemas de iluminação, gestão da energia, para melhorar o desempenho energético dos edifícios no setor do turismo
				Promoção de campanha de informação sobre películas de controlo solar com selo CLASSE+ em janelas de edifícios no setor de turismo em que se verifiquem fenómenos de sobreaquecimento
				Criação e publicação de um relatório regional anual de sustentabilidade, que permita aos decisores acesso a indicadores padrão para tomada de decisão
				Realização de ações de sensibilização para jovens no âmbito da Rota da Energia
				Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental
				Realização de ações de capacitação para os técnicos da região no âmbito da eficiência de recursos no âmbito do Rota da Energia, AQUA+, MOVE+, CLASSE+, Economia Circular
				Estímulo à criação de comunidades rurais de energia renovável que agreguem múltiplas entidades do setor turístico e promover a criação de rede de pontos de carregamento de veículos elétricos em espaços de forte vocação turística não cobertos pelos operadores comerciais
		Combate às alterações climáticas		Desenvolvimento de um plano de adaptação do Destino turístico aos impactos causados pelas alterações climáticas, de acordo com uma avaliação de risco climático, que envolva todos os agentes económicos, comunidade local e visitantes e integrando os diversos planos intermunicipais de adaptação às alterações climáticas
				Criação e publicação de um relatório regional anual de sustentabilidade, que permita aos decisores acesso a indicadores padrão para tomada de decisão

Áreas	Drivers de ação	Linhas de Ação Estratégicas Específicas	Iniciativas
Ambiente alterações climáticas	e	Combate às alterações climáticas	Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental
			Estabelecimento de uma meta percentual anual para redução de emissões por data especificada, com reconhecimento para aqueles que a atingirem (Ex. Prémio de Boas Práticas)
			Promoção de campanha de informação para a adoção de espécies adaptadas à escassez hídrica nos espaços públicos de turismo e em projetos privados de turismo que contemplem espaços verdes
		Sensibilização para boas práticas de gestão de resíduos	Adoção de modelos de prevenção do desperdício alimentar e de tratamento local dos biorresíduos gerados pelo canal HoReCa
			Implementação de programa de combate ao desperdício alimentar, em articulação com produtores, agentes económicos, e todo o ecossistema local
			Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino
			Promoção e divulgação do sistema de classificação em economia Circular
			Promoção e informação sobre a classificação em economia circular em organizações
			Dinamização de conduta circular por parte das organizações e respetivo reconhecimento pelo desempenho
			Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental

Fonte: Adaptado de Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo & BIOSPHERE Portugal, 2023.

ANEXO V

Quadro A.5.1 - Indicadores utilizados no caso de estudo da região da Lombardia, em Itália

Categorias	Indicadores
População	- Migração líquida; - Índice de envelhecimento; - Nível de educação.
Habitação	- Proporção de casas não pertencentes a pessoas residentes.
Serviços	- Número de unidades locais no sector dos serviços; - Trabalho voluntário; - Número de percursos diários dos transportes públicos.
Economia e trabalho	- Taxa de emprego; - Número de empresas com certificado ISO 14001 ou EMAS; - Taxa de novas empresas que sobreviveram após 18 meses da abertura; - Empreendedorismo feminino; - Taxa de população ativa.
Ambiente	- Urbanização; - Produção de energia a partir de fontes renováveis; - Estado ecológico da água doce; - % de recolha seletiva de resíduos; - % da superfície agrícola ocupada pela agricultura biológica.
Turismo	- Número de pernoitas; - Número de alojamentos com a tipologia agroturismo / número total de infraestruturas hoteleiras.

Fonte: Adaptado de Castellani & Sala, 2010.

ANEXO VI

QUESTIONÁRIO A VISITANTES – CAMPO DO GERÊS

COD [] Nº [] Hora [] Data [] Local [] Entrevistador(a) []

CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE VIAGEM E GRUPO

1. Onde reside habitualmente? (freguesia/concelho/país) _____
2. Que transportes utilizou no trajeto desde casa (indicar todos)? Avião [] Automóvel próprio [] Motociclo próprio []
Viatura de aluguer [] Autocarro [] Táxi [] Bicicleta [] A Pé []
Se mais do que 1 opção, especificar itinerário/transportes principais: _____

3. Na sua viagem veio: Sozinho [] Em família [] Com amigos [] Em excursão de turismo [] Operador: _____
Em excursão de coletividade [] Qual: _____
4. Quantas pessoas integram o seu grupo? Nº de pessoas [] NS/NR []
5. Qual é a duração da sua viagem (nº pernoitas da saída casa ao regresso)? Ida e volta num dia []; Mais 1 dia, indicar nº: []
6. Se há pernoitas, indicar [se exceder 5 restringir às localidades anterior/durante (todas)/após visita ao PNPG]:

Local de pernoita (localidade)	Nº de noites	Designação do alojamento	Tipo [ou não sabe]

Tipo: Hotelaria – Hotel/Pousada; TER (Agroturismo, Casa de Campo); Turismo de Habitação, Alojamento Local; não sabe.

7. Nesta viagem, o Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG) foi:
[] o principal destino [] um dos principais destinos [] um destino secundário.
8. Ordene, por ordem de importância, o que o levou (ou ao grupo) a vir a este destino PNPG? 1 (mais importante) a 3:
A sua natureza selvagem [] As aldeias tradicionais de montanha [] Existir oferta de animação e alojamento []
[] Nenhum dos anteriores, indicar qual: _____
9. Já tinha vindo antes ao Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG)? Não [] Sim [], Quantas vezes nos últimos 12 meses _____ Quantas vezes nos últimos 5 anos _____.

PROGRAMA EM CAMPO DO GERÊS E NA ÁREA ENVOLVENTE

10. Já tinha vindo antes a esta localidade de Campo do Gerês? Sim [] Não [] Quantas vezes nos últimos 12 meses _____ Quantas vezes nos últimos 5 anos _____.
11. Quanto tempo ficou/ planeia ficar nesta zona de montanha (Campo de Gerês e área envolvente)?
≤ 2 horas [] Meio dia [] 1 dia [] Outro _____
12. O que o fez vir a/para esta localidade de Campo do Gerês?

13. No seu programa de hoje, no que se refere às refeições: Não faz refeições fora de casa [] Refeição trazida de casa []
Refeição de restaurante/café no Campo do Gerês [] Refeição de Restaurante/Café numa localidade próxima []
Qual: _____

13.1 No caso de fazer piquenique, qual o(s) motivo(s) dessa escolha? _____

14. Neste dia, em Campo do Gerês, realizou ou vai realizar alguma atividade?
[] Sim, organizada por uma empresa / com guia. Indicar: Atividade _____ Empresa _____
[] Sim, não organizada por empresa / sem guia. Indicar: Atividade _____ Local _____
[] Não.

15. Comprou ou pretende comprar alguns produtos locais em Campo do Gerês? Sim [] Não [] NS/NR []

16. A localidade de Campo do Gerês é uma, entre muitas, nestes territórios de montanha. Dos seguintes atributos quais considera serem os que mais atraem turismo a esta localidade? 1 (muito pouco importante); 5 (máxima importância):

	1, 2, 3, 4 ou 5
Ser uma aldeia típica de montanha	
Ter percursos pedestres de montanha	
Ter uma pousada de juventude	

Muito obrigada pela sua colaboração!

QUESTIONÁRIO A VISITANTES – CAMPO DO GERÊS

[1 muito pouco importante a 5 máxima importância]	1, 2, 3, 4 ou 5
Estar localizada no Parque Nacional da Peneda Gerês	
Ter um parque de campismo	
Ter a Mata de Albergaria e outros espaços naturais de elevado valor natural	
Ter diversidade de oferta de animação (atividades ao ar livre)	
Ter património histórico e cultural (Geira, Vilarinho das Furnas, estruturas pastoris na serra, tradições, etc)	
Ter atividades equestres	
Ter rio, lagoas e cascatas	
Outros, especificar: _____	

17. Recomendaria uma visita a Campo do Gerês aos seus familiares e amigos? Sim [] Não [] NS/NR []

CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

18. Hoje, a quantidade de turistas em Campo de Gerês parece-lhe: Reduzida [] Aceitável [] Excessiva [] NS/NR []

19. O turismo num parque nacional pode ter várias opções de gestão para garantir a conservação da natureza. Perante as seguintes medidas direcionadas para os turistas, qual seria a sua atitude (1 discordaria total/; 4 concordaria totalmente):

	1, 2, 3 ou 4
Ter de pagar portagens para circular com veículo motorizado em alguns trajetos	
Receber sensibilização e informação útil acerca dos comportamentos mais respeitadores da natureza	
Participar em ações de voluntariado ambiental	
Fornecer voluntariamente dados (fotografias, informações) para plataforma digital de conservação da natureza	
Ser proibido de aceder a determinadas áreas por serem mais sensíveis para a fauna e flora	
Aceder a áreas mais sensíveis apenas em atividades organizadas por empresas certificadas	
Transportar consigo os resíduos que produz durante atividades ao ar livre, dispensando a existência de pontos de recolha nesses locais	
Contribuir financeiramente em campanhas de recolha de fundos para a conservação da natureza neste local	
Aceitar uma iluminação exterior noturna mais reduzida face aos padrões atuais	
Procurar ativamente informação sobre o património natural característico deste território (fauna, flora, geologia)	
Fazer a separação de todos os resíduos produzidos, tanto no alojamento, como nas atividades ao ar livre	

20. O turismo numa aldeia de montanha pode contribuir mais ou menos para o bem-estar das comunidades locais. Perante as seguintes medidas direcionadas a turistas, qual seria a sua atitude: (1 discordaria total/; 4 concordaria totalmente):

	1, 2, 3 ou 4
Para o mesmo tipo de serviço, dar preferência a empresas locais	
Pagar mais por produtos locais que apresentem garantia de autenticidade (de serem mesmo locais)	
Reduzir a velocidade e até parar perante a presença de animais domésticos na via pública (rebanhos)	
Aceitar limites ao número de visitantes nas épocas altas	
Participar em ações de voluntariado destinadas a preservar a agricultura local (recuperação de muros ou regadios, etc.)	
Participar em iniciativas de defesa e valorização das comunidades locais de montanha (associações, eventos, petições)	

21. Aspetos mais positivos deste local que gostaria de mencionar:

22. Aspetos negativos deste local que gostaria de mencionar:

Para finalizar, gostávamos de ter alguns dados sobre si.

Género: F [] M []

Idade: < 25 [] 25-45 [] 46-65 [] ≥ 66 []; Qualificação: ≤ 9º [] 12º [] Superior []

Situação profissional: Desempregado [] A exercer uma profissão [] Reformado [] Trabalho Doméstico [] Estudante []

Tipo de Localidade onde vive: Rural [] Urbano []

Para aprofundar este estudo, ou para podermos fazer-lhe chegar informação do projeto, gostaríamos de ficar com o seu contacto de email, caso tenha interesse em participar: _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

QUESTIONÁRIO EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA – CAMPO DO GERÊS

Nº [] Hora de Início [] Data [] Local [] Entrevistador(a) []

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

- Nome da empresa: _____
- Localização da sede (freguesia/concelho): _____
- Localização de instalações abertas ao público (freguesia/nome da rua):

- Em que data iniciou atividade animação turística? Ano []
- Em que data iniciou atividade de operador/agente turístico? Ano [] Não se aplica []
- Em que ano iniciou atividade neste território de Campo do Gerês? Ano []
- Além de Campo do Gerês em que outras freguesias/localidades se realizam as vossas atividades? (freguesias/concelhos)

8. Relativamente aos últimos 2 anos, caracterize as 4 atividades principais (mais vendidas) pela empresa:

Atividades	Locais*	Dimensão média dos grupos real/pretendida		Parceiros ou outras entidades envolvidas**

*Opções de locais: 1. Instalações da empresa/ 2. Área de Campo do Gerês e envolvente/ 3. Outras áreas do PNPG/ 4. Outros locais

** Quando são utilizados recursos, apoio de pessoas locais ou necessárias autorizações de outras entidades.

9. Indicar no mapa os pontos e/ou trajetos do território que considera:

9.1. Com maior potencial de atração para os seus clientes. (numerar no mapa)

Porquê?

9.2. Poderão despertar apreciações negativas por parte dos seus clientes. (numerar no mapa)

Porquê?

10. Nas atividades que promovem neste território transmitem aos clientes conhecimentos sobre os valores da fauna/flora e geologia da região? Sim [] Não []

Se sim, em que atividades?

11. Na vossa oferta incluem alguma atividade no âmbito da valorização dos costumes e tradições para a qual mobilizem apoio de pessoas da comunidade local? Sim [] Não []

Se sim, que atividades e parceiros?

12. Nos últimos 2 anos, fez algum investimento na empresa? Sim [] Não []

12.1. Se sim, indicar o tipo: Ampliação [] Remodelação/modernização do espaço [] Novos equipamentos []

13. Prevê fazer, nos próximos 2 anos, novos investimentos? Sim [] Não []

14. No ano anterior (2022), em média, quantos clientes teve? _____

15. No último ano (2022), em comparação com o período pré-pandémico (2019), o número de clientes da empresa:

Diminuiu [] Manteve-se estável [] Aumentou moderadamente [] Aumentou muito []

16. No último ano (2022), em comparação com o período pré-pandémico (2019), o volume de negócios da empresa:

Diminuiu [] Manteve-se estável [] Aumentou moderadamente [] Aumentou muito []

QUESTIONÁRIO EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA – CAMPO DO GERÊS

17. Relativamente ao território de Campo do Gerês e envolvente, como pensa que irá evoluir a procura turística, nos próximos anos? Vai aumentar [] Vai manter-se [] Vai diminuir []

Porquê?

18. Quantas pessoas trabalham na empresa?

18.1. A tempo inteiro, todo o ano: Nº _____

18.2. A tempo inteiro, apenas na época alta: Nº _____

18.3. A tempo parcial (ex: só aos fins-de semana ou parte do dia), todo o ano: Nº _____

18.4. A tempo parcial (ex: só aos fins-de semana ou parte do dia), na época alta: Nº _____

19. No último ano (2022), relativamente ao período pré-pandémico (2019), o número de pessoas a trabalhar na empresa:

Aumentou []

Manteve-se []

Diminuiu []

20. Nos próximos 2 anos, o número de pessoas a trabalhar na empresa, deverá:

Aumentar []

Manter-se []

Diminuir []

21. Nos últimos 5 anos, introduziu algumas medidas para melhorar o desempenho ambiental da sua empresa:

i. Ao nível da poupança de energia [] Quais: _____

ii. Ao nível da poupança da água [] Quais: _____

iii. Ao nível da gestão de resíduos [] Quais: _____

22. A empresa detém algum tipo de certificação? Sim [] Não []

Se sim, indique quais:

SOBRE O TERRITÓRIO

23. Em que grau concorda ou discorda com as seguintes afirmações (1 discorda totalmente/ 2 discorda/ 3 concorda/ 4 concorda totalmente):

	1, 2, 3 ou 4
Quem trabalha na animação turística deve ter conhecimentos sobre o património natural característico do território (fauna, flora, geologia)	
As empresas turísticas devem contribuir financeiramente para a conservação da natureza neste local	
As várias empresas de turismo (restaurantes, alojamentos e animação) em Campo do Gerês e envolvente conhecem-se	
As várias empresas de turismo (restaurantes, alojamentos e animação) em Campo do Gerês e envolvente trabalham em conjunto	
O turismo local tem capacidade para criar empregos atrativos para jovens com boas qualificações	
As empresas deste território ligadas ao turismo devem ser um bom exemplo de desempenho ambiental	

24. De um modo geral, qual das seguintes opções lhe parece ser a escolha mais indicada para Campo do Gerês e área envolvente:

i. Promover e criar oferta para atrair um volume de visitantes grande e diversificado []

ii. Promover e orientar a oferta para um turismo de natureza e cultural, de pequenos grupos []

25. Em que grau concorda ou discorda com as seguintes afirmações (1 discorda totalmente/ 2 discorda/ 3 concorda/ 4 concorda totalmente):

	1, 2, 3 ou 4
O turismo veio dar nova vida à aldeia e envolvente	
A quantidade de visitantes no verão é excessiva	
Os turistas que visitam a aldeia têm vontade de regressar	
O tipo de turismo que existe em Campo do Gerês e envolvente não tem prejudicado a qualidade de vida dos residentes	
As atividades agrícola e pecuária são fundamentais ao turismo na aldeia	
Estou disponível para apoiar ações de manutenção da paisagem	
Estou interessado em participar em iniciativas ligadas à conservação da natureza	
Estou interessado em participar em iniciativas da comunidade local	
Quem visita este território procura principalmente o contacto com a natureza	
Aceitar uma iluminação exterior noturna mais reduzida do que a que existe atualmente	

Para finalizar, gostávamos de ter alguns dados sobre si.

Género: F []; M []

Idade: < 25 [] 25-45 [] 46-65 [] ≥ 66 []; Qualificação: ≤ 9º [] 12º [] Superior []

Situação profissional: Desempregado [] A exercer uma profissão [] Reformado [] Trabalho Doméstico [] Estudante []

Local de Residência: _____

Para aprofundar este estudo, ou para podermos fazer-lhe chegar informação do projeto, gostaríamos de ficar com o seu contacto de email, caso tenha interesse em participar: _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

Hora de Fim []

Nº [] Hora de Início [] Data [] Local [] Entrevistador(a) []

CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1. Nome do estabelecimento: _____
2. Tipo de estabelecimento: Restaurante [] Café [] Outro: _____
3. Localização do estabelecimento (nome da rua): _____
4. Em que data abriu o estabelecimento ao público? Ano []
5. Já existia algum estabelecimento de restauração/café neste local anteriormente? Sim [] Não []
 - 5.1. Se sim, que tipo de estabelecimento existia? _____
 - 5.1.1. A quem pertencia esse estabelecimento anterior?

Ao atual proprietário [] A um familiar (grau de parentesco) [] _____ A outra pessoa []
 - 5.2. Se não, qual era a anterior utilização do espaço? _____
6. Nos últimos 2 anos, fez algum investimento no estabelecimento? Sim [] Não []
 - 6.1. Se sim, indicar o tipo: Ampliação [] Remodelação/modernização do espaço [] Novos equipamentos []
7. Prevê fazer, nos próximos 2 anos, novos investimentos? Sim [] Não []
8. Qual é a capacidade total do estabelecimento (nº de lugares) _____
9. No último ano (2022), em comparação com o período pré-pandémico (2019), o número de clientes do seu estabelecimento:

Diminuiu [] Manteve-se estável [] Aumentou moderadamente [] Aumentou muito []
10. No último ano (2022), em comparação com o período pré-pandémico (2019), o valor de consumo de cada cliente:

Diminuiu [] Manteve-se estável [] Aumentou moderadamente [] Aumentou muito []
11. Relativamente ao território de Campo do Gerês, como pensa que irá evoluir a procura turística, nos próximos anos?

Vai aumentar [] Vai manter-se [] Vai diminuir []

Porquê?

12. Relativamente aos clientes locais (pessoas da freguesia), como pensa que irá evoluir o seu número, nos próximos anos?

Vai aumentar [] Vai manter-se [] Vai diminuir []

Porquê?

13. Quantas pessoas trabalham no estabelecimento?
 - 13.1. A tempo inteiro, todo o ano: Nº _____
 - 13.2. A tempo inteiro, apenas na época alta: Nº _____
 - 13.3. A tempo parcial (ex: só aos fins-de semana ou parte do dia), todo o ano: Nº _____
 - 13.4. A tempo parcial (ex: só aos fins-de semana ou parte do dia), na época alta: Nº _____
14. No último ano (2022), relativamente ao período pré-pandémico (2019), o número de pessoas a trabalhar no seu estabelecimento:

Aumentou [] Manteve-se [] Diminuiu []
15. Nos próximos 2 anos, o número de pessoas a trabalhar no estabelecimento, deverá:

Aumentar [] Manter-se [] Diminuir []
16. Utiliza algum produto da agricultura local para confeccionar as refeições/petiscos que oferece (produzido na freguesia de Campo do Gerês ou freguesias vizinhas)? Sim [] Não []

Se sim, indique quais os produtos locais que utiliza:

17. Relativamente aos produtos locais, considera que:
 - 17.1. Os seus clientes procuram produtos locais? Sim [] Não []
 - 17.2. Os seus clientes estão dispostos a pagar mais pelos produtos locais face a outros produtos do país ou importados?

Sim [] Não []
 - 17.3. Se pretender utilizar produtos locais, consegue obter as quantidades necessárias? Sim [] Não []
 - 17.4. Se pretender utilizar produtos locais, consegue obter a qualidade adequada? Sim [] Não []

QUESTIONÁRIO ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS - SETOR DA RESTAURAÇÃO – CAMPO DO GERÊS

18. Na sua opinião, quais são os produtos agroalimentares em que se deve apostar, numa maior e melhor produção, de forma a valorizar a restauração em Campo do Gerês?

19. O estabelecimento disponibiliza a ementa e informações para os turistas em mais que um idioma? Sim [] Não []

Se sim, indique quais:

20. Nos últimos 5 anos, introduziu algumas medidas para melhorar o desempenho ambiental do seu estabelecimento:

- i. Ao nível da poupança de energia [] Quais: _____
- ii. Ao nível da poupança da água [] Quais: _____
- iii. Ao nível da gestão de resíduos [] Quais: _____

21. O estabelecimento detém algum tipo de certificação? Sim [] Não []

Se sim, indique quais:

SOBRE O TERRITÓRIO

22. Em que grau concorda ou discorda com as seguintes afirmações (1 discorda totalmente/ 2 discorda/ 3 concorda/ 4 concorda totalmente):

	1, 2, 3 ou 4
Quem trabalha na restauração deve ter conhecimentos sobre o património natural característico do território (fauna, flora, geologia)	
As empresas turísticas devem contribuir financeiramente para a conservação da natureza neste local	
As várias empresas de turismo (restaurantes, alojamentos e animação) em Campo do Gerês conhecem-se	
As várias empresas de turismo (restaurantes, alojamentos e animação) em Campo do Gerês trabalham em conjunto	
O turismo local tem capacidade para criar empregos atrativos para jovens com boas qualificações	
As empresas deste território ligadas ao turismo devem ser um bom exemplo de desempenho ambiental	

23. De um modo geral, qual das seguintes opções lhe parece ser a escolha mais indicada para Campo do Gerês:

- i. Promover e criar oferta para atrair um volume de visitantes grande e diversificado []
- ii. Promover e orientar a oferta para um turismo de natureza e cultural, de pequenos grupos []

24. Em que grau concorda ou discorda com as seguintes afirmações (1 discorda totalmente/ 2 discorda/ 3 concorda/ 4 concorda totalmente):

	1, 2, 3 ou 4
O turismo veio dar nova vida à aldeia	
A quantidade de visitantes no verão é excessiva	
Os turistas que visitam a aldeia têm vontade de regressar	
O tipo de turismo que existe em Campo do Gerês não tem prejudicado a qualidade de vida dos residentes	
As atividades agrícola e pecuária são fundamentais ao turismo na aldeia	
Estou disponível para apoiar ações de manutenção da paisagem	
Estou interessado em participar em iniciativas ligadas à conservação da natureza	
Estou interessado em participar em iniciativas da comunidade local	
Quem visita este território procura principalmente o contacto com a natureza	
Aceitar uma iluminação exterior noturna mais reduzida do que a que existe atualmente	

Para finalizar, gostávamos de ter alguns dados sobre si.

Género: F []; M []

Idade: < 25 [] 25-45 [] 46-65 [] ≥ 66 []; Qualificação: ≤ 9º [] 12º [] Superior []

Situação profissional: Desempregado [] A exercer uma profissão [] Reformado [] Trabalho Doméstico [] Estudante []

Local de Residência: _____

Para aprofundar este estudo, ou para podermos fazer-lhe chegar informação do projeto, gostaríamos de ficar com o seu contacto de email, caso tenha interesse em participar: _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

Hora de Fim []

Turismo em Campo do Gerês - questionário às unidades de alojamento

O projeto Acontece in Loco – Campo do Gerês é uma iniciativa de intervenção que visa promover a resiliência e a dinâmica das comunidades rurais de aldeias de montanha. Esta iniciativa envolve o Consórcio Minho Inovação, a CIM do Cávado, o Município de Terras de Bouro e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Este projeto aposta no envolvimento das

personas que vivem e trabalham no Campo do Gerês, e dos demais agentes de desenvolvimento, na realização de um diagnóstico participativo e ações de capacitação desenhadas à medida deste território local.

Com este questionário pretendemos recolher informação sobre o alojamento turístico na freguesia.

A resposta a este questionário demora cerca de 5 minutos. Garantimos o anonimato e a utilização dos dados apenas para os fins deste estudo, ao abrigo da Política de Privacidade do IPVC (https://www.ipvc.pt/wp-content/uploads/2021/04/Politica-de-Privacidade-e-Protecao-de-Dados-Pessoais-IPVC_assinado.pdf).

Muito obrigado!

A equipa do IPVC

* Indica uma pergunta obrigatória

Questionário a empresários de alojamento turístico em Campo do Gerês.

1. 1. Quantas unidades de alojamento turístico tem abertas ao público? *

2. 2. Em que lugares de Campo do Gerês ficam situadas as suas unidades de alojamento? *
- (se não existir alojamento 2 a 6 escolher «Não se aplica»)

Marcar apenas uma oval por linha.

	Assento	Carvalhal	Cerdeira	Fejôgo	Fundevilla	Geira	Parede Nova	Bairrada El
Alojamento 1	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 2	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 4	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 5	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 6	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

3. 3. Em que ano abriram ao público as suas unidade de alojamento localizadas em Campo do Gerês? (unidades pela ordem da questão anterior; se não existir alojamento 2 ou 6 escolher «Não se aplica»)

Marcar apenas uma oval por linha.

	Antes do ano 2000	Entre 2000 e 2006	Entre 2007 e 2013	Entre 2014 e 2020	2021	2022	Não se aplica
Alojamento 1	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 2	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 4	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 5	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 6	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

4. 4. É proprietário de unidades de alojamento noutras localidades? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

5. 5. Se sim, indicar o número e a sua localização (freguesia/concelho).

6. 6. Pretende investir, nos próximos 3 anos, em mais alguma unidade de alojamento em Campo do Gerês? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

Caracterização do património e do investimento em alojamento.

7. 7. Que tipo(s) de uso(s) tinha o espaço/edifício antes de ser convertido em alojamento turístico? (se não existir casa 2 a 6 escolher «Não se aplica») *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Habitação familiar	Cortes / estábulos	Adega / loja	Edifício construído de raiz	Outra situação	Não se aplica
Alojamento 1	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 2	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 3	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 4	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 5	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 6	☐	☐	☐	☐	☐	☐

8. 8. O espaço/edifício antes de ser convertido para alojamento turístico: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Estava em ruínas	Tinha alguma utilização (últimos 2 anos)	Tinha sido recuperado recentemente	Não se aplica
Alojamento 1	☐	☐	☐	☐
Alojamento 2	☐	☐	☐	☐
Alojamento 3	☐	☐	☐	☐
Alojamento 4	☐	☐	☐	☐
Alojamento 5	☐	☐	☐	☐
Alojamento 6	☐	☐	☐	☐

9. 9. Como obteve o(s) edifício(s) da unidade de alojamento turístico? (se não existir casa 2 a 6 escolher «Não se aplica»)

Marcar apenas uma oval por linha.

	Por herança (em parte ou no todo)	Foi comprado	Outra situação	Não se aplica
Alojamento 1	☐	☐	☐	☐
Alojamento 2	☐	☐	☐	☐
Alojamento 3	☐	☐	☐	☐
Alojamento 4	☐	☐	☐	☐
Alojamento 5	☐	☐	☐	☐
Alojamento 6	☐	☐	☐	☐

10. 10. No caso de ter acedido ao(s) edifício(s) doutro modo, por favor indicar qual/quais:

11. 11. No investimento de recuperação/adaptação/construção do edifício para alojamento turístico recebeu apoio financeiro do Estado? (se não existir casa 2 a 6 escolher «Não se aplica») *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não	Não se aplica
Alojamento 1	☐	☐	☐
Alojamento 2	☐	☐	☐
Alojamento 3	☐	☐	☐
Alojamento 4	☐	☐	☐
Alojamento 5	☐	☐	☐
Alojamento 6	☐	☐	☐

12. 12. No(s) seu(s) investimento(s) em alojamento turístico, que importância tiveram os apoios financeiros do Estado (subsídios)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Foram determinantes, sem o apoio não teria investido
- ☐ Foram importantes, mas teria investido mesmo sem o apoio
- ☐ Foram pouco importantes
- ☐ Não se aplica / não recebeu apoios

13. 13. O investimento que fez em alojamento(s) turístico(s) em Campo do Gerês *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Permite obter lucros, e pensar em aumentar o investimento (melhorias ou novos projetos)
- ☐ Dá algum lucro, mas que não permite pensar em novos investimentos
- ☐ Não tem dado lucros, mas sim prejuízos

Características do alojamento em Campo do Gerês.

14. 14. Qual é a tipologia de alojamento? (se não existir alojamento 2 a 6 escolher «Não se aplica»)

Marcar apenas uma oval por linha.

	Turismo de Aldeia	Agro-turismo	Casa de Campo	Parque Campismo	Hotel	Pousada da Juventude	Alojamento Local
Alojamento 1	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 2	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 4	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 5	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Alojamento 6	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

15. 15. No caso de ser outra tipologia, indicar qual:

16. 16. Os seus alojamentos em Campo do Gerês têm capacidade para quantas pessoas (n.º máximo de camas)? No caso do Parque de Campismo: indicar o número de camas e a capacidade total do campismo. *

17. 17. Indique quais dos seguintes serviços e funcionalidades tem cada alojamento

Marcar tudo o que for aplicável.

	Alojamento 1	Alojamento 2	Alojamento 3	Alojamento 4	Alojamento 5	Alojamento 6
Pequeno-almoço	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Refeições	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Espaço ao ar livre (horta/jardim)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Piscina	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Televisão	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Ar condicionado	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Ecoponto para separar resíduos (papel, vidros, plástico)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Lenha e lareira	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Berço / Cama de Bebê (se requerida)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Jogos, livros e outros meios de entretenimento	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Produtos locais	☐	☐	☐	☐	☐	☐



18. 18. Na gestão do seu alojamento turístico... *

Marcar apenas uma oval por linha.

	É efetuado pelos proprietários	É efetuado por pessoas da aldeia/próximas	É efetuado por uma empresa	Não faz / não se aplica essa situação
O serviço de limpeza e preparação do(s) alojamento(s)/quarto(s)	☐	☐	☐	☐
O serviço de acolhimento, entrega da chave, apoio aos turistas	☐	☐	☐	☐
A gestão das reservas e pagamentos	☐	☐	☐	☐
A verificação do estado da casa e manutenção	☐	☐	☐	☐
Recolha de dados sobre a satisfação dos turistas (questionário ou registo de hóspedes)	☐	☐	☐	☐

19. 19. No caso de recorrer a uma empresa, por favor indicar o nome e a sua localização.

20. 20. Para a gestão do seu alojamento turístico recolhe dados sobre a sua ocupação (nº de hóspedes ao longo do ano)? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

21. 21. Na sua atividade de alojamento turístico quantos postos de trabalho permanentes foram criados? (se não criou nenhum, indicar zero) *

22. 22. Na sua atividade de alojamento turístico quantos postos de trabalho sazonais foram criados? (se não criou nenhum, indicar zero) *

23. 23. Até 2019 (antes da pandemia) como evoluiu a ocupação na(s) sua(s) unidade(s) de alojamento? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aumentou muito
- ☐ Aumentou moderadamente
- ☐ Manteve-se
- ☐ Diminuiu
- ☐ Não tem informação

24. 24. Em 2022 como foi a ocupação na(s) sua(s) unidade(s) de alojamento, em comparação com o período da pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aumentou muito
- ☐ Aumentou moderadamente
- ☐ Manteve-se
- ☐ Diminuiu
- ☐ Não tem informação

Aspetos positivos e negativos.

Campo do Gerês tem uma procura turística significativa. Tendo em conta a situação geral da aldeia, pedimos para avaliar alguns aspetos.

25. 25. Como avalia os seguintes aspetos relacionados com a oferta local para os visitantes:

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	Muito negativo (muito limitado e/ou de má qualidade)	Negativo (limitado e/ou de baixa qualidade)	Positivo (suficiente e/ou de qualidade)	Muito positivo (suficiente e/ou de muita qualidade)	Sem opinião
Estacionamento	☐	☐	☐	☐	☐
Restaurantes e cafés	☐	☐	☐	☐	☐
Produtos locais (da agricultura, artesanato)	☐	☐	☐	☐	☐
Informação turística disponível	☐	☐	☐	☐	☐
Sinalização de orientação nos trilhos	☐	☐	☐	☐	☐
Atividades de animação	☐	☐	☐	☐	☐

26. 26. Havendo outros aspetos de oferta local, não mencionados na pergunta anterior, sobre os quais queira deixar a sua opinião, poderá fazê-lo aqui:

27. Apresente-nos a sua opinião relativamente às seguintes afirmações: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sabe/ não responde
O turismo veio dar nova vida à aldeia	☐	☐	☐	☐	☐
A quantidade de visitantes no verão e fins-de- semana é excessiva	☐	☐	☐	☐	☐
Os profissionais do turismo em Campo do Gerês conhecem-se e trabalham em conjunto	☐	☐	☐	☐	☐
As atividades agrícola e pecuária são fundamentais ao turismo na aldeia	☐	☐	☐	☐	☐
Os turistas que visitam a aldeia têm vontade de regressar	☐	☐	☐	☐	☐
Estou disponível para apoiar ações de manutenção da paisagem	☐	☐	☐	☐	☐
Estou interessado em participar em iniciativas da	☐	☐	☐	☐	☐

da comunidade

comunidade

local

Estou

Estou

Interessado

interessado

em participar

em iniciativas

iniciativas

ligadas à

conservação

da natureza

☐

☐

☐

☐

☐

28. Havendo outros aspetos importantes para si, não mencionados na pergunta anterior, indique quais:

Pensando no futuro destas aldeias.

29. 29. Para conservar a paisagem de Campo do Gerês e os vários locais que os turistas visitam são precisos recursos. Gostaríamos de saber em que grau concorda ou discorda com as seguintes opções.

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discorda totalmente	Tende a discordar	Tende a concordar	Concorda totalmente
Organizar o estacionamento, criando locais pagos para autocarros	☐	☐	☐	☐
Organizar o estacionamento, criando locais pagos para automóveis	☐	☐	☐	☐
Vender produtos locais da montanha a um preço justo para os produtores	☐	☐	☐	☐
Recolher contributos voluntários dos visitantes	☐	☐	☐	☐
Criar uma taxa turística no alojamento, a reverter para melhorias no espaço público	☐	☐	☐	☐

30. 30. De um modo geral, qual das seguintes opções lhe parece ser a escolha mais indicada para Campo do Gerês *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Promover e criar oferta para atrair um volume de visitantes grande e diversificado
- ☐ Promover e orientar a oferta para um turismo de natureza e cultural, de pequenos grupos
- ☐ Sem opinião
- ☐ Outra: _____

31. 31. Considerando a disponibilidade de alojamento atual em Campo do Gerês, considera que: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ É insuficiente
- ☐ É adequada
- ☐ É excessiva

32. 32. Observações:

Para finalizar, gostávamos de obter alguns dados sobre si.

33. 33. Género *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

34. 34. Naturalidade (concelho) *

35. 36. Residência atual (concelho) *

36. 37. Idade *

Marcar apenas uma oval.

☐ < 25

☐ 25-45

☐ 46-65

☐ ≥ 66

37. 38. Situação profissional *

Marcar apenas uma oval.

☐ Desempregado

☐ A exercer uma profissão

☐ Reformado

☐ Trabalho doméstico

☐ Estudante

38. 37. Nível de qualificações *

Marcar apenas uma oval.

☐ ≤ 9ºano

☐ 12º ano

☐ Superior

Muito obrigada pela sua colaboração.

39. Se pretender receber mais informações sobre este estudo, indique-nos o seu email.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO VII

Focus Group n.º 3 - Turismo

No presente dia, 17.03.2023, decorreu duas rodas de conversa dentro da temática do *Turismo*. Estas duas rodas de conversa ocorreram juntamente com a 2ª Oficina de Partilha de Conhecimentos e Experiências, com a temática Ecoturismo e sustentabilidade dos territórios: uma reflexão em torno do conceito e da sua promoção em Campo do Gerês / Parque Nacional Peneda-Gerês, denominando-se por tarefa colaborativa.

Na oficina estavam presentes 24 participantes, representantes de diversas entidades regionais e locais, incluindo empresários do setor do turismo (animação e alojamentos turísticos). Os participantes foram divididos em 2 grupos.

A tarefa colaborativa iniciou-se com uma breve apresentação dos elementos presentes em cada mesa de trabalho. Os elementos da equipa de trabalho da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo começaram por explicar em que consistia a tarefa pretendida, levantando a seguinte questão: “*Como podem as empresas e as organizações com intervenção no turismo contribuir para que o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês seja um destino de ecoturismo de excelência?*”. Para esta questão foi solicitado que os elementos apresentassem ações a realizar para: (i) melhorar a conservação da natureza; (ii) melhorar o bem-estar dos residentes; (iii) atrair turistas responsáveis; (iv) para ter rentabilidade e emprego qualificado e (v) para criar e manter cooperação entre atores. As ações apresentadas por cada mesa de trabalho foram sintetizadas e escritas por um elemento de cada mesa, eleito como secretário. Para obter os contributos dos participantes, utilizou-se o seguinte modelo:

Tarefa Colaborativa - Oficina de Partilha de Conhecimentos e Experiências sobre Ecoturismo e sustentabilidade dos territórios: uma reflexão em torno do conceito e da sua promoção em Campo do Gerês / Parque Nacional Peneda-Gerês
17-03-2023



1. Como podem as entidades e as organizações com intervenção no turismo contribuir para que o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês seja um destino de ecoturismo de excelência? Que ações realizar para:

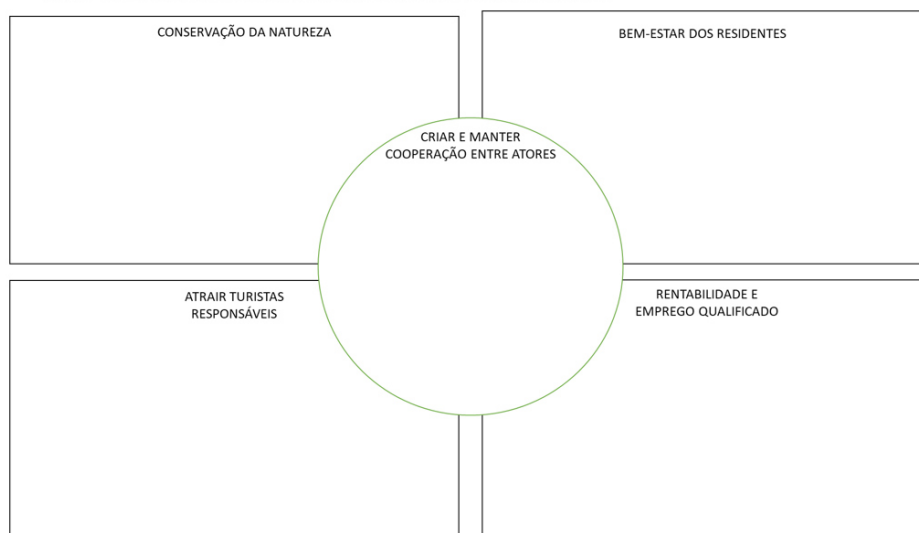


Figura 1 - Modelo.

Síntese dos dados recolhidos do grupo 1:

- Entidades

Conservação da Natureza	- Criação de transporte público nas áreas sensíveis, para os turistas; - Garantir condições para a recolha de resíduos de grande volume junto das aldeias, - Definição de capacidade de carga;
Bem-estar dos residentes	- Promover indicativas junto das populações no sentido da transmissão do valor do seu território;
Atrair turistas responsáveis	- Ações de capacitação em ecoturismo juntos dos agentes;
Rentabilidade e emprego qualificado	- Criar mecanismos para prestar informação relativa a enquadramentos legais para atividades de produção alimentar; turismo; artesanato; ... - Políticas públicas de apoio para viabilizar produção agrícolas neste território;
Criar e manter cooperação entre atores	- Reuniões regulares de grupos de trabalho;

- Empresas

Conservação da Natureza	- Promoção de boas práticas: espécies autóctones para espaços verdes;
Bem-estar dos residentes	- Garantir estacionamento adequado para os seus clientes;
Atrair turistas responsáveis	- Criar produtos para grupos mais pequenos “poucas pessoas que deixam mais no território”;
Rentabilidade e emprego qualificado	- Estabelecer parcerias com produtores locais e pagar o justo;
Criar e manter cooperação entre atores	- Reuniões regulares de grupos de trabalho;

Síntese dos dados recolhidos do grupo 2:

- Entidades

Conservação da Natureza	- Mais trabalho em rede; - Educação ambiental; - Defesa do património natural; - Sensibilização dos agentes económicos; - Sensibilização quanto às invasoras;
Bem-estar dos residentes	- Sensibilização da população para haver um maior envolvimento e acompanhamento da evolução do produto ecoturismo; (ADERE-PG já faz algum trabalho neste âmbito)
Atrair turistas responsáveis	- Mais informação /formação/ esclarecimento disponível aos turistas; - Noção de Parque Nacional e sensibilidade por um território com fragilidades; - Definição do conceito; O que é que queremos?; Priorização dos interesses e necessidades;
Rentabilidade e emprego qualificado	- Promover a estruturação da oferta de forma agregada; - Promoção de formação específica para guias e agentes; - Atrair mais jovens ao concelho;
Criar e manter cooperação entre atores	- Evolução e ajuste do modelo de cogestão da área protegida; - Maior conhecimento dos interesses e das necessidades dos atores; - Promoção conjunta;

- Empresas

Conservação da Natureza	- Educação ambiental; - Prevenção do património; - Sensibilização das populações; - Envolvimentos das comunidades/entidades locais; - Valorização do território de montanha;
Bem-estar dos residentes	- Promoção dos produtos locais; - Respeito pelos hábitos/ costumes locais, - Envolvência das comunidades locais; - Contribuição para os baldios;
Atrair turistas responsáveis	- Definir o turista “ideal”; - Feira do turismo do PNPG; - Mensagem de promoção do território que abranja os vários elementos do território;
Rentabilidade e emprego qualificado	- Valorização dos produtos locais; - Formação de emprego;
Criar e manter cooperação entre atores	- Contacto regular entre os atores no território;